



História e Economia

Revista Interdisciplinar

História e Economia

Revista Interdisciplinar



HISTÓRIA E ECONOMIA - revista interdisciplinar.
Brazilian Business School. - v.21, n. 2, (2018). - São Paulo/Lisboa

Semestral

ISSN 1808-5318

1. História - Periódicos 2. Economia - Periódicos 3. Finanças -
Periódicos 4. Brasil - Periódicos I. Instituto BBS.

CCD 330.981

História e Economia

Revista Interdisciplinar

Instituto BBS

Editor: John Schulz (Instituto BBS)

Vice Editora, Américas: Rita Almico (Universidade Federal Fluminense)

Vice Editor, Europa: Francisco Manuel Parejo Moruno (Universidad de Extremadura)

Secretários gerais: Roberta Barros Meira (Univille) e Alexandre Ramos (Universidade de Évora)

Conselho editorial:

Alvaro Garrido (Universidade de Coimbra) • Ana Sofia Ribeiro (Universidade de Évora) • André Villela (Fundação Getúlio Vargas) • Antonio Castro Henriques (Universidade do Porto) • Antonio Miguel Linares Luján (Universidad de Extremadura) • Antônio Penalves Rocha (Universidade de São Paulo) • Carlos Eduardo Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) • Carlos Gabriel Guimarães (Universidade Federal Fluminense) • David Carvajal de la Veja (Universidad de Valladolid) • Felipe Pereira Loureiro (Universidade de São Paulo) • Gail Triner (Rutgers University) • Guy Pierre (Universidad Autónoma de la Ciudad de México) • Jaime Reis (Universidade de Lisboa) • John K. Thornton (Boston University) • Jonathan B. Wight (University of Richmond) • José Luis Cardoso (Universidade de Lisboa) • Luiz Felipe de Alencastro (Fundação Getúlio Vargas; Sorbonne) • Leonor Freire Costa (Universidade de Lisboa) • Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora) • Marcos Cintra (Unicamp) • Pedro Carvalho de Mello (ESALQ-Universidade de São Paulo) • Pedro Lains (Universidade de Lisboa) • Renato Leite Marcondes (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto) • Ricardo Feijó (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto) • Sigfrido Vazquez (Universidad de Extremadura) • Steven Topik (University of California Irvine) • Vitoria Saddi (Insper)

Agradecimento aos pareceristas externos:

Antonio Alcazar Blanco (Universidad de Extremadura) • Carlos Manuel Faísca (Universidad de Extremadura) • Esteban Cruz Hidalgo (Universidad de Extremadura) • Ignacio García Pereda (Universidade de Évora) • Jesús Seco González (Universidad de Extremadura) • José Francisco Rangel Preciado (Universidad de Extremadura) • Sónia Bombico (Universidade de Évora)

Projeto gráfico e arte: Meca Comunicação Estratégica

Diagramação: Valter Luiz de Freitas

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: Neoband

Instituto BBS

Travessa Ponder, 67 - Cep: 04008-040 -Vila Mariana, SP, Brasil

Rua Duques de Bragança, 9 gr 4E, 1200-162 Lisboa, Portugal

Universidad de Extremadura

Area de Historia e Instituciones Económicas

Avenida de Elvas s/n 06006 Badajoz, España

revistahistoriaeconomia@gmail.com – <http://revistahistoriaeconomica.weebly.com/>

A BBS Revista História e Economia é uma publicação interdisciplinar editada pelo Instituto de História e Economia e pela Universidad de Extremadura (UNEX), sendo dirigida por um conselho editorial composto por professores de diferentes universidades, em particular da Universidade de S. Paulo (USP), Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-IUL), Universidad de Extremadura (UNEX) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Apresentação

O momento de História e Economia

The Moment of História e Economia

Conselho editorial.....9

Nota do Editor

Editor's Note

José Francisco Rangel Preciado; Francisco Manuel Parejo Moruno; Carlos Manuel Faísca.....11

Artigos

La dehesa y el montado en el debate académico. Una visión desde la historia económica

José Francisco Rangel Preciado, Francisco Manuel Parejo Moruno, Carlos Manuel Faísca e Sónia Bombico...15

Os trabalhadores da Mundet em Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas: contributos para a história socioeconómica do Montado

Fátima Afonso e Fernanda Ferreira.....30

A ação assistencial dos industriais corticeiros Robinsons no Alto Alentejo (1870-1910)

Ana Isabel Coelho Silva.....53

Utilização de alimentos de substituição nos montados do Alentejo no segundo e terceiro quartis do século XX

Ana Fonseca e Filipe Themudo-Barata.....67

O Complexo do Pedrogão no contexto das primeiras sociedades camponesas: breves notas sobre o povoamento neolítico no concelho de Avis

Ana Cristina Ribeiro.....83

Estratégias cooperativas no setor florestal corticeiro alentejano oitocentista, um fator de desenvolvimento? (1852-1914)

Carlos Manuel Faísca.....101

Aprovechamiento pasado, presente y futuro de las dehesas extremeñas, como empresas agropecuarias

Emilio Pascual Herrera González.....117

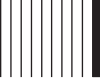
A produção de aglomerado negro na fábrica Robinson: contribuições para a história do património edificado

Susana Pacheco.....131

El corcho del intelectual: la gestión de las dehesas de Mário Saa (1893-1971)

Elisabete Pereira e Ignacio García-Pereda.....147

Roteiro para submissão de artigos.....157



O momento de História e Economia

The Moment of História e Economia

O Originalmente sediada no Brasil, esta revista tem se dedicado a promover estudos interdisciplinares, especialmente entre história e economia, e incentivar estudos comparativos, especialmente aqueles envolvendo o Brasil. Sentimos que o Brasil, um país de proporções continentais, olhou muito para dentro e muito pouco para o mundo exterior.

Há alguns anos atrás, o editor mudou-se para Lisboa e decidimos aproveitar esta oportunidade para expandir a participação de investigadores deste lado do Atlântico. Francisco Manuel Parejo Moruno, da Universidad de Extremadura, nosso co-patrocinador, concordou em se tornar vice-editor da revista ao lado de Rita Almico. Francisco está nos guiando pelo processo de credenciamento na Europa. Esperamos que o credenciamento europeu torne esse periódico ainda mais atrativo para historiadores e economistas brasileiros.

Temos frequentemente publicado artigos em espanhol recebidos de professores da Espanha e da América espanhola. Esperamos que a proporção de contribuições nesta língua aumente agora. Publicamos trabalhos de qualidade relacionado à história e economia, e dois dos nossos artigos mais memoráveis analisaram o transporte de azeite do Vale do Guadalquivir para a Grã-Bretanha romana e a circulação de ideias e tecnologias entre a França e a Grã-Bretanha no tempo da Revolução Francesa. Agora esperamos

O Originally based in Brazil, this journal has dedicated itself to promoting inter-disciplinary studies, especially between history and economics, and to encouraging comparative studies, especially those involving Brazil. We have felt that Brazil, a country of continental proportions, has looked too much inwards and too little to the outside world.

A few years ago, the editor moved to Lisbon, and we decided to use this opportunity to expand the participation of researchers from this side of the Atlantic. Francisco Manuel Parejo Moruno, of the Universidad de Extremadura, our co-sponsor, has agreed to become vice editor of the journal alongside Rita Almico. Francisco is guiding us through the accreditation process in Europe. We expect that European accreditation shall make this journal an even more attractive venue for Brazilian historians and economists as well.

We have often published articles in Spanish received from professors from both Spain and from Spanish America. We expect the proportion of contributions in this language now to increase. While we publish any quality work relating to history and economics, and two of our most memorable articles include one on the transportation of olive oil from the Guadalquivir Valley to Roman Britain and another comparing technology in France and Great Britain at the

uma concentração geográfica na América Latina, na Ibéria e na África lusófona.

Esperamos e temos a expectativa que a nossa nova ligação ibérica torne este jornal mais internacional, o que tem sido uma das nossas principais preocupações desde o início.

time of the French Revolution, we now expect a geographic concentration on Latin America, Iberia, and Lusophone Africa.

We hope and expect that our new Iberian connection will make this journal more international which has been a main concern since the beginning.

El número 21 de esta revista en el cual se presenta un número monográfico sobre la dehesa/montado y las implicaciones de la misma en el desarrollo rural, local, y, por suma acumulativa regional, comienza con el artículo de los autores José Francisco Rangel, Francisco Manuel Parejo, Carlos Faísca y Sónia Bombico, en el que se realiza un breve análisis introductorio de carácter bibliográfico cualitativo y cuantitativo de la dehesa con la finalidad de acercar al lector al objeto de estudio de este monográfico y así servir de introducción al resto de los artículos presentados.

El segundo artículo, firmado por las investigadoras Fátima Afonso y Fernanda Ferreira, nos muestra cómo una empresa vinculada a la dehesa, y en particular al negocio corchero, la firma Mundet, fue capaz de insertarse en el ámbito rural creando valor añadido en el mismo.

Sobre la economía social y la filantropía en las zonas rurales versa el trabajo de Ana Isabel Silva, el cual se lleva a cabo a partir del análisis de la firma inglesa Robinson. El artículo muestra cómo una empresa familiar extranjera puede arraigar en un territorio rural específico, llevándole ello a implicarse en la sociedad de dicho territorio, generándose un beneficio mutuo entre la empresa y la sociedad. La firma en cuestión, de la que es propiedad la familia Robinson, se dedicó al aprovechamiento de la dehesa, especialmente del corcho, en el Alentejo portugués a lo largo de los siglos XIX y XX.

Edition Number 21 of this journal is dedicated to two contiguous regions, Spanish Extremadura and Portuguese Alentejo, and their respective landscapes, the “dehesa” and the “montado”. The several authors examine these lands and their implications for rural and local development. The first article, by José Francisco Rangel, Francisco Manuel Parejo, Carlos Faísca, and Sonia Bombico, provides a brief introductory analysis of the bibliography of the “dehesa” in order to acquaint the reader to the subject of this thematic issue.

The second piece, written by Fatima Afonso and Fernanda Ferreira, studies an enterprise linked to the cork business of the “dehesa”. The Mundet company succeeded in inserting itself into the rural environment creating value therein.

Ana Isabel Silva's work covers the English-owned Robinson company's philanthropy and social activities in the rural zone. The article describes how a foreign family firm took root in this particular rural territory creating benefits for itself as well as for the society as a whole. The Robinson family dedicated itself to the development of the “montado”, especially cork plantations, in the Portuguese Alentejo during the XIX and XX centuries.

The fourth article of this edition, undertaken by Ana Fonseca and Filipe Thermudo-Barata, demonstrates how products of the “montado” have provided sustenance

El cuarto artículo de este número, realizado por los investigadores Ana Fonseca y Filipe Themudo-Barata, nos muestra cómo los productos de la dehesa han servido de sustento (alimentos de sustitución) en épocas de escasez o crisis, siendo este un ejemplo más del valor intangible que aporta la dehesa.

Seguidamente, la autora Ana Cristina Ribeiro nos descubre que en el seno de los territorios adeshados nos podemos encontrar con una serie de elementos patrimoniales que dotan a la dehesa de un mayor valor económico, concretamente mejoran el potencial turístico asociado a este tipo de bosque.

El sexto artículo, firmado por el historiador Carlos Manuel Faisca, muestra la construcción de redes de cooperación entre los empresarios corcheros, de finales del siglo XIX y principios del XX, en el mundo rural como mecanismo de competencia y cooperación. Estas redes se visualizan y se constatan en este artículo en las comarcas del Alto y Bajo Alentejo, en Portugal, donde se localiza la materia prima de la industria corchera.

Emilio Pascual Herrera a través del estudio del caso de las dehesas extremeñas nos muestra como las prácticas que ya han sido utilizadas históricamente con éxito sirven para mejorar la gestión actual de las dehesas.

A su vez, la investigadora Susana Pacheco nos muestra las bondades de materiales procedentes de la dehesa para la construcción, y la singularidad que estos materiales (especialmente el corcho) les aporta a las zonas rurales adeshadas para generar desarrollo y turismo.

Por último, los investigadores Elisabete Pereira e Ignacio García Pereda analizan la figura del portugués Mário Saa mostrando quizás la que sea su faceta menos conocida, la de gestor de dehesas.

Esperamos que este monográfico despierte el interés del lector por la dehesa y con-

(food substitution) in periods of scarcity and crisis, suggesting an additional example of the intangible value of the “montado”.

Next, Ana Cristina Ribeiro observes that, within the “montado” territories, there are pre-historical sites that have, in addition to their academic value, a tourism potential as well.

The sixth article, by historian Carlos Manuel Faisca, illustrates the networks of cooperation among businessmen of the cork sector during the late XIX and early XX centuries within the rural world of competition and collaboration. These networks occurred in the Alto Alentejo and Baixo Alentejo, in Portugal, the site of the cork plantations.

Emilio Pascual Herrera utilizes case studies from the “dehesa” of Extremadura to teach that practices used successfully in the past may be applied to improve the management of the region in the present.

In turn, Susana Pacheco focuses on the history of a major cork factory in the Alto Alentejo includes opportunities for tourism.

Finally, Elisabete Pereira and Ignacio Garcia Pereda analyze the figure of the Portuguese intellectual, Mario Saa, discussing what is perhaps his least well known facet, manager of “montado” forests.

We hope this thematic issue has awakened the reader’s interest in the “dehesa/montado” and that it stimulates the scientific debate within the disciplines of history and economics regarding these singular woodlands.

Jose Francisco Rangel Preciado, Francisco Manuel Parejo Moruno, and Carlos Manuel Faisca, the members of the Organizing Committee of the Congress, are also the coordinators of this edition.

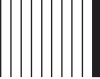
tribuya a generar un mayor debate académico y científico en el seno de estas disciplinas (historia y economía) sobre este tipo de bosque tan característico.

Los coordinadores del número

José Francisco Rangel Preciado

Francisco Manuel Parejo Moruno

Carlos Manuel Faísca



La dehesa y el montado en el debate académico. Una visión desde la historia económica¹

The “Dehesa” and the “Montado” in the Academic Debate. A vision from the Economic History

José Francisco Rangel Preciado

Universidad de Extremadura
jfrangelp@unex.es

Francisco Manuel Parejo Moruno

Universidad de Extremadura
fmparejo@unex.es

Carlos Manuel Faísca

Universidad de Extremadura / Municipio de Ponte de Sor
carlos.faisca@cm-pontedesor.pt

Sónia Bombico

Universidade de Évora
sbombico@uevora.pt

Resumen

Esta publicación se realiza con el ánimo de contribuir a generar un mayor conocimiento, o, dicho de otro modo, un mayor debate en el seno científico y académico, sobre el sistema agrosilvopastoril mayoritario en algunas regiones de España y Portugal, que ha sido denominado dehesa en el caso de España y montado en Portugal. Concretamente el objetivo principal que nos marcamos es comprobar el estado en el que se encuentra la investigación sobre estas realidades, así como los temas que han sido obviados y los cuales son necesarios abordar. En este sentido, debemos adelantar que el desarrollo rural construido en base a las potencialidades que ofrecen estas realidades no han sido lo suficientemente abordados, de ahí que naciera la idea de realizar el *Congreso Internacional O montado no desenvolvimento rural do sudoeste peninsular* del cual emana este monográfico. Para ser más concretos en este artículo introductorio se pretende realizar un análisis de la bibliografía existente relativa a estas realidades con una triple finalidad. En primer lugar, conocer la situación en la que se encuentra el estado del arte de la investigación sobre esta temática desde un punto de vista cuantitativo, es decir, comprobar si se está generando en la actualidad debate científico. Y, en segundo lugar, realizar un análisis cualitativo que nos permita detectar los temas a debate en el seno científico sobre estas realidades. En tercer lugar, servir de introducción al lector para el resto de los artículos originales emanados del citado congreso.

Palabras clave: Dehesa, Montado, Bibliografía, Desarrollo Rural y Desarrollo.

Códigos JEL: N50, N01

Abstract

This publication seeks to increase knowledge, or, in other words, to increase debate in the scientific and academic sphere, regarding the predominant agricultural-silvicultural-pastoral system in some regions of Spain and Portugal, which has been called “dehesa” in the case of Spain and “montado” in Portugal. Specifically, the main objective that we set ourselves is to verify the stage in which the research on these realities finds itself, as well as to call attention to the issues that have been ignored and which we feel are necessary to address. In this sense, we must state that the rural development built on the potential offered by these territories has not been sufficiently addressed, hence the idea of carrying out the International Congress on “The Montado in the Rural Development of the Southwest of the Iberian Peninsula” from which this thematic number arises. To be more specific in this introductory article, we intend to carry out an analysis of the existing bibliography related to these realities with a triple purpose. In the first place, to know the situation in which the state of the art of the research on this subject is from a quantitative point of view to verify if scientific debate is currently being generated. And, secondly, to carry out a qualitative analysis that allows us to identify the topics under debate in the scientific field regarding these realities. Third, serve as an introduction to the reader concerning the original articles presented at the aforementioned congress.

Keywords: Dehesa, Assembled, Bibliography, Rural Development and Development.

JEL Codes: N50, N01

¹ Artigo recebido em 01/09/2017. Aprovado em 01/12/2018

*La dehesa y el montado en el debate académico.
Una visión desde la historia económica*

Introducción

Si centramos nuestra atención en la estructuración que ha tenido históricamente y que tienen en la actualidad las regiones que componen el suroeste ibérico nos encontramos ante un sistema socioeconómico que parte de los condicionantes naturales² que tienen estas regiones, en donde se puede localizar el bosque mediterráneo denominado en el caso de España como dehesa y en el caso portugués como montado. Este sistema adhesionado es uno de los condicionantes que van a marcar el desarrollo rural de estas regiones³; de este racionamiento nace el Congreso Internacional "O Montado no desenvolvimento rural do Sudoeste Peninsular—La dehesa en el desarrollo rural del Suroeste Peninsular"⁴, es decir, nace con la vocación de generar debate en el seno científico y académico de la importancia de la dehesa como factor influyente en el desarrollo rural de las regiones del suroeste ibérico⁵.

Para aproximar al lector al término dehesa a grandes rasgos podemos afirmar que nos encontramos ante un sistema agrosilvopastoril⁶ que cuenta con una características que lo hacen único en el mundo. Este hecho que mencionamos se encuentra especialmente reflejado en la existencia de una serie de insumos que emanan del mismo, y que no son reproducibles en otras

áreas del planeta. En este sentido, podemos poner como ejemplo a su producto más característico y codiciado, el corcho, que ha provocado que mediante su existencia en la dehesa⁷ y más concretamente la dehesa compuesta por arbolado alcornocal, ha propiciado que España y Portugal ostenten una ventaja comparativa y competitiva en este producto, reflejándose en un liderazgo histórico del negocio, tanto del corcho como materia prima como de sus productos derivados (Natividade, 1950, Medir, 1953, Mendes, 2002 y Parejo, 2009) o mediante la venta de productos elaborados (Parejo, 2006 y 2010, Rangel, Parejo y Tejeda, 2016 y Zapata y otros, 2009).

Para ser más concretos podemos afirmar que la dehesa (o el montado) es un bosque en el que ha actuado la mano del hombre para lograr un mejor aprovechamiento (aumento de la productividad) agrícola y ganadero, pero sin renunciar al aprovechamiento forestal originario. Entre los autores existe bastante consenso en su definición⁸, aunque sí podemos observar dos tendencias bastante claras en cuanto al uso y costumbre principal, hecho que se refleja también en el pensamiento de los propietarios, en el caso español se prima el aprovechamiento ganadero de la dehesa, habida cuenta de una mayor presencia de la encina, mientras que en el caso portugués la predominancia es hacia la defensa del aprovechamiento forestal, habida cuenta de la mayor presencia del alcornocal.

En cuanto a los insumos procedentes de la dehesa podemos destacar tres tipos de producciones: agrícola, ganadera y silvícola (Martín Galindo, 1966), es decir, nos encontramos ante un sistema con un amplio abanico de productos como son ganaderos (entre los que destacan el

2 En un análisis del caso extremeño Rangel (2018) concluye que la especialización productiva de la región se basa en la existencia de recursos naturales (materias primas) marcando la especialización productiva y comercial de la región.

3 Parejo y Rangel (2015) señalan la dehesa como uno de los condicionantes económicos de la región extremeña.

4 En la que han participado en su organización investigadores de la Universidad de Extremadura, Universidade de Évora, la Câmara Municipal de Coruche y Ponte de Sor.

5 En un primer congreso realizado en el año 2015 y centrado únicamente en el negocio corchero, cuyas actas están disponibles en Rangel y otros (2016) ya se observó la necesidad de ampliar la temática de estudio, puesto que el corcho es un gran activo de la dehesa, pero no el único.

6 Que permite el aprovechamiento de la agricultura, ganadería y silvicultura en el seno del mismo sistema.

7 El bosque mediterráneo modificado por la mano del hombre para lograr un mejor aprovechamiento de este.

8 No centramos nuestra atención en realizar un análisis exhaustivo de la definición de dehesa debido a que este ya ha sido realizado de forma magistral en el trabajo de Lavado, Schnabel, y Trenado (2000), al que remitimos al lector que esté interesado en profundizar sobre esta definición.

ganado ovino, porcino y vacuno), el agrícola (en el que destacan los cereales de secano y pastos permanentes) y forestal (producción de madera, carbón y corcho) (Lavado, Schnabel y Trenado, 2000).

Una vez que hemos visto la justificación del tema de estudio de este monográfico y una delimitación previa de la definición del término y los productos que emanan de la dehesa, debemos señalar que el objetivo de este estudio no es realizar un análisis en profundidad del término que se encuentra perfectamente realizado en el estudio de Lavado, Schnabel y Lavado (2000) ni una reconstrucción histórica del uso y aprovechamiento de la dehesa, que ya fue realizada de forma magistral por Linares y Zapata (2003), sino de generar y centrar el debate académico en la construcción del desarrollo rural de las zonas del suroeste peninsular mediante el aprovechamiento del sistema agrosilvopastoril dominante, la dehesa y el montado.

Concretamente se va a realizar un análisis desde tres perspectivas, en primer lugar, nos marcamos como meta conocer cómo se encuentra la producción científica y académica en torno a esta realidad (apartado 2), es decir, cuantificar la producción científica-académica en esta temática. En segundo lugar, comprobar las principales líneas de investigación que se están produciendo entorno a la dehesa y el montado (apartado 3), en tercer lugar, presentar las líneas de debates que entendemos que son necesarias abordar (apartado 4). Por último, presentaremos las principales conclusiones extraídas tras el congreso, prestando especial atención a las que hacen referencia al ámbito de la historia económica.

2. Un análisis bibliográfico de la dehesa y el montado. Visión cuantitativa.

Para la realización de este apartado nos vamos a servir de la metodología presentada por Gómez-Luna, Fernando-Navas, Aponte-Mayor y

Betancourt-Buitrago (2014) que facilita el análisis bibliográfico para cualquier disciplina, en este sentido, los autores señalan 4 fases:

- En la primera fase es necesario describir el problema de estudio y definir de forma clara y precisa las palabras claves que utilizaremos en los motores de búsqueda, así como el tipo de estudio a detectar y las bases de datos más fiables, en este punto debemos mostrar al lector cuáles han sido las decisiones tomadas y la justificación de estas

a) Palabras claves: dehesa y montado, debido a que estas realidades son el objeto de estudio del congreso y las base para la construcción del desarrollo rural en estas zonas.

b) Tipo de estudio: Tesis doctorales; entendemos que la máxima representación del trabajo académico y científico es la tesis doctoral; se trata de un trabajo evaluado científicamente y cuyo esfuerzo y tiempos de realización hacen necesario abordar los temas más importantes en el seno del debate científico

c) Base de datos: Base de datos TESEO; para acotar el estudio vamos a utilizar la base de datos donde se encuentran ubicada las tesis doctorales leídas en España⁹.

- En la segunda fase se realiza la búsqueda de la información y se analiza la información interesante para el estudio y aquellos estudios que se excluyen del análisis; en nuestro caso debemos afirmar que solo hemos descartado un estudio debido a que dehesa no hacía referencia al estudio sino al apellido del autor.

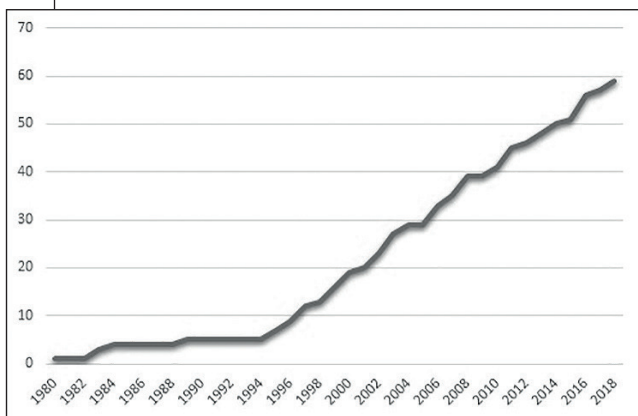
- En la tercera fase se organiza y sintetiza la información, hecho que mostraremos a continuación.

⁹ El lector puede encontrar disponible de manera gratuita para su consulta la base de datos utilizada en el siguiente enlace: <https://www.educacion.gob.es/teseo/irGestionarConsulta.do?jsessionid=48560BA2A B363B2AB6360031453E7778>

• En la cuarta fase se realiza el trabajo de análisis de la información obtenida, hecho que mostraremos en el apartado 3.

Para mostrar de forma sintetizada la información obtenida se ha construido el cuadro 1. Estas tesis doctorales serán sobre las que realizaremos el ejercicio bibliográfico. Del cual podemos mostrar de forma avanzada, y simplemente con la información del cuadro 1, dos conclusiones previas. En primer lugar, nos encontramos que la temática de la dehesa goza de una excelente salud en la literatura científica y académica, puesto que no hay que olvidar que las tesis doctorales marcan las tendencias de las publicaciones presentes y futuras puesto que son el inicio de una carrera científica y académica, con lo que la detección de 59 tesis doctorales ya leídas son un excelente indicador, hecho que se puede ver de forma más visual en el gráfico 1. En segundo lugar, la investigación sobre la temática en el momento actual también presenta buenas cifras, puesto que nos encontramos con lecturas que son muy recientes.

Gráfico 1. Crecimiento acumulado del número de tesis leídas en España que abordan la temática de la dehesa



Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

3. Un análisis bibliográfico de la dehesa y el montado. Visión cualitativa

Una vez que hemos comprobado de forma muy somera la cantidad de estudios que se generan sobre la dehesa a través de las tesis doctorales, nos vamos a centrar en un análisis cualitativo. La primera pregunta que nos aborda es ¿la literatura sobre la dehesa se encuentra limitada a aquellas regiones en la que el sistema agrosilvopastoril este presente? Para dar respuesta a esta pregunta se ha construido el cuadro 2, donde se pueden observar las entidades en las que se han leído las tesis doctorales, y por consiguiente son las instituciones en las que imperan líneas de investigación sobre la dehesa. Del cuadro 2 podemos con-

Cuadro 1. Tesis doctorales leídas en España que abordan la temática de la dehesa

Rubio (2018)	Señoran (2018)	Ríos (2017)	Calvete (2016)
Lledó (2016)	Santos (2016)	Vlassova (2016)	Martínez (2016)
Lozano (2015)	Ramírez (2014)	Escribano (2014)	Vicente (2013)
Avilés (2013)	Serrano (2012)	Galindo (2011)	Rolo (2011)
Carbonero (2011)	Morales (2011)	Tejerina (2010)	Carevic (2010)
Castaño (2008)	Álvarez (2008)	Gea (2008)	Maldonado (2008)
De Tena (2007)	Gaspar (2007)	Rueda (2006)	Cubera (2006)
Maneta (2006)	Cuevas (2006)	Martínez (2004)	Maldonado (2004)
García (2003)	Palomares (2003)	Mariscal (2003)	Martin (2003)
González (2002)	Murillo (2002)	Avilés (2002)	Mateos (2001)
Contreras (2000)	Pitarch (2000)	Gómez (2000)	Avilés (1999)
Infante (1999)	Pulido (1999)	Lumbreras (1998)	Vargas (1997)
Ceballos (1997)	López (1997)	Escribano (1996)	Viguera (1996)
Leco (1995)	Malo (1995)	De Miguel (1989)	Martín (1984)
Campos (1983)	Escudero (1983)	Párraga (1980)	

Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

Cuadro 2. Tesis doctorales que analizan la dehesa divididas por la institución en la que se realiza la lectura de la tesis.

Universidad	Número de tesis	Porcentaje
Universidad Autónoma de Madrid	2	3,39
Universidad Complutense de Madrid	5	8,47
Universidad de Alcalá	1	1,69
Universidad de Alicante	2	3,39
Universidad de Córdoba	7	11,86
Universidad de Extremadura	23	38,98
Universidad de Granada	2	3,38
Universidad de Huelva	1	1,69
Universidad de La Rioja	1	1,69
Universidad de Salamanca	4	6,78
Universidad de Sevilla	2	3,39
Universidad de Zaragoza	1	1,69
Universidad Nacional de Educación a Distancia	1	1,69
Universidad Politécnica de Madrid	6	10,17
Universitat de València	1	1,69
Total	59	100

Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

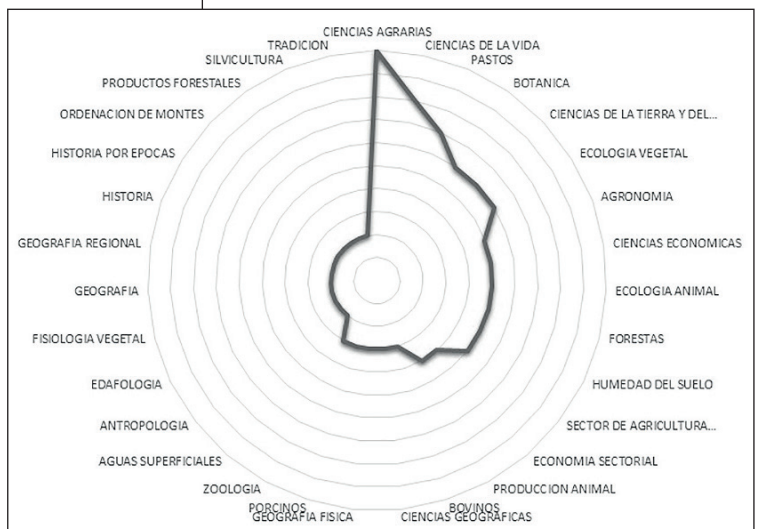
cluir que se observa cómo la dependencia económica de la dehesa marca las investigaciones doctorales, y, por ende, condicionan el estudio académico como respuesta a una problemática con la que cuentan en sus regiones; este hecho se puede observar en la cantidad de investigaciones surgidas en Extremadura y Andalucía, también es digno de mención el interés que suscita la dehesa en las instituciones madrileñas. Como punto fuerte podemos

afirmar que, si existe un interés manifiesto por la dehesa, pero como limitación debemos afirmar que el debate se centra en pocas instituciones y especialmente en aquellas que disponen de la misma. En este punto, podemos concluir que uno de los factores que han impedido un mayor auge de las investigaciones en esta temática está condicionado por la limitación geográfica de este tipo de bosque.

La segunda cuestión que nos quedaba latente a la hora de plantear este monográfico es la justificación de este, es decir, detectar cuáles son las lagunas de conocimiento que se pueden observar; concretamente la pregunta a la que queremos dar respuesta es ¿Cuáles son los temas que no son abordados por la literatura?

Para responderla se ha construido el gráfico 2 donde se muestran los descriptores facilitados por los propios autores de las investigaciones y que describen de forma sintética las te-

Gráfico 2. Principales descriptores de las tesis doctorales leídas en España que versan sobre la dehesa



Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

máticas abordadas en sus estudios. En este punto podemos llegar a las siguientes conclusiones: (1) Las temáticas sobre las que se han tratado de forma monográfica las dehesas son muy variadas, lo que es un distintivo de la multidisciplinar de la temática, siendo uno de los motivos por lo que la revista elegida para este monográfico sea esta, pues, su matiz interdisciplinar (Economía e Historia) nos permite abordar diferentes ramas para una misma temática; (2) los estudios sobre la dehesa se han centrado en su vertiente agraria y forestal como muestran los descriptores; y (3) detectamos una ausencia de estudios que versen sobre economía e historia, hecho que pone de manifiesto la necesidad de realizar este monográfico

3. Temáticas propuestas a debate

En el ejercicio de análisis de las tendencias de estudio, y, por consiguiente de la generación de conocimiento científico, hemos detectado que existen una serie de temáticas que no han sido incluidas de forma suficiente en el debate científico. En primer lugar, hemos comprobado que no se producen estudios que analicen la correlación de la dehesa y el desarrollo rural, ni cómo construir el desarrollo rural partiendo de la dehesa reflejándose estudios sobre la innovación en productos que deriven de la dehesa o como generar un turismo para aprovechar el potencial y patrimonio de la dehesa.

Cuadro 3. Temáticas propuestas a debate

- Historia económica y social de la dehesa y sus aprovechamientos.
- Arqueología, Historia y Patrimonio Cultural de la dehesa y del ámbito rural asociado a ella.
- Empresa y economía de la dehesa y de sus aprovechamientos.
- Innovación en el aprovechamiento de recursos de la dehesa.
- Turismo y otras formas de desarrollo rural sostenible en los territorios adeshados.

Fuente: Elaboración propia

Así pues, las principales temáticas planteadas para su debate en el citado congreso son las expuestas en el cuadro 3.

Debido a las características de esta revista nos vamos a centrar en los estudios que se pueden enmarcar en el seno de la historia económica, es decir, los puntos que fueron analizados y debatidos bajo esta temática, que pasamos a describir de forma muy breve.

Línea 1. El papel de las empresas rurales vinculadas a las dehesas en la consecución del desarrollo rural

En este punto debemos afirmar que la mayoría de las empresas que han sido analizadas son pertenecientes al negocio corchero, como son las empresas Reynolds, Robinson, Mundet... En este sentido, un claro ejemplo de esta línea de investigación es el trabajo presentado por las investigadoras Fátima Afonso y Fernanda Ferreira (2018) que ponen de manifiesto la importancia de las empresas que parten de la ventaja comparativa natural de la dehesa, como es el caso concreto del negocio corchotaponero. En este sentido podemos comprobar como una empresa multinacional con la finalidad del aprovechamiento de la dehesa ha contribuido al desarrollo económico y a la generación de empleo en las zonas rurales portuguesas, como es el caso concreto de Mora. Es decir, nos muestra un ejemplo de cómo una empresa que aprovecha los recursos de la dehesa fue capaz de generar desarrollo económico y empleo en las zonas rurales¹⁰.

Conviene mencionar que las zonas rurales cuentan con un hándicap que es el tamaño de las empresas y la capacidad de estas de competir en mercados globalizados, en este sentido, también se ha podido comprobar que en el caso de los productos de la dehesa se produce una coope-

¹⁰ Para una mejor comprensión de la empresa analizada, la mítica Mundet se recomienda la lectura del manual de las autoras Afonso y Filipe (2010).

ración debido al sentimiento de arraigo mediante la creación de redes de cooperación entre empresas. En este punto debemos resaltar la aportación del autor Carlos Manuel Faisca¹¹ (2018)¹² que nos muestra cómo los empresarios de las zonas ruralizadas como mecanismo de defensa ante la presencia de las grandes empresas utilizan estrategias cooperativas como mecanismo de compra y aprovechamiento. Es decir, nos muestra desde una perspectiva histórica la estrategia de las empresas rurales que parten del aprovechamiento de los recursos emanados de la dehesa compiten y desarrollan su actividad a través de herramientas de cooperación, para ser más concretos, nos muestra cómo se genera capital social en las zonas rurales adheridas.

Línea 2. El papel de las empresas rurales vinculadas a las dehesas en el desarrollo de la economía verde, circular y social.

En la actualidad, y ante la situación de agotamiento y deterioro del medio ambiente producida por el modelo productivo actual se ha puesto de manifiesto la necesidad de potenciar un modelo de desarrollo económico basado en la economía verde, circular y social, el hecho de hablar de empresas que parten de una ventaja competitiva natural ya nos muestra el apellido “verde” que históricamente han tenido los productos derivados de la dehesa. Pero las enseñanzas históricas también nos muestran que la dehesa potencia la vía “circular” y “social”

La investigación de Ana Fonseca y Filipe Themudo-Barata (2018) nos muestra la vertiente “circular” del modelo de desarrollo basado en la dehesa, poniendo de manifiesto como los siste-

¹¹ En el primer semestre de 2019 se encuentra prevista la defensa, en la Universidad de Extremadura, de otra tesis de doctorado que versa sobre el montado. Se trata del trabajo de Carlos Manuel Faisca, bajo la dirección de Francisco Manuel Parejo Moruno y Dulce Freire, titulado “El negocio corcho en el Alentejo: explotación forestal, industria y política económica (1848-1914).

¹² Completando la visión de este estudio sobre el Alentejo con el realizado por Parejo, Faisca y Rangel (2013) podemos llegar a tener una imagen global de la dehesa y el montado.

mas adheridos han servido de sustento y como mecanismo de mantenimiento de la población en tiempos de crisis económicas, y no solo mediante ser un refugio del empleo o de actividades secundarias que ayudaban a la economía familiar, como puede ser por el ejemplo el aprovechamiento forestal de la madera o la realización de carbón, también sirvió como mecanismo de refugio de la alimentación con los productos típicos de la mismas en las épocas de crisis económicas o elementarias.

Y el estudio realizado por la doctora Ana Isabel Silva (2018)¹³, donde nos muestra el ejemplo de cómo otra empresa cuya actividad principal deriva de la dehesa (es decir, la vertiente “social”), la empresa de la familia Robinson cuya actividad principal era el negocio corchotaponero, generaba una riqueza y un capital social que no se refleja en las cifras económicas. Es decir, nos muestra como las empresas que se arraigan a las zonas rurales, aunque estas sean internacionales y los empresarios sean extranjeros, acaban generando una relación de beneficio mutuo con la sociedad e inciden en la economía social del mundo rural.

Línea 3. El potencial turístico de las zonas rurales adheridas como mecanismo de desarrollo rural.

En este sentido, parece existir un consenso en el potencial turístico de la dehesa, pero también hemos podido comprobar a lo largo de las sesiones del congreso de la existencia de una serie de intangibles asociados a los territorios adheridos que mejoran el potencial turístico, y que quizás por puro desconocimiento no están siendo aprovechados.

El primer ejemplo lo tenemos en el traba-

¹³ Para un mayor conocimiento sobre la asistencia social en las zonas rurales se recomienda la lectura de la tesis doctoral de esta misma autora Silva (2017)

jo de Ana Cristina Ribeiro (2018) que nos muestra que en el seno de las dehesas también nos encontramos con elementos patrimoniales que permiten la dinamización de las zonas rurales si estas son aprovechadas para generar turismo, es decir, un elemento intangible que se encuentran inserto en ciertas zonas adehesadas; este artículo nos debe servir como llamada de atención puesto que cuando los economistas analizamos el aprovechamiento económica de la dehesa siempre nos centramos en los productos que emanan de la misma, y no nos centramos en comprobar los elementos históricos que dan un valor turístico y patrimonial a estas zonas ruralizadas.

El segundo ejemplo lo encontramos en el artículo de la investigadora Susana Pacheco (2018) realiza un estudio que nos muestra enseñanzas en dos sentidos, por un lado, nos muestra innovaciones históricas en la producción de corcho, como es el caso concreto del aglomerado negro, y, por otro lado, nos muestra cómo el patrimonio industrial asociado a las zonas adehesadas. Estas construcciones son un intangible material que poseen ciertas zonas rurales y que pueden ser utilizadas como mecanismo para generar desarrollo y turismo rural.

Línea 4. El aprovechamiento de las costumbres y tradiciones de los territorios adehesados como mecanismo para un mejor aprovechamiento económico de estas zonas

En esta línea queremos destacar el trabajo de Emilio Pascual Herrera (2018) que realiza un análisis de las prácticas agropecuarias realizadas en las dehesas extremeñas, concretamente a través del caso concreto de las dehesas que se encontraban en posesión de los jerónimos que estaban asentados en el Real Monasterio de Guadalupe (Extremadura), es decir, nos muestra cómo se realizaban un aprovechamiento eficiente de las dehesas, y, además el autor nos muestra

cómo podemos aprender de los usos y costumbres tradicionales, y construir el desarrollo rural a través de un aprovechamiento más eficiente de la dehesa.

Otro trabajo a destacar es el de los investigadores Elisabete Pereira e Ignacio García Pereda (2018) que nos muestran un análisis del caso concreto de la gestión de las dehesas de Mário Saa. En este punto debemos afirmar que una de las mayores aportaciones que podemos encontrar en esta investigación es un análisis de las fuentes documentales que nos permiten analizar la gestión de las dehesas de titularidad privada.

En definitiva, nos encontramos ante una serie de líneas de investigación que han sido abordadas en el Congreso Internacional O Montado no desenvolvimento rural do Sudoeste Peninsular – La dehesa en el desarrollo rural del Suroeste Peninsular poniendo de manifiesto que desde la perspectiva histórica del análisis de la dehesa, reflejan cómo podemos aprender de los usos y costumbres para el aprovechamiento eficiente de la dehesa, y, por consiguiente, para la construcción del desarrollo rural partiendo de la ventaja competitiva natural, además de mostrar-nos los activos (patrimonio) que se encuentran contenidos en las dehesas y que sirven como mecanismo para generar turismo.

4. Conclusiones

Antes de ahondar en las conclusiones debemos afirmar que vamos a hacer referencia tanto a este estudio como a las conclusiones que se presentaron en el citado congreso del que emana este monográfico

En cuanto al apartado de la literatura que se ha generado en base a la dehesa y el montado podemos hacer referencia a que en las zonas donde se encuentra presente este sistema agrosilvo-

pastoril su importancia en términos económicos y de empleo hace que los investigadores entiendan que es una de las problemáticas a abordar, y por consiguiente nos encontramos que sí se realiza una vasta investigación sobre esta realidad, pero como punto negativo debemos afirmar que la producción se encuentra localizada casi en exclusiva a las zonas del suroeste peninsular lo que acorta las posibilidades de desarrollo de la literatura al no ser una temática global.

En el análisis de los temas de estudio sobre la dehesa hemos podido detectar que el desarrollo rural que parte de la dehesa no se encuentra desarrollado en la literatura, por lo que podemos considerar que ha sido una de las lagunas de conocimiento y este monográfico constituye una de las herramientas generar conocimiento en este sentido, presentamos cuatro líneas a debate que, a nuestro juicio, constituyen una serie pilares de fundamentales sobre los que se debe profundizar en el estudio de la dehesa como mecanismo de desarrollo rural.

En cuanto a los estudios que se insertan en este monográfico y en el congreso podemos llegar a una serie de conclusiones.

- La dehesa, y el montado, tienen una serie de intangibles y de patrimonio que permiten el desarrollo rural de las zonas adheridas, y que podrían desarrollarse como un potencial turístico asociado a estas zonas.

- Los usos y costumbres que históricamente han sido analizados permiten mejorar el aprovechamiento de las dehesas de forma más eficiente y pueden permitir mejorar el rendimiento de la ganadería y de la producción forestal.

- Las zonas ruralizadas, y más concretamente los empresarios corcheros, generan una serie de estrategias de competencia basadas en

la construcción de redes de cooperación y colaboración, es decir, se genera un capital social que permite a las pequeñas y medianas empresas competir en un mercado globalizado, y hecho que no es nuevo, puesto que es una práctica que ya se ha realizado históricamente.

- Por último, el capital social generado en torno a las zonas rurales, y más concretamente en las zonas adheridas ha permitido prácticas de acción social, es decir, el sentimiento de pertenencia y arraigo ha logrado generar una serie de prácticas que mejoran el nivel de vida en las zonas rurales.

Bibliografía

AFONSO, Fátima; FERREIRA, Fernanda. Os trabalhadores da Mundet em Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas: Contributos para a História socioeconómica do montado. *História e Economia: Revista Interdisciplinar*, São Paulo, n.º 21, 2018.

FAÍSCA, Carlos Manuel. Estratégias cooperativas no setor florestal corticeiro alentejano oitocentista, um fator de desenvolvimento? (1852-1914). *História e Economia: Revista Interdisciplinar*, São Paulo, n.º 21, 2018.

FONSECA, Ana; THEMUDO-BARATA, Filipe. Utilização de alimentos de substituição nos montados do Alentejo no segundo e terceiros quartis do século XX. *História e Economia: Revista Inter-disciplinar*, São Paulo, n.º 21, 2018.

GÓMEZ-LUNA, Eduardo; FERNANDO-NAVAS, Diego; APONTE-MAYOR, Guillermo; y BETANCOURT-BUITRAGO, Luís Andrés. Metodología para la revisión bibliográfica y la gestión de información de temas científicos, a través de su estructuración y sistematización. *DYNA*, n.º 81 (184), pp. 158-163, 2014.

FILIFE, Graça; y AFONSO, Fátima (coord.), *Quem diz cortiça diz Mundet*. Seixal: Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2010.

HERRERA GONZÁLEZ, Emilio Pascual. Aprovechamiento pasado, presente y futuro de las dehesas extremeñas como empresas agropecuarias. *História e Economia: Revista Interdisciplinar*, São Paulo, n.º 21, 2018.

LAVADO, Joaquín Francisco; SCHNABEL, Susanne; y TRENADO, Rubén. La dehesa. Estado actual de la cuestión. *Clío: History and History Teaching*, n.º 17, 2000.

LINARES, Antonio; y ZAPATA, Santiago. Una visión panorámica de ocho siglos. En F. J. Pulido, P. Campos y G. Montero (Eds.) *La gestión forestal de las dehesas. Historia, ecología, selvicultura y economía*. Mérida, IPROCOR, 2003.

MARTÍN GALINDO, José Luís. La dehesa extremeña como tipo de explotación agraria. *Revista de Estudios Geográficos*, n.º 103, pp. 157-226, 1966.

MEDIR, Ramiro. *Historia del gremio Corchero*. Madrid, Alhambra, 1953.

MENDES, Américo. *A economia do sector da cortiça em Portugal: Evolução das actividades de produção e de transformação ao longo dos séculos XIX e XX*. Documento de Trabalho. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2002.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira. *Subercultura*. Lisboa, Ministério da Economia, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1950.

PACHECO, Susana. A produção de aglomerado negro na fábrica Robinson. Contribuições para a História do património edificado História e Economia: Revista Interdisciplinar, São Paulo, n.º 21, 2018.

PAREJO, Francisco Manuel. Cambios en el negocio mundial corchero: un análisis a largo plazo de las ex-portaciones españolas (1849-2000). Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural, n.º 39, pp. 241-267. 2006. URL: <http://hdl.handle.net/10234/161665>

PAREJO, Francisco Manuel. El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo XX: Cambios e intervención pública. Universidad de Extremadura, Badajoz, 2009. URL: <http://hdl.handle.net/10662/475>

PAREJO, Francisco Manuel. El negocio del corcho en España durante el siglo XX. Estudios de historia económica del Banco de España, n.º57, 2010.

PAREJO, Francisco Manuel; FAÍSCA, Carlos Manuel; y RANGEL, José Francisco. Los orígenes de las actividades corchera en Extremadura: El corcho extremeño entre catalanes e ingleses. Revista de Estudios Extremeños, n.º 69 (1), pp. 455-484, 2013.

PAREJO, Francisco Manuel; y RANGEL, José Francisco. La economía extremeña en perspectiva histórica: crecimiento, convergencia y cambio estructural. En L. F. De la Macorra (Coord.), Treinta Años de Economía y Sociedad Extremeña (1983-2013), Badajoz, Diputación de Badajoz, pp. 13-30. 2015

PEREIRA, Elisabete; GARCÍA PEREDA, Ignacio. El corcho del intelectual: La gestión de las dehesas de Mário Saa (1893-1971). História e Economia: Revista Interdisciplinar, São Paulo, n.º 21, 2018

RANGEL, José Francisco. Los Sistemas Productivos Locales en Extremadura. Aportaciones a la Política de Desarrollo Industrial y Rural. Badajoz, Universidad de Extremadura, 2018.

RANGEL, José Francisco; FAÍSCA, Carlos Manuel; BOMBICO, Sónia; y MOURISCO, Pedro (Coords). El alcornocal y el negocio corchero: una perspectiva histórica e interdisciplinar. O Montado de sobre e o setor corticeiro: uma perspectiva histórica e transdisciplinar. Badajoz, Diputación de Badajoz, 2016.

RANGEL, José Francisco; PAREJO, Francisco Manuel; y TEJEDA, Adrián. Informe anual sobre el negocio corchero, 2015. Análisis del comercio internacional, Badajoz, Observatorio para la Comercialización y la Industrialización del Corcho Extremeño, 2016.

RIBEIRO, Ana Cristina. O Complexo do Pedrogão no contexto das primeiras sociedades camponesas: breves notas sobre o povoamento neolítico no concelho de Avis. História e Economia: Revista Interdisciplinar, São Paulo, n.º 21, 2018.

SILVA, Ana Isabel Coelho. A ação assistencial dos industriais corticeiros Robinsons no Alto Alentejo (1870-1910). História e Economia: Revista Interdisciplinar, São Paulo, n.º 21, 2018.

SILVA, Ana Isabel Coelho. *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*. Universidad de Coimbra, Coimbra, 2017.

ZAPATA, Santiago; PAREJO, Francisco Manuel; BRANCO, Amélia; GUTIERREZ, Michelle; JIMÉNEZ BLANCO, José Ignacio; PIAZZETTA, Renaud; y VOTH, Andreas. *Manufacture and Trade of Cork Products: An International Perspective*. En J. Aronson, J. Pereira y J. Pausas. (Eds.), *Cork Oak Woodlands on the Edge: Ecology, Adaptive Management, and Restoration*. Washington D. C., Island Press, pp. 189-200, 2009.

Anexo. Relación de tesis doctorales leídas en España que versan sobre la dehesa

Nombre	Año	Título	Universidad
Rubio Delgado, Judit	2018	TASAS DE EROSIÓN LAMINAR HISTÓRICAS EN DEHESAS	Universidad de Extremadura
Señoran Martin, Jose Maria	2018	DEHESAS, DÓLMENES Y CAMINOS. UNA APROXIMACIÓN AL FENÓMENO MEGALÍTICO DE LA ALTA EXTREMADURA DESDE LA ARQUEOLOGÍA DEL PAISAJE	Universidad Complutense de Madrid
Ríos Castaño, Pedro	2017	CONTROL DE LA PODREDUMBRE RADICAL CAUSADA POR PHYTOPHTHORA CINNAMONI EN DEHESAS MEDIANTE BIOFUMIGACIÓN CON BRASSICA SPP	Universidad de Córdoba
Calvete Sogo, Hector	2016	PRODUCTIVITY AND QUALITY OF DEHESA PASTURES IN RELATION TO GLOBAL CHANGE: INCREASING TROPOSPHERIC OZONE AND NITROGEN DEPOSITION	Universidad Politécnica de Madrid
Lledó Gómez, Santiago	2016	MICOFLORA ENDÓFITICA EN LAS PRINCIPALES ESPECIES HERBÁCEAS DEL PASTO DE DEHESA. INFLUENCIA SOBRE LA PRODUCCIÓN, CALIDAD Y ESTADO FITOPATOLÓGICO DEL PASTO.	Universidad de Extremadura
Santos Alcudia, Raquel	2016	EFFECTO DEL TIPO GENÉTICO Y DEL SISTEMA DE ALIMENTACIÓN EN LA PRODUCCIÓN INTENSIVA DE CARNE DE VACUNO PROCEDENTE DE ZONAS DE DEHESA	Universidad de Córdoba
Vlassova, Lidia	2016	LAND SURFACE TEMPERATURE (LST) ESTIMATED FROM LANDSAT IMAGES: APPLICATIONS IN BURNT AREAS AND TREE-GRASS WOODLANDS (DEHESAS)	Universidad de Zaragoza
MARTINEZ FLOREZ, JULIO	2016	INFLUENCIA BIOLÓGICA NÓRDICA EN LA HISPANIA TARDOANTIGUA. LA NECRÓPOLIS VISIGODA DE DEHESA DE LA CASA (CUENCA)	Universidad de La Rioja
Lozano Parra, Francisco Javier	2015	DINÁMICA DEL AGUA EDÁFICA EN DEHESAS Y SU RELACIÓN CON EL CLIMA Y LA VEGETACIÓN	Universidad de Extremadura
Ramírez Hernández, Alfredo	2014	DIVERSIDAD Y VARIACIÓN ESPACIOTEMPORAL DE LOS ENSAMBLES DE INSECTOS SAPROXILICOS (COLEOPTERA Y DIPTERA: SYRPHIDAE) EN ECOSISTEMAS DE DEHESA DEL OESTE IBÉRICO	Universidad de Alicante
ESCRIBANO SANCHEZ, ALFREDO JESUS	2014	ESTUDIO DE LA PRODUCCIÓN BOVINA ECOLÓGICA Y CONVENCIONAL EN SISTEMAS EXTENSIVOS DE DEHESAS EN EXTREMADURA. ANÁLISIS TÉCNICO-ECONÓMICO, DE SOSTENIBILIDAD Y DE EFICIENCIA DE SU SISTEMA PRODUCTIVO. POSIBILIDADES DE CONVERSIÓN AL MODELO DE PRODUCCIÓN ECOLÓGICA.	Universidad de Extremadura
Vicente Calle, Cándido Rafael	2013	EVALUACIÓN DEL GRADO DE AFECTACIÓN POR LARVAS DE CARAMBYX WELENSII KÜSTER 1846 (COL., CERAMBYCIDAE) DEL ARBOLADO DE LAS DEHESAS (QUERCUS SUBER, L. Y Q. ROTUNDFOLIA, LAM.) EN EXTREMADURA Y SU RELACIÓN CON ALGUNAS VARIABLES IMPORTANTES DEL ECOSISTEMA	Universidad de Extremadura
Avilés Ramírez, Carmen B	2013	ESTUDIO DE ASOCIACIÓN ENTRE LOS MARCADORES DE SIETE GENES Y LA CALIDAD DE LA CARNE DEL VACUNO PRODUCIDO EN LA DEHESA. ANÁLISIS DE SU IDONEIDAD PARA LA APLICACIÓN EN LA MEJORA.	Universidad de Córdoba
SERRANO MORAL, MARIA DEL PERPETUO SOCORRO	2012	CONTROL CULTURAL DE LA PODREDUMBRE RADICAL CAUSADA POR PHYTOPHTHORA CINNAMOMI EN DEHESAS DE ENCINA	Universidad de Córdoba
Galindo Villavicencio, Maria Xóchitl	2011	JUEGOS CON TOROS: DE LA DEHESA CASTELLANA A LA CUENCA DE MÉXICO	Universidad de Salamanca
Rolo Romero, Víctor	2011	COMPETENCIA POR LOS RECURSOS EDÁFICOS ENTRE ESTRATOS VEGETALES (ÁRBOL, PASTO, MATORRAL):IMPLICACIONES PARA EL FUNCIONAMIENTO Y PRODUCTIVIDAD DE DEHESAS DE QUERCUS ILEX L.	Universidad de Extremadura
CARBONERO MUÑOZ, MARIA DOLORES	2011	EVALUACION DE LA PRODUCCION Y COMPOSICION DE LA BELLOTA DE ENCINA EN DEHESAS	Universidad de Córdoba
MORALES RODRIGO, SARA	2011	DINÁMICA PRODUCTIVA DE FORRAJES DE DIFERENTES CULTIVARES DE TRITICALES Y AVENAS COMO SUPLEMENTO A LOS PASTOS DE DEHESA Y PASTIZALES DEL S.O. DE LA PENÍNSULA IBÉRICA	Universidad de Extremadura
TEJERINA BARRADO, DAVID	2010	CARACTERIZACIÓN DE LOS RECURSOS NATURALES DE DEHESA (BELLOTA Y PASTO) DURANTE LA MONTANERA E INFLUENCIA DEL SISTEMA DE PRODUCCIÓN SOBRE PARÁMETROS INMUNOLÓGICOS Y CALIDAD DE CARNE DEL CERDO IBÉRICO	Universidad de Extremadura

Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

Anexo. Relación de tesis doctorales leídas en España que versan sobre la dehesa

Nombre	Año	Título	Universidad
CAREVIC VERGARA, FELIPE SOLDAN	2010	TASAS DE EROSIÓN LAMINAR HISTÓRICAS EN DEHESAS	Universidad de Huelva
CASTAÑO GUILLÉN, CELESTINO	2008	DEHESAS, DÓLMENES Y CAMINOS. UNA APROXIMACIÓN AL FENÓMENO ME GALÍTICO DE LA ALTA EXTREMADURA DESDE LA ARQUEOLOGÍA DEL PAISAJE	Universidad Nacional de Educación a Distancia
ÁLVAREZ DÍAZ, JIMMY EDGAR	2008	CONTROL DE LA PODREDUMBRE RADICAL CAUSADA POR PHYTOPHTHORA CINNAMONI EN DEHESAS MEDIANTE BIOFUMIGACIÓN CON BRASSICA SPP	Universidad de Salamanca
Gea Izquierdo, Guillermo	2008	PRODUCTIVITY AND QUALITY OF DEHESA PASTURES IN RELATION TO GLOBAL CHANGE: INCREASING TROPOSPHERIC OZONE AND NITROGEN DEPOSITION	Universidad Politécnica de Madrid
MALDONADO ESCRIBANO, JOSÉ	2008	MICROFLORA ENDOFÍTICA EN LAS PRINCIPALES ESPECIES HERBÁCEAS DEL PASTO DE DEHESA. INFLUENCIA SOBRE LA PRODUCCIÓN, CALIDAD Y ESTADO FITOPATOLÓGICO DEL PASTO.	Universidad de Extremadura
DE TENA REY, MARÍA TERESA	2007	EFEECTO DEL TIPO GENÉTICO Y DEL SISTEMA DE ALIMENTACIÓN EN LA PRODUCCIÓN INTENSIVA DE CARNE DE VACUNO PROCEDENTE DE ZONAS DE DEHESA	Universidad de Extremadura
GASPAR GARCÍA, PAULA	2007	LAND SURFACE TEMPERATURE (LST) ESTIMATED FROM LANDSAT IMAGES: APPLICATIONS IN BURNED AREAS AND TREE-GRASS WOODLANDS (DEHESAS)	Universidad de Extremadura
RUEDA GARCIA, MARTA	2006	INFLUENCIA BIOLÓGICA NÓRDICA EN LA HISPANIA TARDOANTIGUA. LA NECRÓPOLIS VISIGODA DE DEHESA DE LA CASA (CUENCA)	Universidad de Alcalá
CUBERA GONZÁLEZ, ELENA	2006	DINÁMICA DEL AGUA EDÁFICA EN DEHESAS Y SU RELACIÓN CON EL CLIMA Y LA VEGETACIÓN	Universidad de Extremadura
MANETA LÓPEZ MARCO POLO	2006	DIVERSIDAD Y VARIACIÓN ESPACIOTEMPORAL DE LOS ENSAMBLES DE INSECTOS SAPROXÍLICOS (COLEOPTERA Y DIPTERA: SYRPHIDAE) EN ECOSISTEMAS DE DEHESA DEL OESTE IBÉRICO	Universidad de Extremadura
CUEVAS BENÍTEZ, SERAFÍN	2006	ESTUDIO DE LA PRODUCCIÓN BOVINA ECOLÓGICA Y CONVENCIONAL EN SISTEMAS EXTENSIVOS DE DEHESAS EN EXTREMADURA. ANÁLISIS TÉCNICO-ECONÓMICO, DE SOSTENIBILIDAD Y DE EFICIENCIA DE SU SISTEMA PRODUCTIVO. POSIBILIDADES DE CONVERSIÓN AL MODELO DE PRODUCCIÓN ECOLÓGICA.	Universidad Politécnica de Madrid
MARTÍNEZ GARCÍA, EMILIO	2004	EVALUACIÓN DEL GRADO DE AFECTACIÓN POR LARVAS DE CARAMBYX WELENSII KÜSTER 1846 (COL., CERAMBYCIDAE) DEL ARBOLADO DE LAS DEHESAS (QUERCUS SUBER, L. Y Q. ROTUNDFOLIA, LAM.) EN EXTREMADURA Y SU RELACIÓN CON ALGUNAS VARIABLES IMPORTANTES DEL ECOSISTEMA	Universidad de Extremadura
MALDONADO GALLEGO, AGUSTÍN	2004	ESTUDIO DE ASOCIACIÓN ENTRE LOS MARCADORES DE SIETE GENES Y LA CALIDAD DE LA CARNE DEL VACUNO PRODUCIDO EN LA DEHESA. ANÁLISIS DE SU IDONEIDAD PARA LA APLICACIÓN EN LA MEJORA.	Universidad de Extremadura
García García, Monica	2003	CONTROL CULTURAL DE LA PODREDUMBRE RADICAL CAUSADA POR PHYTOPHTHORA CINNAMOMI EN DEHESAS DE ENCINA	Universidad Politécnica de Madrid
PALOMARES CUADROS, JUAN	2003	JUEGOS CON TOROS: DE LA DEHESA CASTELLANA A LA CUENCA DE MÉXICO	Universidad de Granada
MARISCAL LORENTE PEDRO JESÚS	2003	COMPETENCIA POR LOS RECURSOS EDÁFICOS ENTRE ESTRATOS VEGETALES (ÁRBOL, PASTO, MATORRAL): IMPLICACIONES PARA EL FUNCIONAMIENTO Y PRODUCTIVIDAD DE DEHESAS DE QUERCUS ILEX L.	Universidad Complutense de Madrid
MARTÍN BARROSO, DAVID	2003	EVALUACION DE LA PRODUCCION Y COMPOSICION DE LA BELLOTA DE ENCINA EN DEHESAS	Universidad Complutense de Madrid
GONZALEZ DUGO, MARIA PATROCINIO	2002	DINÁMICA PRODUCTIVA DE FORRAJES DE DIFERENTES CULTIVARES DE TRITICALES Y AVENAS COMO SUPLEMENTO A LOS PASTOS DE DEHESA Y PASTIZALES DEL S.O. DE LA PENÍNSULA IBÉRICA	Universidad de Córdoba
MURILLO VILANOVA, MÓNICA	2002	CARACTERIZACIÓN DE LOS RECURSOS NATURALES DE DEHESA (BELLOTA Y PASTO) DURANTE LA MONTANERA E INFLUENCIA DEL SISTEMA DE PRODUCCIÓN SOBRE PARÁMETROS INMUNOLÓGICOS Y CALIDAD DE CARNE DEL CERDO IBÉRICO	Universidad Politécnica de Madrid

Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

Anexo. Relación de tesis doctorales leídas en España que versan sobre la dehesa

Nombre	Año	Título	Universidad
AVILES BENITEZ, ANASTASIA	2002	GESTIÓN SOSTENIBLE DE LOS RECURSOS NATURALES. EL CASO DE LA AGRICULTURA DE DEHESA EN ADNALUCIA	Universidad de Sevilla
MATEOS RODRÍGUEZ, ANA BEATRIZ	2001	INTERCEPTACION DE LAS PRECIPITACIONES POR LA ENCINA EN ESPACIOS ADEHESADOS.	Universidad de Extremadura
CONTRERAS HERNANDEZ, HECTOR ARMANDO	2000	ESTRATEGIAS DE GESTION DE LA DEHESA: PERCEPCION Y MANEJO DEL ARBOLADO EN EL VALLE DE LOS PEDROCHES (CORDOBA)	Universidad de Córdoba
PITARCH GARCIA, RICARDO	2000	ESTUDIO DE LA FLORA Y VEGETACIÓN DE LAS SIERRAS ORIENTALES DEL SISTEMA IBÉRICO: LA PALOMITA, LAS DEHESAS, EL RAYO Y MAYABONA(TE-RUEL)	Universitat de València
GOMEZ HERNANDEZ, ALFONSO	2000	CAMBIOS CULTURALES Y ECOLÓGICOS EN LAS DEHESAS DEL ALTO TORMES (ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE LA SERREZUELA Y EL MAGDALENA MEDIO)	Universidad de Salamanca
AVILES REGODON, JESUS MIGUEL	1999	DIETA,PREFERENCIAS ALIMENTARIAS Y PATRONES DE ACTIVIDAD DE LA CRULLA COMUN GRUS GRUS EN DEHESAS DEL CENTRO DE LA PENINSULA IBERICA	Universidad de Extremadura
INFANTE VAZQUEZ JUAN MANUEL	1999	RELACIONES HIDRICAS E INTERCAMBIO GASEOSO EN ENCINAS (QUERCUS ILEX L.) DE DEHESAS DEL SUDOESTE DE ESPAÑA	Universidad de Sevilla
PULIDO DIAZ, FERNANDO JAVIER	1999	HERBIVORISMO Y REGENERACION DE LA ENCINA (QUERCUS ILEX L.) EN BOSQUES Y DEHESAS.	Universidad de Extremadura
LUMBRERAS VICENTE, CARLOS J.	1998	ESTUDIO DE LAS MICROSUCESIONES DE COLEOPTEROS COPROFAGOS DE ENCINALES ADEHESADOS Y EVALUACION DE LOS EFECTOS DERIVADOS DEL USO DE FARMACOS ANTIPARASITARIOS (COLEOPTERA SCARABAEODEA).	Universidad de Alicante
VARGAS GIRALDO JUAN DE DIOS	1997	ANALISIS TECNICO Y ECONOMICO DE LA EXPLOTACION DEL CERDO IBERICO EN LA DEHESA EXTREMEÑA.	Universidad de Extremadura
CEBALLOS BARBANCHO, ANTONIO	1997	BALANCE DE AGUA DE UNA CUENCA HIDROGRAFICA BAJO EXPLOTACION DE DEHESA EN EXTREMADURA.	Universidad de Extremadura
LOPEZ VIZCAINO, DAVID	1997	LA REAL DEHESA DE LA SERENA. SU REPARTO Y ENAJENACION EN EL SIGLO XVIII.	Universidad Autónoma de Madrid
ESCRIBANO SANCHEZ, MIGUEL	1996	CONTRIBUCION AL ESTUDIO DE LA DEHESA EN EXTREMADURA. ANALISIS TECNICO Y ECONOMICO DE SISTEMAS ADEHESADOS DE USO MULTIPLE DEL SUROESTE DE BADAJOZ	Universidad de Extremadura
VIGUERA RUBIO, JAVIER	1996	EVOLUCION DE NITROGENO, FOSFORO, POTASIO, CALCIO Y MAGNESIO EN LOS PASTOS DE DEHESA ARBOLADA DEL SUR-OESTE DE LA PROVINCIA DE BADAJOZ.	Universidad de Extremadura
LECO BERROCAL, FELIPE	1995	ECOSISTEMA DEHESA: APROXIMACION METODOLOGICA A SU DELIMITACION, ORDENACION Y TRANSFORMACION.	Universidad de Extremadura
MALO ARRAZOLA JUAN ESTEBAN	1995	LA ENDOZOOCORIA POR MAMIFEROS HERBIVOROS EN UNA DEHESA DEL CENTRO DE LA PENINSULA IBERICA.	Universidad Autónoma de Madrid
DE MIGUEL GARCINUÑO, JOSÉ MANUEL	1989	ESTRUCTURA DE UN SISTEMA SILVOPASTORAL DE DEHESA. VEGETACION, HABITATS Y USO DEL TERRITORIO POR EL GANADO.	Universidad Complutense de Madrid
MARTIN BELLIDO, MANUEL	1984	INFLUENCIA DE CIERTOS FACTORES AMBIENTALES SOBRE LA PRODUCTIVIDAD DEL GANADO VACUNO RETINTO EN LA DEHESA.	Universidad Politécnica de Madrid
CAMPOS PALACIN, PABLO	1983	EVOLUCION Y PERSPECTIVAS DE LA DEHESA EXTREMEÑA.	Universidad Complutense de Madrid

Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

Anexo. Relación de tesis doctorales leídas en España que versan sobre la dehesa

Nombre	Año	Título	Universidad
ESCUADERO BERRIAN, ALFONSO	1983	TRANSFERENCIAS DE NUTRIENTES MINERALES DESDE EL ESTRATO ARBOREO EN MONTE ADEHESADO (ECOSISTEMAS DE PASTIZALES SEMIARIDOS).	Universidad de Salamanca
PÁRRAGA MARTÍNEZ JESÚS FRANCISCO	1980	ESTUDIO EDAFICO DE LA DEHESA DEL CAMARATE	Universidad de Granada

Fuente: Elaboración propia con información de TESEO (Consulta realizada el 15 de noviembre de 2018)

Os trabalhadores da Mundet em Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas: contributos para a história socioeconómica do Montado¹

The Workers of Mundet in Mora, Ponte de Sor, and Vendas Novas: Contributions to the Socioeconomic History of the “Montado”

Fátima Afonso

*Ecomuseu Municipal do Seixal²
fatima.afonso@cm-seixal.pt*

Fernanda Ferreira

*Ecomuseu Municipal do Seixal³
fernanda.ferreira@cm-seixal.pt*

Resumo

A Câmara Municipal do Seixal, através do Ecomuseu Municipal, tem vindo a promover a preservação da documentação da Mundet & C.ª, Lda., fundo que abarca o período de funcionamento da empresa (1905-1988) em Portugal, do qual se destaca o Ficheiro de Pessoal da Mundet & Cª Lda., que abrange os trabalhadores de todas as fábricas da Mundet sendo uma valiosa base para a compreensão das relações de produção, da evolução da mão-de-obra na indústria corticeira e da respetiva circulação e transmissão de saberes. Partindo de uma abordagem histórica, apresentaremos uma perspetiva geral da evolução e caracterização dos trabalhadores nas unidades fabris de Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas, apoiada no conhecimento da indústria corticeira em geral e da Mundet & Cª, Lda. em particular, e das relações desta indústria com a mão-de-obra que nela opera, particularmente, numa perspetiva regional, onde estas fábricas se inserem, contribuindo assim para a construção do conhecimento sobre a história económica e social em Portugal.

Palavras-chave: indústria corticeira; trabalhadores; Mundet & Cª Lda.

Códigos JEL: N94; N60

Abstract

The Seixal Municipal Council, through the Seixal Municipal Ecomuseum has been promoting the preservation of the archives of Mundet & Cª Lda. covering the period the company operated (1905-1988) in Portugal. The Personnel Files of Mundet & Cª Lda., with records of the workers at all Mundet factories, stand out as a valuable resource for understanding the relations of production, the development of the workforce in the cork industry, and the respective circulation and transmission of knowledge. Based on a historical approach, this paper will present a general perspective on the evolution and characterization of workers at the Mora, Ponte de Sor and Vendas Novas factories. The paper will focus on a regional perspective, thus contributing to the construction of knowledge about the economic and social history of Portugal.

Keywords: cork industry; workers; Mundet & Cª Lda.

JEL Codes: N94; N60

¹ Artigo recebido em 01/07/2018. Aprovado em 10/10/2018

² Responsável pela Área de Património Histórico e Museus Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

³ Integra o Centro de Documentação e Informação. Mestre em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação pela Universidade de Évora.

Introdução

Contando com várias fábricas em Portugal e no estrangeiro e exportando uma gama variada de produtos em cortiça natural e aglomerada para todos os continentes, a Mundet & C.^a, Lda. foi reconhecidamente uma das maiores empresas do sector corticeiro no país e, durante um certo período, a nível mundial.

À data da instalação da fábrica corticeira da L. Mundet & Sons no Seixal, em 1905 (de que a Mundet & C.^a, Lda. é sucessora a partir de 1922), já se encontrava em laboração, para além dos estabelecimentos que mantinha na Catalunha (Espanha), uma unidade industrial corticeira em Nova Iorque (Estados Unidos da América). À medida que a estrutura do negócio corticeiro Mundet se foi desenvolvendo, a Mundet & C.^a, Lda. passou a integrar a relação comercial de complementaridade económica, técnica e industrial estabelecida entre as várias unidades fabris, sob a égide da empresa americana Mundet Cork Corporation (Afonso, 2016, 121-123).

Uma das principais motivações para a instalação, anos mais tarde, de outras unidades industriais corticeiras em plena área de produção suberícola em território português, terá sido a possibilidade de aquisição de quantidades notáveis de matéria-prima necessária ao abastecimento das fábricas que a Mundet mantinha na Europa e, em especial, no continente americano (Estados Unidos da América, Canadá e México)⁴.

Na fase inicial da atividade industrial da Mundet no nosso país, o desenvolvimento do negócio corticeiro da empresa levou à exploração

de alguns estabelecimentos industriais vocacionados, sobretudo, para a preparação de prancha, e de depósitos de cortiça, instalados próximo ou mesmo em zonas de produção suberícola, por períodos de exploração descontinuada.

No início de 1914 a empresa estabeleceu uma fábrica corticeira em Mora, mas a prospeção da cortiça centrava-se igualmente em herdades localizadas na Azambuja e Ponte de Sor (Afonso...[et al.], 2010, 33). Passados três anos, em plena Grande Guerra, temos notícias da instalação temporária de um novo estabelecimento fabril da empresa em Vendas Novas, a par da instalação de uma segunda unidade fabril no concelho do Seixal⁵.

Mais tarde, a prospeção para aprovisionamento de matéria-prima às fábricas da Mundet organizou-se em quatro regiões: Chamusca, Mora (pelo elevado volume de compras aí realizado, a importante área de Coruche encontrava-se incluída nesta região), Ponte de Sor e Sado (Carrasco, 2000, 12), áreas geográficas onde a Mundet considerava situar-se o filão da boa cortiça.

Na década de 20 do século XX, a estratégia empresarial passa pelo estabelecimento, em áreas de montado, de fábricas preparadoras equipadas de modo a poderem desenvolver uma atividade de mais longa duração. Em 1921, a Mundet adquire algumas propriedades junto à estação ferroviária de Mora, dando origem à fábrica de Vinha da Cruz (a esta unidade industrial veio a juntar-se, presumivelmente a partir dos anos 40, a propriedade de Serradão). Ainda na década de 20, a sociedade funda uma fábrica de preparação de cortiça em Ponte de Sor.

⁴ Para além dos estabelecimentos mencionados, durante os primeiros anos da década de 30 do século XX, a Mundet deteve uma unidade industrial de preparação de cortiça no Norte de África, mais precisamente em Djidjelli, na Argélia.

⁵ A fábrica Mundet em Amora, concelho do Seixal, funcionou ininterruptamente entre 1917 e 1963, trabalhando em complementaridade com a primeira fábrica da empresa em Portugal, instalada no mesmo município em 1905.

Figura 1. Anúncio da Mundet & C^a Lda.

☆ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ☆
Mundet & C. L. da
 SEDE — SEIXAL
Estabelecidos em 1965
 Telefone. Seixal P B X -23 Teleg.: «Mundet—Seixal»
 Produtores, fabricantes e exportadores de cortiça e de todos os artigos dela derivados. Rolhas, discos, papel de cortiça, lã de cortiça para colchões e «édredons», cintos de salvação e para banho, boias, capachos para banho, aglomerados etc. etc.
Fábricas no País
 SEIXAL ALDEGALEGA } «Nascentes»
 AMORA } «Bela Vista»
 MORA PONTE DE SOR
Onze Fábricas em plena Laboração
 ☆ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ ☆

Fonte: Publicado no jornal O Seixalense, de 13 de agosto de 1933.

Na sequência da aquisição da fábrica do Seixal da Mundet & C^a Lda., em hasta pública, em dezembro de 1996, pela Câmara Municipal do Seixal, esta tornou-se detentora de um vasto espólio industrial de interesse histórico e cultural. A par das coleções técnicas e industriais, dos equipamentos, das máquinas e, até mesmo, dos espaços fabris, o vasto espólio incluía também um importante conjunto de bens documentais associados à atividade da empresa.

Este fundo documental da Mundet & C^a Lda. abarca todo o período de funcionamento da firma (1905-1988) em Portugal, mas, principalmente as décadas de 60, 70 e 80 do século XX, resultado porventura da destruição efetuada periodicamente pela própria empresa. No fundo documental Mundet, documentos atestam procedimentos da firma no que respeita à destruição de documentação de arquivo através de queima, passados os prazos legais (a documentação refere 20 anos) de conservação de documentação, aliás como era prática comum nas empresas. Em 1951, a firma procedeu à destruição de diversa

documentação que data de 1913 a 1930. Refere também ter havido documentos que já tinham sido queimados, nomeadamente aqueles produzidos até ao ano de 1912. Existem ainda relatórios de documentos a queimar datados de 1955, 1958 e 1961 que dizem respeito a anos anteriores a 1940 – “...impressos, documentos vários e correspondência geral para serem queimados (...) visto não terem nenhuma utilidade e ainda com o fim de conseguir aliviar o arquivo para dar lugar à entrada de outros documentos mais

actuais”⁶.

Não obstante, um imenso volume documental, organizadamente reunido ou abandonado em antigos espaços desafetados, permaneceu disperso pelas instalações da fábrica, registos diversos sobre temáticas reportadas à indústria corticeira e ao mundo do trabalho, muitas vezes depositado sem relação ao contexto original de produção ou em difíceis condições de preservação em oficinas, arrecadações ou sob telheiros

Estes bens documentais ainda existentes constituem uma valiosa base para a compreensão dos espaços fabris, das relações de produção, da evolução da mão-de-obra na indústria corticeira e da respetiva circulação e transmissão de saberes, contempla informações relacionadas com as áreas comercial e económica, de produção e administrativa, passando pelas áreas social e cultural da firma, permitindo conhecer os seus momentos de expansão e de crise.

Tendo em conta uma perspetiva de continuidade e de complementaridade entre o objeto e o documento que lhe diz respeito e ao qual está

⁶ Fundo documental Mundet (RE 123/2000). Existem também testemunhos orais que referem que a documentação era queimada nas caldeiras onde servia de combustível.

associado, todos os bens deste vasto espólio têm sido tratados de igual forma de acordo com normas internacionalmente reconhecidas para a incorporação e tratamento de bens museológicos, e de acordo com os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original.

Contudo, apenas parte da documentação se encontra tratada, identificada e incorporada no acervo museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal e por isso o seu acesso encontra-se condicionado.

Deste fundo, o Ficheiro de Pessoal da Mundet & C^a Lda.⁷ constitui, até ao momento, a fonte mais importante para o estudo dos seus trabalhadores. Contém dois modelos de fichas denominadas Boletim de Inquérito, um mais antigo introduzido na década de 40 do século XX e um mais recente utilizado a partir da década de 60. Este ficheiro abrange os funcionários de todas as fábricas da Mundet (Seixal, Amora, Montijo, Mora, Ponte de Sor, Vendas Novas, depósitos e escritórios de Lisboa) desde a sua fundação até ao seu encerramento.

No âmbito deste artigo, propomo-nos divulgar os primeiros resultados da análise do modelo mais antigo de Boletim de Inquérito, que constitui uma fonte mais completa para a caracterização dos trabalhadores que laboraram nas fábricas corticeiras da Mundet & C.^a, Lda. instaladas na Região do Alentejo, durante as décadas de 40 e 50, do século XX, integrando este estudo no contexto sociocultural e económico do referido período. Este intervalo temporal foi considerado pertinente para o nosso propósito, dado que os boletins de inquérito remanescentes no Fundo Documental Mundet resultaram de uma alteração significativa na estratégia empresarial que terá ocorrido a partir de meados dos anos 40, tendo repercussões na organização e na gestão

7 Fundo documental Mundet (RE 88/1999).

das fábricas que, à época, a empresa detinha em Portugal.

1. A Mundet e o período do pós Segunda Guerra Mundial (Décadas de 40 e 50 do século XX)

Os anos 40 do século XX foram marcados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se refletiu, entre outros aspetos, na organização militar das condições de trabalho e na defesa da economia nacional através dos Serviços de Mobilização Industrial do Ministério da Guerra, serviço que (sobretudo a partir das paralisações do trabalho de finais de 1942) passou a supervisionar e a controlar os sectores económicos considerados essenciais para o interesse público, entre os quais a indústria corticeira.

A par das dificuldades económico-sociais da conjuntura, o decénio de 1940 foi marcadamente um período conturbado no que respeita à transmissão de liderança do negócio e à gerência da sociedade portuguesa Mundet, após o falecimento de José Mundet, seu principal acionista. No início da década, os sócios e gerentes Luiz Gubert e Joaquim de Sousa interpõem uma ação judicial para dissolução da sociedade Mundet & C.^a, Lda., contra Joseph Mundet⁸ Jr., José Maria Genis e António Iglésias y Cruz. A ação terminou em 1947 e teve como consequência a saída da gerência e, mais tarde, da empresa, de Luiz Gubert, sócio-gerente desde 1906. Esta situação teve repercussões na organização e na gestão do negócio corticeiro em Portugal.

A partir de 1947 a presidência do Conselho de Gerência da firma é entregue a Harry Russell Cant que presidirá ao destino da empresa até 1950, período curto mas marcado pela crise

8 Em 1938, José Mundet (1869-1940), sócio fundador da empresa, fez cedência de cotas da Mundet & C.^a, Lda. a Joseph Mundet Jr.

9 José Maria Genis e António Iglésias, de nacionalidade espanhola, tinham já anteriormente sido detentores de poderes de gerência da sociedade entre 1936 e 1939.

na indústria corticeira e pela reorganização dos serviços nas fábricas da Mundet, passando pela tomada de medidas que visaram diminuir os custos de produção recorrendo à cessação da laboração das secções fabris deficitárias e à redução do número de trabalhadores corticeiros, procurando reajustar a mão-de-obra às necessidades da firma (aspeto que se encontra refletido no número de boletins de inquérito que integram o Ficheiro de Pessoal da Mundet & C.^a, Lda.).

Ao longo da história da empresa, a organização do serviço de compra de matérias-primas foi fundamental para a prosperidade da sociedade. Em 1948, a orientação superior de depósitos e fábricas, bem como a compra de todas as matérias-primas para a sociedade, ficaram a cargo de António Iglésias, sócio e gerente responsável por todos os contactos comerciais quer com os fabricantes, quer com os produtores de cortiça.

A indústria corticeira portuguesa, à época, dependia quase inteiramente do mercado externo para o escoamento dos seus produtos ficando, por isso, dependente da concorrência internacional, quer de outros países produtores de cortiça, quer de países produtores industriais de produtos corticeiros que não possuíam esta matéria-prima (Dias, 2005, 146). O mercado da cortiça no mato era então dominado pelo comportamento das conjunturas internacionais, encontrando-se à mercê da procura externa.

Durante a Segunda Guerra Mundial, conjuntura favorável ao incremento das exportações de produtos transformados da cortiça¹⁰, entre 1943 e 1945 os Estados Unidos da América passaram a absorver mais de 50% do valor das exportações de cortiça não transformada e cerca de 11% de produtos transformados. Outro país

que, na altura, assumiu protagonismo, enquanto importador de produtos transformados, foi o Reino Unido (Dias, 2005, 251).

No período após o termo da Segunda Guerra Mundial, a indústria transformadora corticeira, para além dos reflexos da depressão económica que o mundo estava a atravessar, sentia os constrangimentos da sua própria crise. A necessidade de matéria-prima para a manutenção da indústria transformadora corticeira em países não produtores de cortiça e a reconstrução das áreas urbanas afetadas pelo conflito militar, deram origem a um aumento de procura externa das cortiças portuguesas. Este aumento de procura, fundamentou-se igualmente no clima de incerteza em que o mundo então vivia, procurando os países aprovisionarem significativas quantidades de cortiça, de modo a reconstituir os seus stocks de matérias-primas.

Sempre que os países compradores se preparavam para um período que previam difícil, havia necessidade de se proceder ao aprovisionamento de cortiça. Uma vez finda a fase crítica (como aconteceu em 1946), os países procuram repor os seus stocks de modo a regressarem rapidamente à normalidade. O triénio 1947 a 1949 corresponde ao período de regularização da procura subjacente ao imediato pós guerra.

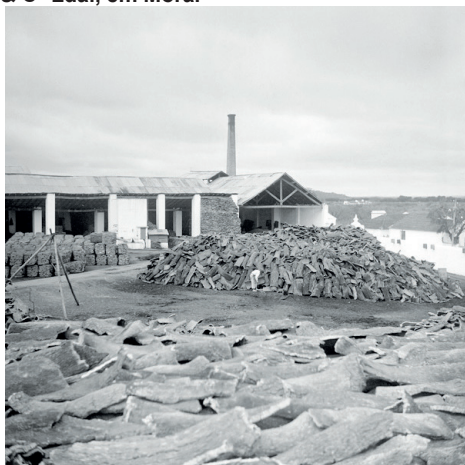
A prosperidade da exportação de prancha deu origem a vários protestos por parte da indústria rolheira, perante a escassez e aumento do preço daquela, que era a sua matéria-prima fundamental. Este aspecto era referido pela Comissão de Estudo da Reorganização das Actividades Corticeira [em 1949] como a causa para a perda de competitividade da actividade rolheira: o aumento do preço das rolhas beneficiava o aparecimento de substitutos e a concorrência de outros países produtores, conduzindo à crise neste subsector. Pelo contrário, os industriais de preparação saíam favorecidos com a maior procura, mas de forma transitória, pois os paí-

¹⁰ Para além das suas aplicações mais usuais, durante este período de beligerância, a cortiça passa a ser utilizada na indústria da guerra (Santos, 2000, 76-79).

ses compradores de prancha adoptaram, muitas vezes, uma política de constituição de stocks. (Dias, 2005, 179)

Os principais países compradores de prancha e de produtos semipreparados, entre os quais os refugos, as aparas, os quadros, etc., em 1950, foram os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a Alemanha, a Rússia (país que praticamente não tinha realizado aquisições nos últimos anos da década 40) e a Holanda, para além de outros países cujas compras não foram tão expressivas, como a Dinamarca, a Argentina, o Canadá, a Austrália, o México, a Checoslováquia, entre outros (Associação Industrial Portuguesa, 1950, 99). Os produtos semipreparados eram necessários à produção de granulados e regranuados de cortiça, matéria-prima para a indústria de aglomerados aplicados em vedantes e materiais de construção (os aglomerados puros para os isolamentos térmico, acústico e antivibrático, os aglomerados compostos para o fabrico de pavimentos e de revestimentos). Os regranulados eram ainda empregados na produção de linóleo, entre outras aplicações.

Figura 2. Vista da fábrica de cortiça da Mundet & C^a Lda., em Mora.



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

Pese embora alguma inexatidão nas estatísticas oficiais sobre a produção corticeira, que nos alertava Santiago Zapata (2000, 2), os dados que conseguimos reunir relativos à exportação parecem indicar claramente que no último triénio dos anos 40 (de que mencionaremos, como exemplo, o ano de 1947) a prancha e os produtos semipreparados superam largamente os valores referentes à exportação dos produtos corticeiros transformados¹¹.

De acordo com os números oficiais divulgados no Boletim da Junta Nacional da Cortiça (criado em 1936, foi o organismo coordenador da atuação dos diferentes agentes económicos ligador ao sector corticeiro e promotor do comércio externo dos seus produtos, criado em 1936), reproduzidos igualmente nos relatórios anuais da direção da Associação Industrial Portuguesa¹², em 1947 o grosso da exportação portuguesa de cortiça continuava a ser preenchido não por produtos manufacturados, mas antes por cortiça preparada ou semipreparada que atingiu as 143.673 toneladas, constituindo 85,3% do total da exportação nacional de cortiça no ano em referência: 179.827 toneladas (Associação Industrial Portuguesa, 1948, 106). A mesma fonte refere que os 15% dos produtos corticeiros transformados exportados, mantinham-se a um nível apreciável e com tendência para o crescimento (Associação Industrial Portuguesa, 1948, 81), ascendendo a 19% em 1950 (Associação Industrial Portuguesa, 1950, 95).

Contudo, foram tomadas algumas medidas que parecem restringir e procurar inverter esta tendência em alta da exportação da matérias-primas, essenciais para o desenvolvimento da indústria de transformação corticeira nacional:

¹¹ Esta tendência encontra-se refletida nos relatórios consultados da direção da Associação Industrial Portuguesa para o período entre 1946 e 1953.

¹² A Associação Industrial Portuguesa integrava uma secção sobre as várias vertentes da ileira da cortiça presidida, no triénio de 1946-1948 pela Sociedade Corticeira Robinson Bros., Lda.

Em 1951, com a Portaria n.º 13666, de 6 de setembro, foram fixadas sobretaxas para a prancha – com a taxa mais elevada -, refugo e aparas. Ainda em 22 de dezembro de 1951, este adicional foi reduzido para todos os produtos corticeiros. No ano de 1954, através da Portaria n.º 14920, de 7 de junho, novo adicional foi estabelecido para a prancha, atestando a prosperidade do seu comércio externo na segunda metade dos anos 50 (...). De forma clara, entre a Segunda Guerra Mundial e até à Pauta de 1950, a política aduaneira incidente sobre as exportações penalizou as pranchas em termos de direitos de exportação, contrariamente ao que podemos observar para os restantes produtos corticeiros. (Dias, 2005, 170 e 177)

A primeira metade da década de 50 foi afetada pela conjuntura da Guerra da Coreia (1950-1953), registando-se, face à pressão da grande procura internacional de produtos corticeiros, um aumento significativo dos preços da matéria-prima necessária à laboração industrial (Dias, 2005, 222). Por outro lado, em 1949:

As autoridades espanholas, perfilha - do uma bem entendida política de proteção à sua indústria transformadora de cortiças, impuseram medidas restritivas à saída de matéria-prima do país vizinho. Os compradores estrangeiros voltaram-se então em escala cada vez maior para o mercado fornecedor português, impulsionando uma competição assídua à volta das nossas cortiças não manufacturadas. (Associação Industrial Portuguesa, 1952, 100)

É neste contexto de aumento de procura de matéria-prima que a Mundet & C.^a, Lda. decide instalar, a título provisório, uma unidade industrial de preparação de cortiça em Vendas Novas, em 1949, nas propriedades de Manuel Alves de Paiva e da empresa Recorger, Lda. Contudo, tratou-se de um período de euforia transitória.

O ano de 1951 foi assinalado pelo agravamento da crise na indústria corticeira, registando-se, sob a pressão da grande procura

internacional, uma alta constante de preços da matéria-prima necessária à laboração industrial (em 1950, o custo da cortiça valoriza-se em relação a 1949, acusando o seu índice um acréscimo de 54% nos valores (Associação Industrial Portuguesa, 1952, 95) e a diminuição de vendas da indústria transformadora.

Este movimento regressivo, que se irá acentuar no início da década de 50, terá estado na origem do encerramento da fábrica da Mundet de Vendas Novas em 1952 (após o seu termo de atividade e até 1957, as instalações passaram a depósito de cortiça). As restantes unidades fabris da Mundet no Alto Alentejo irão manter a sua atividade laboral até cerca de meados da década seguinte.

A conjuntura de crise na indústria corticeira e a quase paralisação nos negócios (face à baixa dos preços de venda dos seus produtos) sem que, porém, a diminuição da produção fabril tenha sido acompanhada pela descida do custo de mão-de-obra, levaram a gerência da Mundet, em setembro de 1953, a reduzir cerca de 500 postos de trabalho, o que se irá refletir em todas as suas unidades fabris. Na sequência desta decisão, em outubro desse mesmo ano, as fichas de trabalhadores da fábrica da Mundet em Mora registam casos de trabalhadores dispensados por falta de trabalho naquela unidade industrial. Partindo de listas existentes no Fundo Documental Mundet¹³ que assinalam o cômputo numérico dos trabalhadores empregues nas fábricas da Região do Alentejo, verificou-se a saída de 63 trabalhadores da fábrica morense e de 30 da unidade fabril de Ponte de Sor, o que representou uma diminuição de cerca de 28,5% de mão-de-obra nos estabelecimentos industriais da Mundet estabelecidos nesta região.

Com efeito, esta tendência para a dimi-

¹³ Fundo documental Mundet (RE 272/1999).

nuição das exportações da cortiça em matéria-prima e o aumento das quantidades exportadas de produtos corticeiros semitransformados começa a fazer-se sentir após a Segunda Guerra Mundial, mas parece ter-se consolidado apenas a partir da década de 50, acompanhada pelo decréscimo da produção de prancha (Dias, 2005, 220-221). Esta situação é corroborada por Francisco Parejo Moruno, em 2009, ao referir:

No caso português, as vendas de cortiça não manufaturada mantiveram um forte crescimento na primeira metade do século XX. Só depois de 1950 (para apontar um ano) mudaram esta tendência e fizeram-no drasticamente, numa queda vertiginosa e contínua que chegou aos nossos dias. (Parejo, 2009, 102. Tradução nossa)

De acordo com o mesmo autor, o papel de Portugal no negócio corticeiro deixou definitivamente de ser o de mero provedor de matéria-prima, para se afirmar como protagonista na transformação de cortiça a nível mundial.

2. As fábricas da Mundet na região do Alentejo

Através da análise das propriedades escolhidas pela Mundet para instalar as suas unidades industriais em pleno Alentejo, torna-se perceptível a estratégia empresarial adotada para acesso à matéria-prima de qualidade e em grandes quantidades, adquirida a um preço conveniente e com características que permitiam a produção de uma gama variada de produtos.

A implantação das unidades fabris em áreas privilegiadas de produção suberícola permitia o rápido e eficaz transporte da cortiça para a fábrica e, mediante o desenvolvimento dos transportes ferroviário, o eficiente escoamento dos produtos acabados. O ramal Setil - Vendas Novas, inaugurado em 1904, constituiu uma melhoria nas ligações entre as regiões do Ribatejo e

Alentejo, ficando Vendas Novas (à época, vila e freguesia do município de Montemor-o-Novo) a apenas três horas de viagem ferroviária da capital.

Na antiga vila de Mora, o caminho-de-ferro foi inaugurado em 1908, servindo várias povoações dos concelhos de Évora, Arraiolos e Mora.

Em volta da sua estação (Mora) principiou a nascer um novo bairro que explodiu com maior vigor após a implantação, nas suas imediações nos terrenos denominados “Vinha da Cruz” da fábrica Mundet & C.ª, Lda. filha direta de uma região eminentemente suberícola e também do caminho-de-ferro que proporcionou fácil escoamento aos seus produtos. Pode dizer-se que a linha férrea viveu quase exclusivamente desta fábrica. (Correia, 1991, 3)

De facto, a relação de interdependência entre o caminho-de-ferro e a fábrica morense foi tão forte que as instalações fabris se foram desenvolvendo em torno do terminal ferroviário do ramal Évora - Mora. De um lado da via-férrea, encontrava-se a parcela da propriedade denominada Serradão, vocacionada para a preparação e armazenamento da cortiça e, do outro lado, localizava-se a propriedade designada Vinha da Cruz, destinada à indústria rolheira.

Figura 3. Vista aérea da fábrica de cortiça da Mundet & Cª Lda., em Mora, 1954.



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

Na região do Alentejo, a Mundet procurou ainda propriedades disponíveis com boa exposição solar (indispensável para a secagem da cortiça extraída e empilhada, visando ainda uma melhor iluminação dos locais do trabalho), preferencialmente atravessadas por linhas de água e com poços de captação da água de boa qualidade, indispensável ao funcionamento das caldeiras e ao cozimento da matéria-prima. Estas propriedades encontravam-se localizadas na periferia das povoações quer devido à desejável proximidade da linha ferroviária (sobretudo no caso das fábricas de Mora e Vendas Novas, já no caso de Ponte de Sor o caminho de ferro distava cerca de 2km do centro da antiga vila), quer por convir a uma indústria considerada incómoda devido aos fumos da chaminé complementar à laboração da caldeira e ao perigo de incêndio.

As fábricas instaladas na Região do Alentejo beneficiaram de antigas instalações fabris que se encontravam, à época, inativas (este aspeto encontra-se comprovado no que se refere às unidades fabris de Ponte de Sor e Vendas Novas) e ainda da presença de consideráveis áreas de terreno livre, possivelmente adquiridas para reserva tendo em vista a futura ampliação das oficinas fabris. Porém, estas propriedades evidenciam a tradição de aproveitamento agrícola dos terrenos, participando assim num dos sectores estruturantes da vida económico-social das comunidades onde estas unidades industriais se inseriram.

Na década de 40, a unidade industrial de Mora atingiu uma área de implantação 30.068 m², dos quais estima-se que cerca de dois terços correspondiam a área descoberta destinada ao empilhamento e tratamento da prancha e à exploração agrícola. Neste mesmo período, o estabelecimento de Ponte de Sor contava com 46.169 m² de área de implantação, dos quais apenas 6.222m² constituía a área edificada. Da-

qui se depreende, por um lado, o espaço livre que era necessário destinar às várias tarefas de preparação, escolha e estacionamento da matéria-prima na fábrica. Por outro lado, estes dados dão-nos a noção da dimensão destas unidades fabris da Mundet destinadas à indústria corticeira de preparação.

Figura 4. Vista aérea da fábrica de cortiça da Mundet & C^a Lda., em Ponte de Sor, 1954.



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

A localização próxima dos centros populacionais proporcionou às fábricas da Mundet instaladas na Região do Alentejo uma abundância de mão-de-obra. Tratava-se, no entanto, de um operariado sem grande tradição ou know-how no que se refere à transformação industrial da cortiça. Assim, parece-nos provável que no caso das unidades fabris instaladas em Ponte de Sor e, sobretudo, em Mora (segundo o Guia Profissional Corticeiro, este último município, em 1947, contava apenas com dois fabricantes de cortiça: Joaquim Prates e a Mundet & C.^a, Lda.), tenha sido reproduzido o modelo de formação da fábrica seixalense (Afonso...[et al.], 2010, 17-30) e que, no âmbito da sua instalação, estas unidades fabris tenham contado com o apoio de pequenos núcleos de trabalhadores especializados provenientes da sede da sociedade, no Seixal, cujo saber-fazer foi sendo, com o tempo, transmitido e alargado aos operários residentes nestes concelhos.

Em 1948 António Iglésias assume a direção das fábricas de Ponte de Sor e Mora. Até então as fábricas instaladas na região alentejana tinham estado sob a supervisão do encarregado geral, Marcelino Angel Santos Lozano, mestre corticeiro que integrou o grupo inicial de operários especializados de nacionalidade espanhola que acompanharam a instalação da fábrica seixalense, em 1905. Com mais de 40 anos de serviço na firma, Angel Santos reformou-se em 1948.

No final da década de 40, a gerência da empresa decide autorizar António Iglésias a modificar livremente a situação do pessoal do escritório e da fábrica de Mora, de modo a melhorar a organização dos respetivos serviços. Entre as medidas adotadas, encontravam-se a redução de trabalhadores e o encerramento da laboração das secções fabris deficitárias, visando assim diminuir os custos de produção e aumentar o rendimento económico das outras secções fabris.

A tecnologia então utilizada nas unidades fabris de preparação de prancha e na produção de produtos semipreparados era simples. Para além das facas manuais corticeiras, era usada a craveira de bolso, habitualmente denominada pé-de-linhas (instrumento a que o operário corticeiro, o escolhedor ou o calibrador, recorria para medir a espessura do tecido suberoso, apresentando, de um lado, a escala em milímetros e, no anverso, a escala em linhas¹⁴), recorrendo-se a prensas para acondicionamento da matéria-prima ao dorso de solípedes e a balanças romanas e decimais para a pesagem da cortiça. Uma vez na fábrica, após o cozimento e a escolha da matéria-prima, utilizava-se a prensa Bijoli – equipamento inspirado no modelo de prensa que, na Índia, era utilizado para enfardar fibras vegetais – para prensagem e enfardamento da prancha de cortiça.

14 O mede-linhas ou pé-de-linhas era usado na escolha de prancha pelo calibre e era um aparelho de mensuração linear. Segue o antigo sistema de medição, no qual a linha equivale a 12 pontos e é uma duodécima parte da antiga polegada portuguesa. Esta polegada media 0m,0275 e a linha mede, pois, 2mm,2 (Machado, 1946, 211).

De modo a facilitar o transporte da matéria-prima no interior do espaço fabril (assim como para ligação ao ramal de caminho-de-ferro no caso das fábricas de Mora e Vendas Novas), todas as unidades fabris estavam equipadas com linha Decauville, sendo o material circulante constituído vagonetas puxadas a muares.

No início da década de 40 do século XX, a Mundet já empregava com sucesso o vapor para aquecimento das águas de cozer cortiça nas suas fábricas localizadas na margem sul do estuário do Tejo, usando uma tecnologia estudada pelo diretor técnico da empresa, Telmo Trill Cals (técnico catalão admitido na empresa em 1936). Essa mesma tecnologia viria a ser instalada, na segunda metade do decénio, nas fábricas estabelecidas na Região do Alentejo, aspeto que as distanciaria do cozimento de cortiça que tradicionalmente utilizava caldeiras de fogo direto.

Durante o período estudado, enquanto a direção dos serviços de construção civil se encontrava a cargo do desenhador Hermínio Lopes Castilho (técnico que supervisionou várias das intervenções realizadas nas fábricas da Mundet na região alentejana), Telmo Trill foi responsável pela direção dos serviços técnicos de mecânica e construção de máquinas, bem como pela supervisão das oficinas de serralharia. Estas oficinas, instaladas no Seixal, visavam prestar a assistência técnica necessária a todas as fábricas e secções da empresa, por forma a evitar interrupções ou a suspensão dos respetivos serviços, por deficiência ou mau funcionamento das suas máquinas e utensílios. Apesar das fábricas de Mora e Ponte de Sor se encontrarem equipadas com carpintaria e serralharia (no caso da unidade fabril morense, existiam ainda afinadores de máquinas), o respetivo encarregado geral destas unidades fabris não estava autorizado a proceder a quaisquer modificações essenciais nas máquinas corticeiras instaladas, sem prévia consulta ao diretor técnico.

Terá ainda existido um importante apoio técnico ministrado por pessoal especializado da sede (Seixal) que, transitoriamente, era deslocado para as unidades fabris alentejanas, prestando apoio, por exemplo, à instalação de novas oficinas e equipamentos, supervisionando as equipas de prospeção e compra de cortiças no mato e apoiando as operações de pesagem e carregamento das matérias-primas do montado para as unidades fabris. Esta complementaridade técnica entre as fábricas, sob a supervisão especializada de técnicos sediados na unidade fabril do Seixal, foi apoiada, a nível local, pela disponibilização no recinto industrial de Mora e Ponte de Sor de alojamento para técnicos e quadros superiores da empresa.

Em termos administrativos, recursos humanos e comerciais, cada fábrica dispunha de um pequeno serviço de escritório, que trabalhava em articulação com o serviço dos escritórios centrais da sede da empresa, no Seixal, o qual coordenava os assuntos administrativos e comerciais da firma

3. Os trabalhadores das fábricas Mundet da região do Alentejo

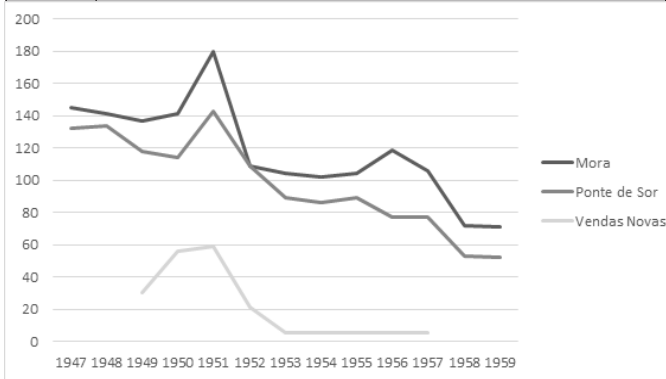
Do Ficheiro de Pessoal da Mundet & C^a Lda. foram identificados 176 boletins de inquérito de trabalhadores afetos às unidades fabris de Ponte de Sor (49 trabalhadores), Mora (69 trabalhadores) e Vendas Novas (58 trabalhadores), dos quais subsistem apenas dois boletins de inquérito do operariado feminino que esteve ligado à fábrica de Mora. Admitidas na década de 30, uma das operárias tinha a categoria profissional de espaldadora, enquanto a outra era uma trabalhadora indiferenciada. Uma destas operárias solicitou transferência para a unidade fabril da

Mundet no Seixal (concretizada em outubro de 1955) na sequência da dispensa do marido da fábrica morense para ingresso na empresa A. Silva & Silva, indústria de cerâmica e de madeiras, no Seixal. A segunda operária permanecerá na fábrica de Mora como empregada de limpeza, até à sua reforma em 1973.

No que à literacia diz respeito, cerca de 80% dos trabalhadores indicam que sabem ler e escrever (140 trabalhadores) e cerca de 45% (79) indicam ter instrução primária ou outra habilitação literária. Noventa e sete trabalhadores não possuem qualquer habilitação.

A partir de outras fontes do Fundo Documental Mundet conseguimos perceber a evolução do número de trabalhadores nestas unidades fabris:

Gráfico 1. Evolução dos trabalhadores nas fábricas do Alentejo (entre 1947 e 1959)



Fonte: *Elaboração própria a partir de listas existentes no Fundo Documental Mundet.*

Através da análise dos boletins de inquérito e no âmbito do encerramento da unidade fabril de Vendas Novas, concluímos que foram transferidos para a fábrica do Seixal, entre 1952 e 1953, três trabalhadores cujo percurso profissional esteve ligado à atividade nos vários de-

pósitos de cortiça que a Mundet deteve quer na Região do Alentejo, quer na zona do estuário do rio Tejo. Desta fábrica foi ainda transferido em 1963, para o estabelecimento fabril do Seixal, um comprador de cortiça.

Em relação à fábrica de Mora, no final da década de 50, verifica-se uma redução de pessoal nesta unidade fabril que irá afetar sobretudo o operariado feminino que praticamente desaparece dos quadros de pessoal, após o despedimento de 30 operárias corticeiras. Em 1959, fontes do Fundo Documental Mundet indicam uma redução de 39 trabalhadores para esta unidade fabril e na fábrica de Ponte de Sor uma redução de 26 operários.

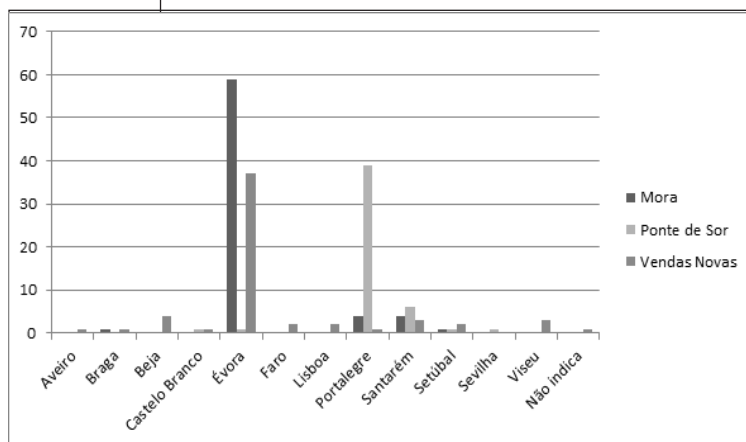
No caso da fábrica de Mora, este parece ter sido um momento de charneira, abandonando-se a vertente de indústria de transformação simples (há ainda a apurar se terá sido meramente rolheira), assegurada maioritariamente por mão-de-obra feminina, passando o enfoque para o incremento da atividade industrial de preparação.

A fábrica morense, ao encerrar a sua laboração em 1962, mantém onze guardas, sinal de que ali se continuaria, certamente, a guardar cortiça proveniente do mato à semelhança do que havia acontecido na fábrica de Vendas Novas em que os trabalhadores que permanecem nesta unidade fabril depois de 1952 (data do seu encerramento, tendo então passado a depósito até 1957, ano em que cessa atividade) serão, eventualmente, guardas e compradores de cortiça no mato.

As mesmas fontes referem que, na fase de encerramento das fábricas do Alto Alentejo,

transitaram para o estabelecimento industrial do Seixal, entre 1962 e 1963, 17 operários provenientes da unidade fabril de Mora e 16 trabalhadores da fábrica ponte sorense. No que respeita a esta última, pela mesma altura, um dos seus operários veio a ingressar na unidade fabril de indústria corticeira aglomerada que a Mundet deteve no município do Montijo (em atividade entre 1922 e 1988).

Gráfico 2. Naturalidade dos trabalhadores nas fábricas do Alentejo



Fonte: Elaboração própria a partir dos bo-letins de inquérito analisados.

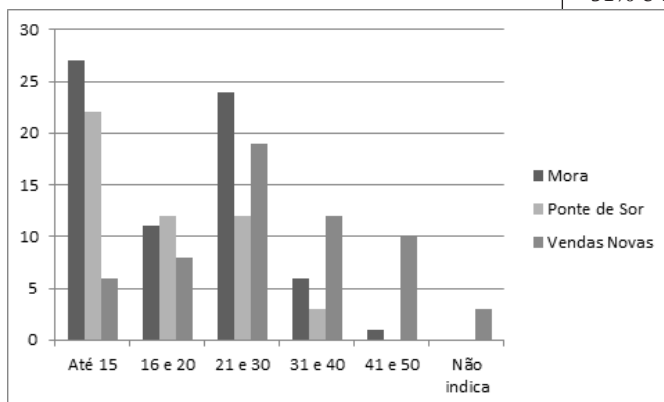
A partir do gráfico apresentado podemos perceber a forte presença de trabalhadores naturais do mesmo distrito onde foram implementadas as unidades fabris. Esta forte presença remete para o próprio concelho de implantação da fábrica: em Mora dos 69 trabalhadores, 57 são naturais de Mora, ou seja 83% do total. Em Ponte de Sor dos 49 trabalhadores 35 (ou seja, 71%) são naturais de Ponte de Sor.

Em Vendas Novas, na altura uma freguesia de Montemor-o-Novo (distrito de Évora), dos 58 trabalhadores, 34 pertencem a este concelho,

ou seja 59%. Regista-se ainda, contrariamente ao que ocorre nas outras unidades industriais em estudo, a grande disparidade de concelhos de proveniência dos seus restantes trabalhadores.

De assinalar que em semelhante período e a partir da análise das fichas dos trabalhadores das fábricas instaladas no concelho do Seixal (Seixal e Amora), verifica-se um número pouco significativo de mão-de-obra migrante para estas unidades fabris, provenientes dos distritos de Évora (20 operários) e principalmente de Portalegre (apenas 8 operários).

Gráfico 3. Idade à data de admissão dos trabalhadores nas fábricas do Alentejo



Fonte: Elaboração própria a partir dos boletins de inquérito analisados.

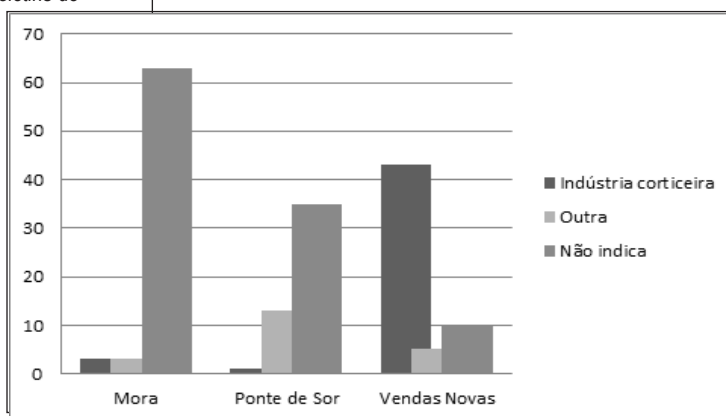
Um grande número de operários das fábricas de Mora e Ponte Sor apresenta uma idade inferior ou igual a 15 anos à data da sua admissão na empresa. Nesta situação encontramos 39% dos trabalhadores de Mora e 45% dos operários de Ponte de Sor, enquanto na fábrica de Vendas Novas apenas 10% dos seus trabalhadores pertenciam a esta faixa etária. Nesta última unidade fabril,

a maioria dos seus operários apresentam idades entre os 21 e 30 anos (33%) e entre os 31 e os 40 anos (21%). Os menores eram admitidos na fábrica como ajudantes, aprendizes ou faxinas (operários indiferenciados), realizando pequenas tarefas inerentes aos processos de transporte, preparação e transformação de cortiça.

Esta diferença é comprovada pela análise da experiência anterior identificada nos boletins de inquérito, dado que 74% dos trabalhadores afetos à fábrica de Vendas Novas indicam experiência anterior na indústria corticeira, enquanto nas unidades fabris de Mora e Ponte Sor, tratando-se de operariado mais jovem, respetivamente 91% e 71% dos seus trabalhadores não indicam qualquer experiência anterior.

Esta situação parece repercutir-se noutros campos nos boletins de inquérito, nomeadamente no que respeita a relações de parentesco evidenciadas à data de admissão dos trabalhadores nas fábricas de Mora e Ponte de Sor, onde os filhos ingressavam cedo na mesma unidade fabril onde os pais, os irmãos ou outros familiares já se encontravam

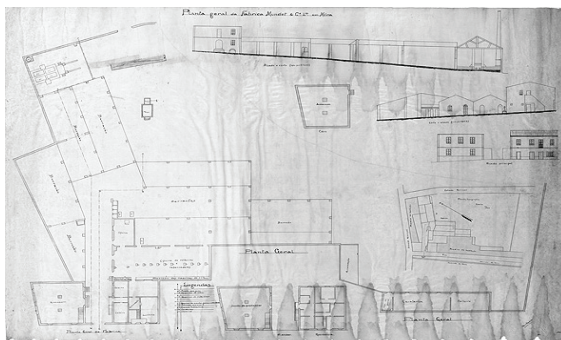
Gráfico 4. Experiência profissional anterior



Fonte: Elaboração própria a partir dos boletins de inquérito analisados.

a trabalhar. Em Mora, apenas seis trabalhadores não indicam qualquer membro da família a trabalhar na fábrica e, na unidade industrial de Ponte de Sor, o mesmo acontece a sete dos seus operários. Pelo contrário, na fábrica vendas novence não foram identificadas quaisquer relações familiares.

Figura 4. Planta da fábrica de cortiça da Mundet & C^a Lda., em Mora, 1935.



Fonte: © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet.

É na indústria de preparação que se concentra a maior parte do trabalho manual masculino. Enfardada no mato, a cortiça é encaminhada para exportação ou para as fábricas onde é preparada e depois transformada. As pranchas de cortiça são raspadas, sujeitas a cozedura, traçadas, recortadas e escolhidas. Depois da escolha, as pranchas seguem para as oficinas de transformação ou são enfardadas e transportadas para os diversos portos de exportação.

À exceção da fábrica morense que mantinha setores de transformação de cortiça com operariado feminino, as unidades fabris da Mundet na Região do Alentejo empregavam essencialmente operários do sexo masculino na indústria de preparação de cortiça. Sabemos através dos diferentes despachos publicados neste período que as categorias profissionais existentes na indústria de preparação estavam vedadas às

mulheres e também a operários menores do sexo masculino. A proibição de execução destes trabalhos por parte das mulheres advém por um lado, do esforço que o trabalho acarretava e, por outro, do elevado grau de especialização do trabalho manual executado na indústria preparadora.

Os operários corticeiros atingem cerca de 91% dos boletins de inquérito analisados (161 trabalhadores), entre os quais se salientam as categorias profissionais dos caldeireiros, dos recortadores, dos escolhedores de prancha, dos raspadores e dos enfardadores. Os restantes são trabalhadores com categorias profissionais relacionadas com serviços de apoio e de complementaridade à atividade corticeira, com destaque para o elevado número de operários indiferenciados.

No que se refere à política laboral deste período, a partir da publicação do Despacho de 2 de agosto de 1941, que determina as condições de prestação e regulamentação do trabalho da indústria corticeira nacional, foi criada uma tabela salarial tríplice. Esta estabeleceu os salários mínimos para os operários da indústria corticeira, através da diferenciação de três regiões corticeiras no país (salários mais baixos no norte, salários mais altos no centro e salários intermédios no sul).

Esta diferenciação salarial, fundamentada em questões de ordem económica (no custo de vida e na proximidade aos centros produtores de matéria-prima), acabou por ter reflexos no domínio social ao discriminar a mão-de-obra corticeira, na medida em que encontrando-se os trabalhadores das fábricas alentejanas da Mundet enquadrados na região sul – a qual integrava todos os distritos das regiões de Alentejo e Algarve –, auferiam de salários mais baixos dos recebidos pelos trabalhadores que, com idêntica categoria profissional, experiência e conhecimento técnico e desempenhando o mesmo tipo de ta-

Quadro 1 Categorias profissionais representadas nos boletins de inquérito

Ocupações / categorias profissionais	Mora	Ponte de Sor	Vendas Novas	Totais
Afinador de máquinas	2	0	0	2
Ajudante de motorista	2	0	0	2
Apontador	1	0	0	1
Aprendiz de enfardador	0	1	0	1
Aprendiz de escolhedor	0	3	0	3
Aprendiz de recortador	0	4	0	4
Caldeireiro	8	11	6	25
Calibrador	4	2	1	7
Capataz	0	1	0	1
Carreiro	4	2	0	6
Carroceiro	0	1	0	1
Empregado de escritório / Escriturário	6	3	0	9
Encarregado / Sub-encarregado	3	3	1	7
Enfardador	3	9	7	19
Escolhedor (a) de rolha	1	0	0	1
Escolhedor de prancha	12	7	5	24
Espaldador (a)	2	1	0	3
Faxina	8	3	4	15
Fogueiro	2	3	0	5
Guarda / Porteiro	8	13	11	32
Indiferenciado / Não diferenciado / Não especificado	31	13	18	62
Limpeza	1	0	0	1
Motorista / Mecânico de automóveis	1	3	1	5
Passador	0	1	0	1
Pesador	1	2	0	3
Preenseiro	0	0	4	4
Quadrador	11	4	0	15
Raspador	3	9	7	19
Recortador	11	9	13	33
Sem identificação de categoria	0	0	3	3
Serralheiro	2	1	0	3
Serviço de mato	0	2	1	3
Traçador	5	3	4	12

Fonte: Elaboração própria a partir de dados recolhidos nos boletins de inquérito do Ficheiro de Pessoal da Mundet & Cª Lda. O quadro reflete a evolução e as diferentes categorias exercidas pelos trabalhadores, patentes no Boletim de Inquérito de cada trabalhador, ao longo do seu tempo de serviço na fábrica.

refas, se encontravam empregados em unidades industriais da mesma empresa nas fábricas da Mundet em Amora, Seixal e Montijo (estabelecimentos que integravam secções de preparação e de enfardamento de prancha, aparas e refugos), situadas na margem sul do Tejo e inscritas na região centro. Os seus trabalhadores auferiam, pela referida tabela, os salários mais altos da profissão.

Seguem-se outros diplomas legais ao longo da década de 40, que dão continuidade à mesma situação, entre ao quais destacamos o diploma de 2 de dezembro de 1944 (resultante de inquérito aplicado à indústria corticeira por comissão técnica nomeada por Despacho em 12 de outubro de 1944), o qual estabelecendo as novas condições de prestação e remuneração de trabalho, agrupa as diferentes categorias profissionais existentes em indústria corticeira de preparação e na indústria corticeira de transformação, diferenciando os operários corticeiros por género, a partir da natureza do exercício profissional: estritamente manual (trabalho manual), com recurso a equipamentos industriais (trabalho mecânico) e em funções de apoio ao processo técnico e industrial (trabalho auxiliar). Em todos os grupos foram incluídos os aprendizes das diferentes categorias.

Na Mundet, as listas de pessoal corticeiro, da década de 50 do século XX, incluem, no grupo de pessoal auxiliar masculino, as cate-

gorias de vigilante de motores, de fogueiro, de porteiro e de guarda.

Existem ainda diversos Contratos Coletivos de Trabalho que, ao longo do século XX, vão estabelecendo as categorias e as funções do pessoal corticeiro, organizadas por género. Muitas são as categorias que surgiram a partir da especialização e aperfeiçoamento de determinadas funções, outras têm a tendência de desaparecer (por exemplo, o caso dos raspadores) ou de serem aglutinadas numa só categoria.

3.1. A experiência profissional anterior à sua admissão na Mundet

No final da década 40, do século XX, fazem-se sentir várias dificuldades da conjuntura. A dificuldade de acesso às disponibilidades de matéria-prima existente no mercado devido ao seu alto preço, levou a embaraços crescentes na aquisição de matérias-primas e à paralisação das fábricas de pequena capacidade, sobretudo preparadoras e rolheiras, dado que dificilmente se poderia manter a sua laboração em condições economicamente adversas. Esta situação vai ter como consequência a indústria passar a trabalhar em períodos de laboração reduzida (sendo o mínimo obrigatório, três dias por semana) ou mesmo nula, dificultando a sustentação de pesados encargos tributários e sociais pelas empresas e encontrando-se na origem da diminuição de rendimentos por parte dos operários.

De acordo com dados oficiais referentes à indústria corticeira em 1948, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, os estabelecimentos fabris encontravam-se concentrados, sobretudo, nos distritos de Aveiro, Setúbal, Évora – entre os concelhos de maior densidade industrial corticeira, destacava-se Montemor-o-Novo com um total de dezoito unidades industriais, onze das quais a laborar e sete inativas – e Faro (As-

sociação Industrial Portuguesa, 1949, 107). Em 1951, o jornal *A Voz de Vendas Novas* referia que o número de fábricas de cortiça em atividade naquela localidade descera para dez, entre as quais se destacavam as unidades fabris das empresas C.G. Wicander, Lda. (sociedade sediada na antiga vila do Seixal, relacionada com a A.B. Wicanders Korkfabriker de Estocolmo - Suécia) e Mundet & C.^a, Lda.

No Ficheiro de Pessoal da Mundet & C.^a, Lda., várias são as fichas que refletem esta realidade, através da menção da experiência profissional do trabalhador anterior à data da sua admissão na Mundet, sendo que a maioria das referências respeita a empresas corticeiras estabelecidas em Vendas Novas. Todavia, em períodos de falta de atividade corticeira, os trabalhadores tinham oportunidade de realizar trabalhos agrícolas nas herdades da região, designadamente realizando trabalhos sazonais, como sejam as colheitas e a extração da cortiça, complementando desta forma os seus rendimentos.

3.2. Associativismo de classe

A organização de classe profissional encontrava-se já implantada no terreno muito antes da instalação das unidades fabris da Mundet em Mora, Vendas Novas (no distrito de Évora) e Ponte de Sor (no distrito de Portalegre).

Ancorada nos termos do Decreto-Lei n.º 23050, de 23 de setembro de 1933, a profissão passou a ser organizada corporativamente em sindicatos¹⁵. Na década seguinte, é fundado o Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora, abrangendo os trabalhadores corticeiros dos distritos de Beja, Évora e Portalegre.

¹⁵ Constituídos nos termos do referido decreto-lei e organizando corporativamente todos os operários corticeiros do país, surgem os sindicatos dos distritos de Aveiro, Évora, Faro, Lisboa e Setúbal.

De acordo com os Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora (1952), a direção desta associação seria composta de cinco membros, sendo que na freguesia de Vendas Novas, concelho de Montemor-o-Novo, excepcionalmente o sindicato tinha três delegados que representavam os operários daquele importante centro corticeiro junto da sede do Sindicato Nacional (Cap. IV, art.º 22º), o que denota bem, à época, o envolvimento e a capacidade de organização de classe profissional corticeira em Vendas Novas.

Considerando o conjunto de fichas de trabalhadores das fábricas da Mundet da Região do Alentejo que constituiu a principal fonte de informação para o presente trabalho, num uni-verso de 176 operários corticeiros (encarregados ou mestres, raspadores, caldeiros, traçadores, recortadores, escolhedores de prancha, escolhedores de bocados, calibradores, espaldadores, quadradores, preenseiros, enfardadores, afinadores, amoladores e faxinas), cerca de 73% encontravam-se inscritos no Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora.

3.3. Mão-de-obra e assistência social

Em 1948, tendo em consideração o número de operárias empregues na indústria de transformação simples existente na fábrica de Mora (que à data já contava com refeitório para o seu pessoal), por indicação da 4ª Circunscrição Industrial – que compreendia, entre outras divisões administrativas, os distritos de Portalegre e Évora – foi criado um posto para amamentação destinado às mulheres mães que trabalhavam naquela unidade industrial.

Atendendo à existência, desde finais do século XIX, de legislação específica em Portugal de proteção legal a menores e mulheres empregados na indústria que, para além de outros

aspectos, determinavam a criação de estruturas de apoio aos operários e aos seus filhos (entre as quais a obrigação da instalação de refeitórios e creches), a mera presença de um posto de amamentação na fábrica é, em si, indicativo de uma concentração significativa de operariado feminino corticeiro neste estabelecimento industrial. Este posto de amamentação para os filhos do pessoal da fábrica, estabelecido em espaço próprio na Rua do Barco, localizado fora do perímetro fabril e instalado em edifício confinante com a cozinha e o refeitório do pessoal foi, mais tarde – após a reorganização desta unidade industrial que levará ao despedimento, em 1958, de 30 operárias corticeiras –, encerrado.

No caso da unidade fabril ponte sorense, onde o operariado masculino imperava, a empresa viu-se compelida a instalar, em 1947, balneários e refeitórios para os seus trabalhadores e op-tou pela simples atribuição de fundos ao lactário municipal de Ponte de Sor, entidade que dava a necessária assistência a sete crianças, filhas de operários da Mundet.

A empresa dispunha da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.^a, Lda. que, criada em 1942, exerceu a sua ação (assistência médica, subsídio na doença, a reforma ordinária aos 65 anos e extraordinária por invalidez, e atribuição de subsídio por morte) sobre os empregados e operários assalariados com carácter permanente ao serviço da empresa (Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet, 1942, 5). Os benefícios de que gozavam os operários e empregados da Mundet – abrangendo os trabalhadores das fábricas corticeiras de Seixal, Amora (Seixal), Nascentes (Montijo), Mora e Ponte de Sor, e ainda das sucursais de Lisboa e Porto –, atingiu um total de 4.246 beneficiários no primeiro ano de funcionamento.

No início da década de 50 foram erigidos

o edifício sede e as instalações para a prática desportiva e recreativa do Grupo Desportivo Mundet (tornando-se no centro N.º 273 da FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho) e o edifício do centro de saúde e da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda., no concelho do Seixal. Os trabalhadores de todas as fábricas da Mundet beneficiaram assim de assistência e serviço de saúde montado na sede da empresa, funcionando ainda em cada unidade fabril um gabinete de tratamento urgente.

Contudo, atendendo à diminuição das vendas da sociedade em consequência do decréscimo de produção fabril, cujo custo foi agravado pela incidência dos encargos fixos que não baixaram proporcionalmente, a gerência viu-se na contingência de, em 1952, reduzir as verbas despendidas com as creches, as casas de infância (estas últimas instalações acabaram por ser encerradas definitivamente) e a sopa dos pobres, prescindindo dos subsídios destinados à FNAT e ao Grupo Desportivo Mundet, bem como as contribuições para a Caixa de Previdência que não tinham carácter obrigatório, para além de outros donativos habitualmente distribuídos pela empresa aos seus trabalhadores e respetivas famílias na Quadra Natalícia (constituídos, sobretudo, pela distribuição de roupas e calçado aos filhos dos trabalhadores)

O apoio dado pela empresa à atividade desportiva remontará pelo menos à década de 30, do século XX, com a criação da Taça Mundet & C.ª, Lda. de futebol, em 1933, destinando-se o troféu a ser disputado entre os clubes dos municípios onde a empresa tinha estabelecido, à época, as suas fábricas (Seixal, Amora, Montijo, Mora e Ponte de Sor).

As instalações relacionadas com a ação social da empresa em Mora – refeitório do pessoal, posto de amamentação e alguns edifícios

para alojamento de pessoal técnico – foram vendidos em 1968. No ano seguinte, atendendo à realização de obras na Igreja Matriz, dedicada ao orago de a N.ª Sra. da Graça, as missas dominicais foram celebradas em instalações da fábrica da Mundet (Correia, 1991, p. 54), o que denota a integração desta unidade fabril na vida da comunidade local.

Considerações finais

Em termos cronológicos, o conjunto de boletins de inquérito dos trabalhadores da Mundet que constituiu a principal fonte de informação para o presente trabalho, terá resultado da reestruturação da empresa no período pós processo judicial (no final da década de 1940 e início do decénio seguinte) e da crise evidenciada na indústria corticeira, que terá obrigado à diminuição dos custos de produção através do recurso à redução do número de trabalhadores corticeiros.

A partir da análise dos boletins de inquérito remanescentes no Fundo Documental Mundet, durante o período estudado os trabalhadores empregues nas unidades fabris instaladas na Região do Alentejo eram maioritariamente operários corticeiros com categorias profissionais relacionadas com a preparação industrial da matéria-prima. Porém, o estudo desta documentação permitiu-nos distinguir estratégias empresariais diferenciadas na gestão dos seus recursos humanos.

Assim, nos estabelecimentos fabris de Ponte de Sor e de Mora podemos concluir que, a par da preocupação na manutenção do rendimento produtivo nestas unidades industriais, terá existido um investimento maior num operariado mais jovem, constituído por trabalhadores menores (e mulheres, no caso morense) que, auferindo de salários mais baixos e apesar de assegurar certas tarefas que poderiam ser consideradas marginais, participava ativamente no processo

produtivo da fábrica, ao mesmo tempo que iam progredindo na sua formação profissional. Esta entrada precoce na fábrica assegurava um percurso profissional que, apoiado pelos familiares que laboravam no mesmo estabelecimento industrial, visava a formação e a aquisição de um saber-fazer especializado, devidamente enquadrados nos requisitos técnicos da empresa, a qual procura assim assegurar e ter à sua disposição, no futuro, um operariado altamente qualificado

No caso da unidade fabril de Vendas Novas, cuja laboração parece ter assumido à partida um carácter provisório, a estratégia seguida na exploração industrial da cortiça fundamentou-se na admissão de operários corticeiros especializados e com experiência profissional comprovada, procurando-se deste modo satisfazer as necessidades imediatas da empresa. Esta fábrica veio a encerrar em 1953, após apenas cerca de três anos de laboração.

Em 1962, o falecimento de Joseph Mundet Jr. (sócio maioritário nas sociedades Mundet, portuguesa e americana), seguido da venda da Mundet Cork Corporation (adquirida pela Crown Cork & Seal Company, Inc., Baltimore – Estados Unidos da América), veio precipitar a desarticulação da organização internacional do negócio Mundet, dando início a uma nova etapa histórica da empresa, que se distancia do período de hegemonia do negócio internacional Mundet.

A desativação do sistema de unidades preparadoras e transformadoras, com a decisão de encerramento das fábricas de Mora, de Ponte de Sor e de Amora (Seixal), que se fez anunciar a partir de meados da década de 50 do séc. XX, tornou-se irreversível após a venda da Mundet Cork Corporation, seu principal cliente e, durante décadas, o seu ponto de apoio na promoção internacional dos seus produtos (Afonso, 2016, 143).

A carecer ainda de um estudo mais aprofundado, a venda da Mundet Cork Corporation (com fábricas nos Estados Unidos da América e no Canadá) poderá encontrar-se associada à conjuntura de crise da indústria transformadora nos países não detentores de matéria-prima (entre outros, os Estados Unidos da América, a Alemanha, a Grã-Bretanha e, mais tardiamente, a França) na década de 1960, países que, até então, tinham exercido pressão sobre os preços da cortiça preparada e semipreparada (Dias, 2005, 194) e concorrido com Portugal no mercado externo dos produtos corticeiros transformados. A distância geográfica entre centro produtor e centro consumidor de matéria-prima ter-se-á tornado pouco vantajosa (Dias, 2005, 178), sobretudo se considerarmos a difusão dos sucedâneos (plásticos e outros materiais que traziam vantagens funcionais e de embaratecimento de custo do produto) que ao longo dos anos 50 e 60 do século XX frustraram em grande medida a diversificação dos produtos corticeiros que o aglomerado de cortiça trouxe para o sector, restringindo a indústria corticeira à produção rolheira destinada aos vinhos (Zapata, 2000, 12), passando-se a evidenciar a diminuição da procura internacional dos produtos corticeiros.

O fim da industrialização corticeira em países desenvolvidos não produtores de matéria-prima, que reduziram notavelmente as suas importações de cortiça (Parejo, 2009, 103-104) vai refleti-se no fenómeno de “iberização” da indústria da cortiça que pressupôs a concentração das atividades de transformação da cortiça na Península Ibérica (Zapata, 2000, 12-14).

Enquadradas entre as produções industriais simples – dada a tecnologia aplicada – em áreas rurais e de montado de sobro, podemos considerar que as unidades industriais que a Mundet estabeleceu na Região do Alentejo (Mora, Ponte de Sor e Vendas Novas), ao terem

atingido uma certa expressão quanto ao número de mão-de-obra que empregaram (por comparação com outras empresas congéneres que, à época, laboravam na região) e ao participar na vida económica, social e comunitária dos municípios onde se estabeleceram, contribuíram para a consolidação da classe profissional corticeira a nível local e regional.

Em contrapartida, com os primeiros sintomas da crise da Mundet nos anos 50 e princípios da década seguinte, o encerramento das unidades fabris de Mora e Ponte de Sor e a transferência de algum do seu pessoal (e respetivas famílias) para a fábrica-sede da empresa, em Seixal, contribuindo para o fluxo migratório de mão-de-obra que, vindo do sul do país em busca de melhores condições de vida e de trabalho, foi atraído pela instalação da Siderurgia Nacional, em 1961, e pela construção da nova ponte de travessia para a capital (cuja construção teve início no ano seguinte), vindo a instalar-se no concelho do Seixal, entre municípios da margem sul do estuário do Tejo.

Fontes

Arquivo da empresa Mundet & C.^a Lda. (Arquivo de acesso condicionado, em fase de organização).

Referências bibliográficas

AFONSO, Fátima. A Mundet e o acesso ao «filão da boa cortiça». O abastecimento da matéria-prima às fábricas Mundet (1905-1988), in José Francisco Rangel... [et al.] (coord.), *El alcornocal y el negocio corchero : una perspectiva histórica e interdisciplinar. O montado de sobro e o setor corticeiro : uma perspectiva histórica e transdisciplinar*. Badajoz, Diputación de Badajoz, pp. 119-150, 2016.

AFONSO, Fátima...[et al.]. A Mundet e os modelos de formação de “centros corticeiros” no século xx. Da Catalunha ao Seixal (Portugal): o período de instalação e de consolidação, in Graça Filipe; Fátima Afonso (coord.), *Quem diz cortiça diz Mundet*. Seixal: Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, pp.17-55, 2010.

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA. Relatório da Direcção da Associação Industrial Portuguesa. Lisboa : A.I.P., 1947-1954. Relatórios e pareceres da Comissão Revisora de Contas da Associação Industrial Portuguesa. Gerência de 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO PESSOAL DA FIRMA MUNDET. Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & Ca. [S.l. : s.n.], 1942.

CARRASCO, Carlos. Do mato à fábrica: as fontes da Mundet para a história da cortiça, in Graça Filipe (coord.), *Cortiça, património industrial e museologia [Documento electrónico]*, Seixal, Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2000.

CORREIA, Lopes. *Mora e o seu concelho*. 2^a ed. Mora: Câmara Municipal, 1991.

DIAS, Amélia Branco. *O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o estado Novo (1930-1974)*. Instituto Superior de Economia e Gestão, 2005 (dissertação de Doutoramento).

FERREIRA, Fernanda. *Trabalhadores da Mundet: fontes de estudo sobre o universo do trabalho e do saber corticeiros*, in Graça Filipe (coord.), *Cortiça, património industrial e museologia [Documento electrónico]*, Seixal, Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2000.

MACHADO, Fernando Falcão. *As profissões corticeiras*, *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, n.º 89, março de 1946, pp. 211-215, 1946.

PAREJO, Francisco. *El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo XX: cambios e intervención pública*. Universidad de Extremadura, 2009 (dissertação de Doutoramento).

SANTOS, Carlos Oliveira. O livro da cortiça. [S.l.]: Edição de autor, 2000.

SINDICATO NACIONAL DOS OPERÁRIOS CORTICEIROS DO DISTRITO DE ÉVORA. Estatutos do Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Évora. [S.l. : s.n.], 1942.

ZAPATA, Santiago. “Del suro a la cortiça. Una visión panorâmica del negocio del corcho en el siglo XX”, in Graça Filipe (coord.), Cortiça, património industrial e museologia [Documento electrónico], Seixal, Câmara Municipal, Ecomuseu Municipal, 2000.

A ação assistencial dos industriais corticeiros Robinsons no Alto Alentejo (1870-1910)¹

Social Action by the Robinsons, Cork Industrialists, in the Alto Alentejo (1870-1910).

Ana Isabel Coelho Silva²

Município de Ponte de Sor - CHSC-UC³

aicps1@sapo.pt

Resumo

Uma recente investigação de fundo constatou, para o caso do Alto Alentejo no período da Monarquia Constitucional (1834-1910), a par da forte participação do setor público no plano assistencial, alguns contributos individuais do setor privado, inspirados em sentimentos filantrópicos e/ou caritativos e integrados em estratégias de poder por parte dos grupos dominantes, designadamente no plano asilar, destinados à infância e à pobreza inválida. Entre estes contributos contam-se os da família de industriais corticeiros Robinson, que nos propomos analisar neste artigo. Os Robinsons destacaram-se pela participação na assistência à infância desvalida e pela promoção de um debate teórico, com resultados práticos, acerca do papel relativo do Estado e do setor privado na assistência em geral. Concretamente, fizeram parte da Associação Protetora do Asilo Distrital de Infância Desvalida, desde o início (1873), tendo contribuído com as quotas mais elevadas, e estiveram associados à criação da Creche João Batista Rolo (Portalegre, 1905), que, como era característico destas novas instituições da assistência infantil, esteve ligada a uma grande unidade industrial, a Fábrica Robinson. Estiveram ainda no centro do debate ideológico que levou à criação da Associação Protetora dos Pobres de Portalegre (1906).

Palavras-chave: Robinson; assistência social; infância desvalida; pobreza.

Códigos JEL: I31; N60.

Abstract

In the case of the southern Portuguese region of Alto Alentejo, in the period of the Constitutional Monarchy (1834-1910), a recent substantive investigation demonstrated that, besides the strong participation of the public sector in the area of social assistance, there were some individual contributions from the private sector, namely in the foundation and maintenance of asylums for the poor and for helpless children. These contributions, inspired by philanthropic and/or charitable sentiments and integrated in strategies of power by the dominant groups, include those of the cork industrialist Robinson family, which we propose to analyze in this paper. The Robinsons stood out for their participation in childcare and the promotion of a theoretical debate, with practical results, on the relative role of the State and the private sector in social care. Specifically, they were part of the Protective Association for the District Asylum for Helpless Children, since the beginning (1873), making the largest donations, and were associated with the creation of the João Batista Rolo Nursery (Portalegre, 1905), which was typically linked to a large industrial unit, the Robinson Factory. They were also at the center of the ideological debate that led to the creation of the Protective Association for the Poor of Portalegre (1906).

Keywords: Robinson; social assistance; helpless children; poverty.

Jel Codes: I31; N60.

¹ Artigo recebido em 19/06/2018. Aprovado em 13/09/2018

² Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, Avenida da Liberdade, n.º 64 F, 7400-218 Ponte de Sor. Investigadora Colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra.

³ Este artigo baseia-se em alguns capítulos da minha tese de doutoramento: SILVA, Ana Isabel Coelho Pires da. *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*. Tese de doutoramento – FLUC, Coimbra, 2018.

1. Introdução: o Alto Alentejo no século XIX e a família Robinson

O Alto Alentejo caracterizava-se, sob o ponto de vista demográfico, no século XIX como antes e depois, por um povoamento concentrado, uma baixa densidade populacional e uma fraca representatividade em relação ao total nacional de efetivos⁴. Apesar disso, acompanhando a tendência geral, a população registou nesta zona, ao longo da referida centúria, um crescimento progressivo, sendo das mais jovens a nível nacional. Destacam-se ainda, na segunda metade do século, o aumento acima da média da percentagem de população urbana no distrito de Portalegre, bem como a elevada capacidade de atração desta circunscrição, que foi das menos afetadas pela emigração, não obstante os alentejanos terem integrado as migrações internas em direção a Lisboa e sua zona de influência a partir de meados de oitocentos.

Em termos económicos, é indiscutível a preponderância do setor agrícola, nesta região como em todo o país, embora se tenha verificado, na economia alentejana da segunda metade do século XIX, quer uma diferenciação do produto agrícola, incluindo, para além dos cereais (cujo cultivo as leis protecionistas de final do século incentivaram), o gado, o azeite, o vinho e a extração de cortiça, quer uma diversificação produtiva, com a manutenção e o reforço de algumas indústrias tradicionais (caso dos lanifícios em Portalegre) e o surgimento de novas, com grande destaque para a indústria corticeira, maximamente representada no distrito de Portalegre pela grande Fábrica Robinson. O Alto Alentejo assumiu um relevante papel a nível nacional no negócio corticeiro, tanto na sua vertente de produção florestal, representada pelo montado, como na industrial. Em geral, é de reforçar o

4 O Alto Alentejo é uma das regiões do sul de Portugal, correspondendo ao antigo distrito de Portalegre.

contributo da silvicultura para a economia regional, bem como o dinamismo económico e financeiro que o Alentejo conheceu neste período e do qual participaram ativamente as elites fundiárias locais.

A este quadro económico correspondiam, porém, fortes desigualdades sociais, comprovadas historicamente desde o Antigo Regime para alguns concelhos, expressas na distância entre um grupo restrito de latifundiários ou grandes rendeiros e a grande maioria de trabalhadores agrícolas assalariados, fossem eventuais (jornaleiros, ganhões) ou fixos a uma herdade. Várias fontes remetem para as difíceis condições de vida e de trabalho de operários agrícolas e fabris, cujos rendimentos eram em grande medida consumidos pela alimentação, assente no pão, no azeite e nas carnes fumadas ou secas, com alguma fruta e legumes. Tratava-se de uma população maioritariamente analfabeta, que no entanto seria permeável a certa propaganda política na fase final do regime monárquico, manifestando-se ativamente nos campos contra as duras condições de trabalho logo após a implantação da República.

Este retrato geral compatibiliza-se com algumas particularidades locais, como as características urbanas das duas únicas cidades do distrito, Portalegre e Elvas. A primeira foi escolhida pelo inglês Thomas Reynolds para a instalação de uma pequena oficina de transformação de cortiça, numa parte do extinto convento de São Francisco, em 1837 (Ventura, 2007, 11-12). Onze anos depois, em 1848, a oficina foi adquirida por George William Robinson, compatriota de Reynolds, nascido em Wakefield, condado de York, em 1815, que, vindo de uma família ligada à importação de cortiça portuguesa e depois de ter visitado outras localidades em Portugal associadas ao comércio corticeiro local, veio então estabelecer-se definitivamente em Portalegre,

dando início a uma empresa que se converteria na maior unidade fabril da cidade. Segundo António Ventura,

George Robinson possuía todas as condições para triunfar: um estabelecimento fabril com trabalhadores dotados de um know-how, uma região produtora de matéria-prima e, sobretudo, bons contactos em Inglaterra. Iria beneficiar, também, do aumento vertiginoso das exportações de cortiça. (Ventura, 2007, 13).

Nos anos de 1850, a Fábrica Robinson tinha já um total de 210 operários na área produtiva e 50 na extração de cortiça no campo;

[...] foi durante século e meio um caso invulgar no panorama industrial português [...] manteve ao longo do tempo uma laboração sem interrupções, sabendo sempre mover-se mau grado as naturais dificuldades conjunturais. A sua história confunde-se com a história de Portalegre, do Norte Alentejano e da Indústria Corticeira Nacional. (Ventura, 2007, 9).

Na verdade, o papel da família Robinson na vida da comunidade não foi apenas económico, como também salienta Francisco Parejo Moruno, que explica a experiência dos Robinsons em Portalegre através dos termos “oportunidade”, “empreendimento” e “comunidade”, devendo-se este último ao facto de se terem integrado na vida social portalegrense: «Hicieron comunidad en esta villa portuguesa, y participaron activamente de ella.» (Parejo Moruno, 2014, 19). A família era composta pelo casal George William e Sarah Ann Robinson e pelos filhos George Wheelhouse (nascido em Portalegre em 1857) e Mary Chadwick Robinson, que casaram respetivamente com Fanny Isabella Milner e Pedro de Castro da Silveira. George Wheelhouse substituiu o pai na gestão dos negócios a partir de 1881, ao regressar a Portugal após a conclusão dos estudos em Inglaterra, sendo coadjuvado durante alguns anos pelo tio, Thomas Frederik

Robinson; George William faleceria em 1895, em Portalegre, com 80 anos de idade (Ventura, 2007, 15-17).

Concretizando a ideia da amplitude da participação social desta família na vida social de Portalegre, que terá sido mesmo impulsionada pela chegada dos Robinsons, visto que uma parte importante da população passou a trabalhar para a Fábrica ou estava diretamente vinculada a ela, Parejo Moruno refere:

[...] la iniciativa de George Wheelhouse Robinson para la creación de la Asociación de Bomberos Voluntarios de Portalegre y del Cuerpo de Bomberos privado de la Fábrica Robinson. Él mismo fue el impulsor del Monte Pio de los operarios de la fábrica y de la creación de una guardería para los hijos de estos, así como de la primera asociación obrera de carácter sindical en el negocio corchero portugués (el llamado “Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre”). Se sabe también de su participación en la creación de la primera Banda Municipal de Música, y de su permanente disponibilidad para ayudar a las fábricas o negocios portalegrenses con dificultades, con el objeto de que se preservasen los puestos de trabajo en la localidad. (Parejo Moruno, 2014, 24-25)⁵.

Um outro aspeto de interesse, embora ainda pouco conhecido, é a influência que a família exerceu na vida religiosa da comunidade. Segundo António Ventura, cerca de 1880 George William fundou em Portalegre uma igreja do culto evangélico, «religião professada pela família Robinson e que ganhou um notável incremento entre a população operária da cidade». O mesmo autor considera essa componente religiosa «fundamental para se compreender a dimensão humanitária e altruísta dos Robinson, material-

⁵ Sobre este aspeto, por exemplo, António Ventura refere que, em abril de 1897, «George Wheelhouse comprou a Fábrica de Lanifícios (dita Fábrica Pequena) pondo termo a uma longa crise vivida sem solução aparente, que colocava em risco os postos de trabalho de dezenas de operários. Esta aquisição, que ascendeu a 21.608\$000 reis, deveu-se fundamentalmente a propósitos filantrópicos, cedendo ao pedido das famílias dos trabalhadores ameaçados» (Ventura, 2007, 17).

zada na ajuda ao associativismo e à instrução dos operários»⁶.

A ação assistencial desta família de origem britânica deve inserir-se no quadro internacional da assistência social no longo século XIX, marcado pela afirmação do Estado, embora sem o apagamento das obras privadas, sendo de assinalar a importância da filantropia ou da iniciativa privada neste domínio em países como a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda. No primeiro, até à década de 1860 predominou o medo da intervenção estatal nesta como noutras matérias (o *laissez-faire* de Herbert Spencer, que só reconhecia ao Estado o direito de administrar a justiça e os assuntos públicos), embora uma corrente de pensamento de influência crescente, à qual aderiram a imprensa e a opinião pública, viesse sustentar o contrário. Para o caso concreto de Londres durante a época vitoriana, por exemplo, já foi estudada a existência de múltiplas associações filantrópicas, religiosas ou laicas, sustentadas pela iniciativa privada, sendo que a aristocracia e sobretudo as classes médias inglesas consagravam à caridade uma parte importante dos seus orçamentos familiares, com o objetivo não só de ajudar materialmente os pobres, mas também (e em muitos casos sobretudo) de os moralizar (as obras religiosas, católicas ou evangelistas, procuravam inclusivamente a sua «regeneração espiritual») (Barret-Ducrocq, 1994, 17-28). Já em França, no mesmo período, a filantropia foi neutra ou interconfessional, distinguindo-se da ação das fundações religiosas; nasceu no contexto da secularização do século das Luzes e pretendia obrar em nome da humanidade; quis distinguir-se tanto da caridade católica como da assistência pública, podendo separar-se também do paternalismo industrial (Petit, 1997). Neste campo,

⁶ Citando o mesmo autor, em 1896 «foi fundada a Sociedade União Operária Portalegrense, a primeira associação operária de Portalegre a ultrapassar o mutualismo, uma vez que inscrevia como objectivos a "ilustração e instrução" dos seus associados. Apesar de ser industrial, George Wheelhouse Robinson foi um dos fundadores» (Ventura, 2007, 17).

em que poderá perspetivar-se também o caso dos industriais Robinsons, as primeiras intervenções patronais, que eram ao mesmo tempo de beneficência, de ajuda à previdência e de controlo social, começaram na década de 1810, no setor sensível das minas; por volta de 1830, os patrões das grandes empresas (sobretudo nas áreas da minas, metalurgia, química e têxtil) organizaram diversas obras de beneficência exclusivamente para os seus operários e suas famílias: creches e escolas, casas de retiro, vivendas operárias, serviços médicos. Estas políticas sociais industriais ou paternalismo industrial afetavam uma minoria das camadas populares, mas permitiam o controlo da mão-de-obra, dissuadindo, atrasando ou dificultando o sindicalismo e as reivindicações operárias (Petit, 1997, 197-198).

2. Participação na assistência à infância desvalida: o Asilo Distrital de Infância Desvalida e a Creche João Batista Rolo

Uma das áreas de intervenção social em que os Robinsons participaram foi na assistência à infância desvalida, primeiramente através do Asilo Distrital, em Portalegre. Este nasceu de uma iniciativa pública (em 1863, a Junta Geral do Distrito atribuiu no seu orçamento um subsídio para a criação do Asilo e foram elaborados os primeiros estatutos, por uma comissão nomeada para o efeito; em 1873, por alvará do Governo Civil, foi criada uma comissão para organizar a Sociedade Protetora e promover uma subscrição pública destinada a obter financiamento), mas contou com o apoio do setor privado (a constituição e a administração do Asilo durante a primeira década da sua existência assentaram no conjunto de sócios, contando com nomes sonantes do meio socioeconómico e político portalegrense). Desde o início, o suporte financeiro público foi essencial para a manutenção da instituição (entre 1873 e 1883, o subsídio da Junta Geral do Dis-

trito representou mais de um terço das receitas do Asilo), embora não fossem de desconsiderar os contributos privados (sobretudo subscrições e donativos, incluindo grande volume em géneros). As dificuldades financeiras sentidas logo a partir do final da década de 1870 e a falta de interesse dos sócios na administração do Asilo levaram à transferência da titularidade da gestão do domínio privado para o público, primeiro através da Junta Geral do Distrito (1884-1892), depois da Câmara Municipal de Portalegre (a partir de 1892).

Histórias diferentes tiveram o Asilo de Infância Desvalida de Elvas e o de Castelo de Vide, designado do Espírito Santo, casas abertas cerca de 20 anos antes e 20 anos depois, respetivamente, da de Portalegre. Ambas instituídas por particulares, em Elvas por iniciativa em vida do militar José Maria Baldi e em Castelo de Vide pelas disposições testamentárias do casal Almeida Sarzedas, mostraram quase total independência em relação ao setor público, em termos administrativos e financeiros. Ou seja, no que respeita à criação e gestão dos asilos de infância desvalida, deve ser assinalada a heterogeneidade de situações (colaboração público-privado em Portalegre e iniciativa privada predominante em Elvas e Castelo de Vide), configurando um papel ativo do Estado neste domínio, enquanto impulsionador, mas também gestor, financiador e fiscalizador (dos estatutos, regulamentos, contas e orçamentos de todos os asilos, mesmo dos geridos e financiados por particulares). No fundo, o panorama seria idêntico ao que tem sido traçado para outros países da Europa: significativa iniciativa privada, inspirada em sentimentos filantrópicos e/ou caritativos, perfeitamente integrados em estratégias de poder por parte dos grupos dominantes, com enquadramento estatal. De qualquer forma, os três asilos funcionaram de modo idêntico, e, sobretudo, tinham a mesma

missão: acolher, instruir e educar crianças desvalidas, órfãs e/ou pobres, maioritariamente do sexo feminino, de modo a poder devolvê-las à sociedade na qualidade de jovens adultas profissional e moralmente válidas.

A constituição e a administração do Asilo de Portalegre na primeira década da sua existência assentaram na Associação ou no conjunto de sócios, particulares que, por convite ou por iniciativa própria, se foram juntando a esta empresa. A carta de convite enviada pela comissão instaladora, em novembro de 1873, para a subscrição e inscrição de sócios, dirigiu-se

não só aos habitantes d'este Districto, mas a todas aquellas pessoas de fóra d'elle, cujos sentimentos beneficentes e caritativos são notorios, ou que, encobertos pelo véo da modestia que os recata, são particularmente conhecidos de alguns dos vogaes da commissão.⁷

Os membros da Associação Pro-tetora do Asilo, designados sócios (em 1873⁸) ou associados (em 1875⁹), «pessoas decentes d'ambos os sexos, que concorrerem para a manutenção d'este pio instituto por meio de subscrições ou donativos voluntarios» (Estatutos de 1873, Art.º 4.º), dividiam-se em três classes, de acordo com o valor dos donativos que faziam e com o seu local de residência, em concreto: permanentes, incluindo os que fizessem donativos anuais de quantia não inferior a 24.000 réis, bem como os médicos que prestassem gratuitamente serviço ao Asilo; ordinários, com uma quota anual não inferior a 1.200 réis; e correspondentes, pessoas residentes fora de Portalegre que auxiliassem ou promovessem donativos a favor do Asilo (Art.º 4.º, § único de 1873; Art.º 6.º de 1875). Todos os associados permanentes e ordi-

⁷ ADP, ADPTG/03/Lv001 (Mç335), cópia de officio expedido em 15 de novembro de 1873, para vários destinatários, não identificados, fls. 5-6

⁸ Estatutos do Asylo da Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1873.

⁹ Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1875.

nários tinham direito a votar e ser votados para os cargos da Associação, de exercício gratuito, e a apresentarem em assembleia geral propostas para melhoria da instituição (Art.º 6.º de 1873 e Art.º 7.º de 1875).

As listas de sócios, anexas aos relatórios administrativos anuais do Asilo, revelam um conjunto de nomes destacados do meio socioeconómico e político portalegrense, desde João Read da Costa Cabral, filho do estadista Costa Cabral e governador civil de Portalegre, que impulsionou a própria criação do Asilo, a aristocratas como os Achaiolis, os Barahonas ou os Jusartes e alguns elementos da recente nobreza oitocentista (Viscondes do Reguengo e de Alcântara, Barão de Castelo de Paiva e Baronesa de Brissos), para além de membros de famílias cujo prestígio esteve ligado sobretudo à atividade industrial, como os Larchers (da indústria de lanifícios) e principalmente os Robinsons, proprietários da grande fábrica de cortiça e representados na Associação pelo próprio George William Robinson, a esposa, Sarah Ann Robinson, e o tio, Thomas Frederick (ou «Tomás Frederico», como é designado na documentação do Asilo) Robinson¹⁰. Os membros do casal Robinson foram, de resto, os sócios que, entre 1873 e 1884, contribuíram com as quotas mais elevadas, de 12.000 réis anuais cada um no primeiro ano e de 24.000 réis cada a partir de então, valores muito acima da média das quotizações, entre os 1.000 e os 2.000 réis¹¹.

É de assinalar a participação das mulheres na constituição e na gestão do Asilo. Maria Antónia Lopes considera que o papel das mulheres da burguesia de Coimbra na dinamização do

¹⁰ Também noutros casos foi evidente a adesão de pessoas ilustres aos projetos de asilos para a infância desvalida, como no de Coimbra, onde a Sociedade de Beneficência para a Escola de Asilo de Primeira Infância, constituída em 1835, contou com o apoio de muitos conimbricenses, da própria rainha D. Maria II e de outros membros da família real, bem como de figuras gradas de Lisboa (Roque, 1982, 755)

¹¹ O outro membro da família citado, Thomas Frederick, contribuiu anualmente com 9.000 réis. Ver listas das quotas pagas pelos sócios nos relatórios anuais do Conselho Diretor, quer publicados, quer manuscritos, citados na lista final de fontes

Asilo dessa cidade é uma das características que distinguem esta instituição das de antigo regime: «Senhoras da sociedade mais requintada passam a ter papel ativo e dirigente nas obras assistenciais. E isto é novo. Ou melhor, as mulheres estiveram sempre presentes no quadro da assistência de antigo regime, mas não como responsáveis institucionais.» (Lopes, 2000, 417)¹². No caso de Portalegre, em alguns anos de 1874 a 1882, as mulheres representaram, em média, 19,5% do total de membros da Associação Protetora do Asilo, e eram anualmente convidadas sete senhoras para desempenhar a função de inspetoras. As sócias eram mulheres de extrato social elevado, como indicam o tratamento por «D.», que antecede todos os registos de nomes de as-sociadas, com uma única exceção, e sobretudo os seus apelidos, por exemplo, Jusarte, Larcher Marçal, Robinson, já acima citados. Em mui-tos casos, eram esposas ou outras familiares de sócios, em particular dos que ocuparam cargos dirigentes, embora seja significativo o facto de se terem associado a título pessoal, contribuindo com quotas à parte das dos maridos ou outros homens de família, como acontecia com Sarah Ann e George Robinson. Esta senhora foi uma das eleitas para o cargo de inspetora pela primeira direção do Asilo, no verão de 1874¹³.

Os benfeitores do Asilo recebiam, em troca, o reconhecimento da instituição, que os identificava nos relatórios anuais do Conselho Diretor, lhes agradecia através de votos em sessões deste órgão e de cartas por ele remetidas, e, distinção máxima, lhes atribuía a categoria de sócios permanentes da Associação Protetora. Entre as cartas de agradecimento, destacamos a enviada a George Wheelhouse Robinson, também ele benfeitor do Asilo, neste caso a propósito da oferta de 100 pães, já no início do século XX: o diretor da instituição testemunhava

¹² Ver também, sobre o papel das mulheres no Asilo da Infância Desvalida de Ponte de Lima, inaugurado em 1879, Esteves, 2014, 47-48.

¹³ ADP, ADPTG/03/Lv001 (Mç335), registo de ofício expedido a 8 de julho de 1874, fl. 8.

admiração pelo cuidado que V. Ex.^a nas múltiplas (sic) preocupações da sua vida essencialmente laboriosa, ou no meio das alegrias que pairam sobre os seus, acha sempre a caridade, como princípio fundamental de todas as manifestações de um espírito culto e de um coração diamantino.¹⁴

Ainda no domínio da assistência à infância, destaca-se a ligação desta família à Creche João Batista Rolo, instituição fundada em Portalegre no início do século XX e cuja história apresenta, de um modo geral, as características apontadas ao contexto internacional e nacional em que surgiram estas novas instituições, nomeadamente, dever-se à iniciativa privada, enquanto prática filantrópica das elites locais, ser motivada por princípios higienistas, sendo o seu instituidor um médico, e estar associada à maior unidade industrial do distrito (simultaneamente uma das maiores do país), a Fábrica Robinson. Na sua origem esteve a fundação da Associação Protetora da Creche João Batista Rolo, cujos estatutos datam de 9 de junho de 1904, com aprovação por alvará do governador civil quase imediata, de 11 de junho¹⁵. Tratava-se de uma «associação de beneficência» (Art.º 1.º) e a creche tinha por fim «alimentar e guardar durante o dia as crianças, cujas mães, por necessidade de trabalhar fóra de suas casas, não podem vigial-as» (Art.º 2.º). Seria custeada, para além de outras fontes de receita, pelo rendimento do legado de 8 contos de réis «deixado para este fim pelo benemerito portalegrense dr. João Baptista Rollo» (Art.º 3.º)¹⁶.

Esta Creche surgia em resposta ao premente problema da assistência materno-infantil às trabalhadoras da indústria portalegrense: no

14 ADP, ADPTG/03/Lv002 (Mç335), cópia de ofício expedido em 7 de junho de 1904.

15 Estatutos da Associação Protectora da Crèche João Baptista Rollo. Portalegre: Typ. Minerva Central, 1904.

16 As receitas ordinárias da Associação eram os juros do referido legado e dos capitais que, porventura, se lhes adicsionassem, bem como as quotas anuais dos sócios ordinários. Constituíam receitas extraordinárias as quotas diárias pagas pelas mães das crianças, nos termos adiante indicados, e quaisquer donativos. Para tudo, ver Art.º 9.º dos Estatutos.

início do século XX, estavam empregadas nas diversas manufaturas da cidade 509 mulheres, praticamente metade do total de 1085 operários de ambos os sexos; só na Fábrica de Rolhas dos Robinsons, trabalhavam 408 operárias (mais do que os 355 operários)¹⁷, muito acima do número mínimo de 50 que, desde a publicação do decreto de 14 de abril de 1891 (sobre o trabalho de mulheres e menores em fábricas e oficinas), obrigava à existência de uma creche (Baptista, 2012, 102-103).

Os Estatutos da Associação Protetora da Creche foram assinados por 13 homens, incluindo o industrial corticeiro George Wheelhouse Robinson (1857-1932), filho de George William Robinson, e o médico municipal Francisco António Rodrigues de Gusmão, filho (1860-1919), que assumiria as funções de delegado de saúde do distrito de Portalegre em 1909 e deixaria diversas publicações no domínio sanitário. Foi precisamente este último que proferiu o discurso de inauguração da Creche João Batista Rolo, no dia 6 de abril de 1905, que terminava com elogios ao instituidor da Creche, o médico portalegrense João Batista Rolo, «genuino philanthropo», e à generosidade do benfeitor George Wheelhouse Robinson, «espírito de elite, que muito tem feito em prol de Portalegre» e «a quem se deve o complemento da doação do primeiro»¹⁸. Na verdade, a Creche foi construída na propriedade da Fábrica Robinson e esta família terá contribuído para o financiamento da instituição, estando presentes alguns dos seus mais destacados membros na inauguração (Leite, 2011, 204)¹⁹. Salientamos, nesta ocasião, os atos simbólicos da entrega das

17 Os dados relativos aos operários a trabalhar nas manufaturas portalegrenses foram publicados em GUSMÃO, Francisco Rodrigues de. A Tuberculose no concelho de Portalegre: notas demográficas. Lisboa: Typ. do Dia, 1901. Sep. de Revista portuguesa de medicina e cirurgia praticas, p. 27, nota 2.

18 GUSMÃO, Francisco Rodrigues de. A creche: palavras proferidas na inauguração da “Creche João Baptista Rollo”, em Portalegre, no dia 6 de Abril de 1905. Portalegre: Minerva Central, 1905.

19 Esta autora destaca o envolvimento no projeto da Creche de Pedro de Castro da Silveira, genro de George William Robinson e cunhado de George Wheelhouse Robinson, por via do casamento com Mary Chadwick Robinson (a 4 de junho de 1895).

escrituras da casa onde a Creche se instalou ao presidente da Câmara de Portalegre por George Wheelhouse Robinson, bem como a abertura solene da porta principal do edifício pela esposa do industrial, de braço dado com o governador civil. Veja-se a descrição publicada no jornal O Distrito de Portalegre:

À grande obra congregou-se também o importante industrial Sr. George Wheelhouse Robinson, que mais uma vez patenteou o seu entranhado amor pela cidade de Portalegre e pelas classes trabalhadoras. [...] Em seguida o sr. Robinson entregou as escrituras da casa ao sr. presidente, dirigindo-se depois todos para o edifício da Creche. Chegados ali, a esposa do sr. George Robinson, que dava o braço ao sr. governador civil, tomou a chave de uma salva de prata que era conduzida por um criado do sr. Silveira, e abriu a porta principal do edifício da Creche, que foi depois visitado por grande número de circunstantes.²⁰

3. Participação no debate teórico sobre a titularidade pública ou privada da assistência: a Associação Protetora dos Pobres de Portalegre

A promoção e o patrocínio da criação da Creche por parte dos Robinsons terão sido motivados pela reflexão sobre a necessidade de prestação de cuidados aos filhos das operárias das fábricas da família, inserida numa discussão mais alargada, que no início do século XIX se dinamizou em Portalegre, sobre a questão da beneficência pública. Por sua vez, esta refletia o debate que decorria a nível europeu e também nacional sobre o papel relativo do setor público e do setor privado na assistência social. Em termos teóricos, como vimos, no quadro europeu, assistiu-se à valorização do primeiro, com o reconhecimento de que a gravidade dos problemas sociais exigia a intervenção do Estado, embora

complementarmente ao setor privado, tendo a filantropia sido relevante em vários países. Os Congressos Internacionais de Assistência (Paris, 1889 e 1900) espelharam as relações público-privado neste domínio, consagrando a necessidade da ação privada, mas sob a vigilância e a direção do Estado.

Este debate chegou também a Portugal, onde eram conhecidos os autores e as ideias em voga; a maioria dos que escreveram sobre o assunto defendeu a importância de uma organização nacional da assistência, com a intervenção do Estado. A teoria teve reflexos na legislação, onde, para além de ser evidente a contradição entre a conceção da assistência como direito, expressa na lei fundamental, e como simples obrigação moral, foi patente a defesa de uma posição intermédia do Estado, ou seja, nem total alheamento em relação à pobreza, nem intervenção exclusiva; aquele tinha a obrigação moral de intervir, colaborando com a iniciativa privada e com funções de fiscalização, mas sem se transformar no «dispensador soberano da esmola» (decreto de 21 de novembro de 1867). No início do século XX, constatava-se a maior intervenção do Estado, devido à incapacidade e insuficiência da ação privada, e a necessidade de uma legislação de enquadramento. Porém, a proposta de Hintze Ribeiro (1903) despertou a reação das misericórdias, que temeram uma acentuada centralização, e não se concretizou.

Qual o eco que todas estas reflexões tiveram no Alto Alentejo? Entre 1905 e 1906, segundo Rita Leite, terá ocorrido em Portalegre uma

[...] discussão alargada sobre a questão fundamental da “beneficência pública”. Centrados na preocupação com o “bem-estar social”, convidaram-se os principais elementos da representação social de Portalegre a reunirem-se em casa dos Robinsons para discussão do tema, com vista à prossecução de um pro-

²⁰ O Distrito de Portalegre. Ano 22, n.º 1244 (9 abril 1905), p. 1-2, cit. por Leite, 2011, 204.

jecto de combate à mendicidade e à miséria, definidas como o “horroroso cancro da civilização dos nossos tempos” [...]. Daí surgiria a Associação Protectora dos Pobres [...] substancialmente influenciada pelos modelos da Alemanha, Inglaterra, França e Itália e pelo sistema beneficiário de Elberfeld, de inspiração bíblica [...]. (Leite, 2011, 204-205)²¹.

Conforme noticiava o periódico local já citado, em janeiro de 1906, a referida Associação, cujos estatutos foram publicados a 11 de março, propunha-se

[...] acabar de vez com esses espectáculos vergonhosos, que diariamente observamos pelas ruas da cidade. Os mendigos, uns por necessidade, outros por vício, não se exibirão por aí num cortejo desolador [...] esperando que um criado lhes venha entregar os míseros 5 réis. [...] Grandes e pequenos formarão o grande núcleo, e à sua frente caminhará o grande apóstolo da caridade, o sr. George Robinson, o iniciador de tão altruísta ideia [...].²²

Um dos principais intervenientes nesta iniciativa foi o já citado delegado de Saúde do distrito de Portalegre, Rodrigues de Gusmão, que em 1907 publicou um Estudo sobre a forma prática de, independentemente da acção governativa, se implantar nas provincias a assistencia moderna. Nesta obra, cujo título remete desde logo para a valorização da iniciativa privada no domínio assistencial e da sua autonomia em relação ao poder público, o autor começava por partilhar da ideia veiculada na legislação nacional, segundo a qual «a previdencia sobreleva sem duvida a beneficencia»; porém, enquanto não se concretizasse esse ideal, e «muito tardará ainda», era necessário substituir a caridade individual por uma «assistencia methodica, racional, scientifica», pois aquela, ligada à esmola indiferenciada, «tem como inevitavel consequencia favorecer

e fomentar a preguiça e a imprevidencia». Era neste sentido, o de «amparar o verdadeiro pobre e extinguir a praga de mendigos», que, desde meados do século XIX, vários países europeus vinham remodelando os seus serviços de assistência pública²³. Já em Portugal, embora viessem aumentando, em número e em diversidade, as instituições assistenciais, faltava-lhes coordenação, para evitar «desperdícios e superfluidades» na distribuição dos socorros; isto é, «não há lei que regule e fiscalise os serviços de assistencia publica». Rodrigues Gusmão estava consciente de que o citado projeto de reforma de 1903 tinha sido posto na gaveta devido ao «movimento de protesto» das misericórdias²⁴. Fora publicada uma reforma parcial, relativa apenas aos serviços de beneficência pública em Lisboa, ficando ao delegado de Saúde a sentida interrogação:

[...] o que diremos nós os que vivemos nas terras de provincia, tendo os nossos pobres, pôde dizer-se, reduzidos a um hospital com escassos rendimentos, sem pavilhões de isolamento, sem serviços de desinfeccção, sem as installações mais rudimentares da moderna hygiene [...]? Sim, o que diremos nós d'esta penuria extrema?...²⁵

Procurando dar resposta a esta inquietação, Rodrigues de Gusmão estudou o assunto em várias obras nacionais e internacionais, citando concretamente o relatório do Congresso de Beneficência de Paris de 1900 e o preliminar do referido projeto de 1903, e

[...] convenci-me de que, na ausencia d'um plano uniforme de assistencia publica [...] só poderia crear-se, para tal fim, uma associação de beneficencia, em cujos estatutos se consignassem os principios geraes do systema d'Elberfeld [...]. Foram n'estas circumstancias por mim elaborados os Estatutos da Associação

21 A autora cita um artigo publicado em O Distrito de Portalegre. Ano 22, n.º 1297 (15 outubro 1905), p. 1.

22 O Distrito de Portalegre. Ano 23, n.º 1322 (10 janeiro 1906), p. 1, cit. por Leite, 2011, 205.

23 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social: estudo sobre a forma pratica de, independentemente da acção governativa, se implantar nas provincias a assistencia moderna*. Lisboa: Typographia Adolpho de Mendonça, 1907, p. 5-8.

24 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 9.

25 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 10.

Protectora dos Pobres de Portalegre [...].²⁶

Este trabalho, segundo o autor, poderia servir de «modelo de estatutos para quantas sociedades d'esta indole a philanthropia particular tente estabelecer nas terras de provincia». Numa formulação muito clara, usando inclusivamente a designação de uma forma de intervenção estatal no plano social que se configuraria décadas depois, Rodrigues de Gusmão defendia a necessidade dessa «philanthropia particular», baseada na responsabilidade de cada comunidade pelos respetivos carenciados:

Convem, em verdade, não fiar tudo do Estado-Providencia e seguir os exemplos que nos vêem de paizes onde é reputado dever social cada localidade incumbir-se dos seus pobres e dos seus doentes.²⁷

O «tão humanitario, racional e justamente preconizado systema d'Elberfeld» em que o autor se baseava, foi instituído na Alemanha em 1853 e introduziu a individualização e a descentralização na assistência pública, valorizando a assistência domiciliária (Martins, 1999, 106). Referindo-se à vontade da família Robynson em aplicá-lo a Portalegre, a imprensa local esclarecia, em 1905, que Elberfeld era uma cidade industrial da Prússia Renana, onde Daniel von der Heydt, influenciado pela leitura da Bíblia, desenvolveu a ideia de um sistema beneficiário onde

[...] os cidadãos de vida económica mais desafrontada devem tomar sobre si o encargo de velar pelo bom destino dos cidadãos pobres, não com esmolas dadas sem fim conhecido, mas com recursos que levem um a comprar a máquina de que careça para o estabelecimento de uma indústria, outro a ser recebido numa casa de educação para que revele tendências, aquél'outro a mudar o rumo da sua actividade num sentido mais produtivo, e est'outro a não se ver nunca sem meios de trabalho remunerador: a mendicidade torna-se assim um

crime dos mais revoltantes, e a invalidez vai acolher-se, confiada, à protecção dos asilos²⁸

Segundo Rita Leite, os Robynsons foram particularmente influenciados pela leitura da obra *Cities and citizens or Britain's next cam-paign*, de Julie Sutter, publicada em 1903, onde se defendia a aplicação do sistema de Elberfeld à Grã-Bretanha. E a família «não só promoveu a discussão desse sistema através da imprensa regional como proporcionou a leitura daquela obra aos demais participantes naquela discussão alargada».

Seguindo estes princípios, o sistema de beneficência proposto por Rodrigues de Gusmão e consubstanciado nos referidos Estatutos assentava em três bases fundamentais, que eram ao mesmo tempo os seus «fins geraes», nomeadamente, o conhecimento das necessidades dos pobres, a investigação do domicílio de socorro e a graduação deste consoante as carências²⁹. Em relação ao primeiro aspeto, correspondia à já antiga ambição de distinguir o verdadeiro do falso pobre ou, nas palavras do autor, «o pobre do ebrio, do cigano, do vagabundo, do mendigo de profissão, que jámais trabalhou». O falso pobre impedia que a ajuda chegasse aos «verdadeiros necessitados, muitos dos quaes ficam actualmente desprotegidos, sobretudo a pobreza envergonhada». Mais claramente ainda, afirmava-se: «a caridade não pode, nem deve, ser cega, nem surda. Deve fazer-se bem, mas é impreterível saber a quem.»³⁰. A averiguação das condições de pobreza caberia aos curadores, que visitavam os domicílios e faziam indagações sobre os candidatos ao socorro. A qualidade de candidato aos benefícios da Associação adquiria-se pelo domicílio de socorro, que, por sua vez, se alcançava pela permanência durante um ano na localidade.

A justificação desta regra residia, por um lado, 28 O Distrito de Portalegre. Ano 22, n.º 1297 (15 outubro 1905), p. 1, cit. por Leite, 2011, 205.

29 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 12.

30 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 13.

26 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 11.

27 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 11.

na crença de que «devemos particularmente atender aos nossos pobres e aos nossos doentes»; por outro lado, na «exploração dos mendigos de residencia instavel [...], em detrimento dos verdadeiros necessitados»; e ainda no facto de a apreciação sobre o direito ao socorro só poder ser feita caso a caso e tendo em conta as condições de vida, «portanto, só na propria e respectiva localidade». Rodrigues Gusmão considerava este «o ponto mais difficil na execução d'um moderno regimen de beneficencia» e, ao mesmo tempo, a «função primacial» do sistema, que cabia aos curadores. O registo das averiguações conducentes à concessão do domicílio de socorro e, portanto, à possibilidade de obter auxílio da Associação, «é a historia summaria dos pobres da localidade»³¹.

No que respeita à natureza e à graduação dos socorros, destacamos dois aspetos, começando pela valorização do trabalho e da previdência, visível no facto de uma das formas de atuação da Associação ser «proporcionar condições de vida pelo trabalho» e de a concessão de ajuda estar em parte condicionada pelo «comportamento, hábitos de trabalho e espirito de previdencia» dos candidatos (Art.º 17.º dos Estatutos); o autor chamava claramente a atenção para a «necessidade de inculcar nas classes menos favorecidas hábitos de trabalho e de previdencia» e referia que, para os pobres não totalmente inválidos, «a melhor esmola [...] não é dinheiro, é trabalho, é o pão do trabalho», forma de socorro que assumia também uma dimensão moral e, em certos casos, se transformava inclusivamente numa «escola de regeneração»³². Outro tópico relevante é o do papel da Associação na promoção do acesso à assistência médica, proporcionada quer pelos partidos municipais de medicina, quer pelos hospitais. No primeiro caso, visto que, apesar da existência dos partidos, «por uma quasi incomprehensível

ignorancia chama-se ainda o curandeiro, ou endireita, a benzedeira, o soldador», «a associação pode ser util, estimulando [...] pelos curadores a iniciativa da familia do enfermo, illuminando esse denso obscurantismo». Quanto aos hospitais, o essencial era a defesa do tratamento domiciliário, pois, com a assistência gratuita do médico do partido «e um pequeno auxilio, que a associação poderia dar-lhes», muitos doentes poderiam ser tratados em casa, com vantagem para os próprios e para as instituições hospitalares³³. O autor salientava a importância da cooperação da Associação com as instituições locais e com os meios de auxílio já legalmente existentes, sem prejuízo das respetivas autonomias e com a vantagem do conhecimento comum dos socorros prestados, evitando a sua duplicação.

Os meios financeiros da Associação proviriam das quotas dos sócios, de doações e legados, de subscrições e festas de caridade, de juros de capitais e de subsídios concedidos por corporações administrativas, acreditando Rodrigues de Gusmão que as câmaras municipais, em particular, «prestem auxilio a associações d'esta indole, – que são patrioticas, e que devem contribuir para o levantamento da hygiene local»³⁴. Em particular, informava o autor, a Câmara Municipal de Portalegre concorria anualmente para a Associação da cidade respetiva com um subsídio de 288.000 réis.

O autor terminava o seu Estudo insistindo nas vantagens sociais e económicas do sistema de Elberfeld e, em concreto, das associações nele baseadas e cujo modelo de estatutos então propunha, designadamente: socorro aos verdadeiros pobres; extinção do «repugnante espectáculo» da mendicidade e da exploração infantil a ele associada; criação de hábitos de trabalho e estímulo à previdência popular; promo-

31 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 14-15.

32 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 15-18.

33 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 16-17.

34 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 18.

ção da higiene das habitações, contributo para a profilaxia anti-tuberculosa; cooperação benéfica com as instituições de assistência e meios de auxílio já existentes³⁵. Prova de que as suas ideias não eram utópicas, segundo Rodrigues de Gusmão, era o facto de a «incipiente» Associação Protetora dos Pobres de Portalegre, fundada no ano anterior, em 1906, já «distribuir a 108 pobres socorros que chegam para a sua sustentação, havendo assim reduzido consideravelmente o numero de mendigos»³⁶.

Considerações finais

No período da Monarquia Constitucional, na região do Alto Alentejo, quanto à questão da titularidade pública ou privada da assistência social em geral, constatou-se a existência de um cenário misto, em que os dados sugerem a preponderância do enquadramento estatal. A ação beneficente de particulares, organizada ou institucional, fez-se sentir sobretudo ao nível da criação e manutenção de instituições asilares, mormente destinadas à infância, entre as quais o Asilo Distrital de Infância Desvalida de Portalegre e, noutro modelo, a Creche João Batista Rolo. Em ambas se destacou a participação da família de industriais corticeiros Robinson, que escolheu assumir um papel social relevante na cidade de Portalegre, estando também no centro de um debate teórico, acerca daquela mesma questão, com resultados práticos assentes na valorização da filantropia

35 GUSMÃO, F. A. *Rodrigues de. Assistencia social...*, cit., p. 20-21.

36 GUSMÃO, F. A. *Rodrigues de. Assistencia social...*, cit., p. 22.

Fontes

Estatutos do Asylo da Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1873.

Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1875.

Estatutos da Associação Protectora da Crèche João Baptista Rollo. Portalegre: Typ. Minerva Central, 1904.

GUSMÃO, Francisco Rodrigues de. A Tuberculose no concelho de Portalegre: notas demográficas. Lisboa: Typ. do Dia, 1901. Sep. de Revista portugueza de medicina e cirurgia praticas.

IDEM. A creche: palavras proferidas na inauguração da “Creche João Baptista Rollo”, em Portalegre, no dia 6 de Abril de 1905. Portalegre: Minerva Central, 1905.

IDEM. Assistencia social: estudo sobre a forma pratica de, independentemente da acção governativa, se implantar nas provincias a assistencia moderna. Lisboa: Typografia Adolpho de Mendonça, 1907.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do Districto de Portalegre no anno economico de 1873-1874: 1.º da sua installação. [Portalegre]: Typ. Portalegrense, 1875.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do districto de Portalegre: anno economico de 1874-1875: 2.º da sua installação. [Portalegre]: Typ. Portalegrense, 1876.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do districto de Portalegre: anno economico de 1877-1878: 5.º da sua installação. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1879.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do districto de Portalegre : anno economico de 1881-1882: 9.º da sua installação. Portalegre: Typ. de J. M. da Silva, 1883.

Arquivo Distrital de Portalegre: ADPTG/02/Lv001 (Mç335); ADPTG/03/Lv001 (Mç335); ADPTG/03/Lv002 (Mç335).

Bibliografía

BAPTISTA, Virgínia. Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal: as origens do Estado-Providência (1880-1943). Tese de doutoramento – ISCTE-IUL, Lisboa, 2012.

BARRET-DUCROCQ, Françoise. «La mobilisation philanthropique à Londres dans la période victorienne: une sainte violence». In: BEC, Colette [et al.], dir. *Philanthropies et politiques sociales en Europe (XVIIIe-XXe siècles)*. Paris: Anthropos, pp. 17-28, 1994.

ESTEVEES, Alexandra. «A assistência à infância desvalida no Alto Minho oitocentista: o caso do Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia de Ponte de Lima». *Revista Angelus Novus*. USP. Ano V, n.º 8, pp. 31-56, 2014.

LEITE, Rita Mendonça. «Duas militâncias evangélicas: Alfredo Henrique da Silva e Pedro Cas-tro da Silveira». In: FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel, coord. *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*. Lisboa: CEHR-UCP, 2011.

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, 2000.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

PAREJO, Francisco. «Fábrica Robinson: oportunidad, emprendimiento y comunidad: Clío busca respuestas: hagamos las preguntas». *Publicações da Fundação Robinson*. n.º 20, pp. 18-29, 2014.

PETIT, Jacques-Guy. *Pobreza, beneficencia y políticas sociales en Francia (siglo XVIII-comienzos del XX)*. In: ESTEBAN DE VEGA, Mariano, ed. lit. *Pobreza, beneficencia y política social*. Madrid, Marcial Pons, pp. 179-210. 1997.

ROQUE, João Lourenço. *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870): contributo para o seu estudo*. Tese de doutoramento – FLUC, Coimbra, 1982.

VENTURA, António. *Para uma cronologia da Fábrica Robinson 1848-1966*. *Publicações da Fundação Robinson*. n.º 0 pp. 8-23, 2007.

Utilização de alimentos de substituição nos montados do Alentejo no segundo e terceiro quartis do século XX¹

Use of Substitute Foods in the “Montados” of Alentejo during the Second and Third Quarters of the Twentieth Century

Ana Fonseca²

Universidade de Évora³

anafonseca@uevora.pt

Filipe Themudo-Barata

Universidade de Évora⁴

fbarata@uevora.pt

Resumo

Ao longo da sua história, o montado e as populações que viveram na sua área de influência passaram por períodos críticos, devido a guerras, conjunturas económicas ou climáticas adversas, entre outras situações. Nestes períodos, e conforme os alimentos disponíveis, as populações adaptaram a sua alimentação, utilizando recursos que vulgarmente não são aproveitados e que estão disponíveis na natureza, usualmente denominados por alimentos de substituição. Um dos exemplos mais conhecidos é o da bolota, amplamente utilizada em Portugal, ao longo de diferentes períodos, mas também outros como sorvas, mançanilhas e soromenhos, pilritos, murtinhos, pútegas, medronhos, funcho, amoras silvestres, cardos, espargos bravos eram utilizados. Um trabalho prévio de prospecção junto de utilizadores destes produtos revelou existir, no património oral das populações, um conjunto significativo de receitas e práticas que permitiam um aproveitamento muito mais sistemático e efectivo dos mesmos.

O conceito de alimentos de substituição surgiu associado aos períodos restritivos da primeira e segunda guerras mundiais, em que o racionamento severo de alguns produtos alimentares levou, com frequência, à sua substituição por outros usualmente não utilizados. Alguns destes não substituíam completamente os alimentos originais, mas outros ganharam estatuto próprio devido às suas características distintivas. Nesta apresentação pretendemos mostrar resultados preliminares sobre a utilização de alimentos de substituição nos montados do Alentejo, no segundo e terceiro quartis do século XX. Os objectivos deste texto vão, pois, ao encontro da proposta inscrita na Convenção de 2003 da UNESCO, que apela à Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que inclui, simultaneamente, não só a salvaguarda, como também a sensibilização das instituições e das comunidades.

Palavras-chave: montado, alimentos de substituição, crise, bolota, recursos

Códigos JEL: Q57; N54

Abstract

Throughout its history, the “montado” and the populations that live in its area of influence have gone through critical periods, due to wars, economic cycles, or adverse weather conditions, among other situations. In these periods, and depending upon the available foods, the populations adapted their food habits, consuming different natural resources that they would not use ordinarily, commonly named substitute foods. We are talking about acorns, widely used in Portugal, over different periods, but also about sorb tree, jujube and wild pears, hawthorn and myrtle fruits, *Cytinus hypocistis*, wild mushrooms, fennel, wild brambles, thistles, brave asparagus, among others. A preliminary survey with consumers of these products revealed that there was a significant set of practices in the oral heritage of the populations that allowed them to be used more systematically and effectively in times of shortage. The concept of substitute foods arose associated with the restrictive periods of the First and Second World Wars, where the severe rationing of some foodstuffs often led to their substitution by others, which were not regularly consumed. Some of these did not completely replace the original foods, but others gained their own status due to their distinct characteristics. In this presentation, we intend to show preliminary results on the use of substitute foods in the “montado” of Alentejo in the second and third quarters of the 20th century. The objectives of this text are therefore in line with the proposal contained in the 2003 UNESCO Convention, which calls for the Safeguarding of Intangible Cultural Heritage, which includes not only safeguarding but also the awareness of institutions and communities.

Keywords: montado, substitution foods, crisis, acorn, resources

Jel Codes: Q57; N54

1 Artigo recebido em 17/07/2017. Aprovado em 10/09/2018

2 ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas. Universidade de Évora. Apartado 94. 7006-554 Évora

3 ICAAM – Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, Investigadora pós-doutorada. Ana Fonseca é Investigadora no Grupo Operacional “ECOMONTADO XXI - A Agroecologia aplicada ao design do Montado Novo”. Doutorada em Gestão Interdisciplinar da Paisagem, mestre em Ecologia Humana e licenciada em Ciências do Ambiente. Além da investigação dedicou-se também ao trabalho mais aplicado à prática, na Herdade do Freixo do Meio, exploração de agricultura biológica, tendo desenvolvido produtos alimentares à base de bolota.

4 Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional/CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Professor Catedrático (Departamento de História).

Introdução

O montado é um sistema silvo-pastoril que se distribui essencialmente pelo sul de Portugal e de Espanha (onde é nomeado por Dehesa), ocupando, em Portugal, uma superfície que ronda os 1.2 Mha (Godinho et al. 2014). A componente arbórea deste sistema é ocupada por duas espécies principais, o sobreiro e a azinheira, às quais se juntam outras, em menor quantidade. Devido à reduzida tolerância do sobreiro a grandes amplitudes térmicas e ao facto deste se dar melhor em solos arenosos e frescos, distribui-se por uma região mais próxima do litoral-sul de Portugal. Já a azinheira tolera uma maior amplitude térmica e solos mais pesados de barros e calcários, estendendo a sua área de distribuição para o interior-sul do país. Os montados de sobreiro tendem a apresentar maior rentabilidade comparativamente com os de azinheira, devido à venda de cortiça, à qual se podem juntar alguns rendimentos complementares como pecuária, recolha e venda de cogumelos ou caça. Já os territórios por onde o azinheira se expande encontram, como via quase exclusiva para a sua valorização, a pecuária, onde se conjuga o aproveitamento da bolota com o de pastagens naturais. Desta forma os montados de azinheira, mais do que os de sobreiro, têm vindo a sofrer uma redução gradual que foi de 0.14 % ha por ano entre 1990 e 2006 (Godinho et al./2016).

Ao longo de sua história recente, segundo e terceiro quartis do século XX, o montado e as populações que vivem na sua área de influência passaram por circunstâncias económicas, ambientais e políticas difíceis, que levaram a uma adaptação do sistema, mas também das suas populações. Um dos maiores esforços adaptativos ocorreu na alimentação dos seus habitantes devido a um conjunto de circunstâncias que provocou uma fome relativamente generalizada junto

das populações mais frágeis. Famílias com numerosos filhos eram vulgares. As remunerações eram muito reduzidas, esporádicas, e nos meses de Inverno o chefe da família chegava a ficar 3 ou mais meses sem ter qualquer rendimento, e isto quando estava presente.

Por outro lado, muitas das crianças das povoações percorriam grandes distâncias para ter acesso à escola, a pé e sem a companhia de nenhum adulto. A escassez de alimento em casa e a grande proximidade da natureza e do montado fizeram com que estas crianças, que agora nos respondem aos questionários com idades na ordem dos 80-90 anos, aproveitassem os recursos deste sistema da melhor forma que conseguiam. As mães, grandes responsáveis pela alimentação da família, desdobravam-se em transformar os recursos que estavam à mão e que chegavam a casa, em alimentos que aplacassem a fome. Pais e filhos dedicavam-se à caça, pesca e à recolha de tudo o que fosse comestível.

Os recursos disponíveis no montado, paisagem envolvente das povoações alentejanas, foram em parte integrados no receituário tradicional gastronómico do Alentejo, mas noutros casos a sua utilização cessou quase totalmente.

Estes recursos terão desempenhado, em muitos casos, a função de alimentos de substituição daqueles que eram cultivados. O conceito de alimentos de substituição surgiu associado aos períodos de carência impostos pela primeira e pela segunda guerras mundiais, como aconteceu no passado com outros conflitos, em que o racionamento severo de alguns géneros alimentares levou, com frequência, à sua substituição por outros usualmente não utilizados. Temos o exemplo dos catacuzes que substituíam os espinafres, as alabaças ou azedas que serviam de salada fresca, as túbaras consideradas as batatas dos pobres, a bolota que servia de farináceo; e outros comple-

tamente diferentes comidos como fruta, como os murtinhos, os pilritos ou pirulitos, os frutos da figueira de palma, as sorvas, as pêras e os pêros bravos, as mançanilhas, entre outros. Alguns destes não substituíam completamente os alimentos originais, mas outros ganharam estatuto próprio devido às suas características distintas. É o caso da alfarroba, utilizada como sucedâneo do chocolate, mas também incluída na composição de papas infantis (a farinha das sementes), de rações animais e como espessante em diversos alimentos processados. Desta forma os alimentos de substituição utilizados no passado, em situações muito específicas, são potenciais candidatos para futuras utilizações, domesticações e inovação alimentar, para além de representarem, conjuntamente com o conjunto de práticas associadas à sua conservação e transformação, um património imaterial inestimável das populações que vivem nos territórios ocupados por montado.

Estes produtos de substituição estão também frequentemente associados a sistemas com elevado valor natural uma vez que a sua exploração, dadas as características dos alimentos em causa, sempre foi feita de forma pouco intensiva. Daí que a sua identificação, levantamento e registo das práticas associadas ao seu uso possam vir a possibilitar uma nova utilização e desta forma a obtenção de um rendimento extra a partir destes sistemas, favorecendo assim a sua protecção.

A recolha deste saber-fazer tradicional revela-se urgente na medida em que os detentores desta informação são muito idosos, regra geral não tem documentos escritos sobre estes conhecimentos e, ao desaparecerem, levam consigo de forma definitiva e irrecuperável um património imaterial que é também um factor identitário da cultura dos territórios.

Neste estudo debruçamo-nos essencial-

mente sobre o período do segundo e terceiro quartis do século XX que correspondeu ao período da Guerra Civil Espanhola, ao racionamento imposto pela segunda guerra mundial e a uma deterioração extrema nas condições de vida de muitos alentejanos. Neste trabalho pretendemos mostrar os resultados preliminares de 21 entrevistas efectuadas a pessoas que viveram este período de fome e partilharam as suas experiências, receitas e práticas.

O objetivo deste estudo é identificar um conjunto de recursos que, embora não tendo persistido no receituário das populações da região até aos dias de hoje, possam ser usados em tempos de crise ou servir de base à inovação alimentar.

Pensamos que este caso não só poderá abrir caminho para uma investigação com mais amplitude histórica, como é um bom exemplo para estudos centrados neste tipo de assuntos e na metodologia aqui desenvolvida.

2. Material e métodos

Para esta abordagem prévia recorreu-se à entrevista semiestruturada de cerca de 21 inquiridos nos concelhos de Montemor-o-Novo e Évora, geralmente idosos, que sabíamos serem detentores destes conhecimentos tradicionais. Foi também visitado o lar da Santa Casa da Misericórdia de Lavre e outras pessoas idosas indicadas por terceiros.

Foi feita a gravação das entrevistas e atribuído um número utilizado para referenciação, permitindo assim que o entrevistado não seja identificado. Nas entrevistas foi pedido que os inquiridos nomeassem os produtos silvestres que consumiram, excluindo plantas medicinais e aromáticas e produtos cultivados. Alguns produtos referidos, como as romãs e as alfarrobas, são produtos que se adaptaram bem à região pelo

que é possível encontrá-los também dispersos na paisagem tendo sido referidos esporadicamente.

A informação das entrevistas foi ainda complementada com alguma constante de fontes bibliográficas que abordam o mesmo período e a mesma região.

3. Resultados

Como resultado das entrevistas efectuadas foram identificados diversos produtos entre plantas, cogumelos e animais que podem ser encontrados na tabela 1 por ordem alfabética, dentro de cada um dos grupos anteriores. Indicam-se também as diversas denominações correntes utilizadas para cada produto, a respectiva denominação científica e as entrevistas nas quais foram referidas.

Tabela 1 – Produtos identificado pelos entrevistados com as diferentes denominações correntes utilizadas e correspondentes nomes científicos e entrevistas nas quais foram referidas.

Podemos observar que, enquanto alguns dos produtos são referidos por quase todos os entrevistados, do que podemos pressupor que seriam de utilização generalizada, outros são referidos apenas por um ou dois inquiridos.

Na tabela 2 apresenta-se a frequência com que cada produto era utilizado, algumas estratégias de utilização e/ou correspondentes partes utilizadas do mesmo recurso.

Tabela 2 – Produtos ou partes utilizadas, estratégias de utilização e frequência com que eram consumidos.

Considerou-se uma frequência de utilização elevada quando o produto é referido por mais de três inquiridos e se percebe que o consumo era feito numa base regular. Temos como

exemplo as seguintes citações da entrevista 20 “Pirlitos comia-se muito, era o que a gente mais comia.” e “Ouriços comíamos muitos”, ou a citação da entrevista 6 “comíamos murtinhos, não escapava nenhum”. E ainda na entrevista 5 “Pêra brava comíamos, chamávamos Saramenhos. Havia muita pessoa que comia como se come uma fruta qualquer”, e ainda “a gente comia tantos cardos, nunca fazia um cozido sem ter cardos. A minha mãe punha sempre cardos no cozido e cardos com feijão” (E1).

A frequência de utilização considerou-se média se foi referido por três ou menos inquiridos, mas o consumo por estas pessoas era feito numa base regular. Temos como exemplo de um consumo considerado médio a entrevista 20 onde o inquirido refere: “gato doméstico, tantos que a gente comeu”, ou “Apanhávamos silarcas (Portel, Amieira) ... Ia uma remessa de malta de bicicleta, o meu pai e mais 4 ou 5 traziam de lá uma arroba de silarcas. Era um petisco muito bom”. Na entrevista 4 refere-se a respeito da sorva “Quase todos os montes tinham sorveiras para comer ao pequeno-almoço.” Relativamente à mançanilha de África também se refere, na entrevista 11

Eu lembro-me em miúda, no pronto a comer “Avis”, desde o pronto a comer até à loja, havia umas casinhas velhas e numa delas havia uma senhora que vendia mançanilhas de África. Eu comprei lá uma data de vezes. Entrávamos na casa dela e na entrada tinha as sacas e havia mançanilhas em verde e vermelhas. Ela tinha um púcaro e o preço era ao litro e nós levávamos aos 5 tostões num cartuchinho como das castanhas e comíamos à gulodice. (E11)

Por fim considera-se uma frequência de utilização reduzida quando se tratam de eventos esporádicos, correspondendo a uma ou duas vezes na vida do inquirido ou a quantidades muito pequenas. Temos como exemplo a entrevista

Tabela 1 – Produtos identificados pelos entrevistados com as diferentes denominações correntes utilizadas e correspondentes nomes científicos e entrevistas nas quais foram referidas.

Produtos (denominações correntes utilizadas)	Denominação científica da espécie de origem	Entrevistas nas quais foram referidos
Plantas		
Acelgas bravas	Beta vulgaris L. subsp. Macrocarpa	E1, E4, E5, E6, E15, E18, E20
Agrião selvagem, rabaças	Apium nodiflorum Lag.	E1, E4, E15, E18
Alcachofra rasteirinha	Cynara cardunculus L. var. scolymus	E5
Alfarrobas	Ceratonia siliqua L.	E4
Ameixa brava	Prunus spinosa L.	E1, E4, E10, E15
Amoras de silva	Rubus ulmifolius Schott 1818	E1, E4, E5, E6, E10, E15, E19, E20
Azedas, leitugas	Rumex acetosa L.	E5, E6, E15, E18, E20
Beldroegas	Portulaca oleracea L.	E6, E20
Bolota	Quercus rotundifolia Lam.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E15, E16, E19, E20
Bolota da variedade castanhola	Quercus rotundifolia Lam.	E3, E4, E6
Cardos, cardos da ribeira, tengarrinhas, cagarrinhas	Scolymus hispanicus L.	E1, E4, E5, E13, E15, E17, E18, E20
Catacuzes, alabaças	Rumex crispus L.	E1, E4, E5, E6, E15, E18, E20
Cereal selvagem	Avena sterilis L.	E19
Chaputas	Cytinus hypocistis (L.) L.	E19
Espargos	Asparagus acutifolius L.	E5, E8, E13, E15, E17, E18, E20
Figo-da-Índia, pite, pita, figo de palma, figo de pála	Opuntia ficus-indica (L.) Mill.	E1, E4, E5, E10, E14
Figos	Ficus carica L.	E4, E5, E6
Funcho	Foeniculum vulgare Mill.	E6
Maças bravas, peros bravos	Malus sylvestris (L.) Mill.	E1, E8, E10, E15
Mançanilhas de África	Ziziphus jujuba Mill.	E4, E11
Marmelos	Cydonia oblonga Mill.	E1, E4, E6, E10
Medronhos, morangueiros grandes	Arbutus unedo L. 1753	E1, E4, E5, E6, E8, E20
Murtinhos	Myrtus communis L.	E1, E4, E5, E6, E15, E19
Pêras bravas, soromenhos, saramenhos, cagões, cagães	Pyrus communis L. var pyras-ter e/ou Pyrus bourgaeana Decne. (1871)	E1, E4, E5, E6, E8, E10, E15, E17
Pilritos, pirulitos, carapetos	Crataegus monogyna Jacq.	E4, E6, E15, E19, E20
Pinhões	Pinus pinea L.	E15
Romãs	Punica granatum L.	E4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados recolhidos nos boletins de inquérito do Ficheiro de Pessoal da Mundet & Cª Lda. O quadro reflete a evolução e as diferentes categorias exercidas pelos trabalhadores, patentes no Boletim de Inquérito de cada trabalhador, ao longo do seu tempo de serviço na fábrica.

Tabela 1 – Produtos identificados pelos entrevistados com as diferentes denominações correntes utilizadas e correspondentes nomes científicos e entrevistas nas quais foram referidas.

Produtos (denominações correntes utilizadas)	Denominação científica da espécie de origem	Entrevistas nas quais foram referidos
Saramagos	Raphanus raphanistrum L.	E1, E4, E6, E18, E20
Soagem, rapazinhos, chupa-mel	Echium plantagineum L.	E1, E19
Sorvas	Sorbus domestica L.	E4, E6
Cogumelos		
Cogumelos da calcinha	Macrolepiota procera (Scop.) Singer	E4
Míscaros amarelos	Tricholoma equestre (L.) P. Kumm.	E12
Silarca	Amanita ponderosa Malençon & R. Heim, 1942	E20
Túberas	Terfezia arenaria (Moris) Trappe (1971)	E1, E6, E13
Animais		
Bogas	Iberochondrostoma lusitanicum Collares-Pereira, 1980	E1
Bordalos	Squalius alburnoides (Steindachner, 1866)	E1
Carpas	Cyprinus carpio (Linnaeus, 1758)	E1
Cágado	Emys orbicularis (Linnaeus, 1758)	E21
Cegonha	Ciconia ciconia (Linnaeus, 1758)	E20
Cobra alimentar, cobra azulada	Malpolon monspessulanus (Hermann 1804) (?)	E20
Coelho-bravo	Oryctolagus cuniculus (Linnaeus, 1758)	E20
Coruja	Strix aluco (Linnaeus, 1758)	E15
Corvo	Corvus corax (Linnaeus, 1758)	E17
Enguias	Anguilla anguilla (Linnaeus, 1758)	E1
Gato doméstico	Felis catus (Linnaeus, 1758)	E20
Lagarto	Timon lepidus (Daudin, 1802)	E20
Ouriços	Erinaceus europaeus (Linnaeus, 1758)	E2, E10, E15, E20
Passarinhos	Várias	E1, E18, E19
Rã	Pelophylax perezi (López-Seoane, 1885)	E18, E20
Rolas	Streptopelia decaocto (Fridvaldszky, 1838) ou S. turtur (Linnaeus, 1758)	E20

Tabela 2 – Produtos ou partes utilizadas, estratégias de utilização e frequência com que eram consumidos.

Produtos	Partes utilizadas	Entrevistas nas quais foram referidos	Entrevistas nas quais foram referidos
Plantas			
Acelgas bravas	Folhas	Cozinhadas	Elevada
Agriões selvagens	Folhas	Cruas	Elevada
Alcachofras rasteirinhas	Inflorescência imatura	Cozinhada	Reduzida
Alfarrobas	Vagem	Crua	Média
Ameixas bravas	Frutos	Sorvada ou murcha	Elevada
Silvas	Fruto, rebentos frescos	Fruto fresco e em licores, rebentos em fresco	Elevada para os frutos
Azedas	Folhas	Cruas em saladas	Reduzida para os rebentos
Beldroegas	Folhas e parte dos caules	Cozinhadas	Elevada
Bolotas	Fruto	Crua, cozida, assada, avelada, fumada, em receitas	Média/Elevada
Cardos	Nervuras das folhas	Cozinhados, no cozido ou com feijão	Elevada
Catacuzes	Folhas	Cozinhadas com feijão ou outra preparação	Elevada
Cereal selvagem	Extremidades tenras das palhas	Trincada em verde, a porção tenra	Reduzida
Chaputas	Néctar	Chupadas	Reduzida
Espargos	Extremidades não fibrosas	Cozinhados com ovos ou nas migas	Elevada
Figos-da-Índia	Frutos, palmas	Frutos frescos, folhas em xarope ou em vianda, para os animais	Elevada
Figos	Frutos secos	Secos ou frescos	Média/Elevada
Funcho	Sementes e extremidades floridas e caules	Sementes e flores como tempero, caules ripados e cozinhados como os cardos	Reduzida
Maças bravas	Frutos	Frescos e cozinhados	Elevada
Mançanilhas de África	Frutos	Frescos	Média
Marmelos	Frutos	Frescos e cozinhados	Elevada
Medronhos	Frutos	Frescos e em licores	Elevada
Murtinhos	Frutos	Frescos	Elevada
Pêras bravas	Frutos	Sorvados, avelados e cozinhados	Elevada
Pilritos	Frutos	Frescos	Elevada
Pinhões	Frutos	Frescos e em pinhoada, envolvidos em calda de açúcar	Média

Legenda: Frequência de utilização elevada quando o produto é referido por mais de três inquiridos e se percebe que o consumo era feito numa base regular; média se foi referido por três ou menos inquiridos, mas o consumo por estas pessoas era feito numa base regular; reduzida quando eventos esporádicos, correspondendo a uma ou duas vezes na vida do inquirido ou a quantidades muito pequenas.

Tabela 2 – Produtos ou partes utilizadas, estratégias de utilização e frequência com que eram consumidos.

Produtos	Partes utilizadas	Entrevistas nas quais foram referidos	Entrevistas nas quais foram referidos
Romãs	Frutos	Frescos	Média
Saramagos	Folhas	Frescas e cozinhadas	Elevada
Soagem	Néctar	Chupado	Reduzida
Sorvas	Frutos	Sorvados	Média
Cogumelos			
Cogumelos da calcinha	Frutificação	Grelhado	Média
Míscaros amarelos	Frutificação	Guisados	Média
Silarcas	Frutificação	Grelhadas	Médio
Túberas	Frutificação	Fritos como as batatas	Elevada
Animais			
Bogas	Todo, desviscerado		Médio
Bordalos	Todo, desviscerado		Médio
Carpas	Todo, desviscerado		Médio
Cágados	Patas	Como as perninhas de rã	Reduzida
Cegonhas	Toda, desvisceradas		Reduzida
Cobras alimentares	Toda	Frita aos bocados, como a enguia	Média
Coelhos-bravos			Médio/Elevado
Corujas	Depenada e desviscerada		Reduzida
Corvos	Depenado e desviscerado		Média
Enguias	Todo	Frita	Elevada
Gatos domésticos	Sem pêlo, desviscerado	Estufado	Média
Lagartos	Pernas	Cozinhadas com alho e vinagre	Média
Ouriços	Sem picos, desviscerado	Grelhado, estufado, com um fio de azeite, vinagre e alho	Elevada
Passarinhos	Depenados e desviscerados	Bem fritos	Elevada
Rãs	Pernas	Cozinhadas com alho e vinagre	Médio
Rolas	Depenados e desviscerados		Média

Legenda: Frequência de utilização elevada quando o produto é referido por mais de três inquiridos e se percebe que o consumo era feito numa base regular; média se foi referido por três ou menos inquiridos, mas o consumo por estas pessoas era feito numa base regular; reduzida quando eventos esporádicos, correspondendo a uma ou duas vezes na vida do inquirido ou a quantidades muito pequenas.

ta E20 onde é referido “a minha mãe uma vez matou uma cegonha com uma fígada e a gente cozinhou-a e comemo-la”, ou na entrevista 1, “Chupa-mel era uma erva que se provava”, ou na entrevista 15 “comi foi carne de coruja. Eram os tiradores de cortiça, mataram uma coruja e fizeram um petisco e depois toda a gente provou.”

Métodos de recolha

Como relatos de métodos associados à recolha destes produtos silvestres são indicadas as armadilhas para as rolas (E20) ou a necessidade de deixar sorvar os soromenhos ou pêras bravas antes de os colher para evitar a sua excessiva adstringência (E6). A mesma técnica se aplicava às ameixas bravas, pêros e sorvas (E4).

A descrição da forma de recolha dos figos de Palma ou da Índia é feita por diversos entrevistados. Uma vez que esta planta possui picos afiados que podem provocar grandes danos (E1 relata a ocorrência de uma morte como resultado dos picos da figueira-da-Índia) e também uma penugem de picos muito fininhos que podem provocar grande incómodo, diferentes estratégias foram desenvolvidas para fazer face a estas defesas da planta. Era usual utilizar um pau com um pico na ponta para fazer cair os figos (E1) e depois com um pauzinho com um bico espetava-se no meio e com uma navalha lá de ia descascando, abrindo (E1). Há várias referências relativamente ao horário no qual se devia fazer esta operação. Devia ser de noite ou de madrugada, para que os picos fininhos não voassem e ficassem menos agressivos (E1, E10). Também era possível pôr os figos dentro de água para retirar vestígios de picos (E1).

No que se refere às amoras silvestres encontramos várias referências ao modo como estas podiam ser transportadas até casa, na ausência de sacos de plástico e dada a capacidade das amoras deixarem nódoa em qualquer tecido

de saco ou roupa que se utilizasse. Assim havia o hábito de enfiar as amoras em palhinhas (E1), pastos (E4), que não devia ser muito seco (E6). “Era uma disputa a ver quem é que fazia as palhas maiores” (E1). Ainda havia quem enfiasse as amoras com uma agulha e uma linha (E15).

Método de conservação

No que diz respeito a métodos de conservação são descritas várias técnicas que por vezes se adaptavam a vários produtos. Um deles era conservar os marmelos, pêras bravas ou pêros em cima das tulhas do cereal (E1), em caixas cheias de palha (E8) ou mesmo na palha da coxeira (E15). Estes frutos podiam até ser apanhados ainda verdes e depois iam amadurecendo e aguentavam muito tempo sem apodrecerem.

Alguns produtos eram desidratados e conservavam-se assim muito tempo, como se passava com os figos, as ameixas bravas, as maçãs, as pêras ou o tomate (E4).

Havia uma técnica, utilizada sobretudo com produtos da horta, que permitia guardá-los também bastante tempo, que consistia em pendurá-los numa trave. Aplicava-se a melões, marmelos, uvas, tomate de inverno e eram variedades específicas as que aguentavam este tratamento, às quais se chamavam “uva de pendura” (E1, E6) ou “melão de pendura” (E6). Faziam-se inclusivamente redes em junco, para pendurar os melões, que duravam assim até ao Inverno (E1).

Outra forma de conserva consistia em mergulhar os frutos em aguardente e açúcar. Esta técnica utilizava-se com os murtinhos (E4, E5, E15) e também com os medronhos (E5, E20). A receita de licor de murtinhos era “Para 1 pote: 1 kg de murtinhos, 1 kg de açúcar e 1L de aguardente” (E4) e permitia guardar os murtinhos desde 3 meses a cinco anos, período durante o qual os murtinhos podiam ser comidos à colher, como sobremesa, enquanto o licor era bebido.

Relativamente à conservação da bolota existiam várias técnicas que podiam ser utilizadas em simultâneo, dada a grande quantidade de bolota produzida em poucos meses e a sua versatilidade como alimento. Uma dessas técnicas consistia em “avelar” as bolotas “Eram retalhadas e assadas na brasa sem queimar muito e depois pendurávamos num cesto azeitoneiro que é efeito com os rebentões da oliveira, e posto ao fumeiro” (E4). Para este fim só se aproveitava a bolota castanhola que segundo se refere na entrevista E6 “dava bolotas que pareciam castanhas”. Mas havia também quem as pusesse no fumeiro sem antes as retalhar ou assar (E5) e com esse objectivo eram postas dentro de um saco ou taleigo à chaminé e ficavam lá num período variável entre 15 dias (E9) ou todo o Inverno (E15).

Outra forma de “avelar” as bolotas era colocá-las numa arca em madeira (E6). Com este propósito deviam ser guardadas sem humidade, espalhadas e mantidas frescas. Desta forma amadureciam, ficavam muito doces e macias e davam para comer todo o ano. Os marmelos também podiam ser guardados na arca de madeira para amadurecerem ou até guardados na arca da roupa “para perfumar a roupa e quando se abria a arca era cá um cheirinho!” (E6).

Métodos de confecção

Relativamente à preparação final com vista ao consumo destes produtos, vários métodos eram utilizados. Os cardos, os catacuzes, os saramagos, eram escaldados e depois é que eram cozinhados “para tirar aquele amarujo.” (E20). Os catacuzes eram confeccionados com feijão (E5) como se costuma fazer ainda hoje no Alentejo. Os cardos podiam ser comidos com migas (E5), no cozido ou também com feijão (E1). Os espargos eram habitualmente consumidos com ovos (E5). Os saramagos eram cozinhados como se fossem grelos (E18). O funcho era ripado,

como se faz com os cardos e comia-se o talo cozinhado (E6). As alcachofras rasteirinhas eram descascadas e cozinhadas (E5), as azedas eram lavadas, temperadas com vinagre e consumidas como salada (E5).

No que se refere aos ouriços tiravam-se os picos e assavam-se no lume (E2) “Íamos a São Sebastião da Giesteira e vínhamos com, por vezes, 15 ouriços, aos quais tirávamos os picos, assávamos no lume e depois comíamos.” (E2), mas também podia ser feito de azeite, vinagre e alho (E20) ou guisado (E15). A carne de ouriço mereceu elogios particulares “A carne de ouriço é muito boa. Muito fina, muito fina!” (E15), ou “O couro do ouriço era o mais gostoso, era um couro rijo” (E20).

O corvo e o gato doméstico eram consumidos guisados (E17, E20) mas os passarinhos eram arrançados (depenados e desviscerados), deixados a marinar com muito alho, pimenta, sal, vinho branco, da manhã para a tarde ou de um dia para o outro e bem fritos. Depois comiam-se com arroz ou puré de batata. Se fossem bem fritos podia comer-se tudo incluindo os ossinhos. (E18)

As pernas de rã, de lagarto e de cágado eram temperadas com alho e vinagre e deixadas a marinar de um dia para o outro ou algumas horas e fritas (E20, E21).

A cobra alimentar e as enguias eram cortadas aos bocados, deixadas a marinar com alho e vinagre e fritas (E20). Também se podia fazer em ensopado (E1)

Os cogumelos eram usualmente grelhados com sal (E6), mas os mísscaros eram guisados (E12) enquanto as túberas eram geralmente fritas como as batatas, comidas com arroz, fritas com ovos ou adicionadas ao cozido (E13).

A versátil bolota era confeccionada das mais variadas formas, podendo ser consumida crua, com ou sem pão (E5), cozida com uma pedrinha de sal (E2), em sopa com couves (E2), ou com ervas doces (E4). Se secas podiam ser demolhadas e cozinhadas com arroz e feijão, para serem consumidas pela Páscoa (E4, E19). Podiam ser assadas no forno do pão, no final da cozedura (E5), ou no borralho. Também podiam servir para preparar pastéis de grão mas em que o grão era substituído por bolota (E19). “Cozia a bolota sem casca, com canela, ervas doces, e algum açúcar, uma casquinha de limão, cozia tudo e fazia o recheio do pastel de grão com bolota. Esta massa toda desfeita era o recheio.” (E16)

As bolotas de sobro também podiam ser consumidas da mesma forma que as de azinho se antes fossem colocadas em água corrente, retalhadas e em sacos, tal como se faz com as azeitonas e os tremçoços (E19).

Já a fruta era consumida fresca (murtinhos, medronhos, amaras, pilritos, pêras bravas, sorvas), mas a fruta mais adstringente como as pêras, pêros bravos e os marmelos, podiam ser cozinhados com um bocadinho de açúcar amarelo, canela, ervas doces em jeito de compota (E10, E15). Também se fazia geleia de marmelo (E4).

Os pinhões eram consumidos frescos ou cozinhados com calda de açúcar, de forma a preparar a pinhoadá (E15).

Tanto as chaputas como a soagem eram chupadas de forma a aproveitar o néctar doce que elas produziam, mas o resto da planta era rejeitado (E19, E1).

A alimentação dos animais

A própria alimentação dos animais domésticos (galinhas, porcos, perus, bois, cavalos

e muares) era feita com os produtos que estavam disponíveis. Para além da bolota que era pastada nos campos por porcos, perus e ovelhas, faziam-se grandes armazenamentos de bolota guardada em tanques com água e sal. Esta era, normalmente, apanhada nos locais que se destinavam à produção de cereal e onde, por essa razão, os animais não tinham acesso à bolota, sendo dada maioritariamente aos porcos durante o resto do ano:

mas como estava tudo semeado com searas de trigo e não só, os animais não podiam ir lá e por isso havia grupos de mulheres a apanhar bolota que era posta, depois, em tanques com água e sal. Lá no monte havia 3 tanques enormes (3x3m). Aqueles tanques eram cheios de bolota e depois de água e sal. A minha mãe não dava essas bolotas às galinhas, mas os porcos tinham bolota para quase todo o ano. (E1)

Para dar aos perus, as bolotas de azinheira ou sobreiro eram partidas com uma pedra. Os porcos conseguiam comê-las inteiras mas os perus não (E19). Também se misturavam as bolotas com rabaças, malvas, pálas do figo-da-Índia, para preparar uma vianda para os animais (E19).

Era ainda preparada a vianda⁵, com o farelo que sobrava de moer os cereais, ao qual eram adicionadas couves e/ou urtigões cozinhados. Os urtigões utilizavam-se sobretudo na preparação da vianda para os perus pequenos. À medida que cresciam começavam a comer couve em vez de urtigões. (E1)

Outro recurso utilizado eram as palas da figueira-da-Índia que eram recolhidas, raspadas, para retirar os picos e dadas aos animais, simples ou misturadas com farelos (E14). Também se davam os frutos da figueira-da-índia aos porcos (E1).

⁵ Do francês *viande*, trata-se de uma mistura de ingredientes, normalmente cozinhada ao lume, com vista à alimentação dos animais de criação. Para esta vianda eram normalmente aproveitados recursos silvestres, o farelo que sobrava de moer os cereais e/ou recursos muito baratos de produzir, como as couves.

É terrível pensar sobre o significado que uma parte substancial destes alimentos de substituição - na ausência dos alimentos normais, as carências obrigavam as comunidades e as pessoas a disputarem uma parte dos alimentos com os próprios animais. As condições de vida eram, muitas vezes, dramáticas.

Condições de vida

Através da leitura das entrevistas é possível ter uma ideia sobre as condições de vida existentes na altura, que levaram ao incremento no consumo destes alimentos silvestres. Permitem-nos ainda perceber as diferentes perspectivas com que os diversos entrevistados descrevem uma mesma realidade.

Alguns casais tinham muitos filhos, como relatam E2 (7 irmãos para além do próprio) e E20 (5 irmãos para além do entrevistado). Na sucessão de trabalhos rurais anuais, o Inverno era um período crítico, por causa das chuvas, e estes trabalhadores viam a sua actividade impedida, bem como a remuneração correspondente, como relatam os entrevistados E5 e E20, respectivamente: “O meu tio trabalhava uma pedra olho-de-sapo mas no Inverno não conseguia trabalhar e a minha mãe é que ajudava”, “O meu pai chegava a estar três meses sem trabalhar e ganhar dinheiro.”

Para agravar a situação, as herdades estavam muitas vezes guardadas por guardas que zelavam pelas mesmas de forma a evitar que outros, que não os devidamente autorizados, fossem apanhar a bolota. Disto nos falam as mulheres, em Fonseca (2007), com passagens como: “Muitas vezes apanhávamos bolota às escondidas. Lembro-me de uma velhota que foi presa, quando levava num taleigo umas bolotas doces, que roubara para comer.” ou

Nesse tempo a miséria era muita. Fica-

va horrorizada, quando via os soldados da GNR conduzirem ao posto homens muito pobres, com um saquito ao ombro, onde guardavam umas bolotas ou umas azeitonas que tinham roubado para comer. (Fonseca, 2007)

Encontramos, nos relatos das entrevistas várias menções à fome que se passava então:

havia grande fome no Alentejo e toda a gente, sobretudo as crianças iam apanhar bolotas. (...) Não havendo comida iam à bolota, iam ainda à fila do pão mas muitas vezes chegavam a casa sem pão porque este tinha sido roubado e ainda levavam dos ciganos. (...) Havia muita gente muito pobre e o que lhe valeu foi a bolota e era só cozida e assada e ouriços. (E2),

“com 10, 12 anos a fome era mais que muita e então chegávamos a casa e não havia que comer. Comíamos bolota e azeitona. Não havia mais nada e as pessoas não ganhavam e tinham muitos filhos” (E6), “Na aldeia dos meus tios passava-se fome” (E5), “Naquele tempo as refeições era muito pouco” (E20).

Muitas crianças iam para a escola a pé percorrendo, por vezes, longas distâncias, em geral por meio do montado. Sabendo que pouco encontrariam em casa para comer aproveitavam o percurso para complementar a parca refeição que os esperava em casa:

Íamos para a escola, quilómetros a pé e pelo caminho comíamos de tudo. (...) Morávamos num monte nas Cortiçadas de Lavre, 3 a 4 Km a pé para a escola, muitas crianças íamos para a escola sozinhos a pé. 6 anos. Um bocado de pão, marmelada, fruta só da época e azeitonas e quando vínhamos da escola, comíamos essas coisas todas e bolotas e rebentos das silvas e amoras. Soagem (rapazinhos), canilhas do cereal, a parte tenrinha. (E19)

E em jeito de conclusão, um dos entrevistados remata: “A maioria das pessoas não

acredita no que se fez e se passou nessa altura” (E20).

4. Discussão

Neste trabalho foram inventariados 50 itens que correspondem a recursos encontrados nos montados alentejanos. Apesar da pouca frequência com que alguns seriam consumidos, é possível que esta aumente caso o número de entrevistados venha também a aumentar.

Dada a situação económica e de carestia generalizada das famílias a postura era a de experimentar tudo o que havia disponível no meio envolvente para averiguar da sua palatabilidade. Um dos inquiridos descreve esta postura (E20): “A mãe ia ao campo e colhia e depois cozinhava e depois havia coisas que não seguiam. Tinha de deitar fora”.

O que se pode observar no período aqui retratado, é que se deu um agravamento nas condições de vida dos habitantes do Alentejo devido à conjugação de diversas circunstâncias negativas, como o racionamento provocado pela segunda guerra mundial e a guerra civil em Espanha.

Embora agravadas nesta altura, as condições de vida dos trabalhadores rurais no Alentejo nunca foram fáceis. Estes sempre estiveram muito dependentes do que a natureza dava e de uma produção variável proveniente da horta. Desta forma, a atitude de experimentação sobre as diferentes formas de consumir os diferentes recursos oferecidos pela natureza terá sido uma constante desde períodos pré-históricos até uma época bastante recente.

Neste contexto, os alimentos de substituição corresponderão a uma expansão no leque de escolhas disponíveis, que ocorre quando o homem se apresenta face a crises que vêm limitar

o conjunto de alimentos aos quais pode recorrer. A crise ocorrida nos segundo e terceiro quartis do século XX foi um destes períodos, tal como ocorreram outros, anteriormente.

A mudança de hábitos no sentido de recorrermos essencialmente às mercearias e mais recentemente aos supermercados como fonte principal e quase exclusiva para a obtenção dos nossos alimentos só se deu em Portugal, a partir dos anos 60 (Noronha/ 2016), num crescendo gradual até aos nossos dias.

Apesar da organização actual do sector agroalimentar permitir alimentar um número crescente de pessoas, sinais são dados diariamente, de que este sistema pode ser demasiado grande, desadaptado, uniformizado, suportado por insustentáveis níveis de consumo de energia e de produtos fitofarmacêuticos e por uma utilização predatória do solo e da água (Foley et al./2011). O crescimento das doenças da modernidade, associadas ao consumo de alimentos cada vez mais vazios de nutrientes tanto devido à sua formulação como à pobreza crescente dos solos em nutrientes, é só mais um sinal de alerta sobre a insustentabilidade deste modelo de produção de alimentos.

Como resultado da confiança no actual modelo de produção agroalimentar, o conhecimento cimentado durante séculos sobre os produtos mais adequados para consumo e as técnicas mais apropriadas para a sua recolha, conservação e confecção, estão a perder-se. Somos cada vez menos autónomos, menos resilientes, menos capazes de tirar o nosso sustento da terra.

Isto não constituiria um problema se o actual modelo de produção não apresentasse sérios riscos de falência. No entanto, os sinais apontam-nos graves falhas no sistema actual. A energia disponível para o sector da produção

e distribuição de alimentos, extremamente exigente neste recurso, é cada vez em menor quantidade (Murray & King/2012). A superfície de solos aráveis tem vindo a reduzir-se (Steinfeld et al./2006). As condições climáticas em mudança já provocaram e poderão provocar de novo forte instabilidade nas produções alimentares, bem como a expansão de doenças e secas agravadas. As guerras comerciais entre países, num mercado alimentar extremamente globalizado, deixam-nos extremamente vulneráveis.

Neste contexto, a recuperação e preservação da cultura alimentar ligada ao nosso território, para além de permitir reforçar a nossa identidade num mundo globalizado e cada vez mais uniforme, fazendo jus às distintivas do Alentejo, da sua gastronomia e produtos a ele associados, permitirá manter níveis saudáveis de resiliência desta região, face aos desafios que se poderão vir a colocar no sector agroalimentar e noutros sectores com influência mais ou menos directa sobre este.

Considerações finais

A proposta desde trabalho é conhecer melhor os produtos de substituição utilizados no montado alentejano bem como os métodos associados ao seu consumo, com vista à preservação do conhecimento e identidade regionais, por outro lado, investigar a partir daqui, quais os produtos que poderão ser alvo de um aproveitamento nos nossos dias. Uma vez que, no estado natural, as plantas e cogumelos estudados proliferam sem qualquer rega, aplicação de produtos fertilizantes ou controlo de pragas, o seu cultivo ou recolha para consumo na região será muito menos exigente no que se refere à utilização destes recursos mas também de energia. Por outro lado, face aos desafios a que o sistema agroalimentar está sujeito e à necessidade de alimentar uma população crescente, o desenvolvimento de novos

produtos a partir daqueles utilizados no passado permite alargar de forma sustentável, o leque de escolhas disponíveis no presente, bem como reforçar a economia e resiliência regionais. Na realidade, a proposta é a de tirar partido de recursos que sempre estiveram ao dispor do ser humano e, ao longo do tempo, têm sido utilizados por este, de acordo com a maior ou menor necessidade ou vantagem de o fazer: menor em períodos históricos de intensificação do comércio internacional e de disponibilidade de alimentos alternativos aos que cada país ou região produz espontaneamente, maior quando, devido a conjunturas desfavoráveis a esse comércio e à circulação de produtos que ele possibilita, essa disponibilidade diminui.

Voltamos também a uma das ideias enunciadas no início deste texto: este tipo de investigação não é uma mera curiosidade. É preciso enquadrá-la nas preocupações de organizações internacionais, como a UNESCO, que lutam para não deixar desaparecer este tipo de saber-fazer na corrente esmagadora do “main stream”.

6. Agradecimiento

Queremos agradecer a todos os entrevistados que partilharam connosco momentos nem sempre fáceis das suas vidas, a sua disponibilidade, alegria e simpatia.

À Joana Godinho e ao Centro Social e Paroquial de Santo António de Lavre, agradecemos a amabilidade e disponibilidade para identificar potenciais entrevistados e nos recebe .

Aos meus pais Teresa e Jorge Fonseca, à Marta Laranjo e à Ana Cristina Agulheiro, pela leitura atenta do texto e sugestões preciosas.

Bibliografia:

COSTA, Augusta, MADEIRA, Manuel, SANTOS, Jaime, & Oliveira, ÂNGELA. Change and dynamics in Mediterranean evergreen oak woodlands landscapes of Southwestern Iberian Peninsula. *Landscape and Urban Planning*, v.3 n.102, p.164-176. 2011.

FOLEY, Jonathan., RAMANKUTTY, Navin., BRAUMAN, Kate, CASSIDY, Emily, GERBER, James, JOHNSTON Matt, MUELLER, Nathanie, O'CONNELL, Christine, RAY, Deepak, WEST, Paul, BALZER, Christian, BENNETT, Elena, CARPENTER, Stephen, HILL, Jason, MONFREDA, Chad, POLASKY, Stephen, ROCKSTRÖM, Johan, SHEEHAN, John, SIEBERT, Stefan, TILMAN, David, Zaks David. Solution for a cultivated planet. *Nature*, v.478 (7369), pp.337-342. 2011 doi:doi:10.1038/nature10452

FONSECA, Maria Teresa. *A Memória das Mulheres - Montemor-o-Novo em tempo de ditadura*. Edições Colibri. 2007

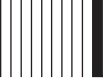
GODINHO, Sérgio, GUIOMAR, Nuno, MACHADO, Rui, SANTOS, Pedro, SÁ-SOUSA, Paulo, FERNANDES, João Paulo, NEVES, Nuno & PINTO-CORREIA, Teresa. Assessment of environment, land management, and spatial variables on recent changes in montado land cover in southern Portugal. *Agroforestry systems*, v.1 n.90, pp.177-192. 2016

NORONHA, Teresa de, *Setor Agroalimentar em Portugal – Conjunturas e abordagens recentes*. Edições Sílabo. 2016

MURRAY, James, KING, David. Climate policy: Oil's tipping point has passed. *Nature*, v. 481, p. 433-435. 2012. doi:10.1038/481433a.

SILVA, João. Parte II A azinheira, ícone da paisagem alentejana, Introdução. In *Os montados: muito para além das árvores*. Volume 3 de *Árvores e florestas de Portugal*. Editora Fundação Luso-Americana, pp. 117. 2007

STEINFELD, Henning, GERBER, Pierre, WASSENAAR, Tom, CASTEL, Vincent, ROSALES, Mauricio, de HAAN, Cees. *Livestock's Long Shadow: Environmental Issues and Options*. Food & Agriculture Org.; Business & Economics - 390 pages, 2006.



O Complexo do Pedrogão no contexto das primeiras sociedades camponesas: breves notas sobre o povoamento neolítico no concelho de Avis¹

The Pedrogão Complex in the Context of the First Producing Societies: Short Notes Regarding the Neolithic Population of the Municipality of Avis

Ana Cristina Ribeiro

Centro de Arqueologia de Avis²

ana.ribeiro@cm-avis.pt

Resumo

Avis corresponde a um território com ampla variedade e diversidade de recursos naturais. É neste contexto que emergem as primeiras comunidades produtoras. Recentemente identificadas, as evidências associadas às etapas iniciais do Neolítico documentam novas estratégias de ocupação do território e de aproveitamento dos recursos, com a introdução e o desenvolvimento de novas práticas de manipulação de espécies. O trabalho que se apresenta integra o projecto de investigação Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis TEMPH. Os resultados obtidos em 2016 e 2017 revelaram-se determinantes, não só pelo aumento expressivo de sítios com potencial arqueológico, associados à Pré-História, mas, em particular, pela tipologia e enquadramento cronológico de um conjunto considerável de achados. Testemunhos destes momentos marcantes para o estudo da ocupação humana no concelho encontram-se agrupados no Complexo do Pedrogão, tendo sido identificados posteriormente novos focos de ocupação, associados a outras zonas do concelho. Os resultados preliminares desses trabalhos são agora apresentados.

Palavras-chave: Investigação; Avis; Neolítico; Povoamento

Códigos JEL: Z13; N53

Abstract

Avis is a territory with a wide range and diversity of natural resources. In this context, the first producing communities emerged. Recently identified evidence regarding the early stages of the Neolithic period documents new strategies of territorial occupation and use of resources, with the introduction and development of newly domesticated species. This work forms part of the research project “Territory and spaces of death in recent prehistory. Contribution to a new reading of the megalithic settlement in the municipality of Avis – TEMPH”. The results obtained in 2016 and 2017 proved to be decisive, not only in the discovery of potential archaeological sites, but, in particular, by generating a typology and chronological framework. Evidence of those moments, crucial for the study of the occupation of land during prehistory, have been encountered in the Pedrogão Complex and identified in other areas with similar natural features. The preliminary results of these works are now presented.

Keywords: Research Project; Avis; Neolithic; Settlement

Jel Codes: Z13; N53

¹ Artigo recebido em 01/07/2018. Aprovado em 10/10/2018

² Pátio das Cisternas, n.º 8. 7480 – 121 Avis

Nota introdutória

Avis apresenta uma considerável diversidade paisagística e geológica, assim como uma ampla variedade de recursos naturais, que se revelaram propícios, desde tempos recuados, à ocupação humana desta região. Pelas suas características e localização, a área em estudo assume um papel fundamental para a compreensão dos processos de relação inter-regional e dos eixos de circulação, em particular durante a Pré-História.

Ao longo da última década foram documentadas diversas ocorrências que reflectem a diversidade arqueológica desta região. A elaboração da “Carta Arqueológica de Avis” (2005-2014) e, mais recentemente, a realização do projecto “Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis TEMPH” (2014 - em curso), vieram confirmar a existência de diversos locais com vestígios de ocupação pré-histórica, reveladores de um potencial arqueológico que até então permanecia desconhecido.

Embora as evidências registadas decorram exclusivamente de prospecções, a identificação de um conjunto considerável de vestígios de ocupação alterou, de forma determinante, a visão da distribuição das comunidades pré-históricas no território em estudo.

Para os períodos mais antigos, as evidências de ocupação humana não se encontram ainda suficientemente documentadas, mas permitem recuar a presença humana neste território ao Paleolítico Médio (Ribeiro e Salvador, 2013, 135-139).

Os indícios tornam-se mais

representativos durante a Pré-História Recente, justificando a implementação do projecto TEMPH, com o objectivo de aprofundar o conhecimento das diversas formas de ocupação do território durante a pré-história recente, procurando compreender a relevância e o significado dos espaços de morte na organização da paisagem pré-histórica e a relação territorial entre os vários locais registados.

A ocupação pré-histórica, associada durante muito tempo aos monumentos megalíticos funerários, passou a incluir, desde o início dos trabalhos, evidências de contextos habitacionais e arte rupestre (Ribeiro, 2017/a, 581-590; idem, 2017/b, 139-153).

Os trabalhos realizados em 2016 e 2017 revelaram-se determinantes, não só pelo aumento expressivo de sítios com potencial arqueológico, associados à Pré-História, mas, em particular, pela tipologia e enquadramento cronológico de um conjunto considerável de achados.

A identificação de locais com indícios de ocupação habitacional integrável nas etapas iniciais do Neolítico (Ribeiro, 2017/a, 581-590) abre uma nova perspectiva para o conhecimento das opções territoriais associadas a um momento em que a introdução e o desenvolvimento de novas práticas de manipulação de recursos naturais se reflectem na alteração da relação das comunidades com o meio.

Testemunhos destes momentos marcantes para o estudo da ocupação humana no concelho encontram-se agrupados no Complexo do Pedrogão, tendo sido identificados posteriormente outros focos de ocupação, associados a outras zonas do concelho e que se afiguram coevos.

2. O complexo do pedrogão: uma breve caracterização

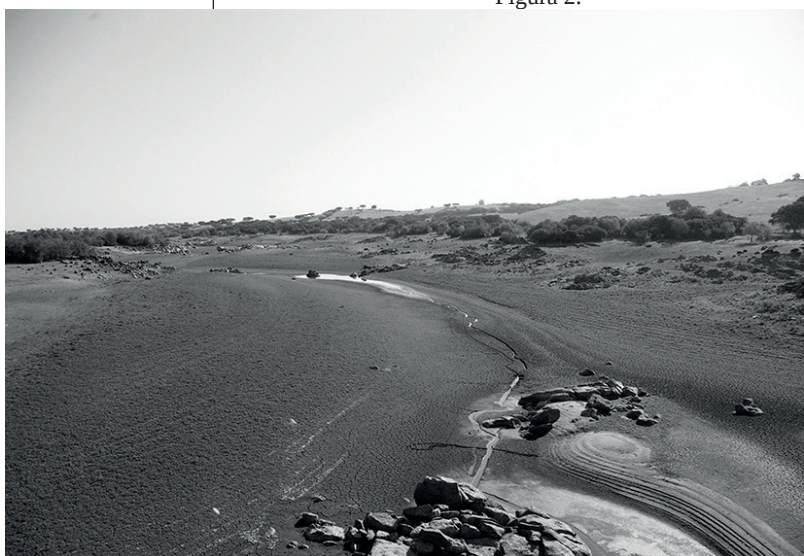
Numa leitura preliminar, e de acordo com os dados actuais, o Complexo do Pedrogão é constituído por 69 testemunhos de ocupação pré-histórica identificados na sequência da descida acentuada do nível da albufeira do Maranhão, ocorrida em 2016 e 2017.

Figura 1. Distribuição dos locais associados ao Complexo do Pedrogão



Figura 2. Vista parcial do Complexo do Pedrogão

Distribuído pelas margens da Ribeira de Seda, o Complexo ocupa uma extensa área, correspondente a cerca de 2 km, e incorpora um importante conjunto de evidências de habitat, registando-se também algumas rochas gravadas e dois monumentos megalíticos, um integrado na zona menos densificada de



vestígios de ocupação (idem, 2017/a, p. 583) e outro, registado em trabalhos precedentes (Leisner e Leisner, 1959), implantado no limite Este da concentração de vestígios.

Apesar da visão fragmentária dos testemunhos de ocupação mais antigos nesta zona, as evidências reunidas revelam já características idênticas:

Ocupam zonas baixas e de relevo pouco acidentado, sem condições naturais de defesa ou domínio visual, exceptuando o controlo visual sobre a ribeira;

Encontram-se implantados em lo

Figura 2.

Quadro 1_ Síntese dos locais associados ao Complexo do Pedregão

Margem esquerda	Margem direita
Cumeada	Abessara 1 Arte rupestre
Pedregão 2	Abessara 2 Arte rupestre
Pedregão 3	Abessara 3 Anta
Pedregão 4	Abessara 4 Arte rupestre
Pedregão 5	Abessara 5 Arte rupestre
Pedregão 6	Abessara 6 Mancha de ocupação
Pedregão 7	Abessara 7 Arte rupestre
Pedregão 8	Abessara 8 Mancha de ocupação
Pedregão 9	Abessara 9 Mancha de ocupação
Pedregão 10	Abessara 10 Mancha de ocupação
Pedregão 11	Abessara 11 Mancha de ocupação
Pedregão 12	Abessara 13 Mancha de ocupação
Pedregão 13	Abessara 14 Mancha de ocupação
Pedregão 14	Abessara 15 Mancha de ocupação
Pedregão 15	Abessara 16 Mancha de ocupação
Pedregão 16	Abessara 17 Mancha de ocupação
Pedregão 17	Abessara 18 Mancha de ocupação
Pedregão 18	Abessara 19 Mancha de ocupação
Pedregão 19	Abessara 20 Mancha de ocupação
Pedregão 20	Abessara 21 Mancha de ocupação
Pedregão 21	Abessara 22 Mancha de ocupação
Pedregão 22	Abessara 23 Mancha de ocupação
Pedregão 23	Abessara 24 Mancha de ocupação
Pedregão 24	Abessara 25 Mancha de ocupação
Pedregão 25	Abessara 26 Mancha de ocupação
Pedregão 26	Abessara 27 Mancha de ocupação
Pedregão 27	Abessara 28 Mancha de ocupação
Pedregão 28	Abessara 29 Mancha de ocupação
Pedregão 29	Abessara 30 Mancha de ocupação
Pedregão 30	Abessara 31 Mancha de ocupação
Pedregão 31	Abessara 32 Mancha de ocupação
	Abessara 33 Mancha de ocupação
	Abessara 34 Mancha de ocupação
	Abessara 35 Mancha de ocupação
	Abessara 36 Achado disperso
	Goiã 6 Mancha de ocupação
	Goiã 7 Achado disperso

Figura 3. Materiais arqueológicos associados ao Complexo do Pedrogão: cerâmica utilitária com decoração, instrumento em pedra polida e indústria lítica em sílex



cais onde predominam solos com pouca aptidão agrícola, mas próximos, em alguns casos, de áreas com solos de boa qualidade;

Os vestígios distribuem-se pela orla de granitos que ladeiam a ribeira, sendo notória a preferência por concentrações de rochas, preferencialmente individualizadas e que se destacam na paisagem;

Nos conjuntos artefactuais predominam os recipientes em cerâmica, ocorrendo, em número mais reduzido, utensílios líticos e subprodutos de talhe;

Os recipientes de grande dimensão, associados ao armazenamento, ocorrem em número reduzido;

Os indicadores habitualmente associados à prática de agricultura, nomeadamente elementos de moagem e utensílios em pedra polida, são raros.

Os dados reunidos sugerem que estas comunidades estariam organizadas em pequenos núcleos de ocupação individualizados, não tendo sido possível aferir se de carácter permanente ou semipermanente, distribuídos de forma continuada por uma extensa área, alguns dos quais com poucos metros de distância.

A confirma-se a contemporaneidade das manchas de ocupação registadas, indiciada pela proximidade e características de espólio recolhido, o complexo do Pedrogão poderá, assim, corresponder a um povoado aberto, sem defensabilidade e com grande extensão.

Figura 4. Complexo do Pedrogão: aspecto geral de uma das manchas de ocupação (Pedrogão 11)





Figura 5. Pedrogão 29: pormenor das covinhas

Ficou por confirmar a presença humana em alguns pontos que, apesar de reunirem condições favoráveis, apresentam uma acumulação considerável de sedimentos que impossibilita uma cobertura eficaz e a recolha de informação.

No que diz respeito às rochas gravadas, os trabalhos confirmaram a predominância das covinhas como o motivo mais frequente do conjunto identificado até ao momento (Ribeiro, 2017/b,139-153). A sua relação com contextos funerários é uma vez mais afirmada pelos motivos associados aos monumentos localizados nesta zona.

Verificou-se, no entanto, o aumento do número de rochas associadas a contextos não funerários, em particular integradas nos perímetros de manchas de ocupação. Este enquadramento não tinha sido verifi-

cado nos trabalhos anteriores (idem, 2015, p. 27-28; idem, 2017/b, p.139-153), pelo que esta relação vem reforçar o simbolismo multifacetado associado a estes motivos gravados. Destacam-se as duas superfícies gravadas situadas no limite Este da mancha de afloramentos que caracteriza o Complexo do Pedrogão.

Ao nível do megalitismo, foi registado, em 2016, um monumento, designado por Abessara 3 (idem, 2017/a, p. 583), correspondente a uma estrutura de dimensão média, construída em granito e com corredor.

Dos materiais associados ao monumento destaca-se uma taça carenada com perfil completo, característica nos contextos integrados no 4.º e início do 3.º milénio a.C.. A utilização da anta integra-se, assim, numa fase mais tardia



Figura 6. Monumento megalítico Abessara 3

comparativamente às manchas de ocupação, sendo difícil de determinar qual a relação entre o monumento e os vestígios de ocupação registados na sua envolvente. Permanece em aberto a possibilidade da sua construção ou primeira utilização ser, de facto, mais antiga.

No que se refere à anta da Cumeada, a informação conhecida referia um monumento relacionável com outros localizados no seu território de implantação (Leisner e Leisner, 1959). A recente identificação de vestígios na sua envolvente imediata e a relação com as dinâmicas de ocupação do território, evidentes na extensa mancha de vestígios pré-históricos identificados nesta área, levou a que se integrasse a anta da Cumeada no Complexo do Pedrogão.

Trata-se de um monumento de corredor, de dimensão considerável, ao qual se encontra associado um painel com covinhas gravadas na tampa. Este monumento encontra-se no limite Este da mancha dos afloramentos associada à margem esquerda da ribeira, numa zona onde os vestígios de ocupação se afiguram menos frequentes. Tal como a anta Abessara 3, este monumento encontra-se associado a um momento mais tardio.

3. Novos dados referentes à ocupação pré-histórica nas Ribeiras Grande e Sarrazola

A estratégia de ocupação registada no Complexo do Pedrogão foi verificada em outras zonas do território detentoras de características

naturais idênticas.

O resultado foi sem dúvida estimulante: foram identificados importantes focos de ocupação, enquadráveis, numa primeira leitura, no Neolítico Antigo/Médio, associados à Ribeira de Sarrazola, subsidiário da Ribeira de Seda, e à Ribeira Grande, na envolvente ao povoado da Ladeira (Ribeiro, 2010, 35-64; idem, 2014/2015, 309-340) e numa das zonas onde se verifica uma concentração significativa de monumentos megalíticos (idem, 2015, 19).

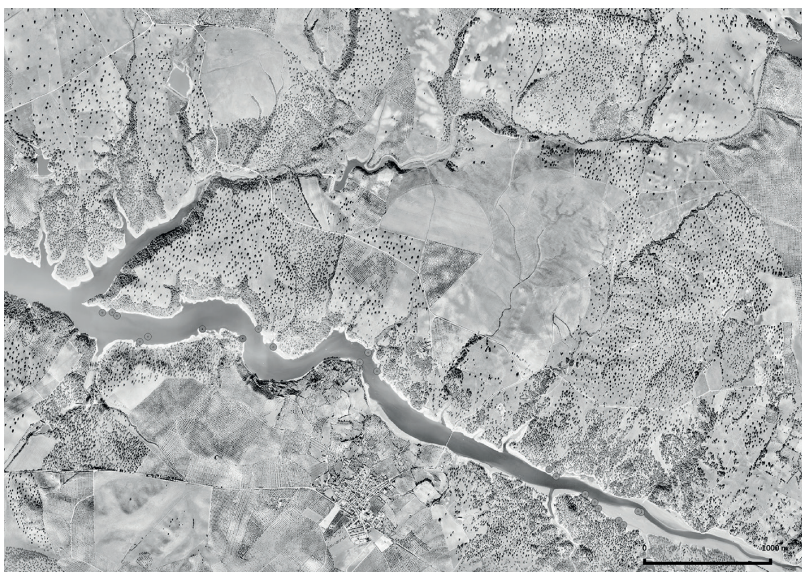


Figura 7. Distribuição dos sítios registados na Ribeira Grande

De um modo geral, os vestígios de ocupação enquadram-se numa estratégia semelhante à que foi verificada no Complexo do Pedrogão: ocupam zonas baixas, localizadas junto às margens das ribeiras, sem condições naturais de defesa, distribuindo-se pelas orlas de granitos que ladeiam as linhas de água, sendo notória a preferência por concentrações de rochas, bem demarcadas na paisagem, as quais delimitam os vestígios de ocupação.

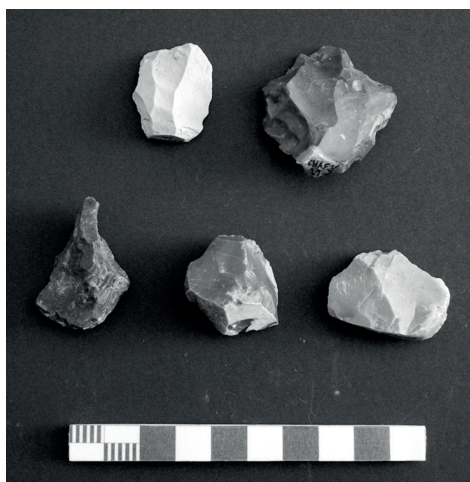
Nestes locais verifica-se uma maior deposição de sedimentos associada à albufeira, o que dificulta a identificação e recolha de testemunhos para a maioria dos locais registados.

Na Ribeira de Sarrazola, próximo do Complexo do Pedrogão, registou-se uma mancha de ocupação, designada por Chafariz 3, aparentemente isolada, à qual se encontra associada indústria lítica em sílex.



Figura 8. Chafariz 3

Figura 9. Indústria lítica em sílex (Chafariz 3)



Não foi confirmada a existência de outras manchas idênticas na sua envolvente, verificando-se, no entanto a ocorrência de vestígios pontuais, cuja extensão e caracterização importa determinar em futuros trabalhos.

Salienta-se que nesta zona já havia sido registada anteriormente a ocorrência de vestígios arqueológicos pré-históricos, associados às antas Retorta 1 e Retorta 2 (Ribeiro, 2015, 22-23).

Na Ribeira Grande a ocupação Pré-Histórica torna-se mais evidente. Para além dos monumentos megalíticos e dos vestígios de habitat anteriormente registados, associados ao povoado da Ladeira (idem, 2010, p. 35-64) e às manchas de ocupação Areias 1 (idem, 2008, 7),

Torre de Ervedal 10 (idem, no prelo) e Areeiro 2 (Ribeiro e Salvador, 2013, 137-138), os trabalhos realizados recentemente forneceram um importante conjunto de ocorrências, cuja extensão e caracterização são, no entanto, condicionadas pelo elevado nível de depósitos fluviais que se verifica nesta ribeira

A Ladeira assume um papel relevante no estudo do povoamento pré-histórico, uma vez que corresponde a um povoado que seria, face aos vestígios identificados extenso e estruturado, podendo, por isso, reunir os elementos necessários para a construção de grandes monumentos, como os que se encontram na envolvente, associados aos conjuntos de



Figura 10. Malhadas 1



Figura 11. Espólio associado ao conjunto das Malhadas: peso de rede e cerâmica utilitária (recipiente com decoração no bordo e recipiente de grande dimensão)

Ervedal e Figueira e Barros (Leisner e Leisner, 1959; Ribeiro, 2014, 75-76).

A identificação de locais com vestígios de ocupação na envolvente à Ladeira poderá contribuir para a compreensão das dinâmicas de ocupação do território numa perspectiva diacrónica.

A montante do sítio encontra-se uma importante concentração de locais, associados ao núcleo das Malhadas. Constituído por oito manchas de ocupação, concentra-se na margem esquerda da ribeira,



Figura 12. Malhadas 6: pormenor da mancha de ocupação e dos motivos gravados

A jusante da Ladeira verificou-se a existência de locais com testemunhos pré-históricos,

detendo sobre ela um excelente domínio visual.

Nos locais predominam os fragmentos cerâmicos, ocorrendo, com menos frequência, utensílios líticos e subprodutos de talhe. Contrariamente ao que se verificou no Complexo do Pedrogão, a cerâmica decorada é escassa e a presença de recipientes de maior dimensão parece ser mais expressiva.

Do conjunto destaca-se o sítio Malhadas 6 onde, para além dos vestígios de ocupação, foi registado um painel com covinhas gravadas.

Localizado em pleno leito da albufeira, o sítio está sujeito a uma forte acção da água, que se traduz numa acumulação de sedimentos e na erosão dos motivos gravados. Foi possível registar um conjunto de 18 pequenas covinhas concentradas numa das extremidades da rocha.

num total de 18, agrupados no conjunto Torre de Ervedal, Brejos, Azenhas e Horta das Rosas.

Tratam-se de locais onde os vestígios são pouco frequentes, facto que se deve em grande medida aos depósitos fluviais que cobrem grande parte das áreas susceptíveis de conservar evidências de ocupação. Por conseguinte, para esta zona o mapeamento dos locais é o mais impreciso, devido à dificuldade em identificar materiais à superfície. Ainda assim registaram-se os locais com potencial arqueológico e onde se recolheram indícios de ocupação, a confirmar quando existirem novas condições para prospector nestas áreas.



Figura 13. Enquadramento do sítio Brejos 2

Deste conjunto destacam-se os sítios Brejos 2, associado a um conjunto de materiais, que integra cerâmica manual e utensílios e subprodutos de talhe, e Horta das Rosas 6, mancha de ocupação onde se recolheu um elemento de moagem de dimensão considerável e onde se integram dois exemplares de arte rupestre, Horta das Rosas 1 (Ribeiro, no preto) e Horta das Rosas 7.

O primeiro corresponde a um conjunto de covinhas gravadas em superfície horizontal ao nível do solo, repartidas por dois afloramentos de granito de pequena dimensão. A primeira rocha apresenta sete covinhas de dimensão variada. A segunda evidencia apenas duas covinhas e localiza-se a pouca distância do primeiro. Nas imediações registou-se ainda uma covinha isolada.

O segundo exemplar, Horta das Rosas 7, integra dois painéis gravados com covinhas num afloramento granítico junto ao que seria a margem original da ribeira. Na rocha 1 foram contabilizadas 55 covinhas distribuídas por uma área com cerca de 210 x 90 cm. A superfície horizontal apresenta uma dimensão de cerca de 453 x 330 cm. O diâmetro dos motivos gravados varia entre 3 e 9 cm. A rocha 2 evidencia 21 covinhas dispersas por uma área com cerca de 233 x 156 cm. Os motivos estão gravados em superfície horizontal e apresentam um diâmetro que varia entre 3 e 6 cm. Apesar de localizado no vale, o afloramento destaca-se claramente.

4. O povoamento neolítico em Avis: Breves reflexões

O projecto veio demonstrar que a investigação desenvolvida em regime de continuidade permitiu um contacto permanente com o território, que se traduz num conhecimento cada vez mais detalhado das particularidades que o caracterizam e dos diferentes momentos de ocupação que aí se registam.

A identificação de novos contextos correlacionáveis com etapas iniciais do Neolítico

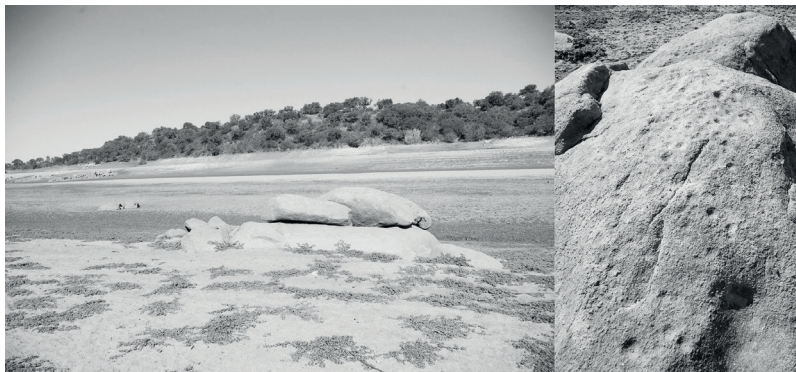


Figura 14. Horta das Rosas 7: vista geral do afloramento e pormenor da zona gravada

assume-se como determinante no estudo da ocupação pré-histórica deste território.

Até 2016 não existiam dados inequívocos que pudessem ser relacionados com os primeiros momentos da neolitização.

No sítio da Ladeira (Ribeiro, 2014-2015, 309-340) foi recolhido, em 2005, um fragmento de cerâmica com decoração em espiga, associado a um povoado de Neolítico Final, o que indicava uma cronologia mais recuada para o sítio, ou a persistência, já numa fase posterior, de padrões decorativos normalmente registados em contextos de Neolítico Antigo.

Os trabalhos realizados na última década vieram confirmar que uma parte significativa de locais, sobretudo pré-históricos, se encontram em zonas habitualmente submersas pela Albufeira do Maranhão, pelo que a sua identificação decorre, inevitavelmente, da existência ou não de condições de acesso ao actual leito da albufeira.

Com a descida acentuada do nível da água criaram-se condições para a realização de uma cobertura mais exaustiva de algumas zonas, em particular do Pedrogão, trabalho que, no

entanto, ainda se encontra por completar. Existe uma visão parcial da distribuição de sítios arqueológicos neste contexto, decorrentes da deposição desigual de sedimentos fluviais, evidentes em alguns dos locais prospectados.

Por conseguinte, os dados preliminares não admitem ainda a definição de um modelo elaborado do que terão sido as estratégias de ocupação do território adoptadas pelas primeiras comunidades neolíticas. Para além disso, a natureza dos achados, provenientes exclusivamente de recolhas de superfície, condiciona a leitura do conjunto artefactual.

Apesar das limitações, os dados reunidos consentem um primeiro esboço do que poderia ser a estrutura económica durante as fases iniciais de neolitização nesta região (idem, 2017/a, 583-586).

Pelas evidências reunidas, o Complexo do Pedrogão assume um papel determinante no estudo do povoamento Neolítico no concelho de Avis, constituindo um dos eixos prioritários no projecto de investigação em curso, uma vez que:

- Fornece as primeiras evidências das fa-ses iniciais da ocupação neolítica, revelando o tipo de implantação e a possível distribuição do povoamento durante esse período;
- Ao nível da cultura material reú-ne um número considerável de elementos caracterizadores;
- A presença de cerâmicas decoradas permite o estabelecimento de paralelos com locais coevos, podendo igualmente evidenciar

particularismos que, a confirmarem-se, poderão estar associados a uma realidade própria;

- Os dados reunidos possibilitarem definir um modelo de ocupação do território aplicável a outros locais que reúnam características naturais semelhantes;

A relação territorial com momentos megalíticos poderá auxiliar na leitura diacrónica da ocupação pré-histórica.

A tendência registada nas estratégias de implantação associadas à fase inicial do Neolítico, confirmada no Complexo do Pedrogão e aflorada noutras áreas do concelho de Avis, revela a preferência por locais com características específicas.

Estes grupos privilegiaram a proximidade aos recursos hídricos, estabelecendo-se em zonas marcadas por grandes manchas de afloramentos graníticos, ocupando zonas abertas, de baixa altitude e relevo pouco acidentado, sem condições naturais de defesa.

Esta localização deixa antever, não obstante a ausência de indicadores directos, um aproveitamento dos recursos naturais proporcionados por estes ambientes específicos, e que se revelavam favoráveis à prática da caça, da pesca e do marisqueiro. O acesso privilegiado a estes recursos e o seu aproveitamento poderia ser complementado por outras actividades que justificariam o aparecimento de acampamentos permanentes ou semipermanentes.

Este modelo de ocupação está associado à presença de um número significativo de recipientes cerâmicos que remetem para contextos iniciais do Neolítico e que correspondem a recipientes de pequena e média dimensão, destinados ao processamento e consumo de bens ali-

mentares. As evidências de recipientes volumosos, associados ao armazenamento de alimentos, são reduzidas.

No conjunto artefactual associado a estes locais é notória a escassez de testemunhos da prática agrícola ou do processamento de espécies vegetais, selvagens ou cultivadas. Na quase totalidade dos sítios registados não foram identificados artefactos em pedra polida ou elementos de moagem que, a par do número reduzido de recipientes cerâmicos de grande dimensão, sugerem que a agricultura é minoritária nesta etapa inicial, não tendo sido adoptada como estratégia principal de subsistência.

As evidências apontam para uma economia de transição, na qual as actividades produtoras, em particular a agricultura não arável e possivelmente a pastorícia, passam a figurar nas estratégias de obtenção de alimento, criando uma menor dependência da caça e recollecção.

A adopção de um modelo em que as actividades predadoras continuavam a desempenhar um papel significativo em contextos onde ocorrem cerâmicas pressupõe uma certa mobilidade dos grupos dentro do território de exploração, o qual seria favorável aos contactos intergrupais, documentado, por exemplo, pela presença de matérias-primas exógenas, como o sílex, ou pela adopção de novas técnicas, como a cerâmica.

Esta mobilidade, verificada em etapas posteriores já coevas das estruturas megalíticas, poderá associar-se a um modelo económico predominantemente pastoril, que estaria relacionado a locais de ocupação semipermanente/sazonal, com construções de carácter doméstico pouco complexas ou perecíveis e situadas em diferentes locais de uma mesma área. Assim se explicaria o número reduzido de povoados pré-históricos, não obstante as limitações decorrentes das re-

colhas de superfície, assim como a ocupação e aproveitamento de zonas com menor aptidão agrícola, possibilidade aflorada para contextos mais tardios (Ribeiro, no prelo).

Já no que diz respeito à horticultura, e apesar da ausência de testemunhos arqueológicos, as características da sua prática permitem enquadrá-las neste contexto.

Contrariamente à agricultura, cuja eficácia depende da extensão do solo cultivado, sendo, por isso, mais exigente ao nível da preparação do terreno e das técnicas associadas, a horticultura primitiva não requer solos lavrados, tendo a capacidade de produzir uma quantidade significativa de alimentos em espaços reduzidos e sem recurso a utensilagem específica.

Apesar de menos exigente, a horticultura implica um trabalho intensivo o qual só poderá ser efectivado se houver uma fixação dos grupos que a praticam.

Por constituírem práticas menos exigentes que a agricultura, a horticultura e a pastorícia seriam, por isso, admissíveis em contextos iniciais de manipulação de recursos, idênticos aos registados no Complexo do Pedrogão e, com maiores reservas, nos restantes locais registados.

A sua adopção permitia uma maior independência em relação aos recursos obtidos mediante as actividades predadoras. Este processo de ampliação da produtividade depende, no entanto, de uma estabilidade dos grupos, justificando, assim, a sua fixação a um território

Associados às etapas iniciais de neolitização do território de Avis, os vestígios de ocupação registados indiciam uma mudança nas estratégias de aproveitamento e exploração

do território, favorável ao florescimento de uma economia de produção, associada à introdução e ao desenvolvimento de novas práticas de manipulação dos recursos naturais, em particular da pastorícia e da horticultura, e de novas técnicas, como a cerâmica, que justificariam a permanência de comunidades.

A adopção destes novos factores terá sido efectuada de acordo com as necessidades dos grupos, correspondendo a um processo de transição gradual de uma economia predadora para produtora, baseado num substracto populacional existente, cujas evidências, apesar de ainda insuficientes (Ribeiro e Salvador, 2013, 135-139), indiciam o papel de Avis enquanto plataforma de circulação para o interior.

Os corredores naturais terão, assim, favorecido o contacto com o vale do Rio Sorraia e com o Rio Tejo através da movimentação de grupos de caçadores recolectores. Os respectivos territórios de circulação, relativamente amplos, terão contribuído para acentuar os contactos intergrupais e, deste modo, favorecer a adopção gradual de elementos associados ao processo de neolitização, promover a fixação de comunidades e a transferência progressiva da estratégia de subsistência.

Terá sido neste contexto favorável que emergiram as primeiras comunidades neolíticas, iniciando-se, assim, a domesticação da paisagem, desde a selecção de locais de implantação, permanente ou semipermanente, até à apropriação do território consolidada, posteriormente, com a construção de monumentos megalíticos, cuja presença se encontra amplamente documentada.

Confirma-se também a relação espacial destas realidades e as expressões gravadas na rocha, sob a forma de covinhas, isoladas ou agrupadas em painéis. Tratando-se de um tema

recorrente em diferentes períodos, a sua integração cronológica torna-se bem mais complexa, permanecendo igualmente por esclarecer a sua funcionalidade. Os dados disponíveis não permitem uma leitura concreta acerca do papel que as covinhas terão desempenhado no contexto do povoamento pré-histórico, mas a sua distribuição torna-as indissociáveis deste universo.

actual do processo de Neolitização nesta região.

No caso de Avis, importava, em primeiro lugar, compreender o que poderia estar na origem da ausência de vestígios, sobretudo quando o território apresenta uma ocupação neolítica amplamente consolidada com a presença de monumentos megalíticos.

As ocorrências registadas ao longo do projecto TEMPH vieram de facto confirmar a existência de indícios relacionáveis com as etapas iniciais do Neolítico. Estes dados, não obstante o seu carácter preliminar, constituem um ponto de partida para o estudo do processo de neolitização deste território, contribuindo para

delinear a sua relação com outras áreas já estudadas e documentadas, estabelecendo, deste modo, semelhanças e assimetrias.

A continuidade do projecto permitirá ampliar a investigação e introduzir novos dados que contribuam para a caracterização do processo de neolitização nesta região, em particular no que respeita à transição para o Neolítico, às estratégias de povoamento e à relação cronológica com o megalitismo.

A visão fragmentária dos testemunhos reunidos impossibilita, neste momento, confirmar muitas das hipóteses de leitura avançadas ao longo do projecto. Será necessário aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas destes grupos, documentar o processo gradual de transição, determinar o seu impacto ao nível da paisagem e em que medida os recursos foram explorados, re-



Figura 15. Limite Nordeste da mancha de afloramentos que define o Complexo do Pedrogão

Analisando os dados publicados ou contidos na base de dados de sítios arqueológicos Endovélico, o número de ocorrências associados às etapas iniciais do Neolítico registado para o Alentejo, em particular para o Alto Alentejo, é ainda pouco expressivo para um território tão vasto e com características naturais propícias à ocupação humana.

Esta visão parcial tem vindo, paulatinamente, a adquirir novos contornos com a identificação de vestígios associados a áreas para as quais a informação era escassa ou até mesmo inexistente. Será fundamental o desenvolvimento de focos relevantes de abordagem continuada e sistemática das primeiras ocupações neolíticas para, progressivamente, se alterar a perspectiva

constituir o coberto vegetal de então e conhecer os recursos botânicos e faunísticos explorados pelas comunidades locais durante o Neolítico.

Responder a estas e outras questões afigura-se impossível neste momento, mas a continuidade da investigação, integrando novas componentes de abordagem, poderá, de futuro, contribuir para compreender esta apropriação gradual do território, as primeiras formas de manipulação de recursos e a consequente domesticação da paisagem, revelando-se igualmente determinantes para a caracterização dos territórios ancestrais e das estratégias de exploração destas comunidades, determinando uma nova etapa no estudo do povoamento pré-histórico em Avis.

Não existem dúvidas de que o processo de neolitização vem definir as primeiras paisagens culturais, expressando uma nova relação das comunidades humanas com o meio, alicerçada em novas estratégias de aproveitamento e exploração de recursos diversos. Vastos territórios ocupados por diversas espécies propiciavam os recursos necessários a estas comunidades.

Se a presença de algumas espécies, nomeadamente do sobreiro e da azinheira tão características dos territórios desta região, foram determinantes para o desenvolvimento das primeiras sociedades camponesas, hoje a gestão do espaço do montado assume um papel determinante na preservação (ou não) desses testemunhos do passado.

Saber articular as necessidades actuais, potencializar os recursos sem afectar esses testemunhos e apagar a sua memória é, sem dúvida, um verdadeiro desafio que se impõe nos dias de hoje.

Bibliografia

CARDOSO, João Luís; CARVALHO, António Faustino e GIBAJA BAO, Juan Francisco. O sítio do Neolítico Antigo de Cortiçóis – Almeirim, Santarém. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 16, pp. 27-61, 2013.

DEUS, Manuela. O Neolítico Antigo do baixo curso do rio Sor: os sítios Bernardo 1 e Alminho 1 (Montargil, Ponte de Sor). In *Promontoria: revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, Faro: DHAPUA, ano 6, n.º 6, pp. 95-114, 2008.

DINIZ, Mariana. As comunidades Neolíticas no interior Alentejano: uma leitura cultural e cronológica. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Neolitização e Megalitismo na Península Ibérica*. Porto: ADECAP, volume 3, p. 23-33, 2000.

DINIZ, Mariana. O Sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal. Lisboa: IPA, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 48, 2007.

DINIZ, Mariana, NEVES, César e MARTINS, Andrea (coordenação). O Neolítico em Portugal antes do horizonte 2020: perspectivas em debate. In *Monografias AAP*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, n.º 2, 2015.

GONÇALVES, Victor. Um sítio do Neolítico antigo no vale do Sorraia: Casas Novas (Coruche). In *Revista portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IPA volume 12, n.º 2, pp. 5-30, 2006.

GONÇALVES, Victor; SOUSA, Ana Catarina e MARCHAND, Grégor. Na margem do grande rio. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana Médio. Évora: EDIA e DRCALEN, *Memórias d' Odiana*, 2.ª série, 2013.

LEISNER, Georg e LEISNER, Vera. Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der

Westen, Berlin, 1959.

RIBEIRO, Ana. Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis, in Revista Al-madan adenda electrónica, n.º 16, VII, p. 1-12. Disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_16, 2008.

RIBEIRO, Ana. Novos elementos para o estudo do sítio da Ladeira, Ervedal. Resultados preliminares da primeira fase do projecto de investigação, in Vialibus, Revista da Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, n.º 2, p.35-64, 2010.

RIBEIRO, Ana. Apontamentos sobre o megalitismo funerário no concelho de Avis. In Revista Al-madan (edição online), n.º 18, pp. 75-88. Disponível em: https://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_2_online_completa, 2014.

RIBEIRO, Ana. Novos dados sobre o megalitismo funerário do concelho de Avis. In Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário. Évora: CHAIA, Universidade de Évora, pp. 17-33, 2015.

RIBEIRO, Ana. Ladeira, 100 anos depois de José Leite de Vasconcelos. In O Arqueólogo Português, Lisboa: MNA, série V, volume 4/5, p. 309-340, 2014-2015. RIBEIRO, Ana. O povoamento neolítico em Avis: uma análise preliminar dos dados disponíveis. In Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 581-590, 2017/a.

RIBEIRO, Ana. Arte rupestre no concelho de Avis. Análise preliminar da distribuição das gravuras rupestres no contexto do povoamento megalítico. In Scientia Antiquitatis. Estratégias de povoamento: Da Pré-História à Proto-História, n.º 1, CHAIA/Universidade de Évora, pp. 139 -153, 2017/b.

RIBEIRO, Ana. Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis, in Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa e Aroche, 24, 25 e 26 de Outubro de 2015. No prelo.

RIBEIRO, Ana e SALVADOR, Margarida. A Carta Arqueológica de Avis. Reflexões sobre o Paleolítico. In *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 135-139, 2013.

Estratégias cooperativas no setor florestal corticeiro alentejano oitocentista, um fator de desenvolvimento? (1852-1914)¹

Cooperative Strategies in the Cork Forest Sector of the Alentejo, a Factor of Development? (1852-1914)

Carlos Manuel Faísca²

Universidad Extremadura
carlos.faisca@cm-pontedesor.pt

Resumo

No século XIX, a região do Alentejo era já a principal zona de produção florestal de cortiça de Portugal e, consequentemente, do planeta. Neste contexto, dezenas de empresas industriais atuaram no mercado florestal de cortiça da região com o objetivo de adquirir matéria-prima, o que poderia ter levado à formação de um mercado altamente concorrencial. No entanto, ao invés de competirem isoladamente, quer as grandes empresas industriais, de carácter multinacional, quer as pequenas empresas, a grande maioria de origem algarvia, utilizaram estratégias de cooperação que lhes permitiram obter vantagens em termos de preços, custos de transação, custos de informação, entre outros. Neste artigo analisam-se essas estratégias, concluindo-se que as mesmas foram um fator de desenvolvimento da indústria corticeira presente no Alentejo.

Palavras-chave: Cortiça; Indústria corticeira; Cooperação empresarial; Século XIX

Códigos JEL: M2; N60

Abstract

In the nineteenth century, Alentejo was already the main region for the raw cork production of Portugal and, consequently, of the world. In this context, dozens of industrial companies acted in the region's cork forest market with the aim of acquiring raw material, which could have led to the formation of a highly competitive market. However, instead of competing in isolation, both the large multinational industrial companies and the small industrial ones used cooperation strategies that enabled them to obtain advantages in prices, transaction cost, information costs, among other issues. In this article, these cooperative strategies are studied, concluding that they acted as a development factor of the cork industry present in the Alentejo.

Keywords: Cork; Cork industry; Business cooperation; XIXth century

JEL Codes: M2; N60

¹ Artigo recebido em 17/08/2018. Aprovado em 10/12/2018

² Gabinete de Inovação e Planeamento Estratégico. Município de Ponte de Sor. Campo da restauração. 7400-223 Ponte de Sor

Introdução

A cooperação é uma das principais estratégias responsável pelo sucesso empresarial em ambientes altamente competitivos (Porter, 1991). No mercado florestal corticeiro do Alentejo oitocentista, à época já a principal zona de produção florestal de cortiça do planeta, convergiam dezenas de empresas industriais que aí procuravam obter matéria-prima para posterior transformação. Apesar de se tratar de um grupo bastante heterogêneo, em que tanto surgiram grandes multinacionais, como pequenas empresas familiares de capital regional, a verdade é que a cooperação empresarial foi transversal a todos os tipos de empresas. Neste trabalho analisam-se diferentes formas de cooperação empresarial no mercado florestal de cortiça alentejano de Oitocentos, quer as das grandes empresas industriais, essencialmente a repartição geográfica do mercado, quer as das pequenas empresas, em concreto a formação de parcerias na aquisição e gestão de tiragens de cortiça. Estas estratégias (Soller, 2008), para além de apresentarem um potencial de benefícios para as empresas cooperantes, poderão ter levado a que o mercado florestal de cortiça do Alentejo oitocentista se tenha deslocado para junto de uma situação de concorrência imperfeita oligopolista, ao invés de se situar mais próximo de um cenário de concorrência perfeita. Esta hipótese é sustentada por um trabalho recente referente à atuação da empresa familiar Reynolds (Parejo Moruno, Rangel Preciado, Branco 2018), onde se conclui que a cooperação empresarial com outras empresas líderes de mercado, como a Henry Bucknall & Sons e a Robinson Cork Growers, levou a uma menor concorrência na obtenção de matéria-prima.

A estrutura deste trabalho divide-se em quatro pontos. Assim, num primeiro momento, faz-se uma descrição dos principais aspetos do

mercado florestal de cortiça alentejano do século XIX, como, por exemplo, a produção suberícola da região, o tecido empresarial da indústria corticeira, a oscilação do preço da matéria-prima, entre outros. Segue-se uma descrição das principais fontes documentais, para, em terceiro lugar, se analisarem as estratégias empresariais de cooperação identificadas. Por último, apresentam-se as conclusões que vão no sentido de se considerar que as estratégias cooperativas no setor florestal corticeiro alentejano oitocentista foram, para a indústria corticeira, um fator de desenvolvimento.

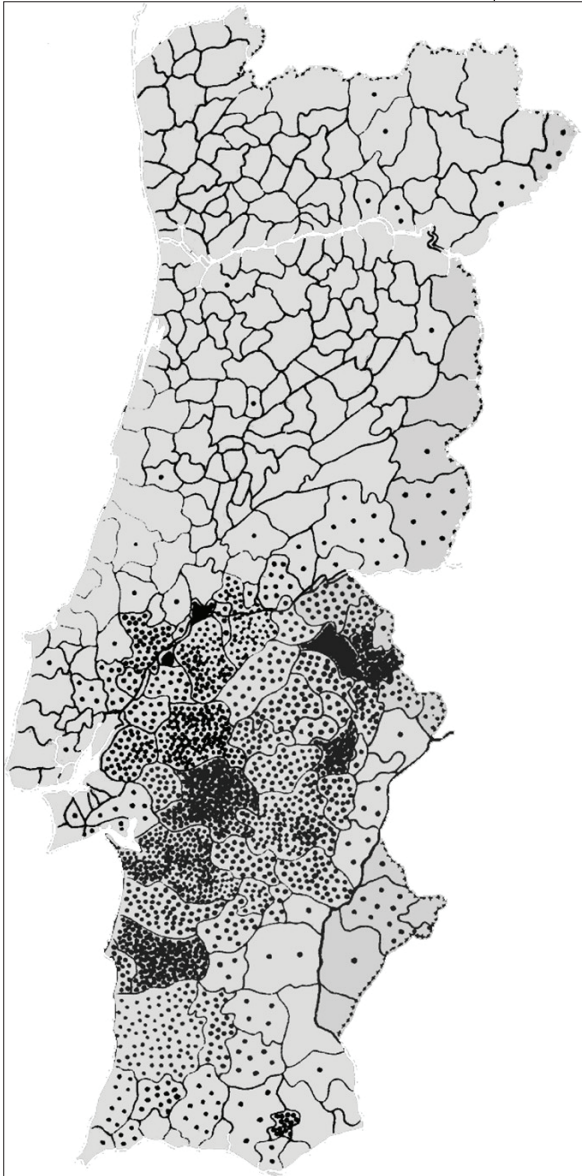
2. O mercado florestal de cortiça no Alentejo oitocentista

Devido a um conjunto de condições edafoclimáticas favoráveis, bem como a um contexto histórico particular, que permitiu ao sobreiro sobreviver à desarborização que, por exemplo, a norte do Tejo levou à drástica redução da sua presença (Faísca, 2014, 11-16), o Alentejo afirmou-se, no século XIX, como a principal região de produção florestal de cortiça de Portugal, tal como demonstra a Figura 1.

Aliás, à semelhança de outras regiões ibéricas, como a Extremadura, a Andaluzia e o Algarve, a rápida valorização da cortiça durante a centúria de Oitocentos, muito a reboque da produção de vedantes para a florescente indústria vitivinícola, levou a que o sobreiro não só passasse a ser apreciado, como também a que esta árvore fosse preferida em relação à azinheira, até então a mais valorizada das árvores dos montados mediterrânicos pela maior capacidade calórica da bolota na alimentação do gado. O resultado foi a

expansão contínua da área de sobreiro no Alentejo e, conseqüentemente, da produção florestal de cortiça. Assim, o Alentejo concentrava, no início do século XX, mais de 70% da área nacional de

Figura 1. O Alentejo e a produção florestal de cortiça em 1916-18



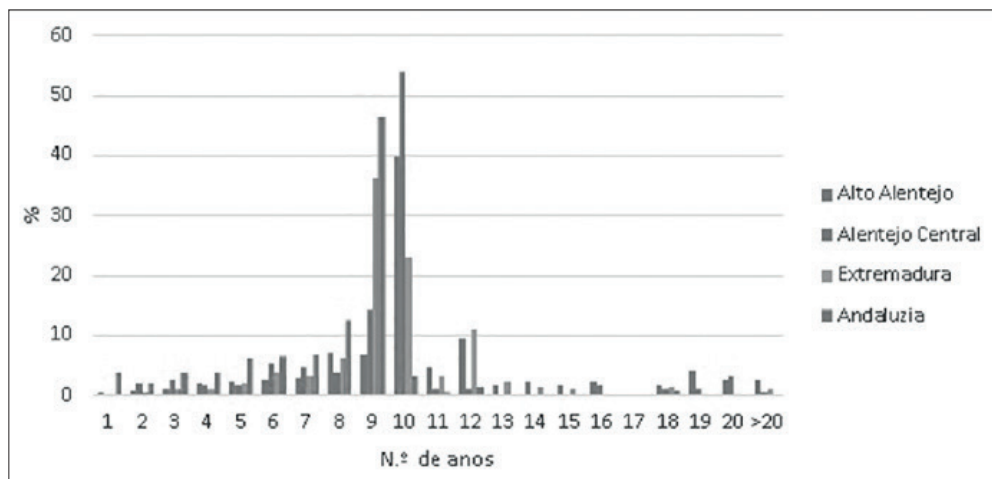
Fonte: Girão (1941)

sobro³ (Portugal, 1914, 92) que, por sua vez, era já a maior do planeta (Mendes, 2002, 98). Não admira então que, pelo menos a partir da década de 1840, as empresas industriais ligadas ao negócio corticeiro tenham sinalizado o Alentejo como uma das principais zonas de abastecimento de matéria-prima. A obtenção de cortiça, por sua vez, além de ser essencial para o processo produtivo era, ao mesmo tempo, o principal ativo de qualquer corticeira, correspondendo a mais de dois terços do investimento empresarial (Portugal, 1911)⁴.

Ao contrário do que acontece atualmente, a lógica de exploração era o arrendamento, isto é, a cedência pelo proprietário, por um determinado período de tempo, tendencialmente durante 9 a 10 anos, conforme o Gráfico 1, do direito a extrair cortiça de uma propriedade a um terceiro. Este, por sua vez, era frequentemente um industrial, ou o seu representante legal, que, desta forma, obtinha a matéria-prima que em seguida iria preparar e/ou transformar na sua unidade fabril. As empresas industriais praticavam, portanto, uma estratégia de integração vertical a montante da atividade inicial, que lhes permitia baixar os custos de aprovisionamento, bem como atenuar as flutuações de preço de uma matéria-prima bastante disputada e com uma baixa elasticidade da oferta.

³ Para este cálculo somou-se a área de sobro dos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Lisboa. Este último, à época, incluía os concelhos do Alentejo Litoral – Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém – responsáveis por praticamente toda a área de sobro do referido distrito.

⁴ No 63.º número do Boletim do Trabalho Industrial, publicado em 1911, são descritas quatro corticeiras de Castelo Branco, desde uma grande unidade, com cerca de 250 trabalhadores, até uma mera preparadora de cortiça. Em todos os casos, os montantes despendidos com a aquisição de cortiça ultrapassam os 70% do investimento total.

Gráfico 1. Duração dos contratos de arrendamento de cortiça nas diversas regiões do Sudoeste Peninsular (1852-1914)

Fonte: Arquivo Distrital de Portalegre, Cartórios Notariais de Portalegre e Ponte de Sor (Alto Alentejo); Painha, 2008 (Alentejo Central); García García, 2006, García García2008a, García García, 2008b (Extremadura); Serrano Vargas, 2009, (Andaluzia).

O tecido empresarial do setor industrial corticeiro presente no mercado florestal de cortiça alentejano era caracterizado por um elevado número de empresas das mais diversas origens. Em primeiro lugar, encontram-se algumas grandes empresas industriais, de carácter multi-nacional e empregando centenas ou mesmo milhares de trabalhadores, normalmente de origem

britânica, casos da Casa Reynolds⁵, Robinson Cork Growers, Henry Bucknall & Sons, William Rankin & Sons e da germânica O. Herold & C.^a. A par destas, existia uma panóplia de pequenas empresas, algumas de capital regional, mas sobretudo oriundas do Algarve, em concreto da região de Faro-São Brás de Alportel, onde se localizava um importante polo industrial corticeiro

⁵ Por Casa Reynolds entende-se as diferentes denominações que a estrutura empresarial familiar teve no negócio corticeiro desde meados do século XIX até final do período cronológico deste trabalho. Incluem-se então a casa comercial de Thomas Reynolds, posteriormente de Robert Reynolds, a The Cork Company, Ltd e a Sociedade Nacional de Cortiças. Veja-se também PAINHA, José Maria. *Chá de Azeite: Trajecto Empresarial da Casa Reynolds no Alentejo e Extremadura (1838-1890)*. Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, 2008.

assente em pequenas unidades de carácter familiar. Quanto aos possuidores de matéria-prima, isto é, os proprietários rústicos, não obstante o Alentejo ser de longe a região portuguesa com a maior concentração de propriedade, com cada proprietário a possuir, em média, 163 hectares de terra (Branco, Silva, 2017, 232), a verdade é que se travava também de um grupo bastante numeroso e até, de um certo ponto de vista, heterogéneo. Esta afirmação justifica-se pelo facto de bastantes contratos de arrendamento de cortiça terem sido celebrados por montantes reduzidos em propriedades denominadas «courelas», «casal» ou «sesmaria», tudo nomenclaturas associadas a pequenas propriedades.

A intervenção estatal no mercado florestal de cortiça era praticamente nula, não existindo determinação de preços, nem tão-pouco qualquer mercado formal que centralizasse a transação de matéria-prima. A única interferência do poder público com repercussões na determinação do preço da cortiça em bruto, foi definido pela política aduaneira. No entanto, até

Figura 2. Unidades empresariais dos principais grupos empresariais presentes no Alentejo



1910, a exportação direta de cortiça em bruto foi totalmente livre, pelo que as eventuais repercussões da proibição da sua venda à indústria estrangeira cobrem uma parte muito reduzida da cronologia deste trabalho e, por esse motivo, não é tida em consideração (Flores, 2003, 158-159). Por outro lado, a qualidade da cortiça é bastante variável, convivendo com frequência, numa mesma propriedade, árvores produtoras de cortiça de excelente qualidade, com outras tantas produtoras de calibres e classes mais desfavoráveis (Natividade, 1950, 104-105), facto ainda mais relevante na cronologia em causa, visto que antes da disseminação do aglomerado de cortiça, que só se verificará após a Primeira Grande Guerra Mundial⁶, as cortiças virgens, refugos e

⁶ O aglomerado de cortiça só se produziu em larga escala após o final da Primeira Grande Guerra Mundial (Parejo Moruno, 2009, 127-129), com a L. Mundet & Son a iniciar a produção de aglomerado em 1915

falcas não tinham praticamente qualquer aproveitamento industrial. A variação do preço da matéria-prima pode ser aferida, por exemplo, no Quadro 1.

Quadro 1 – Preço médio (em réis) de 150 kg de cortiça em diferentes municípios do Alto Alentejo no ano de 1883

Alter	Aronches	Avis	Elvas	Fronteira	Gavião	Nisa	Portalegre
3.000	4.500	3.250	5.000	2.300	2.125	4.000	4.000

Fonte: CONSELHO DE AGRICULTURA DO DISTRICTO DE PORTALEGRE, 1883.

Tratava-se, portanto, de um setor onde as transações eram realizadas num mercado livre, no qual confluíam muitos produtores, muitos compradores e no qual o grau de diferenciação do produto era reduzido, visto que este não pressupunha, nesta fase, qualquer transformação. Adicionalmente, não obstante a variabilidade da qualidade da cortiça, dentro de uma mesma região a cortiça de boa qualidade não se concentra especialmente numa propriedade em detrimento

(Filipe, Afonso, 2010, 39).

das vizinhas. Assim, num cenário deste tipo, em termos teóricos o grau de controlo do preço da matéria-prima por parte dos agentes económicos é reduzido e, à semelhança de alguns setores agrícolas, o preço formar-se-ia mais próximo da concorrência perfeita, do que através de um mercado de concorrência imperfeita onde persistiriam monopólios, monopsonios e/ou oligopólios e oligopsonios. No entanto, o estabelecimento de estratégias de cooperação empresarial, entre os industriais corticeiros, pode alterar as condições de mercado e é precisamente essa linha de investigação que se irá seguir.

3. Fontes

A atividade dos empresários corticeiros reflete-se documentalmente nos milhares de contratos de arrendamento de cortiça celebrados nos cartórios notariais dos principais concelhos produtores florestais de cortiça, debaixo de designações que variaram entre escritura de arrendamento de propriedades de cortiça, escritura de arrendamento de propriedades para disfrute de cortiça, escritura de venda de cortiça ou escritura de arrendamento de cortiça. Todavia, devido à impossibilidade de se analisarem todos os registos notariais do território corticeiro do Alentejo, foi necessário realizar uma seleção que, sendo minimamente representativa deste, tornasse a análise exequível. Assim, recolheram-se registos para os concelhos com maior produção de cortiça do Alto Alentejo (Ponte de Sor e Portalegre⁷) e Alentejo Central (Évora e Montemor-O-Novo) existentes nos Arquivos Distritais de Portalegre e Évora. Porém, e uma vez mais por economia de tempo, foi impossível consultar todos os registos notariais destes concelhos, tendo-se optado por consultar os registos notariais em intervalos de

⁷ No Alto Alentejo, a produção florestal de cortiça do concelho de Avis era ligeiramente superior cifrando-se em 600 toneladas, em 1905, por comparação com as 500 toneladas extraídas no concelho de Portalegre. Contudo, a presença de indústria corticeira neste último concelho e, em sentido inverso, a sua ausência no primeiro, justifica a alteração. veja-se Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria/Direção-Geral de Agricultura/NP 853/Doc. 144.

5 anos, entre 1850 e 1914 para os concelhos de Évora e de Montemor-O-Novo, sendo arroladas todas as transações de cortiça aí registadas para aos anos de 1850, 1855, 1860, 1865, 1870, 1875, 1880, 1885, 1890, 1895, 1900, 1905, 1910 e 1914. O total de contratos cifrou-se em 88 para Évora e em 91 para Montemor-O-Novo. Já para os concelhos de Ponte de Sor e Portalegre, por motivos pessoais que levaram a uma maior facilidade de obtenção desta documentação, recolheram-se, em ambos os casos, todos os registos dos respetivos cartórios notariais das sedes de concelho que, apesar não cobrirem todo o território concelhio, não deixam de fornecer quantidades de informação muito significativas que se traduzem em 701 contratos efetuados na então vila de Ponte de Sor e em 561 na cidade de Portalegre. Todas estas informações foram coligidas numa base de dados própria.

É ainda de salientar o conjunto documental produzido pela comissão de fiscalização da indústria corticeira, criada a partir do Decreto 22 de novembro de 1910 no rescaldo da “questão corticeira” e coordenada pela Direção-Geral de Economia e Estatística Agrícola, que fornece imensas informações estatísticas sobre a indústria corticeira portuguesa da década de 1910, nomeadamente, a que se encontrava a adquirir cortiça no Alentejo⁸.

4. Estratégias de cooperação empresarial no mercado florestal de cortiça alentejano oitocentista

No mercado florestal de cortiça do Alentejo reconhecem-se diferentes estratégias de cooperação empresarial, isto é, ações concertadas de indivíduos, grupos ou organizações na busca de um (ou mais) objetivo comum que julgam ser lu-

⁸ Este conjunto documental encontra-se à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério da Agricultura, Caixa 836, Maio 2.

crativo para todos, obtendo-se desta forma um maior benefício para os cooperantes do que se estes agissem de forma isolada. Assim, de um lado, identifica-se a repartição do mercado entre as grandes multinacionais britânicas, com cada uma a realizar compras numa determinada região geográfica bem delimitada e, do outro, a associação de diversos pequenos empresários, quase sempre algarvios da região de Faro/São Brás de Alportel, por todo o território alentejano, com o objetivo de realizarem aquisições de matéria-prima.

Como assinalaram outros autores ao estudarem o caso da empresa familiar Reynolds, existiu uma lógica de não coincidência geográfica, ou seja, de repartição virtual do mercado, entre as grandes empresas de origem britânica, evitando-se, no caso por estes estudado, a colisão de interesses entre a Casa Reynolds e as demais multinacionais britânicas como a Henry Bucknall & Sons e a Robinson Cork Growers (Parejo Moruno, Rangel Preciado, Branco 2018). De facto, indo ao encontro do estudo anterior, ao analisarem-se os contratos notariais de algumas das principais áreas de produção florestal de cortiça alentejana, conclui-se que cada uma destas empresas, quando realizava compras de matéria-prima numa determinada localidade, atuava praticamente sem a concorrência das suas congéneres de origem britânica, o que leva a pressupor o estabelecimento de um acordo entre as multinacionais britânicas para a repartição geográfica do mercado. Assim, os principais concorrentes das multinacionais britânicas eram os empresários algarvios e, em muito menor medida, alguns empresários locais. Neste sentido, no concelho de Portalegre, onde a Robinson Cork Growers⁹ tinha a sua principal fábrica de transformação de cortiça, eram os agentes

⁹ Sobre a fábrica Robinson e a respetiva empresa pode-se consultar, por exemplo, PALAZÓN BOTELLA, María Dolores; TAVARES, Célia Gonçalves. *El Legado de los Robinson: Contextualización Histórica a partir del Análisis de las Licencias Industriales de la Fábrica Robinson (1923-1962)*. *História e Culturas*, vol. 5, n.º 9, p. 26-48, janeiro-julho 2017.

desta empresa, a par com uma panóplia de industriais e comerciantes algarvios, que dominavam o mercado. As outras grandes empresas da época, como a Casa Reynolds, a Henry Bucknall & Sons ou a William Rankin & Sons quase não realizaram aquisições de cortiça no concelho de Portalegre, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Proporção dos montantes despendidos na aquisição de cortiça no concelho de Portalegre (1846-1914)

Comprador(es)	Proporção do total de compras (%) ¹
Empresários algarvios	42,57
Robinson Cork Growers	41,72
Empresários da região de Lisboa	5,18
Outros empresários do Alto Alentejo	3,55
Henry Bucknall & Sons	3,12
Outros empresários	3,86

Fonte: Arquivo Distrital de Portalegre, Cartório Notarial de Portalegre.

Quando se repete o exercício para o concelho de Ponte de Sor, onde, desde finais do século XIX, a Henry Bucknall & Sons tinha uma fábrica de preparação de cortiça (Andrade, 2011, 170), acontece exatamente o mesmo, isto é, para além dos empresários algarvios, apenas aquela firma de origem britânica realizava significativas aquisições de cortiça, estando praticamente ausentes todas as grandes empresas de origem britânica. É, sem dúvida, sintomático de uma estratégia de repartição do mercado florestal de cortiça, que nos 701 contratos de arrendamento/compra de cortiça que foram recolhidos nos fundos do Cartório Notarial de Ponte de Sor, não haja um único em que participe George Robinson, quando no concelho de Portalegre, a 60 Km de distância, fá-lo às centenas; nem tão-pouco William, Thomas, Robert Reynolds ou qualquer um dos agentes ao serviço daquela empresa familiar; e que a William Rankin & Sons surja em apenas uma ocasião. Não obstante este facto, sabe-se que quer a Casa Reynolds, quer

a William Rankin & Sons, estiveram presentes no mercado florestal do concelho de Ponte de Sor, mas aparentemente com pouca expressão, conhecendo-se, no primeiro caso, a celebração de dois contratos de arrendamento de cortiça¹⁰ e, no segundo, uma dezena de pequenas compras de cortiça, sobretudo na localidade de Galveias (Flores, 2003, 338).

Quadro 3 – Proporção dos montantes despendidos na aquisição de cortiça no concelho de Ponte de Sor (1857-1914)

Comprador	Proporção do total de compras (%) ¹
Empresários algarvios	58,26
Henry Bucknall & Sons	34,14
Empresários do Ribatejo	3,90
Empresários do Alto Alentejo	1,23
Outros empresários	2,47

Fonte: Arquivo Distrital de Portalegre, Cartório Notarial de Ponte de Sor.

Também noutra forma de obtenção de matéria-prima, a aquisição de propriedades rústicas, esta divisão geográfica parece manter-se. Neste sentido, a Robinson Cork Growers, em nome da empresa ou dos próprios George William Robinson e George Whellhouse Robinson, garantiu o autoabastecimento de grande parte da matéria-prima através de aquisições fundiárias, tornando-se, desta forma, uns dos mais opulentos proprietários rústicos do Alto Alentejo (Fonseca, 1996, 68), mas fê-lo, aparentemente, circunscrevendo-se ao concelho de Portalegre e limítrofes. Assim, entre 1854 e 1908, pelo menos 30 propriedades rústicas nos concelhos de Portalegre, Crato e Marvão foram adquiridas por estes industriais¹¹. Por seu turno, embora mais tardiamente, a Henry Bucknall & Sons veio a adquirir propriedades rústicas no «seu território», isto é, no concelho de Ponte de Sor onde, entre 1871 e 1902, o fez por cinco ocasiões.

¹⁰ Arquivo Municipal de Barreiro/Fundo Casa Reynolds/03/01/Liv. 01.

¹¹ Arquivo Distrital de Portalegre/Cartório Notarial de Portalegre/Livros 19, f. 116 v.; 26, f. 5v.; 28, f.39; 30, f.3; 37, f.4; 41, f.81; 42, f. 11 e 54 v.; 43, f. 31 v.; 45, f. 7v.; 46, f.6 e f. 62; 65, f.65; 70, f. 19.

Já a lógica de cooperação dos pequenos empresários, quase todos algarvios, é diferente. Ao contrário das empresas atrás mencionadas, estes repetem-se por todo o território alentejano em busca de matéria-prima. Tratam-se de centenas de indivíduos, quase todos oriundos de Faro/São Brás de Alportel, partilhando frequentemente os mesmos apelidos, havendo alguns casos em que a documentação refere laços de parentesco como irmãos, pais e filhos. Nos 302 contratos de arrendamento recolhidos nos Cartórios Notariais de Portalegre em que participam empresários algarvios, surgem 91 indivíduos diferentes, enquanto nos 555 contratos de arrendamento recolhidos nos Cartórios Notariais de Ponte de Sor em que participam empresários algarvios, surgem 108 indivíduos diferentes e, para citar o caso de Montemor-O-Novo, são 40 indivíduos diferentes para um total de 85 contratos. As mesmas pessoas repetem-se frequentemente nos diferentes territórios corticeiros alentejanos de, pelo menos, Portalegre, Ponte de Sor, Montemor-O-Novo, Évora, Estremoz e Borba e, para não se fazer uma análise exaustiva, basta referir, por exemplo, que José Martins Caiado participa, por oito ocasiões, na compra de cortiça em Montemor-O-Novo, tal como o faz, no concelho de Portalegre, por outras cinco ocasiões.

Ora, estes diferentes agentes económicos, representando diferentes empresas, optaram, em várias ocasiões, por estratégias cooperativas com a celebração de contratos em conjunto e, por vezes, chegaram a constituir sociedades de curta duração para a compra e posterior extração de cortiça no mato. Basta referir, como exemplo, que dos 646 contratos de arrendamento/compra de cortiça que se recolheram para os concelhos de Ponte de Sor e Montemor-O-Novo, 237 foram celebrados com mais do que um outorgante do lado da compra, tendencialmente entre agentes

ligados a diferentes empresas da referida região algarvia. Outro exemplo é o de Manuel Gago, indivíduo que assinou 157 contratos de compra/arrendamento de cortiça em Ponte de Sor, mas que em 36 ocasiões fê-lo em parceria com outros “colegas” do Algarve Central. Existem ainda casos de constituição de sociedades comerciais com o único fim de gerir uma tiragem de cortiça de um determinado contrato¹². É o caso, por exemplo, da sociedade constituída por António Mendes Pinto e Manuel Gago, em 1883, em Ponte de Sor. O primeiro tinha adquirido a tiragem de cortiça da propriedade de José de Matos Machado, em Ponte de Sor, mas necessitava de capital financeiro para fazer face aos pagamentos com que se comprometera e, como forma de ultrapassar o problema, constituiu uma sociedade com Manuel Gago com o objetivo único de efetuar a referida extração de cortiça daquela propriedade¹³.

O modelo repete-se em várias ocasiões, tendo sido encontradas 13 sociedades deste tipo, mas com algumas variações na sua lógica de funcionamento. Assim, enquanto em algumas o investimento em capital financeiro é distribuído entre os sócios, seja de forma equitativa, seja com participações diferentes, noutras há uma distinção entre o papel de cada sócio. Foi o que aconteceu, em 1885, no concelho de Montemor-O-Novo com a sociedade criada por João de Sousa Uva, Manuel Martins Sancho, José Viegas Bordeira e José Viegas Beja, todos empresários corticeiros de São Brás de Alportel. Os dois primeiros adquiriram o direito de extração de dois quintos da cortiça produzida de um conjunto de herdades na zona de Montemor-O-Novo, pelo montante de 9 contos de réis. Para a conclusão deste empreendimento associaram os restantes dois sócios, mas foi-lhes atribuído um papel diferente. Nesse sentido, enquanto João de Sousa

¹² Este fenómeno também foi relativamente comum na região espanhola da Extremadura, veja-se as publicações de fontes documentais de Antonio García García (García García 2006, García García 2008).

¹³ Arquivo Distrital de Portalegre/Cartório Notarial de Ponte de Sor/06/001/0053.

Uva e Manuel Martins Sancho eram os únicos «(...) sócios capitalistas que abonarão os respetivos pagamentos das prestações referidas (...)», José Viegas Bordeira e José Viegas Beja eram sócios «(...) de indústria, obrigando-se a vigiar todos os trabalhos e operações de colheita da cortiça e condução dela (...)»¹⁴, algo que neste caso cabia também aos sócios capitalistas. A gestão financeira era da exclusiva responsabilidade dos sócios capitalistas e as primeiras vendas de cortiça serviriam para ressarcir João de Sousa Uva e Manuel Martins Sancho do investimento inicial efetuado. A partir daqui tudo seria «(...) dividido por todos na devida proporção (...)»¹⁵, que era de três oitavos para cada um dos sócios capitalistas e de um oitavo para cada um dos sócios industriais. Este tipo de sociedades com divisão de papéis parece ter sido algo comum e não se restringia aos empresários algarvios, muito embora aparentemente fossem estes os seus principais utilizadores, não se distinguindo, na sua essência, das sociedades de capital e indústria a que se formaram para constituir pequenas empresas industriais corticeiras no Alentejo e Algarve¹⁶. Aliás, nos casos referidos, tratam-se efetivamente de pequenas empresas, mas de feição florestal ao invés de industrial.

Os motivos por detrás da estratégia de cooperação dos empresários algarvios podem estar relacionados com o posicionamento empresarial destes, visto que eram originários de um polo corticeiro onde predominavam as pequenas fábricas, pouco mecanizadas e onde subsistia, para além da atividade preparadora, uma produção rolheira artesanal (Portugal. Direcção Geral do Comércio e Indústria, 1905, 211-212), conforme

¹⁴ Arquivo Distrital de Évora/Cartório Notarial de Montemor-O-Novo/Lv. 124.

¹⁵ Arquivo Distrital de Évora /Cartório Notarial de Montemor-O-Novo/Lv. 124.

¹⁶ Um bom exemplo é a Sociedade criada por Francisco Joaquim da Fonseca (sócio capitalista) e André Camps e Manuel Maria de Albergaria Freire (sócios industriais) debaixo da designação Francisco Joaquim Fonseca & C.ª. Arquivo Distrital de Évora/Cartório Notarial de Évora/Lv. 1569.

se pode verificar no Quadro 4. Assim, seria lógico que fosse a necessidade de obtenção de capital financeiro suficiente para realizar avultadas compras de cortiça a gênese deste comportamento cooperativo. De facto, esse pode ser um motivo bastante plausível para determinados contratos, como é o caso do arrendamento/compra de cortiça, em 1895, por parte de António Mendes Pinto Júnior, Joaquim Mendes Pinto e José da Luz das propriedades de Manuel Godinho Prates, no montante de 20 contos de réis¹⁷ ou ainda a associação de Manuel António Calçada, Rafael Martins Sancho, José de Sousa Faísca e António Martins Galego para a aquisição de cortiça nas propriedades de Maria Leopoldina Biscardo, cujo preço de venda ascendeu aos 9 contos de réis¹⁸

Quadro 4 – Estabelecimentos industriais algarvios identificados nos contratos notariais de aquisição de matéria-prima de Portalegre, Ponte de Sor, Montemor-O-Novo e Évora (1911).

Estabelecimento industrial	Localidade	N.º de trabalhadores
Francisco Martins Caiado	Faro	10
Francisco Viegas Louro	Faro	11
Francisco José Soares	Faro	5
José de Sousa Uva & C. ^a	São Brás de Alportel	20
João Viegas Louro	São Brás de Alportel	14
António Martins Sancho	São Brás de Alportel	21
João Viegas Calçada	São Brás de Alportel	8
Manuel Joaquim Calçada	São Brás de Alportel	6
Joaquim Viegas Valagão	São Brás de Alportel	8
Manuel Joaquim Calçada	São Brás de Alportel	6
João de Brito Rossio	São Brás de Alportel	10

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério da Agricultura, Caixa 836, Maço 2

No entanto, mais difícil é explicar, atendendo somente à motivação financeira, a associação de José Lopes Rosa e José Gonçalves Ramos para adquirirem a cortiça da propriedade de Maria José Fouto Moreira, no valor de pou-

¹⁷ Arquivo Distrital de Portalegre/Cartório Notarial de Ponte de Sor/06/001/0087.

¹⁸ Arquivo Distrital de Évora/Cartório Notarial de Évora/Lv. 1965.

co mais de 40 mil réis¹⁹. Na realidade, embora sejam uma minoria, os contratos de arrendamento/compra de cortiça de baixos valores em que existe o estabelecimento de parcerias não são residuais, já que mais de 18% das parcerias realizadas pelos empresários algarvios, no concelho de Ponte de Sor, foram-no para transações em que os montantes se situaram no quartil inferior de todos arrendamentos/compras de cortiça que foram recolhidos para este concelho.

Quadro 5 – Distribuição, por quartil e expressa em percentagem, do número de contratos de arrendamento/compra de cortiça realizados em parceria pelos empresários algarvios, em Ponte de Sor (1857-1914)

1º Quartil	2º Quartil	3.º Quartil	4º Quartil
28,43	28,92	25,00	18,63

Fonte: Arquivo Distrital de Portalegre/Cartório Notarial de Ponte de Sor

Nota: Ao primeiro quartil correspondem os montantes mais elevados, enquanto ao quarto quartil corresponde os montantes menos elevados.

Estudos recentes (Garrués Iruzún; Rubio Mondéjar; Hernández Armenteros, 2013; Ribeiro, 2015) têm reafirmado a importância do estabelecimento de redes de cooperação empresarial como uma via para a redução de custos de transação, sobretudo custos de informação que no setor corticeiro oitocentista, perante a ausência de um mercado de transação comercial de cortiça minimamente regulado²⁰, eram extremamente eleva-

dos. Além do secretismo do negócio, já assinado por outros autores (Guimarães, 2005, 165-166), as próprias características heterogêneas do produto cortiça, com grandes variações da sua

¹⁹ Arquivo Distrital de Portalegre/Cartório Notarial de Ponte de Sor/06/001/0019.

²⁰ Uma queixa que atualmente ainda se ouve em muitos agentes económicos ligados à fiação da cortiça.

qualidade dentro de uma mesma propriedade, potenciam os referidos custos de informação. Ora, ao analisar-se a maioria das principais características do grupo de empresários algarvios, identifica-se a existência de várias condições para a emergência de uma rede de cooperação empresarial.

Assim, em primeiro lugar, vindos de um meio social relativamente pequeno, visto que São Brás de Alportel tinha menos de 10 mil habitantes até ao início do século XX, e perante a existência de fortes laços de parentesco entre os empresários corticeiros da região, como assinala a documentação, estavam reunidas as circunstâncias para que a reputação social agisse como um fator de promoção da colaboração e de inibição de comportamentos oportunistas, tendo por base uma comunidade com uma identidade comum e de fácil monitorização mútua. Neste contexto, o estabelecimento de atitudes de cooperação era mais seguro e estimulado, por via do conhecimento que a comunidade tinha dos seus próprios membros. De facto, como assinala Ana Sofia Ribeiro, são diversos os estudos, para além do trabalho da própria, que consideram que a reputação, observada direta ou indiretamente, tem um impacto social entre agentes económicos muito mais eficaz do que qualquer sistema de punição (Ribeiro, 2011, 23-25). Aliás, o estabelecimento de acordos e compromissos empresariais com base em conceções sociais é bastante comum quando o respeito pela autoridade central ou a eficácia das instituições estatais são reduzidas (Kay, 1993, 44), o que pode perfeitamente ser o caso do Portugal de Oitocentos.

Em segundo lugar, a semelhança estrutural entre as empresas algarvias, todas de pequena dimensão, favorece também o surgimento lógicas de cooperação, visto que quando as empresas têm dimensões muito diferentes, os ganhos de cooperação facilmente podem-se tornar antagó-

nicos. Ainda no mesmo sentido, o contacto com mercados internacionais, como era o caso do setor industrial corticeiro essencialmente exportador, também potencia este tipo de estratégias empresariais devido à complexidade que é, sobretudo para pequenas empresas de uma economia em desenvolvimento, o processo de afirmação num mercado estrangeiro. Por último, bastante relacionado com o primeiro fator, a estabilidade dos seus membros, como verificámos, ajuda não só a cimentar a confiança e a reputação, aspetos determinantes numa rede empresarial cooperativa, mas também pode fazer com que, numa determinada situação, possam surgir atitudes cooperativas devido a uma perspectiva de ganho a médio/longo prazo, algo que não aconteceria caso fossem previsíveis alterações sistemáticas na rede.

O nível de cooperação dos empresários algarvios sambransenses, seguindo o esquema concetual criado por Ana Sofia Ribeiro (Ribeiro, 2011, 45), era o máximo possível, designado por esta autora como de colaboração, visto que este se traduz nas características que facilmente se podem identificar: relações de longo prazo com iguais perdas e ganhos, cimentadas pela divisão de tarefas através da especialização interligada. Os ganhos decorrentes desta estratégia situar-se-iam quer no alívio de imperfeições de mercado, como tem vindo a ser aceite pela ciência económica, sobretudo em economias em desenvolvimento, como era o caso da economia portuguesa do século XIX (Garrués Iruzún; Rubio Mondéjar; Hernández Armenteros, 2013), quer na tentativa de não inflacionar o preço da cortiça em bruto em virtude da concorrência entre os próprios empresários sambransenses.

Conclusões

As empresas industriais que, ao longo da segunda metade do século XIX, se abasteceram de matéria-prima no mercado florestal de cortiça

alentejano desenvolveram estratégias de cooperação empresarial. Neste sentido, as grandes empresas industriais de origem britânica delimitaram geograficamente os seus territórios de ação, acabando por evitar uma competição direta que, provavelmente, faria aumentar o preço da matéria-prima. Consequentemente, em cada uma das principais regiões de produção florestal de cortiça no Alentejo, encontra-se apenas uma destas grandes empresas a adquirir cortiça, sobretudo através do arrendamento de propriedades com direito à extração de cortiça, mas também com a aquisição de propriedades rústicas. Em locais como Ponte de Sor ou Portalegre, os principais competidores eram, para além de um número limitado de pequenos industriais alentejanos, dezenas de empresários provenientes do eixo corticeiro algarvio Faro-São Brás de Alportel. Apesar de, ao contrário das multinacionais britânicas, não terem optado por qualquer estratégia de delimitação geográfica, a verdade é que também estes cooperavam entre si regularmente, com a contratualização de parcerias para a aquisição e gestão da extração de cortiça. O facto de serem provenientes de uma pequena localidade algarvia e de muitos possuírem, entre si, laços de parentesco, certamente terá favorecido o estabelecimento de atitudes cooperativas, devido ao controlo social que podia ser exercido sobre cada um deles, servindo de desincentivo à existência de comportamentos oportunistas ou moralmente criticáveis. Aliás, se nos contratos de elevados montantes, a cooperação é facilmente explicada, nos diversos que, mesmo sendo minoria, pressupunham pequenas quantias, para além da redução de custos de informação, talvez a justificação resida também em fatores sociais relacionados com familiaridade, que dificilmente são perceptíveis na documentação. Em última análise a existência de estratégias de cooperação generalizadas entre os industriais corticeiros, sobretudo no caso das grandes multinacionais,

muito provavelmente poderá ter levado a que um mercado com fortes potenciais de se aproximar de uma concorrência perfeita, se tenha deslocado para uma lógica de concorrência imperfeita do tipo oligopolista, beneficiando a indústria corticeira naquela que era a sua atividade mais onerosa: a aquisição de matéria-prima. A repartição do mercado de aquisição de matéria-prima terá permitido, às empresas cooperantes, um maior poder de negociação sobre preços e condições, devido à diminuição da concorrência, a qual se traduziu num menor custo de aprovisionamento por parte destas empresas. Assim, pode-se concluir que, pelo menos para a atividade industrial, as estratégias cooperativas no setor florestal corticeiro alentejano oitocentista foram um fator de desenvolvimento.

Bibliografia

ANDRADE, Primo Pedro da Conceição Freire de. Cinzas do Passado. 2ª edição revista por Ana Isabel Coelho Silva. Ponte de Sor: Município de Ponte de Sor, 2010.

BRANCO, Amélia; SILVA, Ester Gomes da. Growth, Institutional Change and Innovation, 1850-1930. In: FREIRE, Dulce; LAINS, Pedro. An agrarian History of Portugal, 1000-2000: economic development on the European frontier. Leiden: Brill, 2017.

CONSELHO DE AGRICULTURA DO DISTRICTO DE PORTALEGRE. Annaes agrícolas do districto de Portalegre. Portalegre: Conselho de Agricultura do Districto de Portalegre, 1883.

FAÍSCA, Carlos Manuel. Criando os chaparraís: dois séculos de montado de sobro no Alentejo. Lisboa: Apenas Livros, 2014.

FLORES, Alexandre. Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário: da Regeneração ao Estado Novo, 1860-1930. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2003.

FILIPPE, Graça; AFONSO, Fátima. Quem diz cortiça, diz Mundet. Seixal: Município de Seixal, 2010.

FONSECA, Helder Adegar. O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

GARCÍA, Antonio. Explotación comercial del corcho en la provincia de Badajoz: siglo XIX (Alburquerque y San Vicente de Alcántara). Badajoz, Junta de Extremadura, 2006.

GARCÍA, Antonio. Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz: Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz: Jerez de los Caballeros (1841-1908). Badajoz, Editora Regional de Extremadura, 2008.

GARCÍA, Antonio. Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz: Jerez de los Caballeros y Mérida (1833-1912). Badajoz: Editora Regional de Extremadura, 2008.

GARRUÉS IRUZÚN, Josean; RUBIO MONDÉJAR, Juan Antonio; HERNÁNDEZ ARMEN-TEROS, Salvador. Empresarios y redes empresariales en la Andalucía contemporánea. Revista de Historia Industrial, N.º 51, p. 107-140, 2013.

GUIMARÃES, Paulo. Elites e indústria no Alentejo (1890-1960): um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo. Lisboa: Edições Colibri: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2006.

JUSTINO, David. Preços e salários em Portugal (1850-1912). Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

KAY, John. Foundation of corporate success: how business strategies add value. New York: Oxford University Press, 1993.

MENDES, Américo. A economia do sector da cortiça em Portugal: Evolução das actividades de produção e de transformação ao longo dos séculos XIX e XX. Documento de Trabalho. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2002.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira. Subercultura. Lisboa: Ministério da Economia, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 1950.

PAREJO MORUNO, Francisco. El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo XX: câmbios e intervención pública. Badajoz: Universidad Extremadura, 2009. Tese de Doutoramento.

PAINHA, José Maria. Chá de Azeite. Trajecto Empresarial da Casa Reynolds no Alentejo e Extremadura (1838-1890). Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz, 2008.

PALAZÓN BOTELLA, María Dolores; TAVARES, Célia Gonçalves. El Legado de los Robinson: Contextualización Histórica a partir del Análisis de las Licencias Industriales de la Fábrica Robinson (1923-1962). *História e Culturas*, vol. 5, n.º 9, p. 26-48, janeiro-julho 2017.

PORTER, Michael. Towards a dynamic theory of strategy. *Strategic Management Journal*, Vol. 12, n.º 52, p. 95-117, inverno 1991.

PORTUGAL. Direcção Geral do Comércio e Indústria. Estatística Industrial: Districtos de Évora, Beja e Faro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.

PORTUGAL. Ministério das Finanças. Direcção-Geral de Estatística. Estatística Agrícola: resumos estatísticos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direcção-Geral do Comércio e Indústria. *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 63, p. 6-17, 1911.

PAREJO MORUNO, Francisco Manuel, RANGEL PRECIADO, José Francisco; BRANCO, Amélia. Redes comerciales y puertos internacionales para el negocio corchero en el siglo XIX. El caso de la empresa familiar Reynolds. IN: T. Pontón; M. Vázquez. Cádiz: del Floreciente S.XVIII al Port of the Future del S.XXI, Madrid, Dykinson, pp.55-68, 2018,

RIBEIRO, Ana Sofia. Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the first global age: The case study of Simon Ruiz, 1557-1597. Tese de Doutoramento – Universidade do Porto, Porto, 2011.

SERRANO VARGAS, Antonio. El corcho en la sierra norte sevillana: producción, comercialización y transformación industrial en los siglos XIX y XX. 2008. Tese de Doutoramento – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2008.

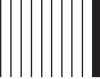
Carlos Manuel Faísca é Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, pela mes-

ma instituição. Atualmente, é doutorando da Universidad de Extremadura onde desenvolve um estudo sobre o setor corticeiro do Sudoeste Peninsular no século XIX.

(Footnotes)

1 A percentagem foi calculada a partir do somatório dos montantes de cada contrato de arrendamento/compra de cortiça, encontrando-se estes expressos em preços constantes de 1860-63. Para este cálculo usou-se o índice de preços de David Justino (Justino, 1990). Para os anos de 1913 e 1914, omisos nesta publicação, extrapolou-se o índice tendo em conta a inflação média dos dez anos anteriores

2 A percentagem foi calculada a partir do somatório dos montantes de cada contrato de arrendamento/compra de cortiça, encontrando-se estes expressos em preços constantes de 1860-63. Para este cálculo usou-se o índice de preços de David Justino (Justino, 1990). Para os anos de 1913 e 1914, omisos nesta publicação, extrapolou-se o índice tendo em conta a inflação média dos dez anos anteriores



Aprovechamiento pasado, presente y futuro de las dehesas extremeñas, como empresas agropecuarias.¹

Past, Present, and Future Performance of the “Dehesa” of Extremadura as Agribusinesses.

Emilio Pascual Herrera González² (1)

Universidad Complutense de Madrid.
Madrid. emilioph@ucm.es

Resumen

Las dehesas son extensiones rústicas arboladas definidas y acotadas por el hombre hace miles de años, en las que predominan los pastos y especies arboladas del género Quercus productoras de bellotas, que se utilizan como complemento alimenticio para la ganadería. Pretendemos crear una concienciación colectiva acerca de la importancia que supone su conservación, para el mantenimiento del equilibrio natural de una gran parte de la superficie nacional, ya que tienen influencia económica y social, por la enorme superficie que abarcan (3,9 millones de hectáreas en España), principalmente en el suroeste español y muy extendida en Extremadura.

Palabras clave: Extensiones rústicas arboladas; Mantenimiento del equilibrio natural

Codigos JEL: Q57; N54

Abstract

The meadows are defined tree-covered rural areas delimited by man thousands of years ago, in which the pastures and woody species of the Quercus genus that produce acorns predominate; acorns are used as a food supplement for livestock. We intend to create a collective awareness about the importance of the conservation of these meadows and for the maintenance of the natural balance of a large part of the national territory, 3.9 million hectares in Spain, since they have economic and social significance, mainly in the Spanish southwest and Extremadura.

Keywords: Tree-covered rustic extensions; Maintenance of the natural balance

Jel Codes: Q57; N54

¹ Artigo recebido em 12/07/2018. Aprovado em 10/11/2018

² Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales

Introducción

Este artículo es un extracto de uno de los capítulos de la Tesis Doctoral del autor, que encuadra en la economía de la dehesa como empresa agropecuaria, y que pretende demostrar que la aplicación práctica del conocimiento agropecuario tradicional, extremeño y castellano, puede influir cualitativa y cuantitativamente en la evolución ecológica y empresarial de las dehesas extremeñas de la Jara y el Campo Arañuelo, comarcas ambas, que a mediados del Siglo XV aún tenían una paupérrima densidad demográfica (Julian Clemente Ramos, 2009, 258).

Para conseguir el objetivo anterior, hemos escogido como paradigma de esta tradición, la gestión que llevaron a cabo los jerónimos del Monasterio de Guadalupe en su división agropecuaria; considerándola en base a la documentación existente, un modelo de esta actividad durante buena parte de la baja Edad Media y de la Edad Moderna. Lo que perseguimos es exponer que es necesario modificar la forma habitual de gestionar empresarialmente las dehesas en Extremadura, para poder optimizar sus rendimientos actuales y preservar su biodiversidad.

Se ha estudiado y analizado en profundidad la contabilidad pecuaria monacal guadalupense, auditándola para obtener sus datos contables, y observar los de varias de las actuales empresas agropecuarias en la mencionada región, algunas de las cuales, están gestionando dehesas que pertenecieron o fueron arrendadas temporalmente por dicho Monasterio. Esta investigación incluye un extenso trabajo de campo, basado en la aplicación práctica de algunos de los planteamientos de la gestión ganadera jerónima a la sazón.

Hemos osado huir del academicismo

exclusivista, y estudiar las ganaderías teniendo en cuenta la sociedad en la que se desarrollan y establecen vínculos muy estables, así como del análisis puramente economicista, para no obviar a los hombres, el tiempo y el espacio que existen detrás de las cifras, ya que la historia es hombre, espacio y tiempo (Guy Lemeunier, 2002, 370). Hemos estudiado los pastos y el ganado, analizado las cabañas ganaderas del entorno, las especies que las integran, sus regímenes fiscales, el número de animales, y la comarca. Hemos estudiado la época moderna porque no hemos encontrado fuentes primarias históricas solventes de la época medieval, empero hemos leído a autores cuyos trabajos están basados en hipótesis.

Se han elaborado bases de datos a partir de los aprovechamientos que recogen los valiosos documentos jerónimos de Guadalupe, como las “Hoxas de Ganados”, las “Hoxas de Gracias”, los “Cuadernos de Granjas” y las estadísticas de producción de ese Monasterio (fuentes primarias históricas), así como de la contabilidad analítica y financiera de diversas empresas pecuarias de la mencionada región (fuentes primarias actuales). Se auditó y analizó en profundidad la contabilidad y productividad del mencionado cenobio y de varias empresas ganaderas actuales. En cuanto al trabajo de campo que permitirá la extracción de datos referentes a la aplicación práctica de las técnicas agropecuarias tradicionales, se realizará desde los parámetros de un estudio de agronomía. Por último, se emplea la bibliografía publicada sobre las ganaderías extremeña y castellana de la edad moderna, como artículos, tesis y obras fundamentales sobre la historia económica de Extremadura, España y Europa en la edad moderna.

Las fuentes primarias históricas y actuales que se utilizan en este trabajo son:

ARCHIVO DEL MONASTE-

RIO DE GUADALUPE (“Hoxas de Ganados”, “Cuadernos de Granjas” “Ojas de Gracias” legajos 127 y 128. Códices)

ARCHIVO HISTORICO NACIONAL (Secciones del Clero. Pergaminos. Legajos. Códices. Libros. Dibujos. Planos)

EMPRESAS PECUARIAS EXTREMEÑAS (Hnos. González Estrada-Alía o Herencia Yacente de Pedro Herrera, entre otras; propietarias de las dehesas Burguilla, El Pozuelo, y El Toril, pertenecientes o alquiladas por los propios jerónimos y que el autor también gestiona en la actualidad).

2. Aprovechamiento histórico

El aprovechamiento de los pastos (“yerbas de las dehesas”. Según se aprecia literalmente en la Cuenta de Cabras de la “Hoxa de ganados” del Monasterio de Guadalupe en el año 1630) y de la bellota, como alimento para las cabañas ganaderas caprina, ovina, y porcina en Extremadura durante el periodo 6.000 a.C.-3.000 a.C. (Gutiérrez Manuel, 1992) fue el primer esfuerzo que hizo el hombre para acotar y convertir enormes extensiones rústicas con vegetación salvaje, en terrenos reservados y limpios, conocidos hoy como dehesas. Todo comenzó por defender la privacidad de los adhesionamientos frente al uso común de los pastos de estos terrenos, llegando incluso a hacerlos exclusivos para determinadas cabañas (como la porcina por la bellota). En la etapa de la recuperación cristiana de los territorios ocupados hasta entonces por los musulmanes, se intensificó el interés por definir la dehesa para asegurar los mejores pastos a las cabañas equinas pertenecientes a los señores de la guerra, seguidamente se crearon las dehesas boyales para pastos destinados al ganado de labor comunal (principalmente bueyes hasta el S. XVIII), surgiendo por ende, los correspondientes enfren-

tamientos de todo tipo entre los pastores y amos de las ganaderías trashumantes y estantes (Gutiérrez Manuel, 1992). Al aumentar las cabañas trashumantes, los concejos se vieron obligados a solicitar al monarca a la sazón (Hernández Díaz-Ambroja, 1995, 35-45), el establecimiento de nuevas dehesas boyales, pero las mayores dificultades surgieron al recibir los trashumantes el apoyo y protección del Rey Alfonso X, El sabio, hacia el último tercio del siglo XIII, con la creación de la Mesta. La presión de los miembros de esta asociación ganadera, se fue incrementando paulatinamente, y el arriendo de las fincas para que sus ganados pudiesen pastar principalmente en el Suroeste peninsular (San Miguel Ayanz, 1994) pronto supuso una fuente de financiación de los distintos concejos. Los propietarios de las extensas dehesas ya existentes, también comenzaron a desfavorecer a los ganaderos locales para cobrar las rentas de los trashumantes que venían a invernar con sus rebaños buscando tierras más cálidas, e incluso se reservaban vastos territorios de pastos, perjudicando lógicamente a los ganaderos estantes. A lo largo del siglo XVI, el crecimiento demográfico y el desarrollo agrícola, crearon nuevas y duras disputas, esta vez entre agricultores y ganaderos por el uso de las dehesas, y gran parte de las de pasto fueron reconvertidas sólo a labrantíos. Durante el siglo XIX una extraña y generalizada obsesión roturadora de tierras, trituró literalmente los terrenos de multitud de dehesas y tierras baldías, coincidiendo casualmente por el inicio de las desamortizaciones (Manuel Gutiérrez, 1992) de los bienes rústicos en manos de la Iglesia, y de la abolición del Honrado Concejo de la Mesta. El incremento en las roturaciones se produjo por partida doble: Surgieron nuevas dehesas por el labrantío del monte bajo, y por el cultivo de las ya existentes. Con las desamortizaciones aparecen las grandes propiedades personales, unificando las distintas titularidades que recaían sobre las dehesas. (Hernández

Díaz-Ambrona, 1995, 30-40), y a pesar de lo que éste afirma contundentemente: “la desamortización permitió la conservación de las dehesas de encinar-pastizal prácticamente intactas hasta nuestros días, evitando así la desaparición del bosque mediterráneo adehesado”, es más cierto que la situación social llegó a ser tan extremada que provocó motines y revueltas, que obligaron a los gobiernos en los siglos XVIII y XIX a tomar medidas como la desamortización de los bienes de la iglesia, que no cubrieron en absoluto los objetivos deseables, pues fueron adquiridos por los bolsillos adinerados, que perjudicaron al bosque, que se taló para poner más suelos en cultivo. Algunas dehesas fueron pagadas, total o parcialmente, talando todo o parte del monte y vendiendo el producto como leña, carbón y picón (Gutiérrez Manuel, 1992).

El concepto de dehesa es más bien moderno porque hasta hace poco se denominaba como tal, a las tierras sin arbolado ni matorral, o de matorral con o sin arbolado, hoy entendemos que la dehesa es la formación arbolada empero no muy densa (MAPA. 40 pies/ha). Hace cientos de años el hombre descubrió que el labrar la tierra, incrementaba la producción de bellota, además de permitir el crecimiento del pasto y obviamente los cultivos, y que tal práctica era muy útil para mantener un arbolado poco espeso. Por esta razón, desde el siglo XIV se generaliza su protección legal orientada en especial a la encina de bellota en su etapa adulta. El arbolado joven era mucho menor y acabaría por determinar la desaparición del vuelo de muchas dehesas por falta de regeneración. Este proceso se veía favorecido en ocasiones por la distinta propiedad de suelo y vuelo, y siempre por el propio sistema de manejo de las dehesas. En bastantes casos, fueron objeto de cultivo agrícola y todas se quemaban de forma periódica (práctica habitual ancestral de los agricultores, que se practicaba

hasta hace muy poco, porque pensábamos erróneamente que beneficiaba a la tierra. Ya los jerónimos de Guadalupe lo hacían según vemos en su libro de oficios) creyendo fortalecer la hierba, pero esto sumado a las sobrecargas ganaderas se ha demostrado ser contraproducente para la regeneración de la misma.

Los pleitos sobre el uso de las dehesas entre agricultores y ganaderos fueron constantes, y la encina lo pagó caro. La decadencia de dehesas por falta de renovación del estrato arbóreo (por cultivos, por quemados o por sobrecargas ganaderas) no es nueva, sino que se ha producido desde hace miles de años. Las dehesas estaban sometidas a usos agrícolas sólo en áreas de baja cobertura arbórea: pastos y cultivos. Las de pasto y labor solían desarrollarse siempre y constituían la propia esencia de la dehesa, mientras que los labrantíos se realizaban sólo en algunos casos o bien periódica o parcialmente. Se intentaba mantener por su utilidad los árboles que daban bellota y leña; pero incendios y laboreo, prácticas asociadas a los dos usos preeminentes, si se desarrollaban con la suficiente intensidad y duración, impedían la regeneración del arbolado. Las dehesas adoptaban paulatinamente un aspecto de monte hueco que acabaría por identificarse con su propio nombre. Del siglo XIV al XIX es probable que numerosas dehesas se pudieran haber regenerado al amparo de caídas demográficas generadas por epidemias, hambrunas, o guerras.

En el caso concreto del Monasterio de Guadalupe, en las dehesas que éste poseía y gestionaba o arrendaba entre 1389 y 1835, se aprovechaban para pastos casi en su totalidad, aunque éstas permitieran además el uso agrícola. Pero al margen de sus vastas extensiones de tierra adehesada, en el primer cuarto del siglo XVII, los jerónimos tenían además sembradas más de 3.000 fanegas de tierra principalmente en Alía, Guadalupe Madrigalejo y Briuguilla (“rebautiza-

da” esta última por los jerónimos en 1597, como Granja Burguilla³. (Libro de heredades y rentas. Códice 229, y código 128. AMG). Hay también en el A.M.G. un manual llamado “ libro de oficios” en el que se detallan todos los trabajos del mismo, tanto artesanales como agropecuarios, En las mismas “ Hoxas de Ganado” podemos ver como tenían organizadas sus 8 Granjas y sus 7 cabañas ganaderas, mediante un disciplinado organigrama, una formación ad hoc, e incluso salarios predefinidos para cada puesto.

Estas dehesas, se encontraban en las zonas no pobladas (Penco Daniel, 1992:17). Eran fincas de grandes extensiones y de utilización muy variada; para pastos, bellota, cosechas, leña además de carbón y picón. Su forma de explotación era directa, aunque también eran arrendadas para pasto y/o labor, por años o por temporada. Las dehesas produjeron a los jerónimos amén de sus cabañas ganaderas, los mayores ingresos del Monasterio en sus 446 años de estancia en dicho cenobio. El peso específico de estos activos materiales era el mayor de todo el Patrimonio del Monasterio de Guadalupe. Estas extensiones rústicas, estaban localizadas en zonas de buenos pastos, como son las vegas del Guadiana, las de la Serena, y las del Tajo. Las tierras de cultivo salvo muy rara excepción, eran escasas y de baja calidad (excesivamente ácidas). Eran parcelas sueltas y heredades incluidas próximas o en el

3 Cuenta de Pérdidas y Ganancias a Dic-2017, de la antigua Dehesa jerónima Burguilla

(+) SUBVENCIONES (PAC).....	82.256 € (Ayudas a fondo perdido)
(+) VENTA DE ANIMALES.....	89.360 €
(+) ACTIVIDADES CINEGÉTICAS.....	4.800 €
(-) GASTOS DE PERSONAL.....	35.430 €
(-) SUMINISTROS.....	6.170 €
(-) COMPRA DE PIENSOS Y PAJA.....	83.336 €
(-) SERVICIOS VETERINARIOS.....	3.468 €
(-) AMORTIZACIONES.....	5.272 €
(-) OTROS GASTOS.....	5.354 €
B° DE LA EXPLOTACION.....	37.386 € (rentabilidad del 1,1 % Sobre el Capital)

Animales ubicados en esta dehesa: 206 bovinos, 99 ovinos, 5 caballos, 2 asnos, 2 perros.

Empleados: 2

Extensión: 538 ha.

Valor potencial de mercado: 3.228.000 €

Valor de adquisición en 1943: 1.000.000 €

interior de las dehesas, y se dedicaban casi siempre para pasto. Algunas eran trozos de nuevos alzamientos de monte bajo y solían ser de poca extensión y estar alquiladas por un diezmo en grano dependiendo de lo cosechado el año correspondiente (A.M.G. legajos 127 y 128, “Hoxas de Ganados”).

Para mostrar el enorme desarrollo en la generación de riqueza de los jerónimos, basta observar como el número de dehesas pasó de 17 a 56 entre 1389 y 1624 (código 229 A.M.G.).

Llegó el Monasterio a aglutinar 33.000 hectáreas en esas sus 56 dehesas, en las que en 1752 albergaban a un total de 46.970 cabezas de ganado de su propiedad, amén de ser capaz de emplear en ellas y en sus granjas o caserías, hasta 266 trabajadores fijos más los temporeros (Fray Germán Rubio. Historia de Nuestra Señora de Guadalupe, 1926: 290).

Al igual que hiciese Ramirez Altozano con las propiedades del Monasterio del Escorial, relacionamos a continuación las dehesas del Monasterio de Guadalupe en su etapa de consolidación.

3. Relación de dehesas del Monasterio de Guadalupe en el siglo XVII

(Libro de heredades y rentas. Códice 229, y código 128. AMG).

- ALBERCA (CACERES) 721 Ha.
- AVIERTAS (MADRIGALEJO)
- ARROYO DE LAS PUERCAS (DON BENITO) 639
- AGOSTADEROS (DON BENITO) 1.271

- BALLESTEROS (LOGROSAN) 773
- BURGUILLA (VILLAR DEL PEDROSO) 1500. (ACTUAL 538)
- BECENUÑO (EL GORDO) 975
- CAMPILLO DE SOLANA (BERZOCANA)
- CAMPILLO BAJERO DE MOHEDA OSCURA
- CASA DEL HITO Y TORRECILLA (PELA) 777
- CHAPARRAL DEL CORTIJO (NAVALVILLAR DE PELA)
- CASA CAIDA DE ABAJO (VILLAR DE RENA) 281
- CASA CAIDA DE ARRIBA (VILLAR DE RENA) 280
- CERRO DE LAS RACHAS (DON BENITO) 174
- CERRO DEL FARILE (NAVALVILLAR DE PELA) 577
- CERRO DE LOS HOYOS (ESCURIAL)
- CANTILLOS (VILLAR DE RENA) 288
- CAMPILLO DEL CORTIJO (NAVALVILLAR DE PELA)
- GIRONDAS DE GUADALUPE (CAMPO LUGAR) 515
- HORNILLA Y RINCONCILLO (CAMPO LUGAR) 267
- HORNILLO (CAMPO LUGAR) 431
- LAVADERO DE LA TORRE
- LOMO DE YERRO (CACERES) 478
- MIRASIERRA (LOGROSAN) 710
- MOHEDA CIMERA ALTA Y ALTILLO
- MOHEDA CIMERA (NAVALVILLAR DE PELA)
- MOHEDA BAJERA (NAVALVILLAR DE PELA)
- MAJADAL RASO (ZORITA) 620
- MOROQUIL (CAMPO LUGAR) 324
- PARIDERA (NAVALVILLAR DE PELA) 1.806
- PALAZUELO DE NUÑO MATEOS (ACEDERA)
- PASARON (ACEDERA) 695
- PIEDRAHINCADA (VILLAR DE RENA) 1092
- PALAZUELO DE ARRIBA (VILLAR DE RENA) 340
- PALAZUELO DE ABAJO (VILLAR DE RENA) 497
- MILLAR DE LA RANA (NAVALVILLAR DE PELA) 727
- RINCONCILLO DE GUADALUPE (TRUJILLO) 371
- RIVILLA DE GUADALUPE (TRUJILLO) 331

• SUERTES DE SANTAMARIA (ZORRERA) 827

• TORRE Y TORRECILLA (LOGROSAÑO) 854

• TORILEJO (LOGROSAÑO) 921

• TREBOLOSA (MADRIGALEJO)

• TORVISCAL (VILLAR DE RENA) 1022

• TORREVIROTILLO (DON BENITO) 546

• VALLE DEL CADAZO

• VALLE DEL JUDIO

• VALDEPALACIOS (LOGROSAÑO) 13.631

• VEGA DE CALDEREROS (LOGROSAÑO)

• VIBARES (DON BENITO)

• ZARZALEJOS (LOGROSAÑO) 1.391

• ZORRERAS (MADRIGALEJO)

RENTABILIDAD DE PROPIEDADES RUSTICAS JERÓNIMAS: (rentabilidad obtenida en reales / valor mercado dehesas).

Los jerónimos en sus dehesas propias o arrendadas, aprovechaban la bellota e iniciaban el cebo de sus animales porcinos, en la montanera de encina (*Quercus ilex*), de alcornoque (*Quercus suber*) o de quejigo (*Quercus lusitánica*) con ejemplares porcinos de 12 meses, y 70 kilos de peso. Los años buenos el encinar se beneficiaba, y la montanera se extendía de octubre hasta fe-

brero para que el cerdo pudiese alcanzar hasta los 150 kilos. Las “varas” de cochinos eran de unos 100 cerdos, para los que se tenían vareadores que hacían caer las bellotas de los árboles con objeto de que los animales, las aprovecharan. Según el AHM de Trujillo los precios de la montería durante buena parte del Siglo XVIII, oscilaron entre 19 y 24 reales por cerdo y temporada de bellota (Octubre mediados-Enero mediados). En la montanera de 1438, los jerónimos arrendaron la dehesa del Toril, para cebar una “vara” de 400 cochinos ibéricos de bellota. (A.M.G. Libro de Oficios, código 99, folios 22, 23, 24, 37, 45)

La cabaña bovina jerónima (3.489 cabezas en 1462) pastaba principalmente, en las riberas del Guadiana. (AMG. Fondo Franciscano. Legajo 25).

Pero el cambio de tracción a mediados del siglo XX, que incluyó la mecanización del campo, la aparición de nuevos cultivos y cambios en la gestión y manejos de las distintas cabañas, ha ido disminuyendo la capacidad de regeneración. La mecanización incrementó las deforestaciones, y la eliminación de matorral y regenerado, mucho más efectiva, bloqueando las posibles vías para renovar la superficie arrendada. A principio de los setenta diversas causas propiciaron la caída de rentabilidad del sistema de explotación “tradicional”, lo que conllevó a nuevas roturaciones, podas abusivas, y arranques masivos de encinas adultas.

APROVECHAMIENTO DEL CONOCIMIENTO DE LOS MONJES JERÓNIMOS DE GUADALUPE, PARA GESTIONAR GANADERIAS EXTENSIVAS Y DEHESAS EN EXTREMADURA:

(LEGAJOS 127 Y 128 DEL A.M.G.) (Libro de oficios A.M.G.). (Cuadernos de Granjas A.M.G.)

• **La salubridad en las ganaderías** jerónimas de Guadalupe en cientos de años fue impecable, lo cual pone de manifiesto, que hemos sido los contemporáneos los que las hemos infectado de una forma o de otra, a través de vacunas y productos zoonosanitarios. Todos los animales bebían en pozos y en ríos, pero nunca en charcas estancas por las dificultades obvias que suponía construir las. Las enfermedades infecciosas las transmiten los animales salvajes a las cabañas, en las lagunas artificialmente construidas. He comprobado que los animales de las fincas con río, apenas padecen brucelosis, tuberculosis, o de lengua azul. He transmitido esta conclusión a los ganaderos de la zona, y los que evitan las lagunas, sorprendentemente están disminuyendo los contagios.

• **El pastoreo se ha deteriorado.** Con los años, los animales andan menos y hay que complementarlos con piensos que incluyen aditivos, y éstos presuntamente pudieran ser nocivos para la salud de las personas al ingerir carnes.

• **Optimización de raza y lugar de permanencia.** Supieron los jerónimos dónde debían ubicar cada una de las especies que componían sus cabañas ganaderas, y qué razas eran las adecuadas en cada cabaña. Nos hemos empeñado hoy en ganaderías al azar por cobrar más ayudas comunitarias (PAC); craso error.

• **Aciertos:** Los jerónimos optimizaban el número de cabezas por ha. y elegían las especies apropiadas para cada terreno. Practicaban y abonaban a través del majadeo. Nosotros solo les superamos en haber alambrado las dehesas, y tener el ganado en libertad. Pero sobrecargamos la tierra de animales, no elegimos las especies adecuadamente, y no majadeamos, por consiguiente no regeneramos los campos.

• **Las dehesas del Campo Arañuelo**

y las de la Jara Extremeña, en concreto, no han sido (como nos demuestran los jerónimos en sus legajos del A.M.G.) ni son, tierra para el vacuno estante, aunque sí para el trashumante; Las razas bovinas no autóctonas, no se acaban de adecuar a las dehesas, y esta equivocación, está perjudicando a los ecosistemas de estas fincas, incluida la desaparición de sus encinares (según expertos) en 50 años.

• **Prácticamente ningún autor habla de la trashumancia bovina,** ni porcina, todos lo hacen de trashumancia ovina. Pero he constatado que en el caso de las cabañas del Monasterio de Guadalupe la bovina no trashumaba, porque era estante de las vegas del Gadiana. Empero en la montanera de 1438 los jerónimos de Guadalupe desplazaron una vara de 400 cochinos, para aprovechar la bellota del Toril (próximo a Plasencia).

• **Una de las claves del éxito** en la óptima gestión pecuaria del Monasterio de Guadalupe, para llegar a ser la mayor empresa agropecuaria en la Europa de la baja edad media, y de la edad moderna fue en primer lugar su Capital Humano. La óptima selección de personas con talento, la formación que se les impartió para cualificarlos, siendo ésta la adecuada, continuada y muy específica, catapultó a aquel Holding monástico hasta ser el más poderoso del Mundo, tanto en términos de Cash-Flow, como en Activos Materiales.

• **Control férreo** de sus activos de producción agropecuarios, a través de 4 instrumentos contables de información anual:

1. Los cuadernos de las Granjas.
2. Las “Hoxas de Gracias”.
3. Las “Hoxas de ganado”.
4. Las estadísticas de producción.

• **En materia de financiación:** comparando con las ayudas de las actuales empresas agropecuarias extremeñas; la PAC de los jerónimos fueron las ingentes entradas pecuniarias de las “demandas” (donaciones en cash, activos fijos y circulantes transferidos al Monasterio por los fieles a la Virgen a través del canal de sus “questores” o peticionarios de donaciones).

• **Las producciones agropecuarias** de los jerónimos, nos sorprenden porque eran “proporcionalmente” muy superiores a las actuales en algunas de esas mismas tierras, amén de tener ínfimos costes, tanto en las ganaderías, como en las tierras de labor. (Libro de granjas y caserías del Archivo del Monasterio de Guadalupe)

Conclusión

Hemos escogido como paradigma de la gestión de la ganadería tradicional extensiva en las dehesas extremeñas, aquella que llevaron a cabo los jerónimos del Monasterio de Guadalupe en su división agropecuaria; considerándola en base a la documentación existente, un modelo de esta actividad durante la Edad Moderna.

La ganadería, históricamente se ha visto beneficiada por los suelos pobres y el clima desfavorable para la agricultura. Su aprovechamiento ganadero era mayoritariamente extensivo, relacionado claramente con la dehesa, que ofrecía un triple aprovechamiento: agrícola, ganadero y forestal. Concretamente al ganado se alimentaba de pastos naturales, ramoneo y bellota.

Bibliografía

- BERMEJO, Isabel. Conservación de sistemas adehesados. *Revista Agricultura*, nº 738, 1994.
- CABO ALONSO, Ángel. Constantes históricas de gran propiedad en el campo extremeño. 1981.
- CAMPOS PALACÍN, Pablo. Reunión Internacional sobre sistemas agroforestales de dehesas y montados. *Agricultura y Sociedad*, 62. MAPA. Madrid, 1992.
- CLEMENTE RAMOS, Julián. La explotación económica del campo Arañuelo y la economía rural de la tierra de Plasencia a mediados del S.XV, 2009.
- PENCO MARÍN, Antonio Daniel. *Aproximación a la Dehesa Extremeña*, 1992.
- FERNÁNDEZ , P. y PORRAS, C.J. La dehesa. Algunos aspectos para la rege-neración del arbolado. *Informaciones Técnicas* 58/98. Dirección General de Investigación y Formación Agraria, Servicio de Publicaciones y divulgación. Sevilla, 1998.
- FRAY ESTEBAN DE HORCHE. *Instrucción de un Passagero, para no errar el camino*, 1697.
- FRAY GERMÁN RUBIO. *Historia de Nuestra Señora de Guadalupe*, 1926.
- FRAY PABLO DE ALHOBERA. *Libro de Todas las heredades y dehesas del Monasterio*. 1538.
- GONZÁLEZ, Esther. *Mucho más que la Mesta rebaños, pastos y economía rural en Extremadura en el siglo XVIII*, Universidad Complutense de Madrid 2017.
- HERNÁNDEZ DÍAZ-AMBRONA, Carlos Gregorio. *La dehesa extremeña*. *Revista Agricultura*, nº 750, 1995.
- HERNÁNDEZ DÍAZ-AMBRONA, Carlos Gregorio. *Manejo del suelo en la dehesa*. *Revista Agricultura*, nº 808, 1999.
- HERNÁNDEZ MAURO. *Herbajes, Trashumantes y Estantes: la Ganadería en la península Ibérica (época medieval y moderna). Luchas por el pasto en Extremadura*, 2002.
- IRADIEL PAULINO. *Historia medieval de la España Cristiana*, 1989.
- KLEIN JULIUS. *Los privilegios de la Mesta de 1273 y 1276*, 2008.
- LEMEUNIER GUY. *Herbajes, Trashumante y Estantes; la ganadería de la península Ibérica (época medieval y moderna). La organización del espacio ganadero*, 2002.
- LLOPIS, Enrique. *Crisis y recuperación de las explotaciones trashumantes; la cabaña del Monasterio de Guadalupe, 1597-1679*, 1980.

LLOPIS, Enrique. La renta de las dehesas extremeñas en los dos últimos tercios del siglo XVI, 1991.

LLOPIS, Enrique. La cabaña ovina estante del Monasterio de Guadalupe (1598-1689), abaratamiento de los factores de tierra y trabajo, y mejora de resultados, Revista de Historia Industrial nº30. 2006.

MARTÍN BELLIDO, M. Dehesa extremeña. Revista Agricultura, nº 653. Madrid, 1986.

MARTÍN GALINDO, José Luís, La dehesa extremeña como tipo de explotación agraria. Revista de Estudios Geográficos, 103. Madrid, 1966.

PENCO MARÍN , Antonio Daniel. Aproximación a la Dehesa Extremeña,1992.

PEREIRA, Iglesias José Luis. Herbajes, Trashumantes y Estantes: La ganadería en la península Ibérica (época medieval y moderna), 2002.

RAMOS, Javier; y TOYOS, Ana. Congreso de Historia Agraria de Santiago de Compostela (Universidad Complutense, Madrid), 2018.

RODRÍGUEZ, Luna David. Toledo. Desamortización y monjes jerónimos. Extinción y restauración de una orden monástica, 2007.

RODRIGUEZ-PICAVEA, Matilla Enrique. La Ganadería de la Castilla medieval,1988.

RUIZ, Hernando José Antonio. El Monasterio de Nuestra Señora de Guadalupe. Siglos XIV y XV, 1993.

SÁNCHEZ MARROYO, Fernando. Dehesas y terratenientes en Extremadura: La propiedad de la tierra en la provincia de Cáceres en los siglos XIX y XX, 2008.

SAN MIGUEL AYANZ, A. La dehesa española. Origen, tipología, características y gestión. Fundación Conde del Valle de Salazar, Madrid, 1994.

VIZUETE, Mendoza José Carlos. El patrimonio del Monasterio de Santa María de Guadalupe 1340-1835, 1980.

FUENTES PRIMARIAS HISTÓRICAS:

ARCHIVO HISTORICO NACIONAL (AHN)

ARCHIVO DEL MONASTERIO DE GUADALUPE (AMG)

(LIBROS DE HACIENDA. CUENTAS DE LA GANADERIA. CUENTAS DE LAS CASERIAS.AMG).

A.M.G. Fondo Franciscano. Legajo 25. Carpeta 1.

A. H. N. CLERO. Libro 1577. Sin foliar.

A. H. N. CLERO. Leg. 1429/2 – a).

A. H. N. CLERO. Leg.1431 – 2º/5.

A.M.G. Legajo 43 y A.H.N. código 111.

(“Libro y memorial de todas las heredades y dehesas, rentas y juros...”, código 229, ff. 118-119v).

AMG Cuentas de la casa de La Burguilla, legajo 141.

A.H.N a) 13 Códices’ conteniendo Protocolos, Privilegios, escrituras, actos capitulares, etc. 1 A. H. N. Sección de Códices: 594 b) - 5 libros de la sección de Clero 2: actas capitulares, cuentas y arrendamientos. c) De la misma sección 10 Legajos, 3 carpetas de pergaminos.

1573 Cuentas de la cabaña merina. 1755-1806.

1580 Libro de arrendamientos de dehesas del Monasterio de Guadalupe. 1824-1834.

1583 Libro de arrendamiento de dehesas del Monasterio de Guadalupe. 1833-1835.

A.H.N. 1556 Libro de cuentas del oficio del Arca 1673-1730.

A.H.N. Sección de Clero: Legajos 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427> 1428, 1429, 1430,1431.

A.H.N. Sección de Clero: Carpetas 391, 392, 398.

Archivo Histórico Provincial de Toledo. Sección de Hacienda. Legajo 2.471. Patrimonio del Monasterio de Santa Maria de Guadalupe.595.

Hojas de Rentas, AMG, legajo 151.

A.M.G. Legajo 44.

A.M.G. Código 128 (no el bis, el de estadísticas de producción)

AMG. Libros de actas capitulares.

A .H .N. Clero, carpeta 394, nº 13.

A.H.N. Ovando. Carpeta 8, nº 666.

A.M.G. código 213 y Legajo 43, 3ª carpeta.

A.MG. Legajo 152.

A.H.N. Legajo 1.574.

A.H.N. Legajo 1.572.

A.H.N. Legajo 1.573

A.M.G. Códice H.3. Pg. 735.

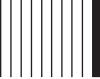
A.M.G. Libro de Hacienda. Códice 210.

Real cédula de 6/XII/1785.

A.M.G. Libro de Oficios, código 99, folios 22, 23, 24, 37,45

Partido de Trujillo Tomo II el 27 de marzo de 1791, páginas 9 a 25 sobre Guadalupe y su Monasterio.

A.M.G. Fondo Franciscano. Legajo 25.



A produção de aglomerado negro na fábrica Robinson. contribuições para a história do património edificado

The Production of the Black Agglomerate at the Robinson Factory: Contributions for the History of a Landmark Building

Susana Pacheco

Fundação Robinson
susana[fsdpacheco@hotmail.com]

Resumo

O presente artigo tem como objectivo analisar a evolução do património edificado da Fábrica Robinson, em particular do edifício onde se produzia o aglomerado negro, um dos produtos mais emblemáticos desta empresa. Falamos do mais imponente e importante edifício da Fábrica Robinson, onde é possível encontrar as famosas chaminés, que marcam profundamente a paisagem portalegrense. Trata-se de um edifício que sofreu inúmeras alterações ao longo dos mais de 160 anos de funcionamento desta unidade corticeira. Numa primeira fase realizavam-se aqui as tarefas relacionadas com a produção de rolhas, até que na década de 1940 se começou a fabricar aqui o aglomerado negro. Em arquitectura industrial nada é deixado ao acaso, todos os espaços têm uma função e objectivo específicos, pelo que importa perceber a forma como a organização espacial influenciava a cadeia técnica. Numa análise como aquela que aqui se pretende efectuar, também não podemos descurar o produto em si, ou seja, o aglomerado negro, para que consigamos perceber a forma como a sua produção estava articulada com o edifício em questão.

Palavras-chave: Arqueologia Industrial; Arquitectura Industrial; Cortiça; Património Industrial

Códios JEL: N60; L60.

Abstract

The present article has as its principal objective the analysis of the Robinson Factory's physical evolution, especially of the building that produced the black agglomerate, one of the most emblematic products of this company. We talk about the factory's most imposing and important building, where we can find the famous chimneys that mark the Portalegre landscape. This building witnessed several changes over the more than 160 year that the cork factory operated. In a first phase, the factory was used to produce the cork stoppers, until the 1940's when they started to produce the black agglomerate. In industrial architecture, everything has a reason to exist, a specific function and objectives, so it is important to understand the way the space was organized and how it influenced the production line. In an analysis like the one we intend here, we cannot neglect the product itself, in this case, the black agglomerate. We must understand the way production was articulated within the building itself.

Keywords: Industrial Archaeology; Industrial Architecture; Cork; Industrial Heritage

Jel Codes: N60; L60.

Introdução

A Fábrica Robinson foi uma fábrica dedicada exclusivamente à transformação de cortiça nos mais variados produtos, desde rolhas, bóias, aglomerados branco e negro (o produto de excelência desta fábrica e que a colocou como uma referência no sector corticeiro a nível mundial), entre outros.

Primeiro que tudo importa entender que a família Reynolds terá chegado a Portugal nos inícios da década de 1820. O primeiro nome conhecido, e responsável por essa fixação em território nacional é o de Thomas Reynolds, um marinheiro, atraído pelo negócio do vinho, que o leva a fixa -se no Porto com os seus dois filhos, Thomas e Robert (Palazón Botella, 2014, 20).

A óbvia relação entre o vinho e a cortiça leva-os, anos mais tarde, por volta de 1838, a dedicarem-se a esta outra actividade industrial, fundando a sua primeira fábrica de rolhas em Albuquerque, Espanha (Parejo Moruno, Faísca, Rangel Preciado, 2013, 474).

De acordo com os mesmos autores, esta família terá tido o domínio do comércio de cortiça na região da Extremadura Espanhola até 1845, não se sabendo ao certo em que ano terão decidido estabelecer uma fábrica em Portugal, mais precisamente em Portalegre. Sabe-se, contudo, que existiam várias razões favoráveis ao seu estabelecimento no local escolhido, designadamente o facto de o Alentejo e neste caso em particular a região de Portalegre ser uma das regiões dominantes na produção de sobreiro a nível mundial, aliando-se aqui também a proximidade com a fronteira espanhola onde a família residiria (Parejo Moruno, Faísca, Rangel Preciado, 2013, 474-475).

No entanto o auge desta família no negócio corticeiro não iria durar muito e no ano de 1846 o seu domínio decaiu consideravelmente, devido ao reconhecimento de uma dívida que Thomas Reynolds (filho) tem para com os comerciantes Andaluzes Julián de la Veja e António de la Riva (Parejo Moruno, Faísca, Rangel Preciado, 2013, 476).

Esta crise pode, assim, ajudar a explicar a necessidade de vender esta unidade corticeira a uma outra família inglesa que se virá então a fixar em Portalegre.

Assim, em 1848, George William Robinson adquire esta manufactura corticeira e, servindo-se do seu know-how (uma vez que esta indústria não lhe era de todo desconhecida, pois já tinha uma sociedade dedicada à transformação de cortiça com os seus irmãos, em Halifax – Condado de York, Inglaterra) transforma esta unidade fabril numa das mais desenvolvidas do sector corticeiro a nível mundial (pelo menos no período em que a família se encontra em Portalegre – até à década de 1940).

Vários motivos podem ser apontados para a escolha deste local para a sua fixação e da sua família, desde a proximidade da matéria-prima, a facilidade de aquisição de uma unidade manufactureira já criada (ao que acresce a crise da família referida supra), entre vários outros. Contudo, e por existirem poucas fontes que os enumerem, não nos aprofundaremos muito sobre este assunto, pois não pretendemos aplicar aqui um exercício de especulação.

Quando George William Robinson falece, em 1895 sucede-lhe o seu filho George Wheelhouse Robinson no controlo dos negócios, em particular das fábricas corticeiras em Portalegre e na Extremadura Espanhola (destaque para a antiga fábrica dos Bucknall em San Vicente de

Alcântara) (Parejo Moruno, Faísca, Rangel Preciado, 2013, 482).

Com o falecimento de George Wheelhouse Robinson, em 1932, a fábrica passa para as mãos de uma sociedade, Sociedade Corticeira Robinson Bros., Lda., da qual faz ainda parte a sua filha Ellen Mary Frazer (uma vez que o seu filho primogénito, o herdeiro lógico, faleceu bastante novo no ano de 1918). No entanto, e por motivos desconhecidos (possivelmente associados ao falecimento da sua mãe, Fanny Isabella Robinson em 1942) a herdeira da família Robinson abandona definitivamente Portalegre antes de 1946, ano em que se procedeu à alteração da distribuição das quotas pelos vários accionistas da sociedade, passando esta a ser integralmente constituída por portugueses (Ventura, 2007, 22).

Já nas mãos da sociedade corticeira, a fábrica continua a laborar até ao ano de 2009, quando encerra definitivamente portas afectada, entre outros aspectos (sobre os quais não importa alargarmo-nos aqui, pois não é de todo esse o objectivo do presente artigo), pela enorme crise económica que se fazia sentir em Portugal.

É neste contexto que a Fundação Robinson, já fundada em 2005, entra em acção, adquirindo o complexo então ocupado pela unidade fabril, com o objectivo de o salvar e preservar, assim como todo o espólio que nele permaneceu. No entanto e, mais uma vez, não é esse o objectivo principal do presente artigo, pelo que não iremos abordar detalhadamente o trabalho desenvolvido ao longo destes treze anos de existência.

Assim, neste artigo o nosso principal objectivo é analisar aquele que se pode considerar como o edifício principal da Fábrica Robinson, do qual surgem os elementos mais marcantes desta unidade fabril, as duas chaminés. Preten-

demos contribuir para o conhecimento da sua história e mostrar como este terá sido noutros tempos, ainda antes de esta unidade fabril se ter começado a dedicar à produção dos aglomerados, em particular do aglomerado negro.

Falando em aglomerado negro, e para que possamos realmente entender este complexo edifício, temos primeiro que tudo de perceber como este se produzia, ou seja, como funcionava a sua linha de produção.

O primeiro passo da produção deste produto, logicamente já depois de a cortiça ter passado por todo o processo de extracção do sobreiro, transporte, secagem (que dura cerca de 6 meses) e pesagem, é a cozedura (durante cerca de uma hora). No caso da Fábrica Robinson esta teria lugar num tanque em alvenaria de tijolo, onde era colocada água a ferver (aquecida pelo vapor das caldeiras Babcock & Wilcox e do sobreaquecedor independente A&B Harris Ltd Engineers). Após a cozedura, cujo objectivo principal é a desinfeção da cortiça e torna-la mais maleável, toda a cortiça teria novamente de secar, para que pudesse ser feita a sua escolha (a de melhor qualidade seria aproveitada para o fabrico de rolas e outros produtos com cortiça natural e a restante seria triturada para o fabrico dos aglomerados).

Assim, o passo seguinte era precisamente a trituração da cortiça, que tinha início no triturador de estrelas e de martelos. Posteriormente era encaminhada, com auxílio de tubagens e ciclones, para os vibradores onde seria peneirada (de modo a que esta ficasse sem eventuais impurezas que ainda pudesse conter) e novamente triturada, desta vez no triturador de facas, para se obter as granulometrias desejadas, sendo novamente peneirada em vibradores após este processo (com o mesmo objectivo do peneiramento anterior), e antes de ser encaminhada para a secagem. Todo

este processo teria lugar no armazém de cortiças e na torre de trituração.

Como mencionado, depois de triturada a cortiça era encaminhada para os quatro secadores rotativos horizontais onde, como o próprio nome indica, a cortiça seria completamente seca com acção do movimento e do ar.

Depois deste processo, a cortiça já triturada e seca era levada, no interior de tubagens, para as tulhas onde ficava armazenada antes de ser colocada nas autoclaves (num total de 12) onde se fabricavam os blocos de aglomerado negro propriamente ditos. Daqui, depois de cozida e aglomerada (processo que demorava cerca de 20 minutos) a cortiça era transportada, através de um transportador aéreo e de carros manuais, para as cabines ou chuveiros de rega, passando depois para o armazém de arrefecimento no piso superior (através de elevadores de transporte de cargas). Em seguida descia novamente e começava o processo de acabamentos, com recurso às serras de fita verticais, lixadeira, tupa e por último máquina de selar e embalar, antes de estar finalmente pronta para ser comercializada

Analisada a cadeia técnica da produção de Aglomerado Negro, importa agora entender o edifício onde este era produzido, para que se possa compreender a forma como a sua organização estava relacionada com a cadeia técnica, mas antes há ainda que mencionar a importância do aglomerado negro enquanto inovação, para se tentar entender o sucesso que este produto teve um pouco por todo o mundo.

O aglomerado de cortiça é pela primeira vez patenteado em 1880, por uma firma alemã, de seu nome Grünzweig & Hartmann, contudo apenas em 1892, com as descobertas de John T. Smith (Norte-Americano que tinha uma fábrica em Nova Iorque), onde utiliza pela primeira

vez os restos da produção de objectos em cortiça manual e a cortiça virgem é que o aglomerado atinge um sucesso comercial. Assim, no início do século XX já existiam empresas nos Estados Unidos a produzir enormes quantidades de placas de aglomerados de cortiça. Este produto só chega a Portugal anos mais tarde, na década de 1920, momento a partir do qual o sector corticeiro muda radicalmente (tal como acontecia em todo o resto do mundo), tendo inclusive este novo produto sido responsável pelo aumento da maquinaria na indústria corticeira (em detrimento das manufacturas dominantes até então) (Fáisca, 2014, 43).

Primeiro que tudo importa compreender que a produção de aglomerado negro só entrou na Fábrica Robinson numa fase muito mais tardia da sua história (década de 1940), em que já nenhum dos George Robinson se encontrava vivo (nem o fundador, nem o seu filho/seu sucessor). Antes de se fabricar este produto nesta fábrica, no edifício em estudo produziam-se as rolhas (primeiro produto da fábrica e que lhe deu o nome pelo qual continua a ser conhecida localmente – “Fábrica da Rolha”).

2. Material e métodos

Para efectuar o artigo que aqui se desenvolve revela-se necessário proceder à análise do espaço actualmente, com atenção para os vários pormenores arquitectónicos, mesmo aqueles que à primeira vista possam passar despercebidos, tais como portas ou janelas entaipadas, mas também das máquinas que lá se encontram, comparando-se a actualidade com plantas e fotografias antigas, de várias épocas, para que possamos verificar as alterações

Para a descrição, de forma sucinta, do processo de fabrico do aglomerado negro, recorreu-se às metodologias de observação Arqueológica Industrial, nomeadamente à análise

detalhada de cada um dos equipamentos que se encontram no espaço, assim como à averiguação da existência de sobreposições nos mesmos e no próprio edificado (seja de tubagens, reparações nas máquinas, entre tantas outras – quando estas são possíveis de observar), bem como de todas as ligações entre as máquinas que compunham a cadeia técnica. Associou-se a esta análise o estudo de manuais de Engenharia Industrial consultados pela autora durante a sua formação, aliando-se ainda a memória oral dos antigos operários da Fábrica Robinson, que são definitivamente uma fonte valiosíssima para aqueles que se dedicam ao estudo do património industrial.

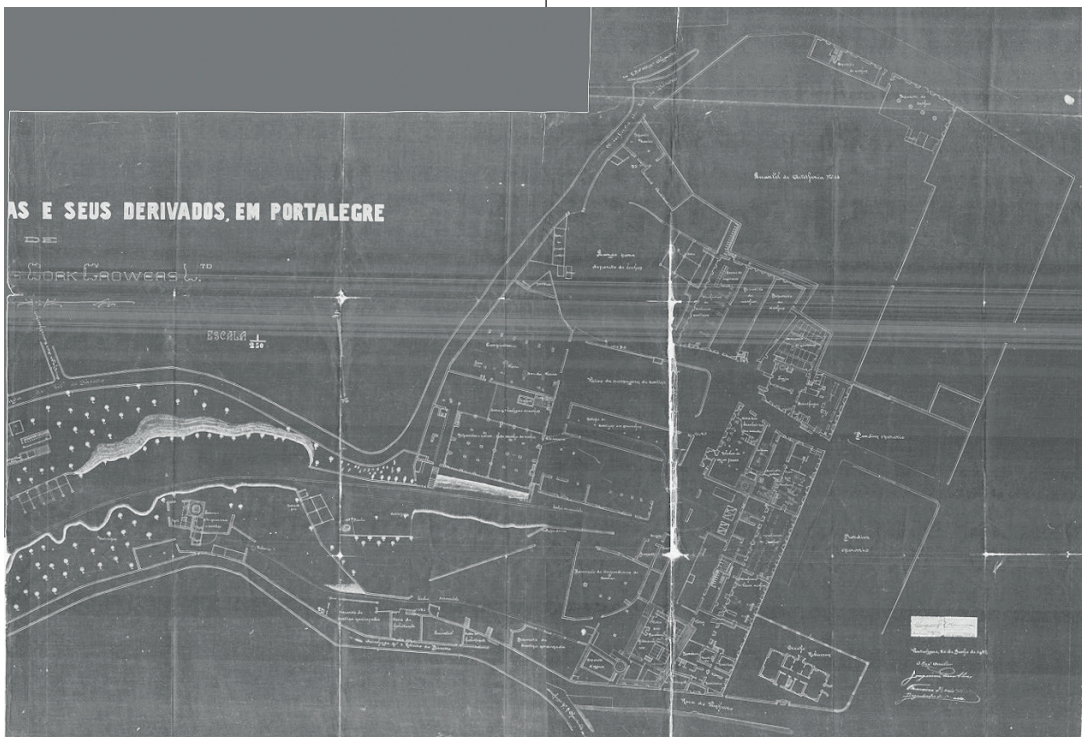
Em Arqueologia, o edifício histórico (objecto construído ao longo do tempo, em várias fases construtivas, com um valor duplo, enquanto documento e enquanto símbolo do passado) é

um documento tão válido como qualquer outra fonte escrita ou iconográfica para compreender o passado, pelo que aqui se optará também (sempre que possível) por recorrer a metodologias da Arqueologia da Arquitectura para tentar reconstruir, da forma mais completa possível, a história deste enorme e importante edifício, sempre em paralelo com a iconografia antiga

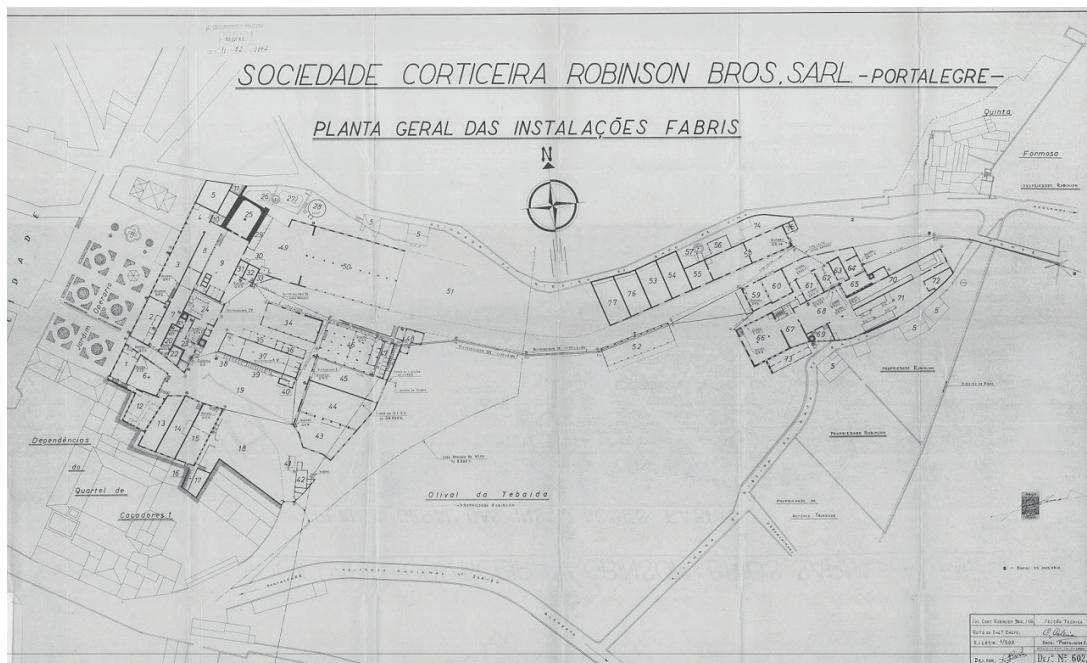
Complementarmente, recorrer-se-à também, sempre que necessário, a bibliografia especializada, de forma a analisar este complexo e enorme edifício da forma mais correcta, assim como à memória oral dos antigos operários, como mencionado supra.

3. Resultado e Discussão

Ao analisarmos a “Planta da Fábrica de Cortiça e seus derivados em Portalegre de Robinson Bros Cork Growers Ltd.”



Arquivo da Fundação Robinson (Planta por classificar – Arquivo não organizado)



Arquivo da Fundação Robinson (Planta por classificar – Arquivo não organizado)

datada de 20 de Julho de 1927 (Ilustração 1) facilmente percebemos que este corpo principal (como é designado) sofreu bastantes alterações ao longo da sua história, como seria lógico, uma vez que a produção de rolas pouco se assemelha ao processo tecnológico do aglomerado negro (o único processo em comum é mesmo o da cozedura da cortiça em prancha). Assim, obviamente os espaços necessários também seriam diferentes e com características extremamente díspares, pelo menos no que diz respeito à sua organização interior.

Comparando a referida planta com a “Planta Geral das Instalações Fabris da Sociedade Corticeira Robinson Bros. S.A.R.L.” (Ilustração 2) datada de 28 de Fevereiro de 1956 notamos logo uma série de diferenças na organização do edifício, resultantes dessa transformação da produção durante a década de 1940. Primeiro que tudo, podemos observar que na zona onde em

1956 (e na actualidade) funcionam os escritórios, em 1927 funcionavam a forja e armazém de quadros, na secção do antigo refeitório e que na fase final de funcionamento da fábrica funcionou como loja, em 1927 estava instalada a serralharia. Continuando para a outra parte do edifício, onde na fase final, e já em 1956 funcionava como secção de acabamentos e embalagem, estavam instaladas, em 1927, as máquinas de rolas e as máquinas de lixar rolas.

No entanto, nos tempos iniciais de funcionamento a Fábrica Robinson também necessitava de escritórios (ainda que na época os escritórios principais da empresa se localizassem em Inglaterra), estando estes num espaço que posteriormente foi adaptado a casa de habitação da firma (não havendo dados concretos sobre a(s) pessoa(s) que lá terão habitado, ou seja, qual o cargo que desempenhava(m), tratando-se possivelmente de uma casa para um engenheiro ou

encarregado), localizada no extremo Norte, mesmo em frente do edifício da Creche Robinson (datado de 1906), mas sobre o qual não importa agora debruçarmo-nos, uma vez que não é esse o tema do artigo que aqui se desenvolve.

Também na zona onde mais tarde se desenvolveu a torre de trituração acima mencionada (e que tanta relevância tinha no processo de fabrico de aglomerado negro) funcionavam, na época em que apenas se produziam rolhas neste edifício (comprovado pela já referida planta de 1927), escritórios da unidade fabril. Relativamente ao outro local onde ocorria a trituração da cortiça, ou seja, o armazém da cortiça, inicialmente este funcionaria como “barracão de desperdícios de cortiça”.

A zona que na fase final de funcionamento da unidade fabril terá funcionado como armazém e que apresenta uma forma curiosa, em “U”, também nem sempre terá tido essa função, pois ao olharmos para a planta de 1927, rapidamente percebemos tratar-se da zona assinalada como “Casa das Bombas hidráulicas”, o que logicamente também levou a que sofresse grandes alterações na sua estrutura e organização, uma vez que se tratam de duas funções completamente díspares entre si.

Outra grande diferença que conseguimos identificar de imediato através da observação das várias plantas da Fábrica Robinson conhecidas, desta vez com a planta do “Aglomerado Negro – Processo Tecnológico da S. C. Robinson” (Ilustração 3) datada de 6 de Outubro de 1988, é que em 1927 apenas existia na Fábrica Robinson uma caldeira (possivelmente a caldeira Babcock & Wilcox de 1920 entretanto desaparecida, e cujo contrato de compra conhecemos), enquanto em 1988 e também na actualidade, existem na Fábrica Robinson três geradores desta marca

(Pacheco/2017, 56-57).

Obviamente a existência destas máquinas também traz grandes alterações no edifício, pois as dimensões e a própria localização da casa das caldeiras eram, logicamente, diferentes, além de que a legislação obrigava a cumprir uma série de requisitos arquitectónicos para poder instalar estas máquinas nas fábricas.

De acordo como Regulamento das Caldeiras datado de 1928, as caldeiras da 1ª Categoria (sistema de classificação das caldeiras fixas e semi-fixas), como o são as caldeiras Babcock & Wilcox da Fábrica Robinson, não podiam ser instaladas em casa de habitação ou de oficinas com andares por cima, tendo de ser montadas em locais onde só trabalhasse permanentemente o “pessoal do fogo”, ou seja, os operários que lidavam directamente com os geradores de vapor, sabendo-se ainda que estas caldeiras não podiam ser instaladas a menos de 10 metros da via pública ou de qualquer casa de habitação e que o local de instalação deveria ser suficientemente amplo para o serviço desempenhado, ou seja, ter uma boa iluminação, arejamentos vários e saídas fáceis e rápidas, pelo menos em dois sentidos opostos (sendo que nem todos eles foram cumpridos na Fábrica Robinson) (Ministério do Comércio e Comunicações, Direcção Geral das Indústrias/1928, 4-5).

Em 1927 a caldeira encontrava-se num espaço bastante mais pequeno que, em 1988 e ainda na fase final de funcionamento, estava destinado às cabines de rega para posterior arrefecimento dos blocos de aglomerado negro, de acordo com o processo explicado anteriormente.

Neste espaço que actualmente designamos por “Casa/Sala das Caldeiras”, numa primeira fase terá funcionado a secção de Rebolos de Afiação, pois logicamente não seria ne-

cessário gerar tanta energia (neste caso a vapor) para o fabrico de rolhas bem mais tradicional, como explicado supra. Na actualidade este espaço, vocacionado para a produção de energia térmica a partir do vapor, numa única divisão, de configuração aproximadamente rectangular, com uma área total de cerca de 389m² (Ilustração 4) podemos observar, além das próprias caldeiras Babcock & Wilcox, as tubagens associadas ao sistema anti-poliuição, os cinzeiros (num pequeno espaço por baixo desta sala e ao qual se acede através de uma pequena escada metálica e ainda a base das duas chaminés (outro elemento arquitectónico de extrema importância para esta fábrica e sem o qual um artigo como o que se desenvolve aqui não ficaria completo, pelo que serão analisadas de forma mais detalhada em seguida).

Ao observarmos o espaço actualmente e comparando-o com as plantas antigas, nomeadamente a planta de 1927 também conseguimos de imediato constatar o desaparecimento de três tanques de cozer cortiça, pois enquanto na planta podemos observar quatro tanques, actualmente só se encontra um na fábrica. Isto poderá ter acontecido devido a uma diminuição da produção da unidade fabril, ou então ao facto de a fá-

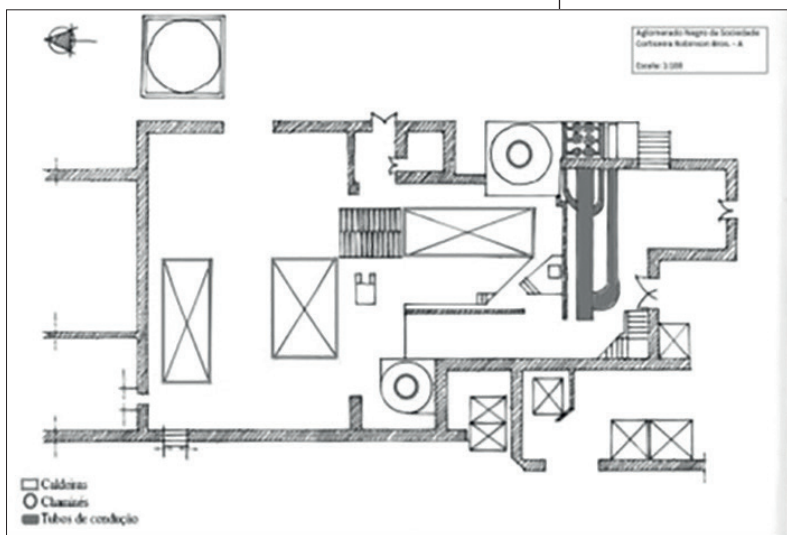
brica ter começado a comprar a cortiça já cozida, podendo-se especular sobre o assunto, mas sem atingir certezas devido à falta de documentos conhecidos sobre o assunto.

Analisando o edifício do ponto de vista arqueológico também conseguimos reparar em várias alterações, nomeadamente a construção de uma parede que divide a sala dos tanques de cozer cortiça, posterior à original, sendo isto comprovado pela relação de que qualquer elemento que se apoie ou corte um outro é necessariamente posterior a este, como é o caso da dita parede.

Existem ainda outros elementos que conseguimos detectar se analisarmos o edifício em pormenor e aplicando algumas noções básicas da Arqueologia, nomeadamente a da sobreposição de estratos (qualquer elemento que se sobreponha ou corte outro elemento é obrigatoriamente posterior a ele). Assim, conseguimos estabelecer uma ordem cronológica na adaptação do edifício, nomeadamente o derrube de alguns espaços que deram lugar a outros, a construção de novos espaços, tais como o “varandim” da “Sala das Autoclaves” que corta arcos pré-existentes, tubagens que “rompem” paredes e pisos anteriores,

para permitir, entre outras, a passagem de vapor (resultante das obras de que o edifício foi alvo nos finais da década de 1940 e 1950, aquando do início da produção de aglomerado negro que, como exposto anteriormente, exigia muito mais maquinaria e energia do que os produtos anteriores desta secção).

No entanto as alterações não se limita-





ram à organização interior, o que é comprovado se olharmos com alguma atenção para o “Alçado Principal e Corte Longitudinal (A B)” também datado de 20 de Julho de 1927 (Ilustração 5), ainda que pelo exterior as alterações possam ser menores. Além desta análise podemos, mais uma vez, recorrer aos métodos da Arqueologia e constatar facilmente a existência de alterações no exterior, nomeadamente na fachada/alçado principal da fábrica.

A primeira alteração que observamos nesta fachada é a abertura e o entaipamento de vãos (sejam portas, sejam janelas). No extremo Sul observamos a marca de uma antiga porta, que daria acesso directo aos escritórios, e cuja existência conseguimos comprovar, além das evidências arqueológicas (Arqueologia da Arquitectura), através da análise da planta acima mencionada, de 1956.

Outro aspecto que nos salta logo à vista é o da tonalidade do edifício (e de grande parte dos edifícios que compõem o complexo). Ao efectuar algumas sondagens parietais (aspecto facilitado pelo estado em que se encontra o referido edifício) observa-se que a sua cor nem sempre terá sido o branco visível actualmente, tendo em tempos sido de um tom de azul (Ilustração 6).

Esta fachada caracteriza-se pela sua simplicidade e horizontalidade enfatizadas pelas três fileiras de vãos de janelas, alinhados na base e no topo da moldura por frisos contínuos, no entanto, através da análise de fotografias antigas, como é o caso do postal “Portalegre – Fábrica de Rolhas” da União Postal Universal, Edição de Bartholomeu da Guerra Conde, pertencente a uma colecção particular (Ilustração 7), conseguimos perceber que isto nem sempre foi assim, tendo-se verificado uma série de alterações, nomeadamente a passagem de dois para três pisos a Norte do portão principal; alterações nos vãos das janelas, estando estas também em muito menor número e com um espaçamento menor entre elas; enquanto a Sul do portão principal podemos já observar a existência de três pisos, com vãos já parecidos aos actuais.

Também o corpo central onde se encontra o portão principal de acesso ao interior do recinto da unidade fabril sofreu alterações (em época indeterminada), nomeadamente o par de



pilastras coroadas por um frontão curvo, onde se pode ler “ROBINSON”, o que também nem sempre aconteceu.

No topo Norte desta fachada temos ainda uma grande pala, também ela bastante posterior á construção original, que cobre uma zona onde seriam feitas as cargas e descargas (no primeiro piso – actual secção de acabamentos).

Após mencionarmos todas as questões relativas à organização do espaço, no estudo de um edifício histórico, importa também referir as questões relativas aos elementos estruturais. Neste edifício encontram-se várias soluções construtivas diferentes, pelo que este aspecto será analisado por zonas.

A primeira zona (zona dos escritórios) apresenta paredes periféricas autoportantes em alvenaria de tijolo e pedra e um conjunto de vigas e pilares de betão armado que suportam os pavimentos também em betão armado. Relativamente à cobertura, apresenta dois telhados diferentes, o primeiro, a Este, é de duas águas e lanternim, suportado por um sistema de asnas metálicas. O segundo, a Oeste, também é de duas águas com lanternim, mas com um vão mais pequeno, suportado por um conjunto de asnas metálicas (Rego, 2013, 39).

Na segunda zona, correspondente às actuais secções de acabamentos e embalagem, apesar de a estrutura dominante ser o betão resultante das intervenções ocorridas na década de 1940/50 (associadas à adaptação do edifício à produção de aglomerado negro), o edifício conserva ainda uma grande parte da sua estrutura original, visível nas paredes portantes em alvenaria de pedra e cal e de tijolo maciço. Quanto à estrutura em betão, esta caracteriza-se,

em traços gerais, por um conjunto de pilares e vigas de betão armado, embutidos nas paredes periféricas de alvenaria e por pavimentos aligeirados de bigotas de betão pré-esforçado, abobadilhas cerâmicas, revestidas com uma camada de betão complementar. Relativamente ao telhado, este é de duas águas, suportado por uma estrutura de asnas metálicas, contraventadas na linha da cumeeira com tirantes metálicos diagonais, estando as asnas apoiadas em vigas de betão (Rego, 2013, 17).

A terceira zona, correspondente à secção das autoclaves apresenta três tipologias construtivas diferentes. A primeira, no extremo Norte tem uma cobertura de duas águas suportadas por asnas simples de madeira complementadas com ferragens pregadas, sendo as paredes em alvenaria de tijolo. A segunda, na zona central da secção, caracteriza-se por uma nave coberta com uma abóbada de berço em betão armado, apoiada em pilares de betão embutidos nas paredes periféricas de alvenaria de tijolo, existindo ainda, a meia altura desta nave, tirantes metálicos que asseguram a estabilidade das paredes sujeitas às cargas da cobertura. A terceira e última zona a analisar, no extremo Sul, tem uma estrutura de vigotas de betão e abobadilhas cerâmicas que

suportam a cobertura plana e um sistema de clarabóias elevadas e não encerradas, que permitem a ventilação e iluminação dos espaços interiores (Rego, 2013, 21)

Outra secção, designada por “Casa das Caldeiras” apresenta, à semelhança da interior, dois grupos diferentes. O primeiro, na ponta Sul, trata-se de uma estrutura de paredes portantes de alvenaria de tijolo e a cobertura de duas águas, suportada por um conjunto de asnas metálicas, contendo também alguns elementos estruturais em betão (pilares, vigas,...). O segundo, na zona central, sem pisos intermédios, apresenta um sistema de pilares e vigas de betão que sustentam a estrutura das asnas metálicas com lanternim na cumeeira (Rego, 2013, 25).

Outra secção, aquela em que se encontra o tanque de cozer cortiça, possui o betão armado como estrutura dominante (pilares e vigas), sendo a cobertura construída, em parte, por lajes aligeiradas de vigotas de betão e noutras partes por troços de lajes de betão armado (Rego, 2013, 25).

Quanto à secção conhecida como “Torre de trituração”, podemos constatar a existência de paredes portantes de alvenaria de tijolo, com lajes de pavimento de betão armado, sendo o interior dividido em duas partes por uma parede também ela em alvenaria de tijolo.

Ao falarmos do edifício principal da Fábrica Robinson não podemos, obviamente, deixar de fazer referência a um dos, ou arriscaria mesmo a dizer o elemento mais marcante de todo este complexo, falamos, claro, das duas enormes chaminés

(uma com 40 metros de altura e outra com 45 metros).

Mais uma vez, também este elemento sofreu alterações ao longo dos tempos, comprovadas pela análise das fontes escritas e da iconografia antiga. Inicialmente existia nesta fábrica apenas uma chaminé, bastante diferente de qualquer uma das que se observam hoje em dia (mas que terá estado na origem na dita “chaminé de fumo branco”). A primeira chaminé da Fábrica Robinson nem sequer seria em alvenaria de tijolo, parecendo sim uma chaminé executada em metal, como mostram as fotografias de Paino Peres, de 1888 (Ilustração 8) (Bravo, 2007, 31).

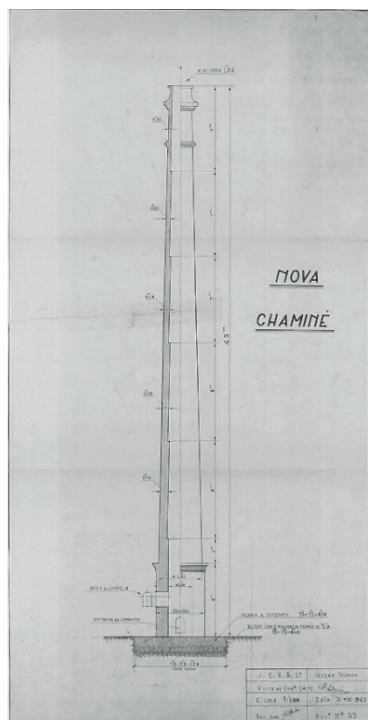
Assim, ao observarmos estas fotografias e os alçados datados de 1927 (onde já se observa a chamada “chaminé da bola”, em alvenaria de tijolo) conseguimos determinar o intervalo cronológico da construção desta chaminé que viria a estar na origem da “chaminé de fumo branco” (1888 – 1927).

Através da observação de fotografias antigas conseguimos também perceber facilmente que esta chaminé teve aumentos significativos na altura, o que se deve às preocupações ambientais



e ao sucessivo aparecimento de queixas da população portalegrense pela a poluição causada pelo fumo e mascarra que era expelida pela chaminé (essencialmente na década de 1940). Este fenómeno levou também ao desenvolvimento de um sistema antipoluição, de captação de fuligens e filtragem (após a saída das caldeiras e antes de entrar nas chaminés), mas sobre o qual não nos iremos debruçar aqui, pois é um assunto complexo (que só por si daria outro artigo como este) e não é esse o intuito do presente artigo.

Relativamente à “chaminé de fumo negro” ou “nova chaminé”, a situação é mais clara, conhecendo-se o contrato de adjudicação da obra, datado de 1946, e aquele que será o primeiro alçado desta, de 3 de Julho de 1947 (Ilustração 9).



Também as chaminés estão directamente associadas à cadeia técnica desta fábrica (pois era necessário expelir o fumo para a atmosfera),

e se tivermos em consideração o processo de produção do aglomerado negro (explicado anteriormente) não é de estranhar que a necessidade de construção de uma nova chaminé seja mais ou menos contemporânea com o início do fabrico deste novo produto. Nesta década a Fábrica Robinson passa de um processo bastante mais manual com pouca maquinaria (nesta secção, na do aglomerado branco a situação era diferente), da qual a maioria ainda era controlada de forma manual pelas operárias, assiste-se agora à instalação de máquinas que consomem muito mais energia (autoclaves e conseqüentemente à implementação de novos geradores de vapor) e a uma transformação radical no trabalho que aqui era desenvolvido.

Do ponto de vista técnico as chaminés fabris assemelham-se bastante a colunas gregas ou romanas, sendo compostas, à semelhança dessas, por três secções, designadamente a base (zona de arranque da chaminé, sendo que a sua forma em planta pode apresentar algumas variações, apresentando, na generalidade dos casos, uma geometria igual à da restante estrutura da chaminé); o fuste (parte de maior dimensão da estrutura da chaminé, encontrando-se compreendido entre a base e a coroa) e a coroa (zona com funções meramente decorativas, não desempenhando qualquer função estrutural de relevo) (Pacheco, 2017, 69).

Relativamente às chaminés da Fábrica Robinson em particular, de um ponto de vista técnico podemos destacar que a “chaminé de fumo negro” apresenta uma base com uma geometria diferente do fuste, pois a planta da base apresenta uma forma quadrangular enquanto o resto da chaminé tem uma forma circular. A base da “chaminé de fumo branco” não é possível de determinar, por se encontrar inserida na construção do edifício. Quanto ao fuste de ambas as chaminés, apresenta uma geometria troncocónica.

Outro aspecto interessante, que não está directamente ligado à produção que aqui se verificava, mas que não se pode deixar de mencionar num artigo como este em que se pretende contar a história deste edifício é o da sua cor. Ao olharmos para as suas várias paredes conseguimos facilmente ver que pelo menos a dada altura da sua história (não temos iconografia ou documentação que nos permita concluir quando) o edifício terá sido num tom de azul, tendo mais tarde passado à cor branca que actualmente apresenta, e que terá apresentado durante toda a última fase de funcionamento da fábrica, pois a população portalegrense não tem memória de ver este edifício no seu tom azul, o que nos leva a crer que essa cor corresponderá à primeira metade do século XX.

Considerações finais

De acordo com Thomas Markus, existe uma relação directa entre os edifícios e a tecnologia, sendo os elementos arquitectónicos que se adaptam à nova maquinaria e tecnologias utilizadas numa unidade fabril, e não o contrário (Markus, 1993, 261-262).

Assim, pelo explicado anteriormente também não é de espantar que a esta alteração na produção estejam associadas alterações consideráveis na arquitectura do edifício, pois o edifício deixou de servir para a realização de uma tarefa bastante mais artesanal (produção de rolhas), para dar lugar à produção de aglomerado negro, bastante mais mecanizada, que requeria muito mais energia (vapor e eléctrica), com máquinas de dimensões muito superiores.

Além desta grande mudança na unidade fabril, a mudança dos tempos, o aparecimento de novos materiais de construção, as preocupações ambientais, o desenvolvimento de novas tecnologias são tudo factores que também contribuíram significativamente para as alterações no edi-

fício mencionadas supra.

No entanto, tratando-se de um edifício histórico, a sua história não acaba aqui, continuará a “escrever-se” enquanto o edifício existir, por isso agora cabe-nos a nós, arqueólogos, arquitectos, investigadores, cidadãos, etc. preservar a sua memória sem o destruir ou desvirtuar completamente, de modo a que as futuras gerações possam continuar a usufruir dele e a conseguir entendê-lo e aos processos de fabrico que nele ocorreram desde o século XIX.

Assim, seja qual for a utilização que este edifício venha a ter no futuro (museu, espaço cultural,...), defende-se que se deve respeitar o material significativo (seja ele composto por máquinas e outros componentes móveis, elementos arquitectónicos do edifício,...).

Infelizmente, em Portugal, as atitudes patrimoniais, em muitos casos, não têm funcionado como deveriam, ou seja, continuam a privilegiar-se apenas o aspecto estético ou a antiguidade de um edifício/sítio/monumento, em vez do conhecimento que esses vestígios transmitem acerca das épocas e sociedades em que surgiram e nas quais tiveram o seu período de vida útil. Isto levou a que variadíssimos materiais da sociedade industrial desaparecessem e, muito do que sobrou deve-se precisamente a essas questões estéticas e à sua monumentalidade, podendo esta ser uma das explicações para o facto de termos no nosso país tantas chaminés isoladas e completamente descontextualizadas, quase como se se tratasse de peças de “mobiliário urbano”, se restauraram fachadas de grandes edifícios industriais desvirtuando-se completamente o seu interior, assistindo-se a um mero “fachadismo” que de património pouco ou nada apresenta.

Felizmente, na Fábrica Robinson isso não aconteceu, em particular no edifício que

temos vindo a tratar até aqui, por isso devemos continuar a preservá-lo e não permitir que este seja completamente desvirtuado, para que a sua história se possa continuar a escrever durante as próximas gerações, ainda que já não sob a forma de unidade fabril, mas sim como um espaço cultural do qual a população possa usufruir, pois o património cada vez menos deve ser encarado como algo imutável.

Só quando conseguirmos entender isto de forma clara e nós, investigadores, conseguirmos motivar a população a olhar para ele desta forma e a encará-lo como algo que também lhes pertence e do qual podem, e devem, usufruir, é que conseguiremos de facto preservar o património industrial deste país.

Bibliografia

BRAVO, Aurélio Bentes. Portalegre. As Fotografias de Paino Peres. Publicações da Fundação Robinson, Portalegre, n. 13, 1888, p. 6-33.

CERDÀ, Manuel. Arqueología Industrial. Teoría y Práctica. Valência: Universitat de València, 2008.

COSSONS, Neil. The BP Book of Industrial Archaeology. Birmingham: David & Charles, 1975.

FAÍSCA, Carlos. Criando os Chaparraís. Dois Séculos de Montado de Sobro no Alentejo. Lisboa: Apenas Livros, 2014.

FOLGADO, Jorge e CUSTÓDIO, Jorge. A Robinson de Portalegre: Da manufactura à maquinofactura da rolha de cortiça (1840-1881). Revista Chaminés, n. 1, p. 21-29, Setembro 2018 (Disponível em <http://www.fundacaorobinson.pt/pagina,10,172.aspx>).

KENNEDY, Rankin. Modern Engines & Power Generators. A Practical Work on Prime Movers and the Transmission of Power Steam, Electric, Water, and Hot air. Londres: The Caxton Publishing Company, [s.d.].

MARKUS, Thomas. Buildings & Power: Freedom & Control in the Origin of Modern Building Types. London and New York: Routledge, 1993.

PACHECO, Susana. As Caldeiras Babcock & Wilcox em Portugal (1867 a 1926), uma inovação? Análise do ponto de vista da Arqueologia Industrial. 2017. 281f. Tese (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

PALAZÓN BOTELLA, M^a Dolores. Base para un estudio de la evolución productiva de la Fábrica Robinson. De los tapones a los aglomerados. Murcia: Universidad de Murcia, 2014.

PALMER, Marilyn e NEAVERSON, Peter. Industrial Archaeology. Principles and Practice. London and New York: Routledge, 1998.

PAREJO MORUNO, Francisco. El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo xx: cambios e intervención pública, Badajoz, 2009.

PAREJO MORUNO, Francisco; FAÍSCA, Carlos; RANGEL, José Francisco Las Orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: El corcho Extremeño entre Catalanes e Ingleses. Revista de Estudios Extremeños, Badajoz, n. 1, p. 461-490, 2013.

REGO, Daniel. Edifícios da Fábrica Robinson de Cortiça. Relatório de Identificação e Caracterização Arquitectónica. 2013. 87f. Relatório (in press).

SABINO, Fátima. Granulados e Aglomerados: Complementaridade entre as Fábricas Mundet

do Montijo, do Seixal e da Amora. Quem diz cortiça, diz Mundet, Seixal: Ecomuseu Municipal do Seixal e Câmara Municipal do Seixal, 2010.

VENTURA, António. Para uma cronologia da Fábrica Robinson 1848-1966. Publicações da Fundação Robinson, Portalegre, n. 0, p. 8-23, Setembro 2007.

Ministério do Comércio e Comunicações, Direcção Geral das Indústrias. Boletim do Trabalho Industrial nº120. Regulamento das Caldeiras. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

El corcho del intelectual: la gestión de las dehesas de Mário Saa (1893-1971)¹

The Intellectual's Cork: The Management of Mário Saa's Cork Forests (1893-1971)

Elisabete Pereira²

IHC -FCSH – Universidade Nova de Lisboa / CEHFCi – Universidade de Évora
elisabetejpereira@gmail.com

Ignacio García-Pereda³

Universidad de Extremadura
ignaccio@hotmail.com

Resumen

Mário Saa, uno de los intelectuales más destacados del Alentejo del siglo XX, pasó buena parte de su vida en una finca del municipio de Avis: Pero Viegas. El cortijo de Pero Viegas, construido en los últimos años del siglo XIX por el padre, constituía la sede de la casa agrícola. La familia había arrendado en 1917 la mayor parte de las tierras y vivía principalmente de ese rendimiento.

Mário Saa, no habiendo concluido los cursos universitarios iniciados, dependía de los ingresos de la agricultura y del corcho. En el archivo de la Fundación Paes Teles existe documentación sobre la administración de las fincas en los últimos treinta años de vida del escritor: desde correspondencia con industriales corcheros, hasta cartografía de las diferentes propiedades. La dehesa portuguesa de alcornoque es hoy un tipo de propiedad casi exclusivamente de titularidad privada y por ese motivo son casi inexistentes los archivos donde consultar la historia agraria de estas grandes propiedades. La existencia de esta documentación en la sede de la fundación en Ervedal, posibilita una nueva mirada sobre la historia agraria del Alentejo en el siglo XX.

Palabras clave: Portugal, gestión forestal, historia corchera, intelectual

Códigos JEL: N5; N94

Abstract

Mário Saa, one of the most outstanding intellectuals of the Alentejo of the 20th century, spent much of his life on a forestry farm in the municipality of Avis: Pero Viegas. The farm of Pero Viegas, built in the last years of the XIX century by the father, constituted the headquarters of the agricultural house. The family had leased most of the land in 1917 and lived mainly from that yield.

Mário Saa, having not finished university courses, depended on the income from agriculture and cork. In the archive of the Foundation Paes Teles, there is documentation on the administration of the estates during the last thirty years of the writer's life: from correspondence with cork industrialists, to cartography of the different properties. The Portuguese farms of cork oak are today a type of property almost exclusively of private ownership and, for this reason, archives are almost nonexistent for consulting the agrarian history of these great properties. The existence of this documentation in the headquarters of the foundation in Ervedal, allows a new look at the agrarian history of the Alentejo in the XX century.

Keywords: Portugal, forestry, cork history, intellectual

JEL codes: N5; N94

¹ Artigo recebido em 19/08/2018. Aprovado em 18/12/2018

² Investigadora Doutorada Integrada do Instituto de História Contemporânea da Nova FCSH/ CEHFCi da Univ. Évora.Av. de Berna, 26C. 1069- 061. Lisboa.

³ Personal Científico Investigador de la Universidad de Extremadura. Centro Universitario de Plasencia - Investigador Doutorado Integrado do Instituto de História Contemporânea da Nova FCSH/ CEHFCi da Univ. Évora.Av. de Berna, 26C. 1069- 061. Lisboa.

Introducción

Es un dato conocido, que la gran mayoría de las dehesas del sudoeste peninsular ibérico son de titularidad privada,⁴ especialmente las de Portugal.⁵ Con la principal excepción de algunos alcornoques gaditanos, que todavía hoy son de titularidad municipal gracias a varias excepciones realizadas en el proceso desamortizador del siglo XIX, son escasas las dehesas de encina o de alcornoque que dependan directamente de la Administración Pública (Linares, 2001); en el siglo XIX los espacios forestales tradicionalmente destinados al uso social y colectivo,⁶ quedaron drásticamente reducidos tras el proceso desamortizador. Eran años en que productos como el corcho multiplicaron su valor en los mercados (Parejo et al., 2013). Entre las excepciones a la privatización los ejemplos de Cádiz dieron lugar, gracias a los ingenieros de montes, a algunos de los primeros ejemplos de montes ordenados de la península ibérica (Benito, 2008).

A la vez que las dehesas públicas son por eso escasas, también son escasas las que han sido estudiadas por la historiografía rural. La misma naturaleza de titularidad privada, y la consecuente falta de acceso a los archivos particulares familiares, son los factores que provocan la falta de casos de estudio disponibles, con pocas excepciones (Matos et al, 1982, Fonseca & Reis, 1987; Novais, 2011).

4 Las dehesas (“montados” en Portugal) son explotaciones agro-silvo-pastoriles en la que la gestión productiva de la labor y del arbolado están condicionadas por la actividad pecuaria. Mediante rozas periódicas en monte bajo y talas controladas en monte alto, el bosque impenetrable de quercíneas adquiere con el tiempo un uso polivalente y alternativo: el suelo y el vuelo (Martín, 1966)

5 Portugal es el país europeo con mayor proporción de masas forestales privadas, con más de un 93% (Mendes, 2005). El porcentaje es más extremo que el español, en buena medida, por la tardía o ausente actuación de los primeros ingenieros de montes lusos en lo referido a la defensa del patrimonio forestal público.

6 En países como Francia, España y Portugal, en la Edad Media, los recursos forestales, cuyo producto se formaba sin intervención de trabajo humano, era considerado como un bien que pertenecía al conjunto de la comunidad. En los montes comunales los señores cazaban y los siervos hacían pastar sus ganados (Buttoud, 1979, 23)

Además, poco se sabe de algunas dehesas que, por ser parte del patrimonio de fundaciones, se pueden colocar en un tipo de propiedad que oscila entre lo privado y lo público. Por las características propias de éstas, no pueden ser catalogadas como de titularidad pública ni de titularidad privada, siendo una fórmula mixta entre público y privado. Son propiedad privada, pero pertenecen a fundaciones que muchas veces han conseguido la categoría de instituciones de “Utilidad Pública”.⁷

Un claro ejemplo de lo expuesto es la fundación Eugenio de Almeida, con sede social en la ciudad de Évora,⁸ que cuenta en su patrimonio con un conjunto de fincas rurales que asciende a más de 6.400 hectáreas. Según los informes anuales de la fundación de 2014, la venta anual de corcho de ese año (fincas de Murteiras, Cartuxa y Paço) ascendió a 23.500 arrobas portuguesas, para un total de 678.312€. Otro ejemplo más modesto es el caso de la fundación Antonio Concha, en Navalморal de la Mata,⁹ provincia de Cáceres, que también cuenta con dos dehesas (que suman un total de 1000 hectáreas), cuyos productos son indispensables para financiar sus diferentes actividades culturales.¹⁰

Se trata de fincas con alcornoque, que gracias a la tendencia alcista de los precios que el corcho tiene en los mercados nacionales e internacionales, permiten a estas fundaciones financiar buena parte de las actividades, de “Utilidad Pública”, para las cuales fueron fundadas en su día. En definitiva, estamos haciendo referencia a un corcho “privado”, pero con una función “Pública” y de “Solidaridad”.

7 Algunos autores afirman que es asociación de interés público cualquier agrupación que persiga una finalidad distinta a la de obtener ganancias y repartirlas entre sus miembros (Salas, 1996).

8 <http://www.fundacaoeugeniodealmeida.pt/>

9 <http://www.fundacionconcha.com/>

10 Información facilitada en una entrevista a Carlos Zamora, director de la fundación Concha, septiembre de 2017. La donación fue establecida en el testamento de Antonio Concha, firmado en 1882

Por último, otro ejemplo, bastante más modesto que el de los casos anteriores, de este tipo de “corcho solidario”, es el de la Fundación Archivo Paes Teles (Ervedal, Avis, Alto Alentejo). Este caso va a ser analizado con más profundidad a lo largo del artículo.¹¹

A modo de síntesis en este artículo se destacan las potencialidades históricas de este acervo único donde se preservan las prácticas agrícolas y forestales de Mário Saa respecto a la administración de varias dehesas: la finca de Pêro Viegas, la finca de Cotarros, así como el Olival de Brás Alto. No pretendemos resolver todas las dudas sobre la naturaleza de estos “alcornocales solidarios”. Solo intentamos matizarlas a través de un primer estudio de una realidad muy concreta.

2. Una pequeña fundación en el Alto Alentejo.



Figura 1. Imágenes de la sede de la fundación en Ervedal. Departamento de comunicación de la fundación.

¹¹ Esta fundación no cuenta ahora con una web actualizada. Elisabete Pereira fue coordinadora de la fundación entre 2001 y 2011, miembro del “Conselho técnico-consultivo” de la fundación entre 2011 y 2016. En ese tiempo, fue comisaria de las siguientes exposiciones: 12 Meses, XII Objectos; Os Ecos dos Meus sentidos: exposição biobibliográfica, Património Imaterial do Ervedal: memórias fotográficas de uma comunidade alentejana (1900-1970); As dedicatórias da Biblioteca de Mário Saa.

Los relevantes acervos de la Fundación Archivo Paes Teles permiten traer al espacio público la biografía de su fundador, así como los contextos sociales, políticos, económicos y culturales de la familia de la élite alentejana del siglo XIX y XX a la que perteneció (Fig. 1).

Nacido en 1893, Mário Paes da Cunha e Sá, que más tarde adoptaría el nombre literario de Mário Saa, integró la intelectualidad burguesa portuguesa, con un proceso de educación formal que abarcaba el aprendizaje en colegios y diversas instituciones de educación superior en Lisboa, prefiriendo, sin embargo, el método de aprendizaje fuera de la enseñanza oficial, mediante la realización de varias investigaciones en la Biblioteca Nacional y Archivo de la “Torre do Tombo”. No acabó ninguna de las carreras que había comenzado (medicina, ingeniería), pero asistía regularmente a las tertulias en cafés de Lisboa y veladas literarias en casas particulares, en los que convivía con la intelectualidad portuguesa (Sousa, 2006).

En el apartado intelectual, su intervención en el espacio público se inició en 1915, realizándose a través de la participación en periódicos y revistas, con la edición de libros y folletos, y con la creación y financiación de una editorial y revista literaria. Todas ellas son iniciativas que han llegado al siglo XXI gracias a su proyecto de creación de una Institución, para la preservación de la memoria de su recorrido: el Archivo Paes Teles.

La intención de crear esta institución quedó consignada en su testamento. Éste aspiraba a la conservación y puesta a disposición de su patrimonio bibliográfico

y de la colección de materiales arqueológicos que poseía, y registraba también como su objetivo la preservación de la «unidad en los recuerdos y tradiciones de familia», una de las más acomodadas e influyentes en el municipio de Avis,¹² durante los siglos XIX y XX. Para mantener esa unidad donó un edificio en la aldea de Ervedal que destinó a la Fundación (local que sólo habitara en los últimos años de vida) su biblioteca, sus documentos personales, su epistolario, los registros fotográficos de carácter científico y personal e incluso algunos documentos y fotografías de familia. El referido edificio, que heredó a través de la familia materna, integraba también la historia y la identidad de la familia Paes Teles que quiso homenajear a través del nombre de la institución (Pereira, 2007). Esta reverencia a la rama materna de su familia puede así derivar del hecho de que gran parte del patrimonio de esta institución le sea deudora. Se registra el hecho de que gran parte de la biblioteca, así como de la colección de materiales arqueológicos, ha sido donada a Mário Saa por el tío materno António Paes da Silva Marques (Pereira, 2010).¹³

Los últimos años de vida de Mário Saa se dedicaron a la organización de este “archivo” que pretendía fuese accedido tanto por el público local como forastero. Esta acción cívica para la comunidad local y la sociedad en general se registró en el testamento que hizo que la escritura el 11 de julio de 1967 en la Notaría Décima de Lisboa¹⁴:

¹² El distrito de Alto Alentejo, con 6.230 km² y más de 118.000 habitantes (en 2011), cuenta con 15 municipios. El término municipal de Avis tiene 605,97 km² de área y 4 571 habitantes (INE, 2011).

¹³ Usualmente conocido por António Paes, nació en Ervedal en 1876, estudió en la Escola Politécnica de Lisboa, fue administrador del Municipio de Avis en varios momentos entre 1901 y 1917, así como diputado nacional entre 1923 y 1925 (Pereira, 2017, 2018).

¹⁴ Livro 122 de testamentos públicos do Décimo Cartório Notarial de Lisboa, fols. 27 a 33.

Que, com efeito, com os livros que possui e reuniu na sua morada no Ervedal, [...] e com algumas curiosidades arqueológicas ali também reunidas por si e por seu tio António Paes [...] – quer estabelecer, particularmente, um gabinete de leitura e um museu, permanentemente franqueados ao público, de modo eficiente e debaixo de regulamento a estudar. Pretende, com a sua iniciativa, não apenas beneficiar a cultura popular, especialmente do Ervedal, mas ainda preservar, tão duradouramente quanto possível, a unidade nas tradições e recordações de família, no que respeita a manuscritos, impressos e mais objectos que tão caros lhe são [...].

Para preservação e custeio desta sua tão almejada empresa – por agora puramente particular e familiar – destina ele testador, não apenas a totalidade do edifício da sua instalação na vila do Ervedal, com todo o seu recheio de mobiliário, livros, documentação e curiosidades arqueológicas, bem como ainda a sua herdade de Cotarros, e o olival denominado “do Brás Alto” [...].

As despesas ordinárias e extraordinárias inerentes a uma tal instituição, tais como renda do anexo, pessoal de leitura e de limpeza, ficarão a cargo da mesma instituição, mediante o sobredito legado [...].

En este testamento quedó aún determinada la gestión del “Archivo Paes Teles” como institución particular por el plazo de sesenta años, quedando a cargo de administradores por él nombrados, hasta que, pasado ese plazo, revirtiese a sus herederos. Sin embargo, como él mismo previó, surgieron obstáculos de diferente tipo a estas disposiciones testamentarias lo que desencadenó un proceso judicial que se prolongaría durante décadas. Sólo en el año 1995 surgió la Fundación Archivo Paes Teles. Este año se publicaron los estatutos y, dos años más tarde, esta institución privada cuyo Consejo de Administración corresponde ahora a los miembros elegidos para “Junta de Freguesia” local,¹⁵ fue reconocido

¹⁵ Los municipios portugueses se dividen en “freguesias”, equivalente a las parroquias de Galicia. Una “freguesia” de Alto Alentejo, Galveias, es propietaria de importantes masas

por el Estado portugués.

Durante el período en que se esperaba la resolución de la cuestión judicial y la creación oficial de la institución, se desarrollaron algunas intervenciones de conservación en los acervos bibliográfico, documental y arqueológico, sobre todo durante la década de los ochenta del siglo XX (Pereira, 2010). Posteriormente, en 2001, con el objetivo de valorar el patrimonio dejado por Mário Saa, el Consejo de Administración de la Fundación estableció un Convenio de Colaboración con el Ayuntamiento de Avis y con la Universidad de Évora, en el sentido de reorganización de la actividad de la institución, estableciendo bases de colaboración en los ámbitos de la cultura, preservación y valorización del legado y desarrollo de un programa de revitalización del patrimonio cultural a la guardia de la institución. Se realizaron los inventarios, y se valorizaron los acervos patrimoniales (colección arqueológica, biblioteca y archivo), se organizaron exposiciones documentales y bio-bibliográficas, se editaron publicaciones científicas, se celebraron coloquios y conferencias y diversas acciones de servicio educativo dirigidas a públicos escolares y para la comunidad local.¹⁶

Recientemente, el estudio de la documentación de esta fundación ha dado los primeros pasos en una nueva dirección: la investigación sobre la historia agraria de la región de Alentejo, con pocos trabajos anteriores ya publicados (Almeida, 1997)

de alcornoque, más de 4.000 hectáreas, que aseguran un lucro de más de un millón de euros anuales. Procedió de una donación del rico propietario José Godinho de Campos Marques, fallecido en 1967.

¹⁶ En el caso de la Universidad de Évora, el Centro de Estudios de Historia y Filosofía de la Ciencia (CEHFCi) y el Centro Interdisciplinario de Historia, Culturas y Sociedades (CIDHEUS), con la Biblioteca Pública de Évora y la financiación de la Fundación Calouste Gulbenkian, en el marco del cual se digitalizaron cerca de veinte mil documentos y se realizaron cerca de ochenta mil escaneos entre 2012 y 2014.

3. La actividad económica de las dehesas de Mário Saa.

La magnitud del patrimonio rural acumulado por Mário Saa, se puede sentir, en una pequeña parte, en los estatutos de la fundación aprobados en 1995.¹⁷ Las “dotaciones patrimoniales” de ésta, bienes ya designados en el testamento de 1967, incluían:

1, prédio urbano n. 205 em Ervedal

2, recheio de mobiliário, livros, documentação e curiosidades arqueológicas do prédio urbano

3, prédio rustico denominado “Oliveira de Bras Alto”, freguesia de Aldeia Velha, n. 95 do registo predial de Avis,

4, prédio rustico, “Cotarros”, Aldeia Velha, n. 94

Los nietos de Mário Saa se quedaron con la dehesa más emblemática de la familia: Pêro Viegas (Fig. 2).¹⁸ La dehesa



Figura 2. Fotografía de la casa de campo de Pêro Viegas, principios de siglo XX, APT.

¹⁷ *Diário da República*, n288, 15.12.1995; notario João Romão Esteves, cartório de Ponte de Sor, 27.10.1995.

¹⁸ Actualmente existe una “Sociedade Agrícola e Turística Herdade Pêro Viegas”, dirigida por Nuno Ivens Ferraz da Cunha e Sa, nieto de Mário Saa, hijo de Gonçalo Paes de Cunha e Sá.

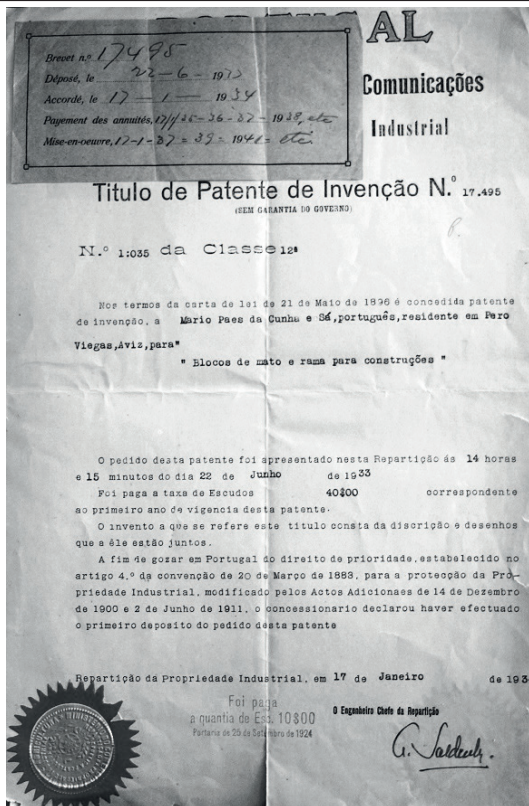
de Cotarros pertenece desde 1995 a la fundación, que está controlada por la “Junta da Freguesia”, e incluso, si la fundación desapareciera, “o património reverterá para a freguesia”.¹⁹

Los archivos de la fundación, situada en la aldea de Ervedal, son así una excelente fuente para estudiar la historia de varias dehesas y fincas portuguesas. Tras el fallecimiento de la madre de Mário Saa, Leonor, en 1942, el intelectual dejó definitivamente Lisboa, y se instaló en la casa de campo existente en Pêro Viegas, que su padre había construido a principios de siglo. Durante 30 años, Mário Saa dejará de ser un propietario absentista, que vive lejos de sus propiedades, para ser un gestor, interesado por las últimas novedades de la técnica y de la agro-nomía nacional.

Un ejemplo de las iniciativas de este propietario-emprendedor, es un intento, realizado ya en 1934, para registrar una patente de invento, para “Blocos de mato e rama para construções.” Para tal cuenta con la ayuda de Affonso de Dornellas (1880-1944), miembro de la asociación francesa de ingenieros, agente oficial del gobierno de Portugal en lo referido a propiedad intelectual (Fig. 3):

Obtido o bloco, será em enseguida mergu-lhado em solutos concentrados de cimento ou outra substancia pétreo congénere, afim de lhe criar incrustações superficiais que facilitarão a adherencia do reboco nas paredes. Estes blocos, pela sua leveza, são facilmente transportáveis, tornando a construção rápida e económica. Este invento traz ainda a grande vantagem do des-bravamento das charnecas e baldios, consituín-do-se daquilo que agora é considerado inutil e

¹⁹ Hay que decir que la freguesia de Ervedal, como el municipio de Avis o la freguesia de Galveias (término municipal de Ponte de Sor), son dominadas desde 1976 por partidos de izquierda. El actual presidente de la Junta, y por lo tanto de la fundación, es Joaquim João Piçarra Lageira, candidato a la Junta por la Coalición Democrática Unitaria (CDU), una coalición de fuerzas políticas de izquierda formada por el Partido Comunista Portugués y por el Partido Ecologista “Os Verdes”.

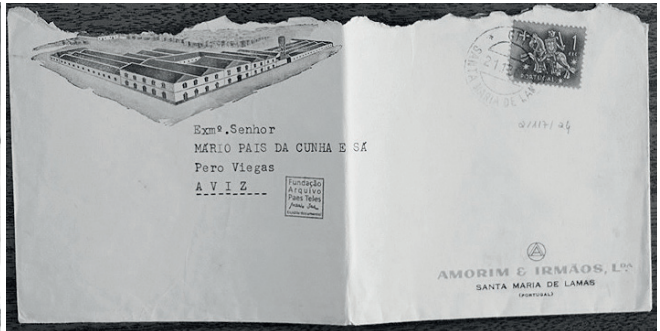
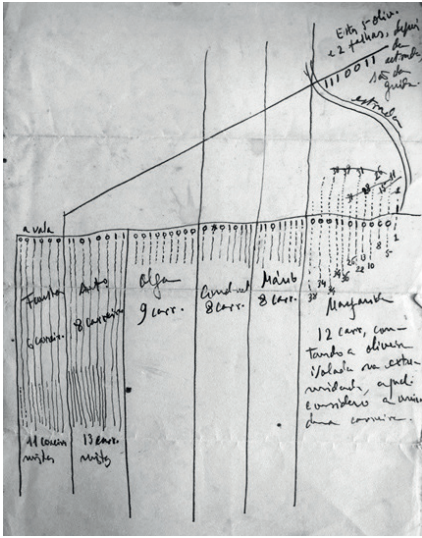


prejudicial, uma riqueza nacional.²⁰

Una vez instalado en Pêro Viegas, Mário Saa debe, en todo momento negociar con los intereses de sus hermanos: Condorcet, António, Olga, Fausta y Margarida. Parece que Mário trata directamente de los negocios, y que nunca llega a hacerse con los servicios de un ingeniero agrónomo, o de un ingeniero de montes.²¹ Existe cartografía sobre las divisiones de las fincas, pero se trata más bien de esquemas, no de trabajos topográficos hechos con instrumentos profesionales. Son esquemas donde quedan claras las partes de los hermanos, en este caso sobre las ventas de aceitunas (Fig. 4).

²⁰ APT.

²¹ Entre los propietarios forestales de Alentejo, era una expección João Lopes Fernandes, que contaba con la ayuda del ingeniero de montes Joaquim Vieira Natividade (1899-1969) (García-Pareda, 2017).



Notas finales.

Este estudio muestra, en unas primeras pinceladas, las lógicas de gestión de un tipo de propietario de grandes fincas forestales del sudoeste ibérico. Mário Saa tenía un perfil social muy poco habitual, debido a sus intereses intelectuales y a sus contactos lisboetas, lo que se volvió a confirmar en la última fase de su vida, cuando decide legar una parte de su patrimonio a una nueva fundación cultural.

Gracias a la donación confirmada en el testamento de 1967, una parte de sus posesiones pasarían a ser lo que podemos denominar de “corcho solidario”, un rendimiento forestal que tendrá, en parte, un objetivo social y cultural. Con los lucros generados en los últimos años con las ventas de corcho de la finca Cotarro, se han podido financiar muchas actividades culturales. Portugal apenas cuenta con municipios propietarios de alcornocales; pero gracias a estas nuevas fundaciones, los productos forestales vuelven a tener una función social, importante para las pequeñas comunidades. Unas fundaciones, que además, ya han aprendido a trabajar en cooperación.²³

²³ En noviembre de 2017 se celebró el IX Encuentro Luso-Español de Fundaciones en la Fundação Eugénio de Almeida de Évora con el título “Tiempo de desafíos.” Desde el año 2005, la Fundação Eugénio de Almeida, con la colaboración de la Asociación Española de Fundaciones y del Centro Português de Fundações, promueve la celebración de los encuentros luso-españoles de fundaciones con el fin de sentar las bases para el desarrollo de proyectos de colaboración entre instituciones de los dos países y de promover la reflexión conjunta sob e desafío del sector fundacional y su desarrollo territorial.

Una de las primeras decisiones, ya en 1943, fue la del “arrendamento”, de Pêro Viegas, por 3 años. La finca fue dividida en 4 “folhas”: Pêro Viegas (50 hectáreas), Bracial (120), Cotarro (120), Tramagal (130). Apenas en la primera hoja había 34 hectáreas de cereal, todo el resto era monte: 386 hectáreas de “chaparral”.²²

La finca, en la década de 1940, contaba con 11 trabajadores fijos, entre los cuales un “abegão” (capataz), un arriero, un pastor, un cabrero, un vaquero, un hortelano, una cocinera, 4 ayudantes de pastor.

La venta del corcho fue siempre una de las principales fuentes de ingresos de la familia. Cerca de Avis, había fábricas en ciudades como Ponte de Sor y Abrantes, y en el archivo existen facturas de varias empresas de esos dos municipios. Llama la atención las cartas recibidas por una de las empresas con fábrica en Abrantes, que años después, acabaría por convertirse en la corchera más importante del mundo (Fig. 5).

²² APT

Bibliografía

ABELHO, Azinhal. Andarilho secular, *Época*, 13 de Fevereiro, 1971.

ALMEIDA, M. Antónia Pires de. *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis — 1886-1941*, Lisboa: Edições Colibri, 1997.

BUTTOUD, Gérard. *Les propriétaires forestiers privés en France: Anatomie d'un groupe de pression*. Nancy: ENGREF, 1979.

DE BENITO, Nicolás. Evolución histórica del pensamiento dasocrático en ordenación de alcornoques. El caso de los montes de Cortes de la Frontera (Málaga). *Cuadernos de la Sociedad Española de Ciencias Forestales* n.º 27, pp. 73-78, 2008.

FONSECA, Hélder Adegar; y REIS, Jaime, José Maria Eugénio de Almeida. Um capitalista da Regeneração, *Análise Social*, n.º 13 (99), 1987.

GARCÍA-PEREDA, Ignacio. The Emergence of Forest Genetics in Portugal, The Works of Joaquim Vieira Natividade (1899–1968) in the Alcobça Cork Oak Station, *Historical Studies in the Natural Sciences*, n.º 47, 1, pp. 76 – 106, 2017.

LINARES LUJÁN, Antonio. Estado, comunidad y mercado en los montes municipales extremeños (1855-1924), *Revista de Historia Económica*, año XIX, n.º 1, pp. 17-52, 2001.

MARTÍN, Galindo. La dehesa extremeña como tipo de explotación agraria. *Estudios Geográficos* n.º 27(193), pp. 157–226, 1966.

MATOS, Ana Cardoso de , MARTINS, Conceição Andrade, BETENCOURT, M. L. *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832–1889)*, 1982.

MENDES, Américo S. Carvalho. Emparcelar o quê e para quê?, *Cadernos de Economia* 71: 36-40, 2005.

NOVAIS, Ana. Profit, rent, patrimony, and risk on the large landed estates in Southern Portugal toward the end of the 19th century, *Análise Social*, 198, 46: 5-39, 2011.

PAREJO, Francisco Manuel; FAÍSCA, Carlos Manuel; y RANGEL, José Francisco, Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: el corcho extremeño entre cata-lanes e ingleses, *Revista de Estudios Extremeños*, LXIX, n.º 1, pp. 462-489, 2013.

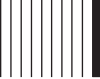
PEREIRA, Elisabete, XII Objectos do Itinerário de Mário Saa. *Avis: Alémtudo Edições*, 2007.

PEREIRA, Elisabete. Mário Saa (1893-1971). Um intelectual europeu do século XX. Tese de Mestrado em Estudos Históricos Europeus. Universidade de Évora, 2010.

PEREIRA, Elisabete; y BARATA, Filipe Themudo. Percurso pessoais, trilhos institucionais. O 'Metropolismo Galaico-Português' – memórias de um movimento associativo intelectual na Fundação Arquivo Paes Teles (Ervedal). In PIMENTEL, Manuel Cândido; DUGOS, Teresa (org.) – Mário Saa: Poeta e Pensador da Razão Matemática. Lisboa, Universidade Católica, 2012.

SALAS Murillo, Sofia. Notas sobre el nuevo régimen de las asociaciones de utilidad pública, Derecho privado y Constitución, n.º 9, pp. 95-146, 1996.

SOUSA, Joao Rui de. Introdução, Poesia e Alguma Prosa de Mário Saa, Lisboa, INCM, 2006.



Roteiro para submissão de artigos

Guidelines for submission of papers

1. A revista *História e Economia* publica artigos de história econômica, história financeira e história das idéias econômicas.

2. A revista também recebe resenhas de livros e comunicações sobre dissertações de mestrado e doutorado.

3. A publicação dos artigos ocorre conforme a aprovação dos textos pelo conselho editorial.

4. Os artigos não devem exceder 30 páginas (espaçamento duplo), incluindo notas de rodapé e referências bibliográficas.

5. O texto submetido para a revista deve ser original.

6. Recebemos artigos em português, espanhol, inglês e francês.

7. Os originais devem ser editados em MS Word.

8. As figuras, tabelas e gráficos devem ser editados em preto e branco. Caso tais figuras tenham sido geradas em outros programas que não MS Word (por exemplo: Excel, Power Point), o autor deve enviar um arquivo separado contendo o objeto no seu formato original.

9. Devemos receber um arquivo adicional com o(s) nome(s) do(s) autor(es), endereço completo para correspondência contendo afiliação institucional, posição, titulação, telefone para contato e e-mail. É necessário que o autor inclua neste arquivo o título do artigo no idioma original e sua tradução para o inglês. Além disso, o autor deve incluir uma resenha do texto no idioma original e em inglês. A resenha em ambos os idiomas não devem exceder 150 palavras.

1. *História e Economia* publishes articles on financial history, economic history and the history of economic ideas.

2. We accept book reviews and dissertation summaries.

3. The journal publishes papers according to their approval by the editorial board.

4. The articles must not exceed 30 pages (double spaced), including references and footnotes.

5. The manuscript submitted to the journal should be original.

6. We welcome articles in Portuguese, Spanish, English and French.

7. The originals must be edited in MS Word.

8. The figures, tables and graphics should be edited in black and white and included in the file containing the article. In case the original figure, table or graph was created in a program different from MS Word, we must receive a separate file containing the object in its original format.

9. We must receive an additional file with the name of the authors, complete mailing address containing the institutional affiliation, position, title, phone number and email address. We request the author to include the title in its original language as well as its English translation. In addition, the author should enclose an executive summary in the original language and in English. The executive summary and the English translation should not exceed 150 words.

10. As referências bibliográficas devem ser detalhadas e completas, elaboradas de acordo com a NBR 6023 da ABNT. Os dados históricos e as tabelas devem especificar as fontes utilizadas. Em caso de fontes primárias (originais), o autor deve fornecer o nome do Arquivo (ou Instituto, Instituição), a caixa, seção (se for aplicável) e todas as demais informações que julgar relevantes. O artigo deve ter entre 20 a 40 páginas, letra tamanho 12, Times New Roman, espaçamento 1,5, resumo / abstract, 3-5 palavras-chave e uma biografia no final.

As referências devem constar no corpo do texto e não em nota de rodapé, exemplo: (Ramos, 1990, 12)

11. Os arquivos podem ser enviados por e-mail para: revistahistoriaeconomia@gmail.com.

12. Somente artigos que satisfizerem os requerimentos acima serão submetidos para o comitê editorial.

13. Todos os textos submetidos à revista receberão avaliações escritas dos membros do comitê editorial e de avaliadores externos.

14. O recebimento do texto pela revista automaticamente implica em autorização para futura e eventual publicação. A revista não paga qualquer tipo de royalties para o autor.

15. A revista *História e Economia* deve enviar uma carta e um e-mail para o autor acusando o recebimento dos originais (caso o artigo seja aprovado, algumas mudanças podem ser sugeridas).

16. A revista não devolverá nenhum texto recebido.

Envio de artigos

Os artigos podem ser enviados para:
Roberta Barros Meira
Instituto BBS
Instituto de História e Economia
Travessa Ponder, 67 - Vila Mariana.
São Paulo, SP. Brasil.
e-mail: revistahistoriaeconomia@gmail.com

10. *The references must be detailed and complete. Historical data and tables should specify the sources used. In case of original/primary sources, the author must provide the archive's name, section, box (if it is applicable) and all the relevant information. The article should have between 20 and 40 pages, letter size 12, Times New Roman, spacing 1,5, abstract / abstract, 3-5 keywords and a biography at the end.*

References should be in the body of the text and not in a footnote, for example: (Ramos, 1990, 12)

11. *The files can be sent by email to: he@bbs.edu.br.*

12. *Only the articles that meet the above requirements are submitted to the Editorial Board.*

13. *All the manuscripts submitted to this journal will receive written evaluations by the board members and external evaluators.*

14. *The submission of a manuscript to us implies authorization for future publication by its author. No royalties will be paid.*

15. *História e Economia will send a written letter and an email to the author. In case of approval, some changes may be suggested.*

16. *The journal will keep the originals.*

Submission of originals

Originals should be sent to:
Roberta Barros Meira
Instituto BBS
Institute of History and Economics
Travessa Ponder, 67 - Vila Mariana.
São Paulo, SP. Brazil
email: revistahistoriaeconomia@gmail.com

